

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) da Universidade Federal do Paraná apresenta Desenvolvimento, Políticas Públicas e Saúde, quinto volume da Coleção Litoral do Paraná: territórios e perspectivas.

O projeto, iniciado em 2016, resulta de um esforço de construção coletiva e multidisciplinar de diversos pesquisadores que se dedicam a pensar questões relacionadas ao desenvolvimento territorial e à sustentabilidade, especialmente no litoral paranaense, considerando suas dinâmicas e possibilidades.

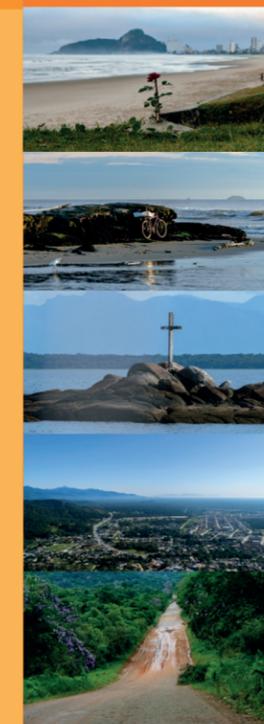
Em consonância com os volumes anteriores e com os objetivos do PPGDTS, o presente volume expõe uma diversidade de olhares sobre o contexto litorâneo, problematizando aspectos territoriais e socioambientais, ligados a temáticas como trabalho, desenvolvimento, educação e saúde. Composto por 16 capítulos, contribui para a ampliação do acervo de saberes e reflexões sobre a região, ao mesmo tempo em que suscita questões que podem se tornar objetos de novas pesquisas e produções.



VOLUME V: DESENVOLVIMENTO,
POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

LITORAL DO PARANÁ:
TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS
Volume V: Desenvolvimento, Políticas
Públicas e Saúde



LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS:

Organizadores:
Alan Ripoll Alves
Diomar Augusto de Quadros
Luiz Everson da Silva
Luciana Vieira Castilho-Weinert
Marisete T. Hoffmann-Horochovski



Programa de
Pós-graduação em
Desenvolvimento
Territorial
Sustentável




BRAZIL PUBLISHING

LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS

Volume 5: Desenvolvimento, Políticas Públicas e Saúde



BRAZIL PUBLISHING

Conselho Editorial Internacional

Presidente: Prof. Dr. Rodrigo Horochovski	(UFPR - Brasil)
Prof ^ª . Dra. Anita Leocadia Prestes	(ILCP - Brasil)
Prof ^ª . Dra. Claudia Maria Elisa Romero Vivas	(UN - Colômbia)
Prof ^ª . Dra. Fabiana Queiroz	(Ufla - Brasil)
Prof ^ª . Dra. Hsin-Ying Li	(NTU - China)
Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet	(PUC/RS - Brasil)
Prof. Dr. José Antonio González Lavaut	(UH - Cuba)
Prof. Dr. José Eduardo Souza de Miranda	(UniMB - Brasil)
Prof ^ª . Dra. Marilia Murata	(UFPR - Brasil)
Prof. Dr. Milton Luiz Horn Vieira	(UFSC - Brasil)
Prof. Dr. Ruben Sílvio Varela Santos Martins	(UÉ - Portugal)



ROUSSEAU

Comitê Científico da área Ciências Ambientais

Presidente: Prof. Dr. Joelma Estevam	(UFPR - Educação/Tecnologia)
Prof. Dr. José E. Feger	(UFPR - Administração/Turismo)
Prof. Dr. Albo Carlos Cavalheiro	(UEL - Matemática)
Prof ^ª . Dra. Graziella Patrício Pereira Garcia	(UninCor - Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos)
Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher	(IFFar - Educação)

Conselho Editorial Consultivo

Alan Ripoll Alves (UFPR)	Luciano Fernandes Huergo (UFPR)
Carla Daniele Straub (UFPR)	Luiz Everson da Silva (UFPR)
Christiano Nogueira (UFPR)	Luiz Belmiro Teixeira (IFPR)
Cintia Tortato (IFPR)	Marcelo Silva da Silva (UFPR)
Daniel Gustavo Fleig (UFPR)	Maria Marce Moliani (UEPG)
Daniela Resende Archanjo (UFPR)	Marisete T. Hoffmann-Horochovski (UFPR)
Diomar Augusto de Quadros (UFPR)	Patricia Martins (IFPR)
Elaine Cristina de Oliveira Menezes (UFPR)	Ricardo Cid Fernandes (UFPR)
Elisângela Maia Pessoa (UNIPAMPA)	Sandra Mara Maciel-Lima (UNICURITIBA)
Leandro Ângelo Pereira (IFPR)	Sandra Simm Rohrich (UFPR)
Lucia Helena Alencastro (UFPR)	Tainá Ribas Melo (UFPR)
Luciana Vieira Castilho-Weinert (UFPR)	Wagner Rodrigo Weinert (IFPR)

Durante o processo de edição desta obra, foram tomados todos os cuidados para assegurar a publicação de informações precisas. Do mesmo modo, foram empregados todos os esforços para garantir a autorização das imagens aqui reproduzidas. Caso algum autor ou leitor sinta-se prejudicado, favor entrar em contato com a editora.

Os autores e organizadores eximem-se da responsabilidade por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer consequências decorrentes da aplicação das informações presentes nesta obra. É responsabilidade do profissional, com base em sua experiência e conhecimento, determinar a aplicabilidade das informações em cada situação.

A avaliação dos manuscritos foi realizada pelo processo duplo-cego, no qual os avaliadores não tinham acesso ao(s) nome(s) do(s) autor(es) e vice-versa.



© Brazil Publishing Autores e Editores Associados
Rua Padre Germano Mayer, 407
Cristo Rei - Curitiba, PR - 80050-270
+55 (41) 3022-6005



Associação Brasileira de Editores Científicos
Rua Azaleia, 399 - Edifício 3 Office, 7º Andar, Sala 75
Botucatu, SP - 18603-550
+55 (14) 3815-5095



Associação Brasileira de Normas Técnicas
Av. Treze de Maio, 13, 28º andar
Centro - RJ - 20031-901
+55 (21) 3974.2324



Câmara Brasileira do Livro
Rua Cristiano Viana, 91
Pinheiros - SP - 05411-000
+ 55 (11) 3069-1300

Comitê Editorial

Editora-Chefe: Sandra Heck

Editor Superintendente: Valdemir Paiva

Editor Coordenador: Everson Ciriaco

Diagramação e Projeto Gráfico: Rafael Chiarelli

Arte da Capa: Luciana Ferreira / **Fotografias da Capa:** Diomar Augusto de Quadros

Finalização de capa: Paula Zettel

Revisão de Texto: Os autores

DOI: 10.31012/978-65-5861-091-5

Orgão Financiador: Obra financiada com os recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

L776

Litoral do Paraná: território e perspectivas - desenvolvimento, políticas públicas e saúde / organização de Alan Ripoll Alves ...
[et al.] - 1.ed. - Curitiba: Brazil Publishing, 2020.
v.5, 432p.: il.; 23cm

Vários colaboradores
ISBN 978-65-5861-088-5

1. Litoral (PR) - Sustentabilidade. 2. Litoral (PR) - Turismo. 3. Litoral (PR) - Aspectos socioambientais. I. Alves, Alan Ripoll (org.). II. Quadros, Diomar Augusto de (org.). III. Weinert, Luciana Vieira Castilho (org.). IV. Silva, Luiz Everson da (org.). V. Horochovski, Marisete Teresinha Hoffmann (org.).

CDD 981.62 (22.ed)
CDU 981.62



[1ª edição - Ano 2020]

www.aeditora.com.br

Alan Ripoll Alves
Diomar Augusto de Quadros
Luciana Vieira Castilho-Weinert
Luiz Everson da Silva
Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski
Organizadores

LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS

Volume 5: Desenvolvimento, Políticas Públicas e Saúde

Autores

Adriana Lucinda de Oliveira
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Alan Ripoll Alves
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Allan Paul Krelling
Instituto Federal do Paraná, IFPR
Ana Clara Gomes Picolli
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Anielly Dalla Vecchia
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Clóvis Wanzinack
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Cristina Teixeira
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Daniela Bianchini
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Diomar Augusto de Quadros
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Eliane Siqueira Oliveira
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Elvis Canteri de Andrade
Instituto Federal do Paraná, IFPR
Emerson Joucoski
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Emerson Luis Pawoski da Silva
Instituto Federal do Paraná, IFPR
Emerson Luis Tonetti
Instituto Federal do Paraná, IFPR
Erick Renan Xavier de Oliveira
Instituto Federal do Paraná, IFPR
Everaldo dos Santos
Instituto Federal do Paraná, IFPR

Fernanda Francis Alvares
Prefeitura Municipal de Guaratuba
Fernanda Reis
Universidade Federal da Bahia, UFBA
Hugo Alberto Perlin
Instituto Federal do Paraná, IFPR
Ivan Jairo Junckes
Universidade Federal do Paraná, UFPR
João Rafael Deron
Universidade Federal do Paraná, UFPR
José Lannes de Melo
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Lázara Luana Otto de Oliveira
Prefeitura Municipal de Matinhos - PR
Leandro Angelo Pereira
Instituto Federal do Paraná, IFPR
Loide Sulamita Mendes do Nascimento
Secretaria de Educação do Estado do Paraná, SEED-PR
Luciana Vieira Castilho-Weinert
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Marcos Claudio Signorelli
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Marcus Aurélio Soares da Silva
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Marisete T. Hoffmann-Horochovski
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Maurício Polidoro
Instituto Federal do Rio Grande do Sul, IFRS
Mayra Taiza Sulzbach
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Michael Cordeiro
Universidade Federal do Paraná, UFPR

Paulo Roberto Homem de Góes
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Rafael Lopes Ferreira
Centro Universitário Internacional, Uninter
Rangel Angelotti
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Roberto Eduardo Bueno
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Rodrigo Arantes Reis
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Rodrigo Rossi Horochovski
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Ronaldo Ribeiro Jacobina
Universidade Federal da Bahia, UFBA
Silvana Márcia P. S. Coelho
Universidade Federal da Bahia, UFBA
Silvana Marta Tumelero
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Tamara Van Kaick
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR
Thais Caroline Rodrigues Penas
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Tieme Carvalho Nishiyama
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Valdir Frigo Darnardin
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Valéria dos Santos de Oliveira
Universidade Federal do Paraná, UFPR
Viviani Aparecida Cruz
Universidade Federal do Paraná, UFPR



BRAZIL PUBLISHING



APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) apresenta o quinto volume da Coleção Litoral do Paraná: territórios e perspectivas. O projeto, iniciado em 2016, resulta de um esforço de construção coletiva e multidisciplinar de inúmeros pesquisadores que se dedicam a pensar questões relacionadas ao desenvolvimento territorial e a sustentabilidade, especialmente no litoral paranaense, considerando suas inúmeras dinâmicas e possibilidades.

Em consonância com os volumes anteriores, a presente obra expõe uma diversidade de olhares sobre o contexto litorâneo, problematizando aspectos territoriais e socioambientais, ligados a temáticas como trabalho, desenvolvimento, educação e saúde. O volume é composto por 16 capítulos, didaticamente organizados em três partes: *Desenvolvimento, território e trabalho*, *Universidade, inclusão e desenvolvimento regional* e *Território e saúde*.

A primeira parte, *Desenvolvimento, território e trabalho*, é composta por cinco capítulos. *Reordenamento territorial no litoral do Paraná: propostas de macrozoneamento e cenários futuros*, de autoria de Paulo Roberto Homem de Góes, é o primeiro deles. A análise recai sobre o macroplanejamento estadual e o processo de reordenamento territorial no litoral, com implicações socioeconômicas culturais e ambientais, destacando o Complexo Portuário, principal indutor de transformações na região.

O segundo capítulo, *Governança territorial como um dos pilares para o desenvolvimento: um estudo sobre o litoral paranaense*, é assinado por João Rafael Deron, Valdir Denardin e Alan Ripoll Alves. O texto retrata a governança territorial como base para a gestão de dinâmicas territoriais pelas esferas estatais, empresariais e representativas da sociedade civil, identificando ações, projetos e programas desenvolvidos no meio rural.

Do rural ao urbano. O capítulo três, *Dinâmicas de territorialidades em ocupações irregulares*, é elaborado por Fernanda Francis Alvares, Ivan Jairo Junckes e Silvana Marta Tumelero. A ocupação irregular da terra como faceta de uma ampla problemática social, imobiliária, capitalista e excludente, no município de Guaratuba, é alvo da análise que aborda a percepção dos moradores, a forma como organizam e significam o seu espaço e a segregação socioespacial.

O capítulo quarto, *Trabalho informal e território: comércio ambulante de praia do município de Matinhos - PR*, é de autoria de Tieme Carvalho Nishiyama e Mayra Taiza Sulzbach. O estudo problematiza o trabalho informal, destacando a dinâmica do comércio ambulante a partir das vivências, informações e depoimentos de seus atores, colhidas por meio de questionários, entrevistas e observação etnográfica.

O *microempreendedor no litoral do Paraná: uma reflexão sobre o desenvolvimento da categoria e a sua formalização*, de Marcus Aurélio Soares da Silva e Ivan Jairo Junckes, é o capítulo cinco. O texto aborda a figura do Microempreendedor Individual no tocante a apropriação dos benefícios que lhes foram concedidos pela legislação atual e aos dispositivos de apoio e incentivo à categoria.

A segunda parte, *Universidade, inclusão e desenvolvimento regional*, traz sete capítulos que apresentam diferentes possibilidades da interface educação e desenvolvimento. A extensão universitária é objeto do capítulo seis, assinado por Rangel Angelotti, Cristina Teixeira e Tamara Van Kaick. Denominado *Universidade e extensão universitária no Brasil: transformações históricas e relações com o desenvolvimento*, o texto discute o papel da extensão no processo de expansão universitária com destaque para o atendimento das realidades locais por meio das práticas extensionistas.

Um projeto de extensão é alvo de estudo no capítulo sete, intitulado *A tríade ensino, pesquisa e extensão: a partir da experiência do projeto de extensão Conselho da Comunidade em*

ação. Adriana Lucinda de Oliveira, José Lannes de Melo, Lázara Luana Otto de Oliveira, Ana Clara Gomes Picolli, Michael Cordeiro, Thais Caroline Rodrigues Penas respondem pelo texto que descreve a experiência extensionista de um projeto universitário que acompanha a trajetória de trabalho de egressos do sistema penitenciário que recebem o acompanhamento do Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos.

O capítulo oito, *Ações afirmativas na UFPR Litoral*, é de autoria de Daniela Bianchini, Mayra Taiza Sulzbach e Diomar Augusto de Quadros. O texto reflete sobre o movimento de interiorização e expansão da Universidade pública trazendo consigo a ampliação da acessibilidade à educação superior e a necessidade de políticas de ações afirmativas como agente de minimização das desigualdades sociais, a partir de um estudo realizado no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Desenvolvimento territorial sustentável no litoral do Paraná a partir da implementação das políticas públicas de ações afirmativas da educação superior indígena na Universidade Federal do Paraná (UFPR) é o capítulo nove. Os autores, Valéria dos Santos de Oliveira e Rodrigo Rossi Horochovski, discutem a temática do desenvolvimento territorial sustentável sob o olhar das políticas que viabilizam a inserção e a manutenção da população indígena na Universidade pública, a partir de um estudo do caso na UFPR-Setor Litoral, sublinhando a ação dos gestores institucionais, dos movimentos sociais e da comunidade acadêmica.

O capítulo dez, *A promoção do desenvolvimento regional a partir da formação universitária: o caso do curso de Gestão e Empreendedorismo da Universidade Federal do Paraná*, é Loide Sulamita Mendes do Nascimento e Mayra Taiza Sulzbach. A análise recai sobre as abordagens de desenvolvimento e território no curso de Gestão e Empreendedorismo da UFPR, destacando as várias dimensões do desenvolvimento e de que forma este se relaciona com o empreendedorismo, a sustentabilidade, a realidade local e o papel da Universidade na formação estudantil.

O capítulo onze, de Emerson Luis Pawoski da Silva, Rafael Lopes Ferreira e Emerson Luís Tonetti, é intitulado *A questão socioambiental nos cursos de graduação nas Ciências Ambientais do litoral do Paraná*. O texto discute a formação do gestor ambiental na região do litoral do Paraná sob o ponto de vista dos determinantes sociais e ambientais locais, das temáticas abordadas durante o curso e dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelas instituições de ensino superior responsáveis pela oferta dos seis cursos presentes na região. O foco da análise engloba a capacidade do egresso em articular o conhecimento adquirido no enfrentamento da problemática socioambiental.

Bases para a criação de um centro tecnológico de inovação em gestão ambiental e negócios no litoral do Paraná, de Leandro Angelo Pereira, Everaldo dos Santos, Allan Paul Krelling, Emerson Luis Tonetti, Hugo Alberto Perlin e Elvis Canteri de Andrade, é o capítulo doze. O estudo trabalha os conceitos de ciência, tecnologia e inovação como interdependentes e associados à temática gestão ambiental e negócios. Desta forma, propõe a utilização de indicadores para a criação de um centro tecnológico de inovação pautado nas características regionais culturais e ambientais da costa paranaense, e fruto de um desenvolvimento multicêntrico realizado por organizações sociais, governamentais, privadas e universidades.

A terceira parte, *Território e saúde*, é composta por quatro capítulos. O capítulo treze, *Território e territorialização: relações com a saúde pública brasileira*, é de autoria de Silvana Márcia P. S. Coelho, Fernanda Reis e Ronaldo Ribeiro Jacobina. O texto discute a relação entre território e saúde sob a perspectiva da organização dos sistemas de saúde. Neste sentido reflete sobre as diferentes interpretações da atenção primária e sobre as relações entre o Sistema Único de Saúde e as dinâmicas de território, relatando os desafios da incorporação do conceito de território e territorialização na implantação do sistema público de saúde brasileiro.

O capítulo quatorze, *Qualidade de vida de idosos ativos no litoral do Paraná*, é assinado por Marisete T. Hoffmann-Horchovski, Luciana Vieira Castilho-Weinert, Eliane Siqueira Oliveira e Erick Renan Xavier de Oliveira. O capítulo retrata o caráter multidimensional do conceito de qualidade de vida e sua relação com o desenvolvimento territorial sustentável por meio do compromisso com a promoção do bem-estar coletivo. Em um recorte para o segmento etário dos idosos, reflete sobre o importante papel da prática de atividades físicas e de lazer como precursores de um processo de envelhecimento saudável, em frequentadores de centros de convivência do litoral do estado do Paraná.

Retrato das violências no litoral do Paraná: estudo retrospectivo (2014 a 2017) baseado em indicadores, de Viviani Aparecida Cruz, Clovis Wanzinack, Mauricio Polidoro e Marcos Claudio Signorelli, é o capítulo quinze. A violência interpessoal, a autoprovocada e os homicídios são abordados, a partir de indicadores em bases de dados oficiais, fornecendo uma descrição detalhada sobre o panorama de cada um dos sete municípios da região litorânea. Dentre as violências letais e não-letais discute-se as motivações que levaram a tais ocorrências, bem como a questão da subnotificação e da ausência de notificação.

O capítulo dezesseis, *Análise temporal da correlação entre poluição atmosférica e doenças respiratórias em Paranaguá - PR*, encerra as discussões apresentadas no presente volume. Anielly Dalla Vecchia, Emerson Joucoski, Roberto Eduardo Bueno e Rodrigo Arantes Reis apresentam a relação entre promoção da saúde e sustentabilidade com enfoque específico nos condicionantes de saúde das populações. Trata-se de um estudo sobre a correlação entre a presença de poluentes atmosféricos e a ocorrência de doenças respiratórias na cidade portuária de Paranaguá.

Uma ótima leitura!

Os Organizadores



PREFÁCIO

Os desafios para uma ciência engajada com os problemas regionais revestem-se de uma importância crescente para as instituições de ensino, pesquisa e extensão. Com maior razão nos tempos atuais, ameaçados pela mordaza e pelo descaso de governantes, caracterizados pela ausência de diretrizes básicas para a educação e a pesquisa.

Contudo, uma ciência pública e pertinente não é uma dádiva abstrata que se distribui ao peso da inércia de uma realidade inclinada unicamente na direção dos interesses mercadológicos e privados. Ela deve situar-se em territórios que se movimentam - ou como dizem na Colômbia, *caminando el territorio con las comunidades paso a paso construimos justicia y sustentabilidad ambiental con las comunidades en los territorios* - quer dizer, em espaços nem sempre visíveis, ou melhor, invisibilizados justamente pela crença dominante de que é o progresso e o consumo que devem ditar as principais regras do mercado e que portanto, fazer ciência seria render-se a esses inexoráveis chamamentos e destinos.

Iniciativas como as do PPGDTS da UFPR Litoral demonstram que a efetividade de um programa de pós-graduação só agrega valor à produção de conhecimento quando as atividades de pesquisa, ensino e extensão são realizadas de maneira sinérgica e cooperativa entre o(a)s agentes do conhecimento, isto é, o(a)s docentes pesquisadores, o(a)s discentes engajado(a)s nas pesquisas, o(a)s agentes públicos e o(a)s atores comunitários locais, em constante diálogo compartilhado.

Ao mesmo tempo em que se implementam novas formas de produção do conhecimento pertinente, atendendo às reais necessidades das populações locais, as experiências derivadas de sua aplicação devolvem aos (às) pesquisadores os ingredientes básicos para operar reflexivamente sobre seus usos e finalidades.

Daí a urgência do labor da pesquisa em coletivos multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, em diferentes escalas que permitam problematizar temas transversais, como é o caso do presente livro.

Em países tão estruturalmente desiguais e injustos do ponto de vista da repartição dos benefícios por todos construídos, em que a natureza não só é vista mas sequestrada pela voracidade do valor de troca mercantil, é inadmissível que se continue a construir muros ou a cavar fossas entre aqueles que reivindicam mérito aos que detêm a força, o capital social e financeiro, como se a história das sociedades não demonstrasse que esse capital material e simbólico está situado apenas em um dos lados desses muros e linhas abissais, por conta de um sistema de produção de sociedade discriminatório e excludente.

Daí a importância da construção de anteparos e resistências moleculares tais como as que emergem das estratégias inovadoras nas áreas de formação e aplicação do conhecimento, aqui representadas pela *Coleção Litoral do Paraná: territórios e perspectivas* e em especial por este quinto volume: **DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE**.

O volume composto por 16 capítulos, didaticamente organizados em três partes: *Desenvolvimento, território e trabalho, Universidade, inclusão e desenvolvimento regional e Território e saúde* é fruto de um trabalho de uma equipe de docentes e discentes já em plena fase de consolidação de suas capacidades como educadores e pesquisadores.

Os enfoques apresentados resultam de uma longa e densa prática de reflexões, ações interativas entre agentes acadêmicos e comunitários, dentro de uma perspectiva epistêmica e metodológica, compatível com as atuais formas de produção cooperativa entre diversas disciplinas.

Como ocorre com o pensamento crítico, a leitura que é feita pelos diversos pesquisadores e pesquisadoras deste volume não

esconde as armadilhas aos modos e estilos de vida de muitas das comunidades tradicionais analisadas, bem como às suas práticas materiais, ameaçadas pela lógica de mercado e de especulação imobiliária existentes em territórios costeiros do Paraná.

Com o resultado desse importante e vigoroso exercício de produção do conhecimento, fica evidente a relevância de um projeto de universidade que reafirma sua vocação e missão voltadas para o desenvolvimento regional e local, ao valorizar o resgate dos saberes e das práticas comunitárias, pelo incentivo e convite ao diálogo de saberes acadêmicos com o rico patrimônio cultural das populações litorâneas, enraizado em experiências de vida e de trocas edificantes entre sistemas sociais e culturais, na perspectiva de práticas socioambientais sustentáveis.

Curitiba, julho de 2020

Dimas Floriani



ABSTRACT

The Coastal Collection of Paraná: territories and perspectives and especially in its fifth volume: DEVELOPMENT, PUBLIC POLICIES AND HEALTH is an initiative headed by the Postgraduate Program in Sustainable Territorial Development - PPGDTS at the Federal University of Paraná - UFPR. It is a collective effort among knowledge agents, that is, research teachers, students engaged in research, public agents and local community actors, and aims to add value to the production of knowledge about the regional reality, in a plot that expresses the activities of research, teaching and extension carried out in a synergic and cooperative manner along the coast of Paraná State. The volume consists of 16 chapters, organized in three parts: Development, territory and job, University, inclusion and Regional development, and Territory and health. It is the result of the efforts of a team of teachers and students already in the middle of consolidating their capacities as educators and researchers. The approaches presented result from a long and dense practice of reflections, interactive actions among academic and community agents, within an epistemic and methodological perspective, compatible with the current forms of cooperative production among several disciplines. It is an important and vigorous exercise of knowledge production, in line with a university project that reaffirms its vocation and mission focused on regional and local development, by valuing the rescue of knowledge and community practices, by encouraging and invitation to the dialogue of academic knowledge with the rich cultural heritage of coastal populations.



PALAVRAS-CHAVE

REORDENAMENTO TERRITORIAL NO LITORAL DO PARANÁ: PROPOSTAS DE MACROZONEAMENTO E CENÁRIOS FUTUROS

Desenvolvimento Sustentável; Complexo portuário; Reordenamento territorial; Paranaguá; gestão territorial

GOVERNANÇA TERRITORIAL COMO UM DOS PILARES PARA O DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE O LITORAL PARANAENSE

Conflitos; desenvolvimento; governança territorial; rural; território

DINÂMICAS DE TERRITORIALIDADES EM OCUPAÇÕES IRREGULARES

dinâmica territorial; desenvolvimento sustentável; Guaratuba; territorialidade; Ocupação Irregular

TRABALHO INFORMAL E TERRITÓRIO: COMÉRCIO AMBULANTE DE PRAIA DO MUNICÍPIO DE MATINHOS - PR

Trabalho; Comércio Ambulante; Matinhos; Litoral do Paraná; Território

O MICROEMPREENDEDOR NO LITORAL DO PARANÁ: UMA REFLEXÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CATEGORIA E A SUA FORMALIZAÇÃO

Empreendedorismo; Informalidade; Política Pública; Microempreendedor individual; Litoral paranaense

UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO

Educação Superior; Extensão Universitária; Ecodesenvolvimento; Litoral do Paraná; política pública

A TRÍADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO CONSELHO DA COMUNIDADE EM AÇÃO

Educação Superior; Extensão Universitária; Litoral do Paraná; Matinhos; política pública

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFPR LITORAL

Ações afirmativas; Mecanismos de Acesso; UFPR Litoral; Desenvolvimento; Litoral do Paraná

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO LITORAL DO PARANÁ
A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)**

Políticas Públicas; Formação da agenda; Educação Superior; Educação Indígena; Ações Afirmativas

**A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DA FORMAÇÃO
UNIVERSITÁRIA: O CASO DO CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

Desenvolvimento; Autonomia; Projeto Político Pedagógico; Curso de Gestão e Empreendedorismo; UFPR

**A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS CIÊNCIAS
AMBIENTAIS DO LITORAL DO PARANÁ**

Ciências ambientais; educação superior; Litoral do Paraná; educação ambiental; desenvolvimento sustentável

**BASES PARA A CRIAÇÃO DE UM CENTRO TECNOLÓGICO DE INOVAÇÃO EM
GESTÃO AMBIENTAL E NEGÓCIOS NO LITORAL DO PARANÁ**

Inovação; tecnologia; território; litoral do Paraná; governança

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO: RELAÇÕES COM A SAÚDE PÚBLICA
BRASILEIRA**

Acesso; saúde; SUS; território; Saúde da Família

QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS ATIVOS NO LITORAL DO PARANÁ

Qualidade de vida; idoso; saúde; lazer; atividade física

**RETRATOS DA VIOLÊNCIA NO LITORAL DO PARANÁ: ESTUDO
RETROSPECTIVO (2014 A 2017) BASEADO EM INDICADORES**

Violência; litoral do Paraná; suicídio; homicídios; Vigilância Epidemiológica

**ANÁLISE TEMPORAL DA CORRELAÇÃO ENTRE POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA E
DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM PARANAGUÁ - PR**

Poluição do ar; Saúde Coletiva; Epidemiologia Ambiental; Desenvolvimento Territorial; Agravos respiratórios

SUMÁRIO

PARTE I - DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E TRABALHO 25

**REORDENAMENTO TERRITORIAL NO LITORAL DO PARANÁ: PROPOSTAS DE
MACROZONEAMENTO E CENÁRIOS FUTUROS 27**

Paulo Roberto Homem de Góes

**GOVERNANÇA TERRITORIAL COMO UM DOS PILARES PARA O
DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE O LITORAL PARANAENSE. . . . 57**

João Rafael Deron; Valdir Denardin; Alan Ripoll Alves

DINÂMICAS DE TERRITORIALIDADE EM OCUPAÇÕES IRREGULARES 79

Fernanda Francis Alvares; Ivan Jairo Junckes; Silvana Marta Tumelero

**TRABALHO INFORMAL E TERRITÓRIO: COMÉRCIO AMBULANTE DE PRAIA
DO MUNICÍPIO DE MATINHOS - PR 103**

Tieme Carvalho Nishiyama; Mayra Taiza Sulzbach

**O MICROEMPREENDEDOR NO LITORAL DO PARANÁ: UMA REFLEXÃO
SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CATEGORIA E A SUA FORMALIZAÇÃO . 125**

Marcus Aurélio Soares da Silva; Ivan Jairo Junckes

PARTE II - UNIVERSIDADE, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 155

**UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES
HISTÓRICAS E RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO 157**

Rangel Angelotti; Cristina Teixeira; Tamara Van Kaick

**A TRÍADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO
PROJETO DE EXTENSÃO CONSELHO DA COMUNIDADE EM AÇÃO. . . . 181**

*Adriana Lucinda de Oliveira; José Lannes de Melo; Lázara Luana Otto de Oliveira;
Ana Clara Gomes Picolli; Michael Cordeiro; Thais Caroline Rodrigues Penas*

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFPR LITORAL203

Daniela Bianchini; Mayra Taiza Sulzbach; Diomar Augusto de Quadros

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO LITORAL DO PARANÁ
A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ - UFPR. 231**

Valéria dos Santos de Oliveira; Rodrigo Rossi Horochovski

**A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DA FORMAÇÃO
UNIVERSITÁRIA: O CASO DO CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL255**

Loide Sulamita Mendes do Nascimento; Mayra Taiza Sulzbach

**A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NAS
CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO LITORAL DO PARANÁ 279**

Emerson Luis Pawoski da Silva; Rafael Lopes Ferreira; Emerson Luís Tonetti

**BASES PARA CRIAÇÃO DE UM CENTRO TECNOLÓGICO DE INOVAÇÃO EM
GESTÃO AMBIENTAL E NEGÓCIOS NO LITORAL DO PARANÁ297**

*Leandro Angelo Pereira; Everaldo dos Santos; Allan Paul Krelling;
Emerson Luis Tonetti; Hugo Alberto Perlin; Elvis Canteri de Andrade*

PARTE III - TERRITÓRIO E SAÚDE 323

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO: RELAÇÕES COM A SAÚDE PÚBLICA
BRASILEIRA 325**

Silvana Márcia P. S. Coelho; Fernanda Reis; Ronaldo Ribeiro Jacobina

QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS ATIVOS NO LITORAL DO PARANÁ . . . 347

*Marisete T. Hoffmann-Horochovski; Luciana Vieira Castilho-Weinert;
Eliane Siqueira Oliveira; Erick Renan Xavier de Oliveira*

**RETRATO DAS VIOLÊNCIAS NO LITORAL DO PARANÁ: ESTUDO
RETROSPECTIVO (2014 A 2017) BASEADO EM INDICADORES 367**

*Viviani Aparecida Cruz; Clóvis Wanzinack; Mauricio Polidoro;
Marcos Claudio Signorelli*

**ANÁLISE TEMPORAL DA CORRELAÇÃO ENTRE POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA E
DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM PARANAGUÁ - PR 391**

*Anielly Dalla Vecchia; Emerson Joucoski; Roberto Eduardo Bueno;
Rodrigo Arantes Reis*

ÍNDICE REMISSIVO 417

SOBRE OS AUTORES. 421



Foto: Caieiras, Diomar Augusto de Quadros (2015).

PARTE I

DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E TRABALHO

**REORDENAMENTO TERRITORIAL NO LITORAL DO PARANÁ: PROPOSTAS DE
MACROZONEAMENTO E CENÁRIOS FUTUROS 27**

Paulo Roberto Homem de Góes

**GOVERNANÇA TERRITORIAL COMO UM DOS PILARES PARA O
DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE O LITORAL PARANAENSE. . . . 57**

João Rafael Deron; Valdir Denardin; Alan Ripoll Alves

DINÂMICAS DE TERRITORIALIDADE EM OCUPAÇÕES IRREGULARES 79

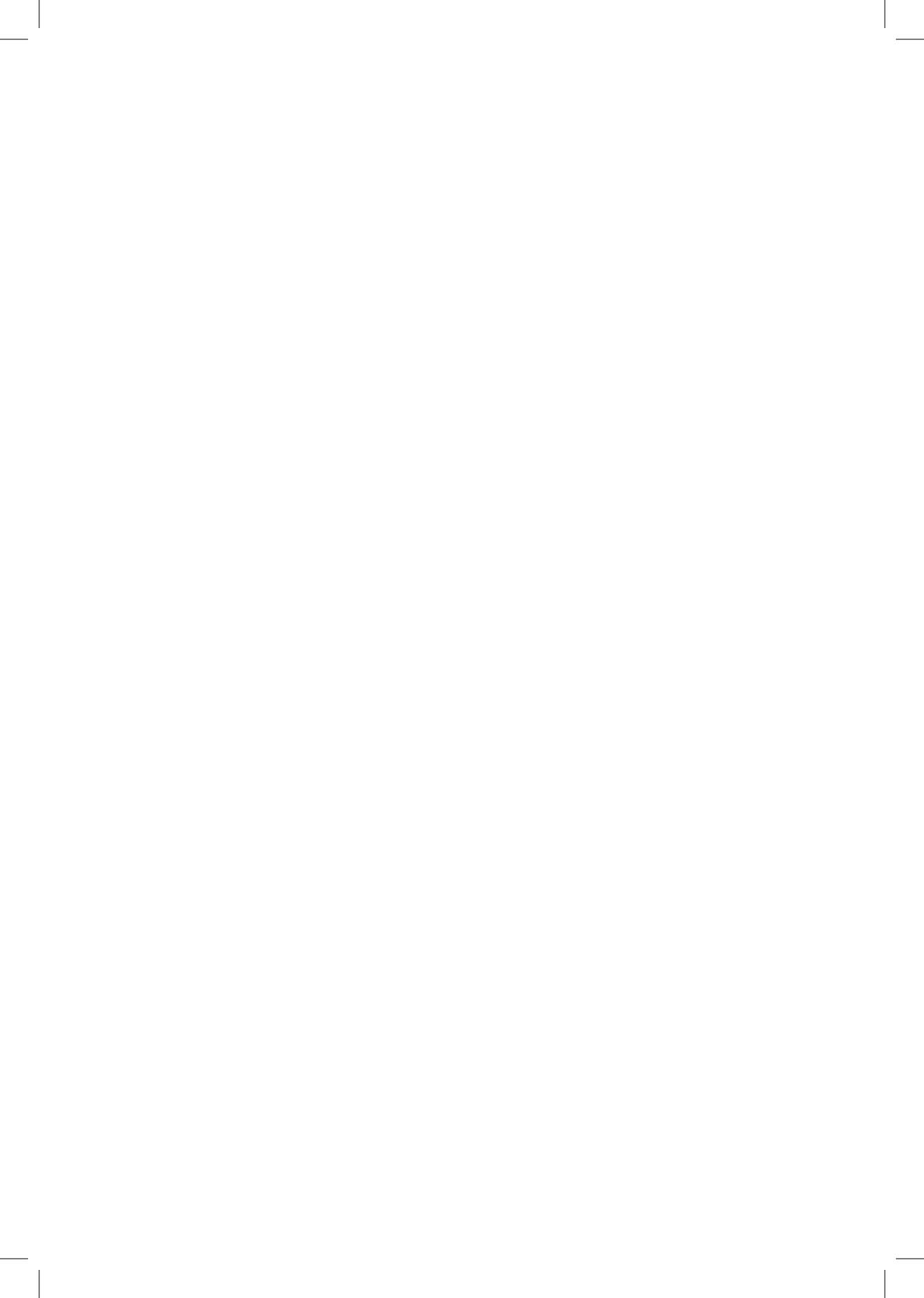
Fernanda Francis Alvares; Ivan Jairo Junckes; Silvana Marta Tumelero

**TRABALHO INFORMAL E TERRITÓRIO: COMÉRCIO AMBULANTE DE PRAIA
DO MUNICÍPIO DE MATINHOS - PR 103**

Tieme Carvalho Nishiyama; Mayra Taiza Sulzbach

**O MICROEMPREENDEDOR NO LITORAL DO PARANÁ: UMA REFLEXÃO SOBRE
O DESENVOLVIMENTO DA CATEGORIA E A SUA FORMALIZAÇÃO 125**

Marcus Aurélio Soares da Silva; Ivan Jairo Junckes



REORDENAMENTO TERRITORIAL NO LITORAL DO PARANÁ: PROPOSTAS DE MACROZONEAMENTO E CENÁRIOS FUTUROS

Paulo Roberto Homem de Góes

Introdução: diagnósticos e prognósticos para o litoral do Paraná

Ao longo das últimas três décadas o Litoral do Paraná tem sido objeto de uma série de planos institucionais de médio e longo prazo. Este planejamento estratégico, no nível estadual, vem mobilizando diversos instrumentos para estabelecer diretrizes ao ordenamento territorial da região.

O primeiro marco neste sentido foi o “Zoneamento do litoral paranaense”, estudo elaborado pelo IPARDES, sancionado através do Decreto Estadual nº 5.040/1989, o qual definiu o Macrozoneamento da região. Desde este período a preocupação manifesta pelos técnicos foi a de prover diretrizes e recomendações para assegurar o - eco desenvolvimento - (IPARDES, 1989: XV) da região. Mais recentemente, o macrozoneamento e macroplanejamento do litoral vem sendo revistos através de vários Planos dentre os quais se destacam¹:

- Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá e Antonina - PDZ (2002, 2012, 2014 e 2017);

¹ Há outros planos regionais relevantes para a região, tais como: Plano das Bacias Hidrográficas do Litoral do Paraná (2018): <http://www.aguasparana.pr.gov.br/pagina-254.html>; Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDTIS: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PARANA/PDTIS_LI-TORAL_PARANAENSE.pdf Planos Municipais da Mata Atlântica, porém a presente análise tem por foco os planos que possuem uma interface direta com o ordenamento territorial do litoral do Paraná.

- Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral do Paraná - ZEE-Litoral (2016);
- Plano Mestre do Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina (2018);
- Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral - PDS-Litoral (2019).

Estes planos, salvo o Plano Mestre, foram propostos e geridos pelo governo estadual² o que indica a preeminência da região dentro do planejamento estratégico do Estado do Paraná. Embora possuam escopos distintos, todos estes planos estabelecem diretrizes e prognósticos referentes ao (re)ordenamento territorial do Litoral. Conforme pretendo demonstrar, há uma coerência e continuidade entre esses diversos planos no que tange às propostas de macrozoneamento da região.

A presente análise situa estes diagnósticos e prognósticos para discutir criticamente estas diferentes estâncias de planejamento e as diretrizes de investimentos delas decorrente. Como veremos, o Litoral do Paraná passa por um processo de reordenamento territorial de grande escala, fato que tem importantes implicações ambientais, sociais, econômicas e culturais em todos os sete municípios. Para se compreender este processo devemos atentar, primeiramente, ao planejamento e aos cenários futuros propostos pelo Complexo Portuário, pois, em sua magnitude, é esse o principal indutor de transformações socioambientais no território litorâneo.

2 O PDZ foi contratado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), autarquia vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Logística do Governo do Estado do Paraná e desenvolvido pelo Laboratório de Transportes e Logística da Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina - FEESC - LabTrans. Embora o Plano Mestre do Complexo Portuário tenha sido contratado pela Secretaria Nacional dos Portos, o estudo foi também desenvolvido pelo LabTrans.

Complexo portuário do Paraná: cenário tendencial da movimentação de cargas e dependência do modal rodoviário

A movimentação de cargas no Porto de Paranaguá, ao longo dos últimos cem anos, se consolidou através de uma curva ascendente ininterrupta. Os primeiros ciclos econômicos do Estado do Paraná com reflexos significativos na movimentação portuária foram a extração madeireira (sobretudo de araucária e imbuia) e a exploração de erva mate. Conforme pode ser observado na Figura 1, a movimentação de cargas no período entre 1912 e 1960 atingiu em seu ápice de 99.072 toneladas em 1923.

O declínio deste ciclo extrativista³ é sucedido pela cultura cafeeira que atinge sua fase de maior expansão na década de 1960. A área cultivada passa de aproximadamente 300 mil hectares, em 1951, para 1,6 milhão de hectares em 1962 (cf. LIMA, 2014, p. 52). Tal expansão de mais de cinco vezes a área plantada em pouco mais de uma década esteve diretamente à demanda internacional. Na safra 1961/62 foram colhidas no Paraná cerca de 21,3 milhões de sacas de 60 kg, equivalente a 28% da safra mundial.

Os lucros oriundos da cultura cafeeira e as projeções de crescimento da produção foram fundamentais para que fossem finalizadas as obras rodoviárias que ligaram a região Norte do Paraná ao porto de Paranaguá. Esta obra, inaugurada em 1965,

3 Não caberá uma análise pormenorizada deste tópico que foge ao escopo do presente capítulo, mas vale registrar que o declínio do ciclo de exploração florestal da erva-mate e da araucária possui uma relação direta e inequívoca com próprios modos dessa exploração. A atividade, como exercida no Paraná ao longo das décadas de 1920-1960 foi eminentemente de deflorestação, algo que, segundo Maack (1968:328), promoveu uma redução de 11.968.800 hectares de florestas em aproximadamente 60 anos. É em áreas desflorestadas que os ciclos do café e, posteriormente, da soja irão emergir. A história da movimentação de cargas no complexo portuário de Paranaguá é também o registro da exploração fundiária do Estado.

ficou conhecida como Rodovia do Café e permanece como o tronco principal de acesso ao Complexo Portuário do Paraná⁴.

Com a crise no setor cafeeiro após a geada de 1975, a produção agrícola no estado migrou para o cultivo do trigo, milho e, especialmente, da soja. Se inserindo inicialmente nas áreas desflorestadas pelos ciclos anteriores e fazendo uso da estrutura rodoviária e ferroviária disponibilizada, a área de soja se expande, desde então continuamente. Tal processo tem reflexos diretos na movimentação de cargas em Paranaguá, conforme ilustrado na Figura 1.

O salto de mais de dez vezes no volume total de cargas movimentadas pelo porto entre 1969 e 1980 (respectivamente 800 mil e 9 milhões de toneladas) está diretamente relacionado, portanto, à transição da cultura cafeeira para a cultura da soja e, em menor escala, do milho e trigo. Desde então, a soja⁵, em termos absolutos, é o principal *commodities* exportado via Complexo Portuário do Paraná, embora desde a década de 1990 o complexo tenha se firmado como um porto multiuso.

4 Opto por definir o conjunto de atividades relacionados ao transporte cargas no Litoral do Paraná enquanto "Complexo Portuário do Paraná" e não "Porto de Paranaguá e Antonina" pelas seguintes razões: a categoria "complexo portuário" abarca de maneira mais precisa os diferentes modais envolvidos na operação portuária, a qual está intrinsecamente relacionada simultaneamente às estruturas rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias, ademais é a terminologia que vem sendo utilizada pelo próprio Plano Mestre (2018); a adição de "Paraná" em lugar de "Paranaguá e Antonina" decorre primeiramente do fato que a atividade envolve diretamente, conforme as diferentes propostas de macrozoneamento, três municípios (Antonina, Paranaguá e Pontal do Paraná), não estando restrita, portanto, à área diretamente administrada pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, acresce-se a isto o papel estratégico que o Complexo Portuário do Paraná exerce na economia e planejamento do Estado do Paraná.

5 Para exemplificar a magnitude da atividade em relação à movimentação de cargas, dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento indicam que a área de soja plantada no estado do Paraná na safra 2018/2019 foi 5,437 milhões de hectares, o que equivale a 27% da área total do Estado disponibilizados em:

<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Soja/noticia/2019/04/colheita-de-soja-e-concluida-no-pr-plantio-de-trigo-atinge-11.html> acesso em 13.08.2019. Vale o registro, porém, que além do Estado do Paraná embora o Complexo Portuário absorve uma demanda de exportação de grãos também de estados vizinhos.

Movimentação total de cargas no Complexo Portuário de Paranaguá (toneladas).



FIGURA 1 - MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO COMPLEXO PORTUÁRIO DE PARANAGUÁ - 1912 - 2013

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de Lisboa 1930 apud Neu (2009); Perin (2006) e APPA (2013).

Ao longo dos últimos quarenta anos a movimentação total de cargas no Complexo Portuário do Paraná vem crescendo de forma muito significativa e em 2013 atinge a marca de 46.168.102 toneladas (APPA, 2013). Para que esta expansão fosse possível fez-se necessário planejamento e investimentos públicos em grandes períodos de tempo, algo que vai além de gestões governamentais específicas. Já em 2006 a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDU) formulou diretrizes para o transporte marítimo que contemplam a ampliação da logística portuária do Estado e previam o desenvolvimento de um Plano Diretor Portuário. Tal diretriz foi consolidada através dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá e Antonina. De acordo com a conclusão da versão de 2014 do PDZ:

O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá, (...) concluiu que a vocação multipropósito do porto se consolidará ao longo dos próximos 20 anos, o que representa uma vantagem competitiva e relação aos demais portos com os quais disputa sua hinterlândia, uma vez que é capaz de captar qualquer tipo de carga. Entretanto, para que possa melhorar o nível de serviço observado atualmente

serão necessárias intervenções importantes, tanto no que diz respeito ao âmbito institucional da Autoridade Portuária, principalmente no que diz respeito aos **investimentos em infraestrutura portuária e de acessos** que permitirão que o porto possa ser ainda mais competitivo e, assim, buscar a expansão de sua área de atuação (PDZ, 2014, p. 355 - grifo meu).

Em setembro de 2018 foi publicada a mais recente versão do Plano Mestre do Complexo Portuário, ampliando o horizonte temporal da operação portuária para 2060 e requalificando os dados do PDZ. Conforme Figura 2, elaborada a partir dos dados disponibilizados no Plano Mestre (MTPA, 2018), a projeção na movimentação de cargas no Complexo Portuário é de crescimento de quase 100% para o período de 44 anos, saltando de 45.060.515 toneladas em 2016 para 85.300.915 toneladas em 2060 (considerando o cenário tendencial⁶).

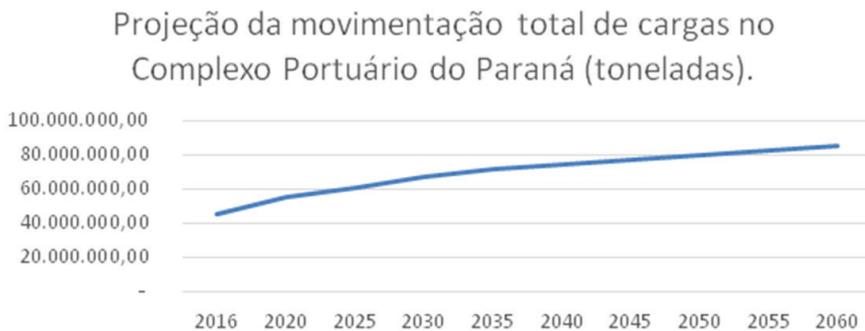


FIGURA 2 - PROJEÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA DE CARGAS NOS PORTOS DO PARANÁ - 2016-2060

FONTE: Organizado pelo autor a partir APPA (2013) e MTPA, UFSC e LABTRANS (2018).

Tal cenário prospectivo possui uma interface direta e incisiva com toda a região litorânea do Paraná, uma vez que este expressivo crescimento na movimentação total de cargas ne-

⁶ O cenário otimista prevê uma movimentação de 98 milhões de toneladas em 2060 (MTPA, 2018: 293).

cessitará, para que se efetive, da ampliação da infraestrutura de transporte terrestre. As projeções relativas ao modal rodoviário indicam um crescimento, em Paranaguá e Antonina, de quase 100% na movimentação de caminhões/dia no período entre 2016 e 2045, conforme Plano Mestre (MTPA, 2018, p. 63):

O volume de veículos que circulará no Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina cresce dos atuais 6.229 caminhões e 376 carros de passeio para 12.392 caminhões e 673 carros de passeio ao final dos próximos 29 anos, tomando como base o cenário tendencial.

Seguindo esta projeção de 12.392 caminhões/dia para 2060, o cenário para 2060 seria de aproximadamente 13.550 caminhões/dia. Estes dados não incluem a movimentação adicional prevista para o Terminal Portuário Pontal do Paraná (TPPP), o qual projeta uma capacidade de movimentar 3 milhões TEU's/ano⁷ o que equivaleria a aproximadamente 5.700 caminhões/dia (Figura 3) Considerando o fator TPPP o cenário tendencial é de uma movimentação de caminhões que corresponde ao triplo da atual.

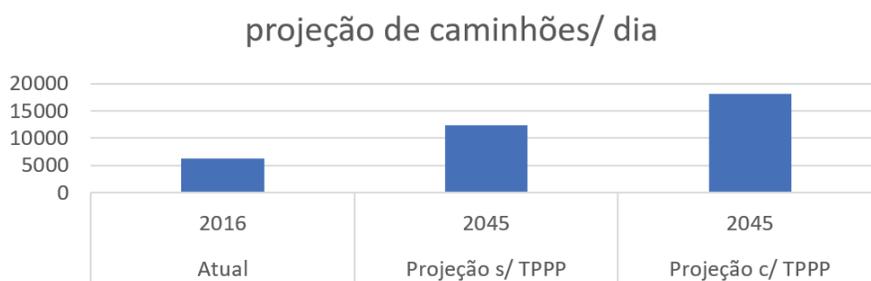


FIGURA 3 - PROJEÇÃO DE NÚMERO DE CAMINHÕES DIA

FONTE: Organizado pelo autor a partir de dados do Plano Mestre (MTPA; UFSC; LABTRANS, 2018).

7 TEU - Twenty-foot Equivalent Unit- medida padrão para calcular o volume de um contêiner. Dados referentes à capacidade total do TPPP conforme: [http://www.fiepr.org.br/para-empresas/conselhos/comercio_exterior/uploadAddress/FIEP_-_Porto_Pontal_Parana_23-05-18\[81646\].pdf](http://www.fiepr.org.br/para-empresas/conselhos/comercio_exterior/uploadAddress/FIEP_-_Porto_Pontal_Parana_23-05-18[81646].pdf)

De forma a suprir estas demandas o planejamento do Complexo Portuário estabelece a necessidade de construção de novos modais rodoviários ao longo do litoral paranaense. Obras a serem financiadas com investimentos públicos. A Figura 4 indica os trechos em estudo referentes à continuação da BR 101 no Estado do Paraná e a Figura 5 indica o traçado da Via Portuária/Faixa de Infraestrutura que serviria para escoar as cargas originadas pelo terminal privado a ser instalado em Pontal do Paraná.

A magnitude dos investimentos previstos, os desafios logísticos, de infraestrutura e de gestão envolvidos, acrescidos da posição de destaque das atividades relacionadas à operação portuária na economia do Estado do Paraná, demandam esse planejamento estratégico e de longo prazo das empresas e instituições.

O planejamento estratégico da atividade portuária, deste modo, pauta todo o macrozoneamento da região litorânea do Paraná, pois implica em transformações muito significativas no uso do solo que decorrem diretamente da necessidade de expansão do modal rodoviário. Planos como o Zoneamento Ecológico Econômico Litoral (ZEE-Litoral) e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS-Litoral), em suas propostas de macrozoneamento, embora tenham por missão formal pautar todo o macroplanejamento regional, acabam, portanto, pautados primordialmente pelo planejamento portuário.

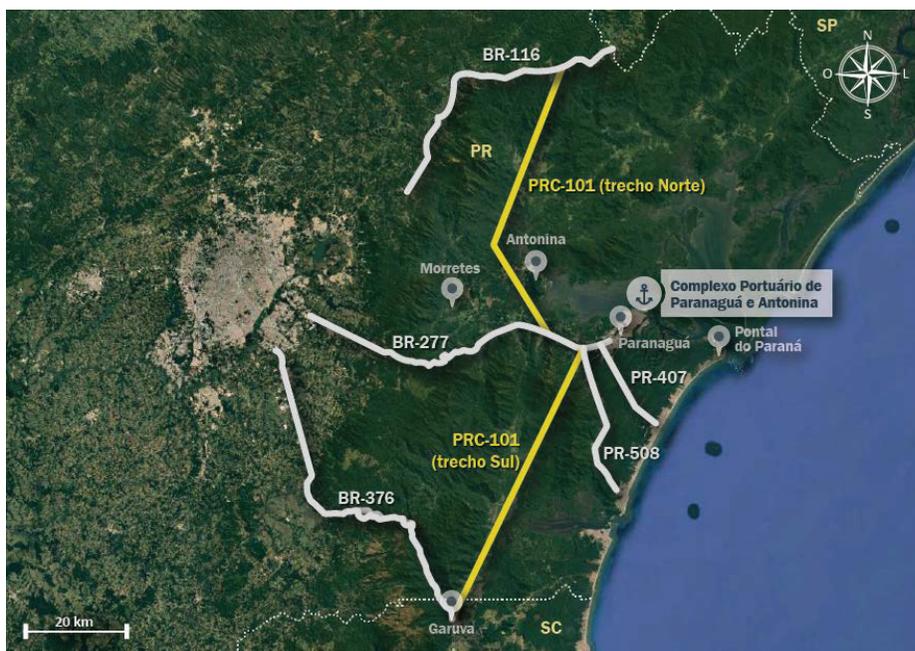


FIGURA 4 - DESENHO ESQUEMÁTICO DOS TRECHOS DA PRC-101 EM ESTUDO NO ESTADO DO PARANÁ

FONTE: MTPA, UFSC e LABTRANS (2018, p. 113).



FIGURA 5 - TRAJETO PREVISTO PARA A VIA PORTUÁRIA (FAIXA DE INFRA-ESTRUTURA) QUE VIABILIZARIA A MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS PARA O FUTURO TUP PONTAL DO PARANÁ

FONTE: MTPA, UFSC e LABTRANS (2018, p. 118).

Reordenamento territorial: propostas de macrozoneamento e cenário futuro

O Zoneamento Ecológico Econômico é um instrumento de planejamento ambiental territorial estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente através do Decreto 4.297/2002, que prevê:

Art. 2º O ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Art. 3º O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

O ZEE é, portanto, uma ferramenta de planejamento do poder público que ao diagnosticar as potencialidades e vocações de determinado território estabelece a distribuição espacial (zoneamento) das atividades de modo a integrá-las, buscando compatibilizar demandas socioeconômicas com equilíbrio ambiental. Como previsto no Decreto 4.297/2002 cabe ao ZEE estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental para garantir o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população, da qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo, e a conservação da biodiversidade.

O processo de Zoneamento Ecológico Econômico no Paraná (ZEE-PR) teve início através do Programa ZEE em 1995, todavia, apenas em 2007 foi emitido o Termo de Referência⁸ para

⁸ O documento pode ser consultado em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/TR_VI_ZEE_PR.pdf

elaboração dos estudos - os quais ficaram sob responsabilidade do ITCG⁹. Em 2010 foi instituída a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico através do Decreto nº 7.750 de 14 de julho de 2010.

Dentre as regiões do Estado do Paraná, o litoral foi a primeira a ser contemplada pelo ZEE cuja elaboração ocorreu entre os anos de 2011 e 2016. As diretrizes e recomendações de ordenamento territorial estabelecidas pelo ZEE Litoral, que servem de forma estratégica para o poder público e de forma orientativa para o setor privado, foram aprovadas através do Decreto Estadual nº 4.996 de 05.09.2016.

Não obstante a qualidade técnica do diagnóstico produzido no âmbito do ZEE Litoral que, salvo alguns pontos relativos ao meio antrópico, são amplamente referendados, o prognóstico do estudo produziu um macrozoneamento controverso, onde áreas de relevante importância para conservação foram estabelecidas como zonas de desenvolvimento diferenciado (ZDD), as quais teriam, conforme o documento, característica o potencial para expansão urbana, portuária e industrial.

Observe-se que na Figura 6 a área de ZDD se estende entre os balneários Praia de Leste e Pontal do Sul, coincidindo integralmente com o trecho previsto pelo PDZ (2014) para construção da Via Portuária/ Faixa de Infraestrutura. Deste modo, uma ampla área de relevante interesse para conservação¹⁰ passa a ser abarcada, dentro do planejamento ambiental estratégico proposto pelo governo estadual, por atividades de caráter industrial relacionadas à operação e ampliação do Complexo Portuário. Tal proposição de zoneamento não possui uma relação coerente com o diagnóstico elaborado pelo próprio ZEE Litoral.

9 Conforme estabelecido pela lei 14.899/2005.

10 A ZDD proposta no macrozoneamento do ZEE (ITCG, 2016) se sobrepõe parcialmente à Terra Indígena Sambaqui, a qual foi delimitada pela Fundação Nacional do Índio em abril de 2016.



FIGURA 6 - EXTRATO DO MAPA ZONAS DE PROGNÓSTICO DO ZEE
 FONTE: ITCG (2016).

Sucede ao ZEE Litoral o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral, cujo Termo de Referência (TR) foi emitido pelo governo estadual em 2016¹¹ e se encontra atualmente (setembro de 2019) em sua etapa final de elaboração¹². O consórcio de empresas que foi contratado para elaboração do Plano, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, adotou uma metodologia participativa para, além de diagnosticar a região, propor ações a serem implementadas no Litoral do Paraná que estejam alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Pacto Global da Organização das Nações Unidas¹³, conforme estabelecido no TR supracitado.

11 O documento pode ser acessado em: <http://pdsitoral.com/wp-content/uploads/2018/05/Termo-de-Refer%C3%A2ncia.pdf>

12 Fui selecionado como representante da sociedade civil de Matinhos para compor a Equipe de Acompanhamento do PDS Litoral, responsável por participar voluntariamente da elaboração deste Plano. Foram realizados 8 ciclos de reuniões entre oficinas participativas e audiências públicas ao longo dos meses de abril de 2018 e setembro de 2019.

13 Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Pacto Global da ONU podem ser consultados em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>

Diferentemente do ZEE, portanto, o PDS-Litoral não é uma exigência legal dentro do escopo jurídico nacional, mas sim se estabelece em respeito à diretrizes decorrentes de acordos internacionais, tal como os supracitados ODS e os Princípios do Equador¹⁴, uma vez que sua elaboração é financiada pelo World Bank Group¹⁵. Conforme o TR que estabelece as diretrizes do PDS-Litoral:

As instituições financeiras internacionais e nacionais precisam exigir o cumprimento dos Princípios do Equador e, por consequência, das normas ambientais, pois não possuem uma *faculdade*, mas sim uma *obrigação internacional* de, ao realizar empréstimo, levar em consideração fatores não econômicos, porquanto um progresso efetivo depende de uma ampla coalizão entre indivíduos, grupos da sociedade civil, organizações não governamentais, governos, agências de desenvolvimento e organizações internacionais. Em síntese, a **disponibilização de recursos para o financiamento dos investimentos** (*corporate finance* e *project finance*) precisa estar atrelada ao respeito à legislação ambiental. (PARANÁ; THE WORLD BANK, 2016, p. 66 - grifo meu).

As modalidades "*corporate finance*" e "*project finance*", citadas no TR do PDS-Litoral (PARANÁ; THE WORLD BANK, 2016) englobam, respectivamente, financiamentos de até US\$100.000.000,00 e US\$10.000.000,00 (EQUATOR PRINCIPLES, 2013, p. 4). Os pedidos de financiamentos para qualquer instituição financeira signatária dos Princípios do Equador devem atender às suas diretrizes relativas à avaliação de impactos socioambientais e engajamento das partes interessadas.

14 Atualmente 97 instituições financeiras são signatárias dos Princípios do Equador: <https://equator-principles.com/> acesso em 06.09.2019.

15 O Banco Mundial é signatário dos Princípios do Equador. <https://www.worldbank.org/do>

Para todos os Projetos das Categorias A e B, a EPFI exigirá que o cliente demonstre o Engajamento efetivo de Partes Interessadas, como um processo contínuo, estruturado e culturalmente apropriado, junto às Comunidades Afetadas e, quando pertinente, junto a Outras Partes Interessadas. **Quando o Projeto tiver potencial de gerar impactos adversos significativos sobre as Comunidades Afetadas, o cliente deverá promover um processo de Consulta e Participação Informada.** (EQUATOR PRINCIPLES, 2013, p. 6 - grifo meu).

As categorias A e B, conforme (EQUATOR PRINCIPLES, 2013, p. 6), são referentes, respectivamente, a projetos com impactos socioambientais adversos significativos e limitados. O propósito mais amplo do PDS-Litoral é, portanto, atender as diretrizes estabelecidas pelas instituições financeiras internacionais signatárias dos Princípios do Equador, engajando a população litorânea na elaboração do plano e propondo cenários de futuro a partir da sistematização dos diagnósticos consolidados.

Pode-se registrar várias virtudes deste processo de elaboração do PDS-Litoral, dentre essas, a metodologia adotada e a transparência com relação à disponibilização dos dados ao longo de seu desenvolvimento. O plano também complementou o diagnóstico produzido pelo ZEE Litoral no que se refere à presença de comunidades tradicionais, as quais tiveram sua presença destacada e, inclusive, ocasionaram ajustes importantes no macrozoneamento proposto no ZEE-Litoral com alterações na ZDD em Pontal do Paraná que se sobrepunha à Terra Indígena Sambaqui¹⁶.

16 A equipe do PDS-Litoral agregou ao diagnóstico algumas das contribuições da comunidade acadêmica formalizadas na Carta de Matinhos, documento coletivo produzido durante o II Fórum de Pesquisas em Desenvolvimento Territorial Sustentável realizado no dia 16 de agosto de 2018 na Universidade Federal do Paraná. Porém, pontos fundamentais da Carta de Matinhos, sobretudo na fase de prognóstico do PDS-Litoral, não foram incorporados. Destaco os pontos relativos aos cenários prospectivos, sobre os quais a presente análise fará algumas considerações abaixo.

Conforme Figura 7 as áreas previstas para instalação de atividades portuárias ao longo da PR407 e no balneário Pontal do Sul foram reduzidas em relação ao ZEE-Litoral e identificadas enquanto “macrozonas de expansão urbana”. Deste modo o entorno da PR-407 deixa de ser uma área prevista para industrialização na medida em que passa a compor a “macrozona rural”.

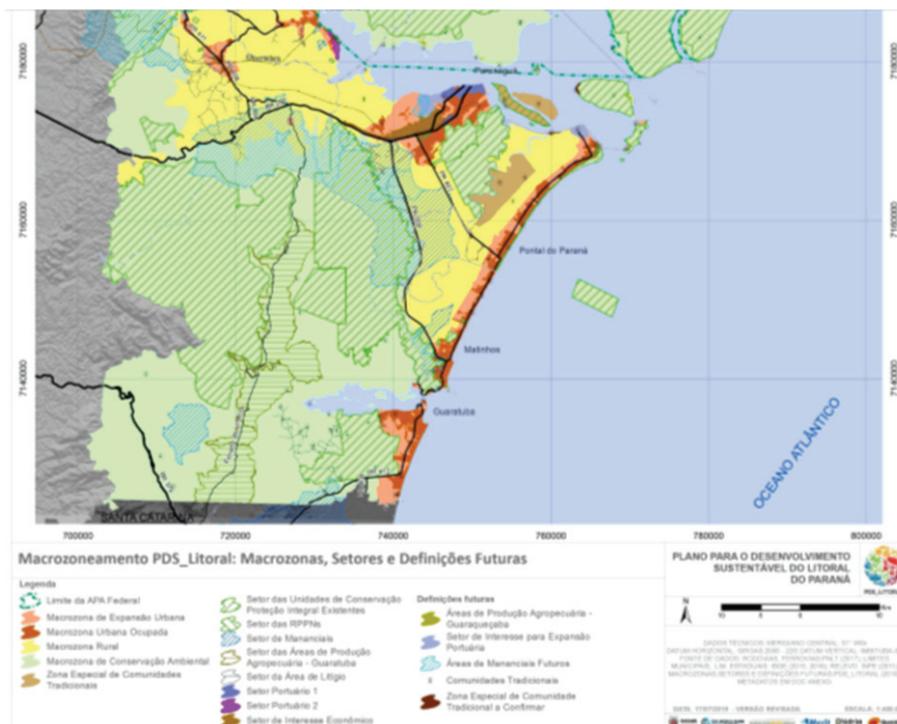


FIGURA 7 - EXTRATO DO MACROZONEAMENTO PROPOSTO NO PDS-LITORAL
 FONTE: Paraná e Consórcio Litoral Sustentável (2019c, p. 104).

Tais ajustes são mudanças importantes na configuração territorial futura do litoral, embora não haja definição, ao menos tornada pública, por parte dos gestores do contrato sobre qual será efetivamente a preponderância entre estes macrozoneamentos propostos, ou seja, qual macrozoneamento (ZEE ou PDS-Litoral) ditará efetivamente a gestão, os investimentos, o planejamento e o ordenamento territorial da região.

Adicionalmente a estes ajustes no macrozoneamento, o PDS-Litoral apresenta também um mapa considerando os projetos de infraestrutura previstos, conforme Figura 8, onde as linhas em amarelo são os novos trechos rodoviários previstos. O documento explicita que estes são projetos em discussão e o mapa seria uma síntese das estruturas de transporte possíveis. Dos 15 projetos de infraestrutura apresentados, 11 são diretamente relacionados ao Complexo Portuário do Paraná, sendo: (3) Definição da BR 101 no Paraná; (5) Contorno Urbano de Pontal; (6) Acostamento e canteiro central da PR 508; (7) Requalificação de acessos litoral Sul; (8) Ampliação do pátio de triagem da APPA; (9) Requalificação de acessos ao Porto de Paranaguá; (10) Nova área portuária no Embocuí; (11) Expansão do Porto de Paranaguá; (12) Nova área portuária de Pontal do Paraná; (13) Contorno urbano Morretes - Antonina e (15) Nova ferroviária da Serra do Mar.

Embora o documento apresente opções criativas ao nomear os projetos, a Figura 8. O projeto (5) denominado “contorno urbano de Pontal” corresponde à Via Portuária/ Faixa de Infraestrutura prevista no Plano Mestre do Complexo Portuário, porém o PDS-Litoral propõe uma alternativa nova para escoamento das cargas através da construção da via (7) “requalificação litoral sul” que faria a ligação entre a Via Portuária e a PR 508 (Alexandra-Matinhos), à qual seria também objeto de um projeto de ampliação (6) “Acostamento e canteiro central da PR 508”. Estes novos trechos viabilizariam a ligação com o tronco rodoviário principal previsto através do projeto (3) Definição da BR 101 no Paraná. O projeto (13) da mesma forma estabelece a localização de um trecho rodoviário necessário para ligar o Porto de Antonina à nova BR 101. Os demais projetos previstos são diretamente relacionados à expansão do Complexo Portuário do Paraná, sendo condicionados à expansão dos modais rodoviários tendo em vista o aporte de veículos/dia que esta ampliação exigiria. Vale o registro que em uma escala de importância atribuída pela

população consultada, o projeto (15) da nova ferrovia foi o mais votado nas oficinas do PDS-Litoral.

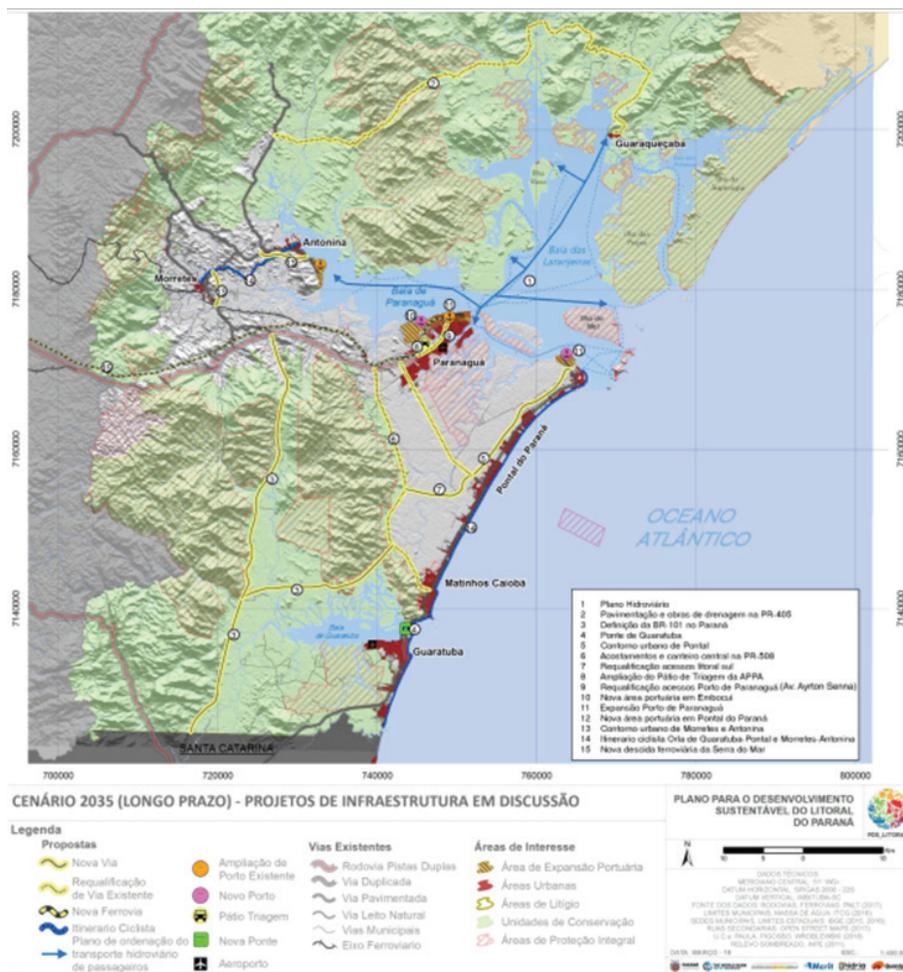


FIGURA 8 - MACROZONAMENTO DO LITORAL DO PARANÁ - CENÁRIO DE LONGO PRAZO (2035): PROJETOS DE INFRAESTRUTURA
 FONTE: Paraná e Consórcio Litoral Sustentável (2019c, p. 154).

Esta centralidade da atividade portuária no macroplanejamento e reordenamento territorial do litoral se torna ainda mais evidente nas proposições de cenários futuros do PDS-Litoral. Tais proposição de cenários futuros são o ponto nevrálgico do

PDS-Litoral na medida em que subsidiam o macrozoneamento e produzem um horizonte de investimentos para a região.

Conforme previsto no Termo de Referência do PDS-Litoral caberia ao plano “realizar a formulação de diversos cenários prospectivos desejáveis, alternando as prioridades de cada dimensão analisada” (PARANÁ; THE WORLD BANK, 2016, p. 109). A elaboração destes cenários prospectivos é fundamental não apenas para que se cumpra uma etapa exigida pelas instituições financeiras internacionais, mas por estabelecer um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo na medida em opera como um instrumento de avaliação da capacidade de suporte do território a partir das premissas do desenvolvimento sustentável. Para tanto, ao PDS-Litoral caberia proporcionar, ainda segundo o TR, “efetiva integração e participação dos diversos setores da sociedade, a fim de colaborar na contextualização da região e elaboração de cenários futuros no campo do planejamento estratégico” (PARANÁ; THE WORLD BANK, 2016, p. 94).

Foram, inicialmente, elaborados quatro cenários de futuro para o litoral do Paraná. Esses cenários foram estruturados a partir da metodologia FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças) elaborada para a fase de diagnóstico do PDS-Litoral. Para cada quadrante da matriz FOFA a equipe consultora atribuiu um cenário potencial, produzindo uma equivalência entre Força - cenário A; Oportunidades - cenário B; Fraquezas - Cenário C e Ameaças - Cenário D. Cada cenário prospectivo foi definido da seguinte maneira (PARANÁ; CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL, 2019b, p. 42):

- “Cenário A: O que aconteceria com o Litoral se as Forças fossem potencializadas e houvesse o ambiente propício para o seu pleno desenvolvimento? Qual Litoral teríamos se a região tivesse as condições de se desenvolver de forma menos dependente de ajuda externa, e com isso conseguisse fortalecer sua identidade local?

- Cenário B: O que aconteceria com o Litoral se as Oportunidades pudessem se tornar realidade, e se, com isso, os grandes projetos pensados para o desenvolvimento econômico fossem viabilizados? Qual Litoral teríamos se a região tivesse a possibilidade de grande ganho financeiro e apoio tecnológico externo?
- Cenário C: O que aconteceria com o Litoral se a região seguisse a tendência registrada em 2018 (com base no relatório de contextualização do PDS), ou seja, se não houvesse nem intervenções para desenvolvimento de forças e oportunidades, nem para contenção do agravamento de fraquezas? Qual Litoral teríamos se as questões que comprometem o nível de desenvolvimento existente se mantivessem em crescimento tendencial?
- Cenário D: O que aconteceria com o Litoral se a região não apenas não fosse submetida à intervenções que a fortalecessem, mas também se tornasse vulnerável às ameaças identificadas? Qual Litoral teríamos se as ameaças que afetam diretamente a região se tornassem realidade?"

É fundamental compreender esta metodologia para que se visualize efetivamente a proposta. Além de organizar os cenários futuros em quadrantes, a equipe do PDS-Litoral entendeu que seria produtivo e adequado relacionar os diferentes cenários em uma ordem temporal¹⁷ (Figura 9). Deste modo, situação atual (2019) é identificada ao cenário C (que na matriz FOFA é o quadrante das "Fraquezas") denominado "Desperdício de Opor-

17 "Esta leitura da análise do grau de homogeneidade dos impactos permite inferir que a Visão Geral de Futuro 2035 não deve se dar a partir da escolha entre cenários, mas sim do entendimento de que todos os quatro cenários apresentados são facetas de uma mesma realidade, e que apontam para possibilidades que podem coexistir no percurso rumo ao desenvolvimento sustentável. Os Cenários A, B, e C passam assim a serem vistos não como alternativas entre si, mas como interdependentes e complementares". PDS-Litoral Produto 8, (2019: 123).

tunidades”; o cenário B “Enfrentando Desafios” (2025) corresponde às “Oportunidades” da Matriz Fofa; o cenário A “Rumo ao Potencial” (2035), por sua vez, corresponde às “Forças” do litoral. Finalmente o cenário “D” corresponde ao quadrante “Ameaças” da matriz FOFA e ao “Contexto de Crise” e cumpre um papel de ser “elemento contrafactual que ilustra o que pode vir a acontecer caso nenhuma ação seja tomada em prol do desenvolvimento sustentável do Litoral é definido” (PARANÁ; CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL, 2019b, p. 114).

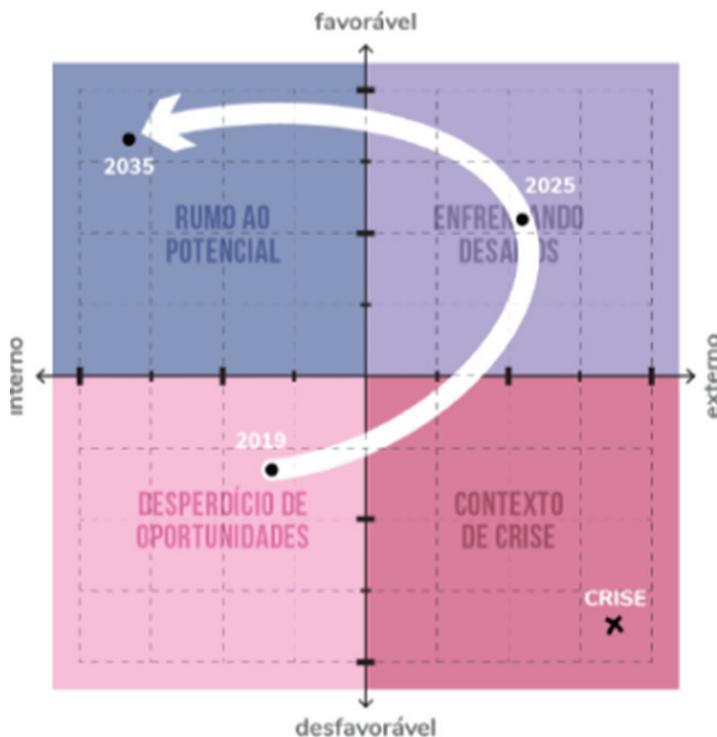


FIGURA 9 - GRÁFICO “VISÃO GERAL DE FUTURO EM 2035”

FONTE: Paraná e Consórcio Litoral Sustentável (2019a, p. 131).

Em síntese, como consequência das opções metodológicas adotadas, os cenários prospectivos do PDS-Litoral propõem apenas um único cenário de futuro possível. Para evitar o “contexto de crise” e o “desperdício de oportunidades” os gestores públicos

e privados devem orientar suas ações para “enfrentar desafios” em médio prazo (2025) captando recursos financeiros externos e viabilizando os “grandes projetos de desenvolvimento” previstos. Da forma como apresentada, esta é uma condição *sina qua non* para que o litoral alcance o cenário ótimo em 2035.

Os impactos potenciais decorrentes do cenário “B” (inclusive uma movimentação de até 18.000 caminhões/dia, intensificação da poluição atmosférica, do atropelamento de fauna, da poluição de solos e água, da pressão sobre comunidades tradicionais, do aumento da violência, entre outros.) são omitidos da análise e do cenário de futuro.

O PDS-Litoral apresenta essencialmente a mesma “visão de futuro” dos cenários tendenciais propostos pelo planejamento portuário (cf. Plano Mestre, 2018), a partir das demandas nacionais e internacionais por movimentação de cargas. Da forma como está apresentado, o cenário de futuro do Litoral do Paraná está condicionado à expansão do Complexo Portuário, sem que os efeitos desta expansão sejam considerados nas projeções.

Esta proposição de cenários vem sendo amplamente criticada pela comunidade científica e equipes de acompanhamento com relação à metodologia adotada¹⁸, uma vez que a proposta do PDS-Litoral não permite uma avaliação comparativa entre cenários possíveis (por exemplo, um cenário com maior ou menor investimento em ciclomobilidade, com maior ou menor investimento em indústrias ou com maior ou menor investimentos em gestão pública). Não há modelagem nesta proposição que permitiria inserir e subtrair variáveis para que fossem avaliadas as consequências de decisões tomadas pelo poder público e investidores.

18 Tais questões foram apontadas na Carta de Paranaguá (2019) elaborada por representantes de instituições públicas de ensino superior e comunidade acadêmica como resultado do 1º Workshop sobre o “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná” (PDS) nas cartas elaboradas pelas Equipes de Acompanhamento do PDS - Litoral e encaminhadas à coordenação técnica do plano. As cartas das equipes de acompanhamento foram reproduzidas no Produto 11, Relatório de atividade 04: Oficinas de ação e relatório do plano de ação consolidado (PDS-Litoral, 2019: 464 - 465).

Assim, embora contemple as diretrizes estabelecidas nos Princípios do Equador (PE) relativas ao “engajamento das comunidades afetadas” e tenha realizado ajustes importantes no macrozoneamento proposto no ZEE-Litoral, o PDS-Litoral não atende à diretriz dos PE referentes à uma avaliação socioambiental dos riscos e impactos desta opção de desenvolvimento, na medida que os dados mais essenciais para uma avaliação de impactos sinérgicos e cumulativos, que subsidiariam a proposição dos cenários e de uma visão de futuro, não são apresentados ou debatidos.

Conclusão: desafios para o desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná no cenário tendencial

Baltazar (2018), no volume 3 desta mesma coleção, ao analisar o ZEE-Litoral enquanto instrumento de justiça ambiental, propõe que os conflitos e sobreposições entre o macrozoneamento e demandas locais do poder público ou privado sejam solucionados pela via do licenciamento ambiental. Para exemplificar sua proposta indica a sobreposição entre o macrozoneamento do ZEE-Litoral e o Decreto Estadual nº 1.562, de 31/05/2011 que

Declara de utilidade pública as áreas do Macro Zoneamento da Área do Porto Organizado de Paranaguá configurada como as áreas de expansão, para fins de intervenção em área de Preservação Permanente - APP, onde serão instalados investimentos e obras de interesse público.

Com esta proposição, endossada pelo caso escolhido, Baltazar (2018) toma partido a priori de uma parte em detrimento do todo. Se o espaço para resolução de conflitos que decorrem da sobreposição entre distintos zoneamentos ocorre no âmbito do licenciamento ambiental, assume-se, em tese, a legitimidade e prerrogativa da proposta do(s) empreendimento(s) na área em litígio.

Em termos concretos, esta proposta de resolução das sobreposições beneficiaria os planos de ampliação previstos pelo Porto de Paranaguá em duas grandes áreas, quais sejam: Embocuí (localizada à Oeste do atual Porto de Paranaguá) e Pontal do Paraná. Baltazar (2018) parece ignorar que no âmbito do licenciamento, no modelo adotado no Brasil, cada empreendimento (cada CNPJ específico) será analisado de forma independente e que as análises de impactos sinérgicos e cumulativos são secundárias nestes estudos.

Cabe ao macrozoneamento e não ao licenciamento estabelecer a destinação das áreas conforme sua vocação. Este é a função, *in abstracto*, de ferramentas de planejamento como o ZEE-Litoral e o PDS-Litoral. Porém, embora devessem pautar o planejamento estratégico, neste contexto específico e dada a magnitude econômica, logística e política do Complexo Portuário, ocorre no litoral do Paraná um processo em que o macrozoneamento e o planejamento do Complexo Portuário pautam o macrozoneamento e o planejamento territorial de toda região.

A relação do Complexo Portuário do Paraná com o litoral do Estado é, portanto, delicada. O crescimento consistente da capacidade de movimentação de carga ocorre em uma velocidade muito maior do que a capacidade da região de absorver os impactos da operação portuária. Em parte, isto decorre de um modelo de gestão que externaliza impactos sociais e ambientais para tratar exclusivamente da operação logística.

Para exemplificar de forma concreta este argumento: em 2018 havia na Diretoria de Meio Ambiente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina uma equipe com 10 profissionais (MTPA, 2018, p. 209), a Gerência ambiental da TCP conta com 4 profissionais e os demais operadores portuários, como Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A, TEAPAR, Cotriguaçu, Cargill, e Interalli S.A. não possuem quaisquer núcleo ou equipes referentes à questão ambiental ou socioambiental. Em princípio à estas

diretorias e gerencias caberia, entre outras atribuições, toda a gestão dos processos de licenciamento ambiental, articulação institucional, planejamento estratégico para mitigação de impactos e proposição de projetos de sustentabilidade. Na prática são equipe focadas na manutenção das licenças ambientais.

Em suma, um Complexo Portuário que movimentou em 2018 (APPA, 2018) mais de 53 milhões de toneladas de cargas (os quais demandaram mais de 2 milhões de caminhões), localizado em uma da região de extrema relevância ambiental e que possui mais de uma centena de comunidades tradicionais, disponibiliza, entre diretores e estagiários, 14 funcionários para se dedicar a todos os processos que envolvem “questões” ambientais.

Feito este registro, é importante retomar alguns apontamentos produzidos pela Organização da Cooperação para Desenvolvimento Econômico sobre a relação entre portos e cidades. conforme A OECD (2014: 46 e seguintes), a partir de vários estudos de caso, identifica os principais impactos negativos inerentes à atividade portuária, quais sejam: poluição atmosférica; poluição da água; poluição dos solos; produção de rejeitos; ruídos; impactos sobre a biodiversidade; impactos sobre a saúde da população; sobre os usos e ocupação da terra; sobre o tráfego; impactos visuais; mal cheiro; poeira; impactos sociais e sobre questões de segurança pública.

O referido estudo indica que todos estes impactos negativos são regionalizados, ocorrem no entorno das áreas de operação portuária, no entanto, conforme o supracitado estudo da OECD, não obstante os impactos negativos incidirem diretamente sobre o território, os impactos positivos, relacionados à geração de emprego, renda e fomento ao desenvolvimento tecnológico, tendem cada vez mais (e este é um fenômeno mundial), a se dispersarem de forma não regionalizada. As conclusões da OECD indicam esta tendência de um afastamento cada vez maior dos benefícios da atividade portuária em relação à região onde a atividade se desenvolve.

Recentemente (agosto de 2019) o governo do Estado anunciou o ingresso da administração portuária no Pacto Global da ONU aderindo às ações do programa Cidades do Pacto Global das Nações Unidas e aos compromissos estabelecidos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio (ODS). Conforme declaração do governador em exercício:

A partir do momento em que assume esse protocolo, o porto se compromete com uma série de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. E ele já é reconhecido pelo seu forte compromisso com a área ambiental.¹⁹

As questões que se colocam aos gestores públicos e privados, em específico, e à sociedade litorânea como um todo, são muitas. Primeiramente e de forma pragmática: como os gestores públicos estaduais e municipais e os gestores privados honrarão as diretrizes internacionais com as quais se comprometem em busca de financiamento, se todas as questões socioambientais são mantidas como externalidades da operação portuária?; como haverá sustentabilidade em um modelo de desenvolvimento essencialmente dependente do modal rodoviário?; como sintonizar a velocidade com que as demandas portuárias se impõem com a resiliência dos ecossistemas litorâneos?; e, por fim, como ocorrerá a inclusão e capacitação da população local neste modelo de desenvolvimento, quando se observa um distanciamento cada vez maior (OECD, 2014) entre a atividade e a região onde ela é exercida?.

19 Conforme noticiado pela Agência de Notícias do Paraná em 15.08.2019: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=103324&tit=Porto-de-Parangua-vai-modernizar-o-Corredor-de-Exportacao>. Ver também a notícia de 02.09.2019 sobre o Termo de Compromisso entre a Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), para a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS: <http://www.desenvolvimentourbano.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1627&tit=Vinculadas-a-SEDU-firmam-Termo-de-Compromisso-com-os-ODS-da-Agenda-2030-da-ONU>

A gestão territorial e socioambiental dos riscos e impactos inerentes à esta expansão prevista requer o mesmo nível de planejamento e articulação dispendido às operações de infraestrutura e logística. Dada sua magnitude e capacidade de catalisar transformações em nível regional, o Complexo Portuário não poderia ter como responsabilidade apenas o transporte de cargas. Tal como se configura no atual cenário tendencial, a expansão do Complexo Portuário do Paraná produz um contexto onde a região absorve os impactos da atividade enquanto os benefícios são absorvidos pela capital e pelo próprio Estado do Paraná.

Se o macroplanejamento do Estado estabelece como estratégica a ampliação do Complexo Portuário na escala estabelecida pelo Plano Mestre e PDZ's, e conforme indicam todos os grandes planos de zoneamento aqui analisados, este crescimento deve ocorrer de forma condicionada e articulada com a melhoria da mobilidade municipal e intermunicipal (incluindo a ciclomobilidade), de serviços básicos, com a garantia de um ambiente limpo e geração de renda para a população residente. Uma vez que a expansão do Complexo Portuário orienta o macroplanejamento do litoral do Paraná, tal crescimento deve ocorrer com o litoral, não às suas custas.

Referências

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá - PDZPO**. Dimensionamento das necessidades físicas e operacionais do porto. Paranaguá. 2002. 53p.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). Estatísticas da Movimentação Geral de Cargas. 2013. Disponível em: <<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Operacional/listagem-de-estatisticas>>

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA); FUNDAÇÃO DE ENSINO DE ENGENHARIA DE SANTA CATARINA (FEESC); LABORATÓRIO DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA (LABTRANS). **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá - PDZPO**. Florianópolis, 2012. v. 2.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA); FUNDAÇÃO DE ENSINO DE ENGENHARIA DE SANTA CATARINA (FEESC); LABORATÓRIO DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA (LABTRANS). **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá - PDZPO**. Florianópolis, 2014.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA); FUNDAÇÃO DE ENSINO DE ENGENHARIA DE SANTA CATARINA (FEESC); LABORATÓRIO DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA (LABTRANS). **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Antonina**. Florianópolis, 2015.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá e Antonina**. Labtrans/UFSC, 2017.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). **Estatísticas da Movimentação Geral de Cargas**. 2019. Disponível em: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/webservices/listagem-de-estatisticas/download/a7e193a1-c7fa-4ffc-a26a-844151999563/12_Dezembro_19.pdf>

BALTAZAR, S. M. O zoneamento ecológico-econômico do litoral paranaense (ZEE PR-Litoral) como instrumento de justiça ambiental: Potenciais conflitos e efetividade pelo licenciamento. In: SULZBACH, Mayra Taiza; ARCANJO, Daniela Rezende; Quadros, Juliana. **Litoral do Paraná: território e perspectivas**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018. v. 3: Dimensões de desenvolvimento.

BRASIL. **Decreto nº 4.297 de 10 de julho 2002**. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 11 jul. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4297.htm>

CARTA DE MATINHOS. **IIº Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. UFPR. Agosto de 2018. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2018/08/Carta-de-Matinhos-II-F%C3%B3rum-de-Pesquisas-Desenvolvimento-Territorial-PDS-em-Debate.pdf>>

EQUATOR PRINCIPLES. **The Equator Principles**. 2013. Disponível em: <https://equator-principles.com/wp-content/uploads/2017/03/equator_principles_III.pdf>

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Fundação Edison Vieira. **Zoneamento do litoral paranaense**. Curitiba. 1989.

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ (ITCG). **Termo de Referência para elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná**. 2007. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/TR_V1_ZEE_PR.pdf>

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ (ITCG). **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná - Fase litoral**. Curitiba: ITCG, 2016.

LIMA, L. V. C. **A Cafeicultura no Estado do Paraná: Sua implementação, desenvolvimento e auge**. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL (MTPA); UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA (UFSC); LABORATÓRIO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA (LABTRANS). **Plano Mestre do Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina**. 2018. Disponível em: <https://www.infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/planos_mestres/versao_completa/pm22.pdf>

NEU, M. F. R. **Os portos no sul do Brasil: da formação ao século XXI**. 228 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). **The Competitiveness of Global Port-Cities**. 2014. OECD publishing. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/the-competitiveness-of-global-port-cities_9789264205277-en>

PARANÁ. Decreto Estadual nº 5.040 de 11 de maio de 1989. Define o Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense. **Leis Estaduais**, Curitiba, PR, 11 maio 1989. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-5040-1989-parana-aprovacao-do-regulamento-que-define-o-macro-zoneamento-da-regiao-do-litoral-paranaense>>

PARANÁ. Decreto Estadual nº 7750 - 14 de julho de 2010. Dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico para a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE - PARANÁ, e dá outras providências. **Diário Oficial** nº. 8262, 14 Jul. 2010, Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/ZEE_a_partir_de_2015/Decreto_7750.pdf>

PARANÁ. Decreto Estadual nº 1.562 de 31 de maio de 2011. Declara de utilidade pública as áreas do Macro Zoneamento da Área do Porto Organizado de Paranaguá configurada como as áreas de expansão. **Diário Oficial** nº 8477, 31 maio 2011. Disponível em: <http://www.site.mppr.mp.br/arquivos/File/bacias_hidrograficas/5_Legislacao/Decreto_1562_31_mai_2011_Expansao_Porto_Pgua_inluindo_Pontal.pdf>

PARANÁ. Decreto Estadual nº 4996, de 05 de setembro de 2016. Dispõe sobre o Regulamento que define o documento técnico científico Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Paranaense - ZEE PR - Litoral. **Diário Oficial** nº. 9778, 6 set. 2016. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=161678&indice=1&totalRegistros=1>>

PARANÁ; THE WORLD BANK. **Termo de Referência Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral**. 2016. Disponível em: <<http://pdsitoral.com/wp-content/uploads/2018/05/Termo-de-Refer%C3%AAncia.pdf>>

PARANÁ; CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral**. 2019a. Produto: 8 Relatório de Atividade 03: Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro (RA 03). Disponível em: <<http://pdsitoral.com/wp-content/uploads/2019/03/Produto-08-Oficinas-de-cen%C3%A1rios-RA03.pdf>>

PARANÁ; CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral**. 2019b. Produto: 9 Relatório de Construção de Cenários e Visão de Futuro Final (R.C.C.F.). Disponível em: <<http://pdsitoral.com/wp-content/uploads/2019/06/P7-Relat%C3%B3rio-de-Cen%C3%A1rios-FINAL.pdf>>

PARANÁ; CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral**. 2019c. Produto 11: Relatório de Atividade 04 - Oficinas do Plano de Ação e Relatório do Plano de Ação Consolidado (R.P.A.C.). Disponível em: <<http://pdslitoral.com/wp-content/uploads/2019/07/P11-Oficinas-de-Plano-de-A%C3%A7%C3%A3o-24.07.2019.pdf>>

PERIN, E. B. **A evolução da movimentação das cargas nos portos do sul**. UNISUL, 2006. Relatório de Pesquisa Fapesp.



GOVERNANÇA TERRITORIAL COMO UM DOS PILARES PARA O DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE O LITORAL PARANAENSE

*João Rafael Deron
Valdir Frigo Dernardin
Alan Ripoll Alves*

Introdução

Ao longo de sua história, o litoral paranaense passou por alguns ciclos econômicos, com períodos de prosperidade e depressão, e, apesar de ser a primeira região do estado do Paraná a ser ocupada, continua sendo a última fronteira em direção ao desenvolvimento até o presente (ESTADES, 2003).

O litoral do Paraná ocupa uma contínua área de Mata Atlântica, com diversas fisionomias vegetais, em grande parte florestais, caracterizadas no âmbito do relevo da Serra do Mar e da Planície Litorânea, apresentando cerca de 80% do território protegidos por algum tipo de instrumento legal de preservação ambiental (TIEPOLO; DENARDIN, 2016).

Sob a influência de tais condições a Mata Atlântica se torna também um dos principais palcos de disputas na região, embora os conflitos distributivos, espaciais e territoriais se encontrem assimetricamente relacionados aos diferentes atores que interagem na sua abrangência. Para eles, se por um lado a ação fiscalizadora da aplicação legislativa se mostra mais severa contra indivíduos e pequenos coletivos, tais como moradores do entorno de Unidades de Conservação (UC), membros de comunidades tradicionais e pequenos agricultores, a mesma fiscalização pode se tornar mais branda quando se tratam de empreendimentos

governamentais e privados, com tendências à flexibilização de normativas e legislações nas mais diversas instâncias, geralmente voltadas para atender aos interesses de mercado. Outra causa de pressão a essa proteção ambiental pode ser atrelada ao crescente aumento da população, estimada para 2017 em cerca de 291.687 habitantes nos sete municípios que compõem a região. Destes, três municípios - Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos - possuem índices de crescimento populacional bem acima da média estadual (MONTEIRO, 2016).

A partir desse cenário Tiepolo e Denardin (2016) chamam a atenção para as dinâmicas de desenvolvimento que surgem em tempo e espaço diferenciados com estratégias criadas e recriadas pelos atores sociais em diferentes perspectivas de futuro e interações entre si. Para esses autores os territórios se comunicam uns com os outros, estabelecendo diferentes níveis de relações com o ambiente e seus modos de vida. Diversas associações expressam em alguns fatores o comportamento ecológico particular de cada segmento social nessa fração da Mata Atlântica por meio de povos indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, pescadores artesanais, empresários da pesca, veranistas ou migrantes atuando em seus espaços rurais, urbanos, industriais ou em latifúndios antigos e recentes (BONAMIGO, 2006; DYSARZ, 2013).

Partindo desse pressuposto, falar ou propor alternativas de produção e/ou organização da agricultura familiar não somente no litoral do Paraná, mas como em todo o meio rural do país se constitui em um desafio, principalmente quando se leva em consideração as dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento.

No espectro dessa ótica, ressalta-se a significância de se interpretar o meio rural, não raramente preterido em relação ao contexto urbano em determinadas análises, como principal foco de estudo deste trabalho. Neste sentido, a abordagem territorial oferece um panorama através de diferentes atores locais, os quais

devem ser convidados a pensar, decidir e agir sobre o seu próprio futuro, suas demandas, seus projetos e formas de gestão das iniciativas a serem seguidas (GIORDANO DELGADO et al., 2007).

Pensar o desenvolvimento territorial requer uma melhor compreensão das relações entre os atores e seus recursos. Compreender como os atores se correlacionam para dar sustentação aos processos de desenvolvimento nos territórios se faz necessário a um planejamento voltado a ações futuras.

No que tange aos estudos territoriais, ampara-se na afirmação de Pecqueur (2009, p. 82): “o que vale a pena ser destacado aqui é não só a importância quantitativa desses modos de organização territorial, mas a ausência de estudos de um fenômeno que, por muito tempo, foi considerado insignificante pela teoria econômica e pelas análises do processo de globalização”.

Lança-se, dessa forma, o tema da governança territorial e seus elementos conceituais com referência a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais através de características e relações entre atores diversos, representando esferas estatais, empresariais e representantes da sociedade civil, como alternativa a um processo mais harmônico, simbiótico e dissolvido de desenvolvimento na região em estudo.

Destaca-se o papel do desenvolvimento rural comunicado à intensificação da participação social e à melhoria da governança territorial como formas de valorização do meio rural e suas dinâmicas no cenário em questão. Conseqüentemente, mostram-se, nestes fundamentos, necessários esforços para a ampliação do debate entre os diferentes proponentes, estudiosos e organizações rurais, sendo este provavelmente o maior desafio na atualidade entre aqueles que buscam concretizar ações em prol dos produtores rurais.

Diante dessa temática e de uma concepção de território, deve-se levar em conta dois pilares elementares: i) os recursos (tangíveis e intangíveis) presentes no meio rural do litoral do

Paraná; e ii) os atores participantes de relações de governança. O litoral, mesmo com toda sua heterogeneidade, dispõe de poucos dados e pesquisas sobre a atuação e articulação de seus atores no universo rural, condição para a qual se poderia atribuir diversos motivos, entre eles o fato de não possuir uma tradição agrícola considerada de destaque, a ponto de contribuir com a exportação resultante do agronegócio, ainda que abrigue o Porto de Paranaguá, por meio do qual escoam significativo volume dos grãos produzidos no país, um dos maiores do mundo (IPARDES, 2019). Tais aspectos, entretanto, contribuem para o aumento da especulação sobre a realização de novos empreendimentos, inclusive portuários, aliados à implantação de infraestrutura, como vias de acesso e outros afins, o que pode afetar não apenas os componentes naturais da região como as comunidades tradicionais ali residentes e a configuração demográfica recente que foi progressivamente definida.

Com base na história do litoral do Paraná, sua diversidade, seus potenciais e conflitos socioeconômicos, interligados em uma rede sujeita a contínuas transformações, questiona-se se os atores locais nela presentes desempenham seus papéis, buscando o desenvolvimento territorial da região sob a ótica da governança? Alicerçado nesta incógnita, o presente estudo tem por objetivo compreender as características dos principais atores que participam da organização ou promoção de ações de natureza pública, privada ou pública-privada no contexto do desenvolvimento do meio rural do litoral paranaense.

Por meio de uma pesquisa de natureza exploratória e analítico-qualitativa, o cenário em questão foi estudado a partir dos seus atores mais significativos, com o auxílio de entrevistas aplicadas junto aos seus representantes.

Desenvolvimento e governança territorial

A abordagem territorial permite explicar parcialmente as dinâmicas e os processos de desenvolvimento territorial, compreender o território, seus recursos e os múltiplos atores que o compõem, os quais podem se encontrar sobrepostos em certas relações, sejam elas culturais sejam econômicas ou políticas, podendo ser ponto de partida para se pensar estratégias de desenvolvimento.

A urgência em se construir uma discussão emerge com força por intermédio das questões englobando as mudanças climáticas, e as interfaces econômicas e políticas que dela fazem parte, uma vez que as dinâmicas territoriais se manifestam sob relações entre os atores e seus respectivos recursos. A partir desta conjuntura entender como a articulação dos atores e a governança territorial podem dar sustentação e contribuir aos processos de desenvolvimento se mostra uma condição *sine qua non* à realidade contemporânea.

A governança territorial, segundo Dallabrida (2003, p. 80), pode ser entendida como “[...] o exercício do poder e autoridade por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações regionais, incluindo todos os processos” que tenham como objetivo “[...] diagnosticar a realidade, definir prioridades e planejar a implementação das ações e, assim, determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devam ser alocados”, visando “[...] a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, ao desenvolvimento de uma região ou território”.

Dallabrida (2018) enfatiza também que o debate sobre o desenvolvimento por meio da ótica da descentralização requer estudos de governança territorial. Para o autor o processo de desenvolvimento que contemple a ótica da descentralização está introduzido na dinâmica territorial, fazendo parte do processo de

planejamento e gestão que tem como propósito a dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de recortes espaciais chamados de territórios ou regiões. Ou ainda, na perspectiva de Abramovay (2001, p. 168), “[...] o segredo do desenvolvimento não reside em dons naturais, na acumulação de riqueza, nem mesmo nas capacidades humanas, mas nas instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais”.

A coordenação entre os atores, na concepção de Pecqueur (2009), pode coexistir de diversificadas formas, moldando-se em função dos contextos produtivos e estando presente nas cidades e no meio rural, em países de economia mais avançada e em outros que não estejam nessa condição. Destaca, além disso, não somente a importância quantitativa dos modos de organização territorial, mas também a qualidade com que os mesmos ocorrem.

Leloup et al. (2005), por seu turno, mencionam que a governança territorial tem como objetivo compreender as mudanças organizacionais, levando em consideração questões econômicas e sociais, tanto formais como informais, fragmentando e diversificando atores, salvaguardando a dinâmica e as flexibilidades procuradas, garantindo o respeito pelos arranjos institucionais.

O propósito final dos processos de governança territorial é o desenvolvimento de um determinado território, porém, para isso, faz-se imprescindível uma mobilização coletiva:

(...) o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto; permanece uma construção dos atores, mesmo que políticas públicas apropriadas possam estimular e mobilizar esses atores. Essa construção só pode ser concebida como uma dinâmica e, portanto, inserida no tempo. (PECQUEUR, 2005, p. 12).

Entendem Leloup et al. (2005) que a formação de um território pelos seus atores implica na necessidade de se criar estruturas de parcerias complexas entre atores, estruturas que

são alicerçadas em resposta a um projeto territorial. Tratam-se de traduzir a percepção e as práticas da concorrência em situações criativas de solidariedade, intercâmbios, acordos e a implantação de projetos conjuntos em um quadro de proximidade geográfica, bem como fronteiras organizacionais e parcerias territoriais. Estas, por sua vez, envolvem a colaboração de vários grupos de interesse (câmaras de comércio, empresas, associações profissionais, organizações de empregadores, sindicatos e sociedade civil), cujos objetivos, estratégias, temporalidades e espaços de referência podem ser diferentes, até contraditórios, mas que contribuem, cada um à sua maneira, para a promoção do desenvolvimento. As ações desses atores e instituições podem ser combinadas ou, pelo contrário, conduzidas isoladamente, o que tende a prejudicar o processo de desenvolvimento.

A busca pela potencialidade dos atores se revela de fundamental importância na evolução dos territórios, principalmente para se pensar novas possibilidades que não estejam amparadas apenas em soluções economicistas. A mobilização e participação dos atores nos processos de desenvolvimento permite com que suas outras dimensões - sociais, culturais, políticas e ambientais - possam ser valorizadas ao decidir sobre o projeto de território almejado.

O desenvolvimento territorial se caracteriza pelo envolvimento dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território, e também como parte da ação conjunta, dispondo de uma consolidação de relações de cooperação, reciprocidade e confiança que devem ser promovidas especialmente pela proximidade geográfica e sociocultural (PEC-QUEUR, 2005). Percebe-se, portanto, em meio a essas reflexões, que existe um imbricamento entre desenvolvimento territorial e práticas de governança.

O rural no litoral do Paraná

Reconhecer a importância da evolução do território suscita a necessidade de explicar quem são os atores-chave e que papéis, poderes e responsabilidades lhes são cabíveis no processo de desenvolvimento (FERRÃO, 2013).

O litoral do Paraná per se retrata uma diversidade de experiências que permitem conciliar desenvolvimento e conservação ambiental a partir de alguns caminhos intrínsecos, alicerçados em teorias e associações entre sistemas sociais e ecológicos, nos quais a população pode interagir com a natureza e a sua própria organização (SAMPAIO, 2011).

Os municípios do litoral paranaense são, em sua maior parte, enunciados como urbanos, sendo que aproximadamente 90% de sua população se localiza em áreas urbanas, embora dois municípios apresentem população rural maior do que a urbana, Guaraqueçaba, com cerca de 65% de sua população residindo no meio rural, e Morretes, com 54%. Os outros cinco municípios da região estão acima da média nacional quanto à presença da população urbana.

Levando-se em consideração os dados absolutos do aumento expressivo das populações em áreas urbanas nos municípios, que chega a índices de crescimento de 91%, no período de 1970 a 2010, como é o caso de Guaraqueçaba, que contém o maior percentual de população residente em área rural apesar de a redução desta ter se mostrado muito significativa entre 1991 e 2010. Em outros municípios, como Guaratuba, o crescimento da população urbana chegou a 52,30%, Matinhos a 36,14%, Morretes a 35,80%, Antonina a 21,52%, Paranaguá a 15,43% e em Pontal do Paraná, um dos municípios mais recentes do estado, o índice de crescimento da população de área urbana chegou a 0,36% aproximadamente (IPARDES, 2017).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o litoral do Paraná apresentava 2.298 estabelecimentos agropecuários, perfazendo uma área total de em torno de 77.246 ha, sendo que os municípios com maior número de estabelecimentos eram Morretes, com 687, Guaraqueçaba, 539, e Guaratuba, 392 (IBGE, 2006).

O Valor Bruto da Produção Rural (VBP) do Estado do Paraná foi de cerca de R\$ 88,83 bilhões, de acordo com levantamento realizado pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (PARANÁ, 2017), em 2016. Este valor representa um crescimento real de aproximadamente 1,7% em relação a 2015. No litoral do Paraná, o VBP apresentou um aumento superior à média do estado, tendo crescido em torno de 31%, passando de R\$ 226,73 milhões em 2015 para R\$ 296,50 milhões em 2016. No entanto, se comparado ao VBP estadual, a região do litoral contribuiu com apenas 0,33% do total (PARANÁ, 2017).

A partir das informações disponibilizadas pelo VBP podem ser evidenciados os principais produtos presentes no meio rural do litoral paranaense, a citar: pescado marinho (53%), camarão (37%), banana (24%), palmito (16%), chuchu (17%) e mandioca (11%) (PARANÁ, 2017) (Figura 1).

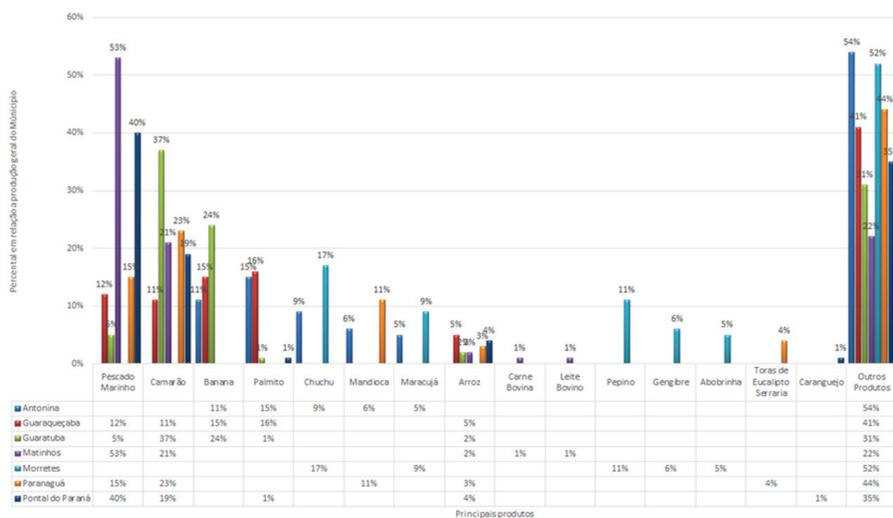


FIGURA 1 - PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS GERADOS PELOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ

FONTE: Adaptado de SEAB/DERAL (2016) e Paraná (2017)

Um fator importante a ser destacado ao se listar os cinco produtos mais significativos em cada município do litoral é a presença de frutas, verduras e pescados. Esta matriz produtiva se diferencia significativamente da estadual, em que os cinco principais produtos em 2016 foram: soja (22%), frango de corte (17%), milho (8%), leite bovino (7%) e suínos de corte (4%) (PARANÁ, 2017).

Portanto, através da análise dos dados gerados pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná / Departamento de Economia Rural (SEAB/DERAL, 2016) e governo estadual pode-se apontar que o litoral paranaense possui algumas particularidades em contraste ao restante do estado, o que pode servir de subsídio à execução de estudos futuros.

Alicerçado nessas particularidades, este estudo buscou identificar quais ações, projetos ou programas são desenvolvidos junto ao meio rural do litoral, bem como determinar se os mesmos promovem cooperação e/ou parceria, sejam elas formais ou informais, entre si e com os principais órgãos gestores.

Ações nos espaços rurais do litoral do Paraná

A dinâmica territorial diz respeito ao conjunto das ações que são promovidas ou empreendidas por atores nos territórios, sendo que o desenvolvimento possui uma relação direta com as dinâmicas sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas nesses meios (DALLABRIDA, 2007).

Foram identificadas 22 ações que contribuíam para o desenvolvimento territorial na região do litoral paranaense, sendo as mais citadas: o Projeto Microbacias, Projeto Agroindústrias, Plantio de Palmáceas, Pesca e Maricultura, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sobrepueram-se aos demais os projetos Microbacias e Agroindústrias, citados cinco e quatro vezes, respectivamente, pelos entrevistados em um total de 12 entrevistas realizadas.

Os resultados da pesquisa apresentaram um panorama das ações identificadas, pontos positivos e dificuldades enfrentadas pelos atores no desenvolvimento de ações no meio rural.

Referente aos pontos positivos observados têm-se:

i) em alguns projetos, como o Agroindústrias, uma participação e ação estratégica que é desenvolvida por um grupo maior de atores, ficando também evidenciado que a maioria das ações apresenta entrecruzamentos de atores de diferentes esferas, porém, observou-se que o maior número de ações partiu das esferas públicas, como a EMATER, a SEAB e as prefeituras através de suas secretarias;

ii) que a maioria das ações desenvolvidas vem proporcionando melhoria na qualidade de vida da população local, com destaque ao PNAE, PAA, Agroindústrias e o PRONAF como instrumento de crédito, tendo auxiliado em um avanço não somente no fator econômico; e

iii) a tentativa de alguns atores em fortalecer os vínculos e a participação nos conselhos e ações no território, como é o exemplo do CORDRAP, formado por diversos atores ligados ao meio rural, pescueiro e do artesanato do litoral do Paraná, assim como dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), órgãos consultivos criados pelo Poder Legislativo Municipal.

Em relação às dificuldades, os entrevistados mencionaram:

- a) a reduzida participação intra e interinstitucional, bem como dos demais agentes que atuam nos espaços rurais considerados;
- b) a falta de comprometimento dos agentes envolvidos;
- c) a escassez de recursos para a realização de reuniões ou capacitações dentro dos conselhos; e
- d) o baixo planejamento em longo prazo no âmbito das ações organizadas pelos atores, visando uma maior cooperação para o desenvolvimento territorial.

Detectou-se, segundo os relatos, que a baixa participação da sociedade civil poderia estar ligada a barreiras impostas por atores públicos, que estariam utilizando suas instituições para restringir a atuação da primeira.

Outro fator que interfere na baixa participação dos atores no contexto das discussões territoriais locais estaria relacionado à escassa capacidade de alguns atores, principalmente da esfera pública, de não se reconhecerem como parte das ações desenvolvidas em conjunto, fato este que poderia contribuir com a maior densidade nas ações em desenvolvimento ou em iniciativas futuras voltadas ao litoral do Paraná.

Ao se basear nas observações e resultados obtidos neste estudo, constatou-se que existem ações que procuram fomentar iniciativas de desenvolvimento no meio rural do litoral paranaense e que buscam estimular uma maior cooperação entre atores locais em torno de propósitos e atividades comuns. Contudo, a propensão de alguns participantes ou de certas organizações de se apropriarem da representação ou de parte das ações desen-

volvidas, sejam elas em associação sejam em conselhos, reflete um desafio que trata da necessidade de um diálogo mais aberto entre governo e sociedade local. Pensa-se que tal condição seja um resultado da histórica prática política de clientelismo, caudilhismo, coronelismo, ou ainda, de fisiologismo político, condições deletérias que comprometem o exercício da democracia na região.

Logo, quando se fala a partir de uma escala local, pode-se pensar que o envolvimento da sociedade civil esteja mais predisposto ao enfrentamento dos problemas, embora esta não seja uma prática recorrente quando os protagonistas são produtores rurais. Nota-se que se fazem necessários movimentos a favor da formação e do engajamento desses atores por intermédio do acesso à informação qualificada e aos espaços de discussão, a fim de conscientizá-los e estimulá-los acerca da importância de sua mobilização no processo de governança territorial.

Participação dos atores no espaço rural

A participação dos atores nas ações ligadas ao meio rural do litoral do Paraná foi tida como relevante pelos entrevistados, no entanto, percebe-se certo desconforto ou dificuldade em relação à uma efetiva articulação entre eles, mesmo existindo instâncias pensadas para promover a integração, como é o caso dos conselhos, sendo relatados que muitos atores apenas ocupam o espaço porque as cadeiras estão na composição dos conselhos.

Dentre os principais atores levantados por meio das entrevistas cita-se: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, Anda Brasil, Associação de Produtores Rurais do Município de Paranaguá - APRUMPAR, Colônias de Pescadores dos Municípios do Litoral, CORDRAP, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, EMATER, Governo Federal, Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, Instituto de Terras, Cartografias e Geociências

- ITCG, Motirõ Sociedade Cooperativa, Prefeituras do Litoral, SEAB, Secretaria Estadual de Educação - SEED, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Social do Comércio - SESC, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade Federal do Paraná - UFPR.

A esfera estadual se apresenta como a maior fomentadora das ações executadas nesse espaço. A esfera municipal através das prefeituras, secretarias e representantes políticos aparece como coadjuvante nesse processo, por atuar muito em função das ações promovidas por outras instâncias, tendo elas limitadas iniciativas próprias, em especial no que tange ao território.

A esfera federal atua mais no sentido *top-down*, onde ações de financiamento ou do tipo estruturante acabam dificultando o envolvimento mais direto e efetivo dos diferentes segmentos das comunidades locais, pois, em geral, referem-se a um nível de abrangência territorial muito amplo.

A esfera privada, por sua vez, tem pouca atuação no meio rural, não se tendo identificado via entrevistas proposição de ações em abrangência territorial por parte dos atores privados, o que não descarta, todavia, que possam existir ações individuais ou em caráter municipal.

Outro segmento entendido pelos entrevistados como um dos mais importantes é o dos espaços mistos ou público-privados, como conselhos municipais ou regionais, associações ou outros tipos de organizações formais ou informais, que ainda possuem uma atuação bastante limitada no litoral do Paraná, a exemplo do CORDRAP e do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT.

Ressalta-se a falta de interesse ou compromisso de atores ligados às esferas públicas, situação descrita pelos entrevistados

como cada vez mais presente. O fato de as instituições não estarem, de acordo com eles, cumprindo seus papéis, é expresso sob a forma de problemas de articulação, além de falta de compromisso e/ou desinteresse na construção de uma agenda coletiva possível de ser executada. Esta carência de uma participação mais efetiva dos atores, por intermédio de projetos ou conselhos na região, enfraquece propostas de desenvolvimento do território. Em meio às colocações dos entrevistados, ainda se pode identificar a escassez de estrutura e financiamento na constituição desse cenário vulnerável.

Ao se referir ao desenvolvimento sustentável, Abramovay (2010) menciona que várias estratégias podem ser encontradas em políticas governamentais ou em práticas propostas por instituições públicas, privadas e a sociedade civil. Entretanto, o autor indica que para alcançar esse estado é necessário um horizonte estratégico entre os atores e o seu envolvimento, tendo como foco a cooperação.

Conquanto exista o relato de um quadro de participação apontando vários atores, não há como concluir que existem relações de confiança e cooperação. Os atores estão presentes, mas podem não participar ativamente. Observa-se que há interações em algumas ações ligadas, por exemplo, ao Projeto Agroindústrias no litoral do Paraná. Conforme os relatos dos entrevistados, a gestão deste projeto procura se basear em uma participação mais ampla, de maneira associativa.

Contata-se que várias das ações no meio rural do litoral são pautadas principalmente em acordos ou parcerias, marcadas por relativa dicotomia, pois, ao passo em que alguns dos acordos são realizados formalmente, grande parte é promovida de maneira informal. Não obstante, ainda que a carência de acordos formais possa ocasionar dificuldades, essa condição não pode ser vista como um impeditivo à realização de práticas conjugadas.

Uma das causas que pode ser apontada como uma das fomentadoras da informalidade dos atores nas ações realizadas corresponde ao excesso de exigências dos órgãos públicos atuantes no litoral.

Nesse sentido, defende-se que as relações podem ser significativas, não somente aquelas dispostas pelo formalismo, mas também aquelas fundadas na confiança e reciprocidade.

Conflitos entre os atores presentes no território

A proximidade entre os principais atores que atuam no meio rural do litoral paranaense dificulta a percepção dos conflitos.

Por intermédio das informações coletadas nas doze entrevistas executadas, foi possível observar três situações inerentes aos conflitos: i) conflitos internos; ii) conflitos externos relacionados à atuação ou não dos atores; e iii) conflitos socioambientais. Resumidamente, os conflitos internos dizem respeito à falta de compromisso na atuação integrada das instituições, condição normalmente substituída por projetos individuais. Os conflitos externos dizem respeito principalmente à carência de atuação ou comprometimento de algumas instituições, geralmente quando as ações são encabeçadas por outras instituições. Já os conflitos socioambientais geralmente estão comunicados ao estabelecimento de áreas protegidas, restritas ao uso, à ocupação humana e sujeitas à fiscalização.

A pouca ou baixa participação ativa aparece como um dos fatores que mais provoca dificuldades para o desenvolvimento de ações em conjunto. Nota-se que há relação de disputa de poder entre os atores, principalmente os públicos, assim como a ocorrência de atores que atuam de forma passiva dentro do território. Outro ponto que merece destaque é a dificuldade na relação das instituições por não se apropriarem e não se sentirem corresponsáveis por projetos propostos por outros atores, ou seja,

fazer-se presentes. Isto acaba por criar um vazio institucional, pois em pouco tempo esses atores deixam de ser ativos, distanciam-se dos demais e estimulam o isolamento de outros.

O território construído é um espaço de relações sociais, no qual existe um sentimento de pertencimento por parte dos atores com respeito à identidade construída e associada ao espaço de ação coletiva local, em que se criam laços de solidariedade (FLORES, 2006). Em uma mesma direção, Pollice (2010) afirma que a identidade e o sentido de pertença representam exemplos emblemáticos da interação virtuosa entre identidade territorial e desenvolvimento local. O sentido de pertencimento constitui, de fato, um cimento do sistema econômico-territorial e incentiva nos atores locais as relações transacionais e colaborativas no âmbito local.

Essas iniciativas atuam na valorização dos produtos locais e, conseqüentemente, do produtor, o que fortalece sua proximidade ao território. Algumas dessas ações foram apontadas como uma contribuição para que as pessoas criassem ou fortificassem uma identidade com o meio rural, contribuindo para que atividades produtoras não deixassem de existir. Os entrevistados que colaboraram para esta pesquisa se mostraram esperançosos em afirmar que ações direcionadas ao meio rural poderiam estimular a manutenção da população mais jovem na região.

Há de se destacar também que os projetos citados podem garantir apoio a organizações associativas e a empreendimentos de beneficiamento e processamento de vários outros produtos gerados pelas agroindústrias do litoral do Paraná. Ao buscarem a diversificação da produção, os produtores alternam os produtos de suas agroindústrias conforme a sazonalidade da matéria-prima, do consumo, oportunidades de mercado ou novas exigências dos canais de comercialização, permitindo com que os mesmos sejam comercializados principalmente em feiras e nos programas de compra governamentais, a exemplo do PNAE.

Com base no parecer dos entrevistados, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) contribuiu para que as ações que eram desenvolvidas tivessem sofrido drástica diminuição na articulação no entorno dos projetos que contribuíram para valorizar a identidade dos territórios. Os relatos reforçam que as ações governamentais normalmente não são concebidas levando em consideração as especificidades regionais e que, ao chegar a nível territorial, acabam sendo inadequadamente adaptadas.

Os projetos que em suas dinâmicas buscam por alternativas embasadas em realidades e dificuldades locais, trazendo com eles a história, a cultura, a política e o contexto social do território em questão, podem encontrar maior compatibilidade tanto com o litoral paranaense quanto com outros universos quando princípios básicos de governança são considerados em sua elaboração.

Conclusões

A governança territorial deve ser tratada como um instrumento significativo para promover a articulação dos atores e fortalecer o território através da gestão compartilhada. Acredita-se que somente a participação pela participação, sem uma efetividade, não pode ser considerada um procedimento eficaz na promoção de soluções voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável no meio rural do litoral paranaense (LELOUP et al., 2005; PECQUEUR, 2009; DALLABRIDA, 2003).

No âmbito da análise dos atores locais e seus papéis sob a conjuntura da governança, constatou-se que existem ações que procuram fomentar iniciativas de desenvolvimento no *locus* pesquisado e buscam estimular uma maior cooperação entre atores locais em torno de propósitos e atividades comuns, no entanto, em outros casos se identificou a inoperância ou deficitária participação nesse sentido.

Fica visível que a implementação de estratégias de desenvolvimento consistentes venham a exigir esforços árduos e coletivos para a concretização de ações voltadas à superação de problemas e à consolidação de um projeto territorial harmônico, moldado às características locais e flexível às condições mutáveis do meio rural em que se encontra inserido (ABRAMOVAY, 2001; DALLABRIDA, 2007, 2018).

Diretamente ligadas à governança territorial, as observações levantadas revelaram a existência de fragilidade nos processos de planejamento e gestão das dinâmicas do meio rural do litoral, resultante principalmente de uma escassa atuação individual, limitada comunicação entre os atores e baixa participação conjunta destes no cenário do qual fazem parte.

Em complementação, enfatiza-se que os discursos dos entrevistados e, por conseguinte, a discussão fundamentada nos mesmos foram direcionados à existência de uma governança voltada a funções administrativas, econômicas ou institucionais em detrimento de uma proposta de modificação do quadro socio-político predominante e uma participação mais correspondente entre os atores, visando à valorização de uma identidade local, um senso de pertencimento (POLLICE, 2010) e uma condição de solidariedade (FLORES, 2006), o que sugere de certo modo a dificuldade existente para a integração desses.

Referências

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP; Edusp, 2001. p. 165-177.

BONAMIGO, Z. M. **A economia dos Mbya-Guaranis: trocas entre homens e entre deuses e homens na Ilha da Cotinga em Paranaguá-PR**. 196 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2006.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 1, n. 2, p. 73-97, 2003.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL**. 2006, Santa Cruz do Sul: Unisc. Disponível em: <<https://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos3/04.pdf>>

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XI, n. 245 (20), 1 ago. 2007. Disponível em:

<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24520.htm>>

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. L, n. 2, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

DALLABRIDA, V. R. Descentralização, Governança e Desenvolvimento Territorial: uma abordagem autobiográfica. In: BAZZANELLA, S. L. **Estado, crise política, econômica e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo: LiberArs, 2018, v. 1, p. 251-265.

DENARDIN, V. F.; LOUREIRO, W.; SULZBACH, M. T. Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense. **Redes**, v. 13, n. 2, p. 184-198, 2008.

DENARDIN, V. F.; LAUTERT, L. F.; RIBAS, C. P.; ZANETTI, R. Farinha de Mandioca no Litoral Paranaense: um produto com potencial agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, p. 2.420-2.424, 2009.

ESTADES, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

FARINÓS, J. Desarrollo Territorial y Gobernanza: Refinando Significados Desde El Debate Teórico Pensando En La Práctica. Un Intento De Aproximación Fronética. **Desenvolvimento Regional em debate**. v. 5, n. 2, p. 4-24, jul./dez. 2015.

FERRÃO, J. Governança e Ordenamento do Território. Reflexões para uma Governança Territorial Eficiente, Justa e Democrática. **Prospectiva e planejamento**, v. 17, p. 129-139, 2010.

FERRÃO, J. Governança, Governo e Ordenamento do Território em Contextos Metropolitanos. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MARAFON, G.; SILVA, A. C. P. **Metropolização do Espaço**: Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 257-283, 2013.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** - Uma visão do estado da arte. RIMISP. 2006.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P.; BONNAL, P. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores locais. OPPA/CPDA/UFRRJ, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**: 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação: segunda apuração, Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=261914>>

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Indicadores econômicos**. 2019. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&istemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic=1>

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Base de Dados do Estado (BDEweb)**. 2017. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>

LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale?, **Géographie, économie, société**, v. 7, p. 321-332, 2005. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-geographie-economie-societe-2005-4-page-321.htm>>

MONTEIRO, R. R. A cartografia do fenômeno urbano e econômico no Paraná: uma leitura com auxílio da semiótica, **Confins [Online]**, n. 27, 2016. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10966>>

PARANÁ. **Valor Bruto da Produção Agropecuária**. Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=74>>

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raizes**, Campina Grande, v. 24, n. 01/02, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. In: Política e Sociedade. **Revista de Sociologia Política**. v. 8, n. 14, 2009.

PIERRI, N.; ANGULO, R.; SOUZA, M.; KIM, M. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 13, p. 137-167, 2006.

PIRES, E. L. S.; FUINI, L. L.; MANCINI, R. F.; PICCOLI NETO, D. **Governança Territorial: Conceitos, Fatos e Modalidades**. Rio Claro: Editora da Pós-Graduação em Geografia/IGCE/UNESP, 2011.

POLLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e Cultura**, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539/2461>>

SAMPAIO, C. A. C. Prefácio. In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. S.; QUADROS, D. A. **Litoral do Paraná: reflexões e interações**. Matinhos: UFPR Litoral, 2011. p. 5-7.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB) / DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL (DERAL). **Valor Bruto da Produção Agropecuária**. Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=74>>

SIQUEIRA, M. C. **Sistema agroalimentar localizado (SIAL) e as atividades de comunidades do encontro da PR - 508 (Rodovia Alexandra-Matinhos)**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2016.

TIEPOLO, L. M. A inquietude da Mata Atlântica: reflexões sobre a Política do Abandono em uma terra cobijada. **Guaju**, Matinhos, v. 1, n. 2, 2015, p. 96-109.

TIEPOLO, L. M.; DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial sustentável: uma nova experiência na Mata Atlântica. **RBPG**, v. 13, p. 1-16, 2016.



DINÂMICAS DE TERRITORIALIDADES EM OCUPAÇÕES IRREGULARES

*Fernanda Francis Alvares
Ivan Jairo Junckes
Silvana Marta Tumelero*

Introdução

No Brasil contemporâneo existem mecanismos para ocupação e uso do solo que expressam uma constante contradição entre a mercantilização perversa e o direito à moradia. A mercantilização do solo, o elevado custo das produções de habitações, a geração de déficits habitacionais, bem como as condições precárias de moradia e saneamento básico são algumas questões a serem problematizadas em relação às ocupações irregulares. Tais determinantes se contrapõem ao direito à moradia no que tange ao alcance da dignidade humana, conforme previsão do artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e do artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2017).

A desigualdade social brasileira, determinada pela dinâmica de produção capitalista é reproduzida, mantida e agravada pelas estratégias de planejamento urbano adotadas pelos gestores públicos das cidades, caracterizando-se em instrumentos legitimadores da realização e efetivação da mercantilização do espaço produzido, o que exclui o acesso à moradia digna para populações vulneráveis.

O entendimento do contexto mundial sob a hegemonia do capital financeiro e do caos da urbanização, assim como da ocupação desordenada do solo, em razão de elementos da

formação socioeconômica do Brasil, são fundamentais para que se possa compreender a reprodução do território na particularidade de um município. O território reproduzido pela lógica do capital reproduz uma sociedade cada vez mais fragmentada, individualista, que não vivenciou em seu processo formativo (em sua sociabilidade) práticas direcionadas ao coletivo.

Aos elementos complexos que determinam a produção do espaço urbano, destaca-se a dimensão estrutural econômica e a dinâmica contraditória em que opera o Estado, na definição jurídico-formal e na destinação e uso do solo. Verifica-se na Constituição Federal do Brasil de 1988, nos artigos 182 e 183, a presença de alguns “instrumentos”¹ que seriam capazes de dar suporte ao Estado para enfrentar a questão habitacional, mas que ainda não se traduzem como realidade ampliada no país. O déficit habitacional estimado no Brasil chega a aproximadamente 8 milhões de moradias segundo Oliveira (2010).

Rolnik (2015) afirma que o déficit habitacional, ou necessidades habitacionais, não correspondem necessariamente a uma pessoa que deseja comprar uma casa e sim àquelas que precisam morar, por isso é mais pertinente referirmos a necessidades habitacionais e não “déficit habitacional”, quando tratarmos do direto à moradia.

O Brasil tem em torno de seis milhões de casas e apartamentos vazios ou fechados de acordo Oliveira (2010) e Rolnik (2015), que não são disponibilizados para uma política pública de habitação e regularização. Isto demonstra que se trata de habitações não disponíveis aos trabalhadores e famílias que dela necessitam, bem como da ausência de um conjunto de serviços públicos necessários que se associam à moradia digna, nos bairros e/ou regiões da cidade em que grande parcela da população habita.

¹ Exemplo desses instrumentos: plano diretor, desapropriação de imóveis urbanos, parcelamento e edificações compulsórios, concessão de uso do solo, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, título de domínio, usucapião.

A ocupação irregular é uma faceta de toda uma problemática que é bem mais ampla, pois envolve desde a função social da terra, a sua valorização, a especulação imobiliária, ou seja, a moradia como parte de um circuito de produção e acumulação do capital e a inacessibilidade à moradia como propriedade privada por grande parte da classe trabalhadora, que tem salários que mal suportam o processo de reprodução material (alimentação) sendo excluídos do acesso a tantos outros direitos sociais.

Partindo desta contextualização, este texto tem como objetivo problematizar os determinantes das ocupações irregulares no Bairro Carvoeiro², localizado no município litorâneo de Guaratuba-PR, no Estado do Paraná, bem como evidenciar as condições de permanência das pessoas nesses territórios. Fruto de dissertação de mestrado³, o trabalho é resultado de dezessete entrevistas realizadas entre os meses de fevereiro e março de 2019 com dezoito moradores de uma área de ocupação irregular. As falas foram tratadas com a metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2016; HAGUETTE, 1987; MINAYO 2004 e 2007).

Após breve contextualização do objeto de estudo, busca-se explicitar o debate acerca da territorialidade e como essa se conforma nas ocupações irregulares, a partir da percepção dos habitantes desses territórios, de como organizam o espaço e como dão significado a este. O seguinte tópico do trabalho se ocupa da análise de deslocamentos intraurbanos: expressões da segregação socioespacial através do processo de periferização das pessoas na dinâmica do crescimento das cidades, particularizado na forma de produção das cidades no capitalismo, que

2 Bairro pesquisado empiricamente, situado em direção ao Parque Estadual do Bogaçu seguindo os padrões gerais de ocupações irregulares - bairros mais afastados, que não apresentam condições sanitárias mínimas, habitado por trabalhadores de baixa renda. Se traduz como uma cidade sem infraestrutura, cujas ocupações se dão em margens de rios, áreas públicas e de preservação ambiental.

3 ALVARES, Fernanda Francis. Território e territorialidade: uma análise de ocupações irregulares em Guaratuba-PR. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2019.

segrega e empurra os moradores para periferias. Nesse processo de segregação socioespacial alguns fatores de deslocamentos são mais expressivos e demonstram como esses moradores criam sua própria interação com o território e qualificam sua formação caracterizando o pertencimento como determinante na formação da territorialidade em ocupações irregulares, tema do último tópico do trabalho.

Contextualizando o locus da pesquisa

O município de Guaratuba, segundo o IBGE (2010), tem uma área territorial de 1.326,791 km² e uma população que de acordo com IPARDES em 2017 era 35.986 habitantes. A estimativa apresentada pelo IBGE em 2016 era de que o salário médio mensal dos trabalhadores formais de Guaratuba era de 2,1 salários mínimos. No município, 7.658 pessoas estavam trabalhando formalmente em 2016, ou cerca de 21,5% dos habitantes. A porcentagem da população com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo em 2010 era de 33,6%. Em 2010, o número de domicílios próprios era de 6.981, alugados 1.557, cedidos 1.076 e noutra condição 380, totalizando 9.994 unidades. O documento de Revisão do Plano Diretor de Guaratuba (2015) afirma que a população fixa do município está localizada em áreas próximas à baía e a sudoeste do centro da cidade, nos bairros: Canela, Piçarras, Mirim, Carvoeiro, COHAPAR e Esperança. A área mais central e os balneários são ocupados pela população flutuante” (GUARATUBA, 2015b, p. 32).

Em Guaratuba, 2/3 da população vive em locais concentrados em região compacta, com 4 km de extensão, e que envolve os bairros Piçarras e Carvoeiro, nesta região vivem 21.036 pessoas (MONTEIRO, 2012, p. 6). Em documento de revisão do Plano Diretor, há a afirmação de que a população que tem baixa renda e reside em “ocupações irregulares e clandestinas está concentrada

a noroeste do município principalmente nos bairros do Mirim e nas regiões da Vila Esperança e Carvoeiro que apresentam a maior carência de atendimento por infraestrutura e transporte” (GUARATUBA, 2015, p. 35). Dados das ocupações irregulares do município, constam no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Guaratuba (2002, p. 45), nos seguintes termos: “essas ‘invasões’ totalizam 235,01 ha, sendo 20,66 ha na região do Mirim, 56,45 ha próximo ao Aeroporto, 81,72 há às margens do Rio Carvoeiro, 76,18 ha próximo à Estação de Tratamento de Esgoto (SANEPAR)”.

Aproximando o debate da territorialidade

Neste tópico apresenta-se o debate da territorialidade a partir de autores que contribuem para sua apreensão de modo ampliado, diferenciando-a da noção de território e articulando às múltiplas dimensões que a produzem.

Para Haesbaert (2004, p. 3), a noção de territorialidade está associada à percepção que seus ocupantes atribuem ao território e que, “[...] além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. Corrobora com este conceito Rolnik (2015), quando diz que a territorialidade é o território como ele é percebido, ou seja, como espaço de vida, de apropriação, de criação, de expressão, de liberdade, de defesa e de experimentação. Ainda, segundo Silveira (2011, p. 39), a “territorialidade pode ser definida como sentido de pertencer. É um sentimento de exclusividade [...]”.

O território do Bairro Carvoeiro foi sendo produzido através dos moradores que lá escolheram viver e pertencer ocupando uma área não urbanizada, às margens da mata atlântica. Desde a definição geográfica desse território, a organização da ocupa-

ção em termos de redes de parentesco e vizinhança o conformam objetivamente, à margem da intervenção estatal no desenho urbano que emerge. Complementarmente, a territorialidade está relacionada à percepção desses moradores sobre o território e suas vivências nele, como organizam o espaço e lhe atribuem significado. As vivências no território das ocupações irregulares produzem valores, identidades, tendo suas próprias significações as quais se consolidam e ampliam formando a territorialidade.

A identidade territorial presente nas narrativas dos entrevistados é expressa pelo retrato de um bairro constituído de trabalhadores sem violências, e a partilha de uma rede de “boa vizinhança”.

A tranquilidade, dos lugares que eu já passei, aqui é 100% tranquilo. Não mudaria, até me acostuma em outro bairro ou outra cidade, aqui é sossegado, aqui se pega uma bicicleta para no centro, vai para coroados sossegadinho (sujeito 13). Acho que morar na praia é melhor, tu nem gasta em roupa, calçado, gasta menos do que se tivesse numa outra cidade. A facilidade é o centro, que eu acho muito próximo e aqui é um bairro bom, sabe, principalmente nessa rua, só tem gente que trabalha, não tem assim desocupado, não tem muito banhista aqui, gosto muito de morar aqui, aqui é muito tranquilo. (Sujeito 16).

Esta identificação porta um poder simbólico, a representação que eles têm do próprio território e que contribui para sua permanência naquele local, apesar das adversidades de falta de serviços públicos em algumas áreas.

O território vivido “[...] é um espaço no qual se projetou o trabalho, seja a energia seja a informação [...]” (MESQUITA, 1995, p. 82). É também o local onde os homens interagem entre si, constroem juntos os sentidos, vivendo, pensando e se emocionando. Expressa cooperação, conflitos, permanência, resistência, mudanças, deslocamentos, construção e reconstrução em relação

às dinâmicas impostas pelo movimento social de formação/produção do território, conforme expressam os depoimentos mais adiante neste tópico.

Quando se fala de conceitos como pertencimento, resistência e identidade deve-se entender que todos eles têm uma dimensão simbólica bastante expressiva e trazem consigo um significado singular para cada indivíduo.

Segundo Chauí (1986, p. 124), a resistência pode ser entendida como estratégia de sobrevivência na sociedade capitalista, pois mostra que não é conformismo e sim resistência suportar uma vida de privações, ou seja, “capaz de conformismo ao resistir, e capaz de resistência ao se conformar”. (CHAUÍ, 1986, p. 144). Neste contexto os moradores constroem sua relação com o território tornando a resistência parte da formação da territorialidade cheia de significações. Ou seja, não é qualquer território, mas o território com o qual mantiveram identificação social e cultural, constituíram relações de apoio mútuo que possibilitam ampliar os limites da resistência a um certo grau de desproteção e não acesso a serviços sociais básicos.

Luz e água chegam até ali perto, até nas primeiras casas, aqui tem, porque nos puxamos rabicho, compramos mangueira, se não nós não tinha. Mas o ruim de vivência, é das nossas ruas que está tudo ruim, quando chove nós não passamos para cá, carro não entra ali, não passa naquele pedacinho ali, depois do sobradinho, ali na curva, não passa mais nada, não vem carro. (Sujeito 3). A pessoa para passar tem dificuldade, a gente anda com pé todo preto. Isso aqui foi nós que fizemos, não foi prefeitura não foi nada, daqui para frente vamos fazer igual, cada um no seu quadrado, vamos fazer tudo igual. Água e luz temos que pegar do vizinho, pagar para vizinho. Dividir e pagar, ameaça cortar luz, cortar água, dá muita briga [...]. (Sujeito 11).

A resistência também se evidencia nas relações que os moradores estabelecem com o território para ali permanecer. Ou seja, ocupar se torna mais que simplesmente morar em dado local, significa fazer parte como forma de resistir às privações sociais, econômicas, culturais e de cidadania. As estratégias de sobrevivência passíveis de serem produzidas em um dado território o tornam um lugar atrativo para seus moradores, a exemplo do baixo custo financeiro da moradia em uma ocupação, se comparada a áreas urbanizadas sobre as quais incidem uma série de impostos e taxações diversas.

Ao refletir sobre a identidade, Castells (1999, p. 22) a define como “fonte de significado e experiência de um povo”, chamando a atenção que toda identidade é construída através da convivência, sendo esta uma construção social que evidencia a complexidade da questão quando enfatiza que o sujeito:

[...] vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. (CASTELLS, 1999, p. 23).

A identidade não é algo dado, definida previamente às vivências dos sujeitos. Ela é construída por cada pessoa de maneira diferente, dependendo de diversos acontecimentos, ela é produto de experiências pessoais vividas, permeada de diversas dimensões simbólicas, culturais, políticas e sociais. Sendo que só adquire significado através das atribuições humanas a ela conferidas.

A identidade do território tem relação com o lugar de onde a pessoa provém, cujo sentimento de pertencimento e enraizamento das pessoas depende das qualidades variadas atribuídas a este. Segundo Ferreira (2002, p. 48), "quanto mais profundamente se está dentro de um lugar, mais forte a identidade com ele". Compreende-se que mesmo diante de mudanças sociais, econômicas e culturais, os moradores entrevistados no Bairro Carvoeiro incorporam e guardam suas lembranças em função de um sentimento de pertencimento. O território é o espaço crucial para a geração de valores comuns e criação da identidade.

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 8).

O termo "meu lar", por exemplo, expressa a relação de um morador com seu território. A apresentação desta relação se faz através da percepção dos significados que a palavra lar e casa têm para os moradores, ou seja, a casa como uma coisa, objeto de poder, de valor de troca, abrigo das intempéries naturais etc., ou seja, a dimensão dela enquanto objeto. Já, no sentido de lar, a casa significa a morada, o lugar que guarda a memória de relações construídas, vividas, dos vínculos de afetos e de proteção, mas também seu oposto, ou seja, o lugar das violências, da desproteção, da insegurança, a depender das relações estabelecidas em seu âmbito. A morada pode definir a pessoa, seu jeito, seu cheiro, sua relação com o território, o seu pertencimento, não podendo a casa, ser tida apenas como um objeto, um local para chegar, um simples espaço de abrigo, respondendo a necessidades físicas.

Nesse momento, o sentimento daquilo que é chamado "casa" entra em questão, pois a pessoa pode morar em um local

por um período, mas não criar vínculos com aquele território. Isto ocorre também quando as pessoas mudam de cidade, porém continuam com sentimento de pertencimento ao local anterior de moradia. Vários fatores podem contribuir para que este sentimento de pertencimento exista, ou seu contrário, fatores também podem dificultar o estabelecimento do sentimento de pertencer. Assim, a resistência, a identidade e o fator deslocamento podem definir o pertencimento de um morador a um dado território.

Apresentadas essas reflexões, os tópicos seguintes se ocuparão de evidenciar elementos presentes no processo de deslocamento dos moradores que ocuparam o território hoje delimitado como Bairro Carvoeiro, bem como os determinantes de sua permanência no novo Bairro e a relação de pertencimento a esse território.

Deslocamentos intra-urbanos: expressões da segregação socioespacial

A intencionalidade de compreender os deslocamentos intraurbanos constatados na pesquisa de campo implica reflexões sobre a dinâmica de segregação socioespacial que é recorrente no território brasileiro, mais evidente nos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas, mas que se repete em municípios menores, de acordo com suas atividades econômicas. Rolnik (2004) deixa evidente em seus estudos que nas grandes cidades há uma intensificação da periferização de trabalhadores e moradores de baixa renda que habitavam espaços centrais, redesenhados e projetados com finalidades que atendam diretamente ao processo de acumulação capitalista, seja com finalidade de conglomerados comerciais, condomínios de alto padrão, complexos voltados ao turismo elitizado, dentre outras.

É importante enfatizar que há um processo de periferização e segregação das pessoas na própria dinâmica do crescimento das cidades. Ao contrário do se ouve nas narrativas de senso comum, os moradores dessas ocupações irregulares não vieram diretamente de outros municípios para áreas de ocupação irregular. No caso estudado, verificou-se que dos dezessete moradores entrevistados apenas quatro desses vieram de localidades que não o município de Guaratuba ou cidades litorâneas vizinhas. Os deslocamentos intraurbanos ocorrem à medida que os locais que essas populações habitam vão obtendo infraestrutura urbana e, conseqüentemente, elevando seu valor imobiliário, porém com aumento de custos relativos às taxas de saneamento, iluminação pública, coleta de lixo, asfaltamento e IPTU. Progressivamente sofrem pressão para que vendam seus terrenos ao mercado imobiliário e da construção civil, para consecução de empreendimentos de alta rentabilidade a esses setores.

Difícilmente as pessoas de baixa renda conseguem sustentar os processos de melhoria urbana elevando os padrões de sua habitação na proporção das edificações que sendo construídas nessas áreas valorizadas. Suas moradias permanecem como elemento de evidente contraste socioeconômico no cenário de regiões centrais ou definidas como regiões de alto padrão das cidades, passando a sofrer pressão social para o deslocamento a áreas periféricas. Ocorre, então, a mobilidade interna nas cidades. De acordo com Rolnik (2015), a forma de produção das cidades no capitalismo empurra os moradores para as periferias.

É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece o seu lugar e se sentem estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação de classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial. (ROLNIK, 2004, p. 29).

O espaço de vivência é construído pela maneira como os moradores ocupam a terra. A ocupação constitui-se no uso do espaço, na qual os moradores criam sua própria interação com o território e qualificam a formação do território a partir do qual aplicam seus saberes, costumes e tempo na construção social do lugar onde vivem e vivenciam sua existência.

O espaço é, portanto, palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. (SOUZA, 1999, p. 133).

As condições do espaço vivido não se definem no abstrato, elas dependem essencialmente da maneira e contexto no qual se inscreve a dinâmica de formação do território, levando em consideração os fatores sociais, econômicos e culturais. Neste sentido, os motivos que trouxeram e trazem moradores a ocupar o Bairro Carvoeiro são os vínculos com familiares, as relações de parentesco e de vizinhança que ocorrem sem a identificação de uma organização política *a priori* da ocupação do território.

A família exerce um papel bastante importante nas motivações de deslocamentos intraurbanos, “a função de solidariedade que seria inerente à sociedade moderna do bem-estar transferida para proteção familiar, vizinhos e da localidade” (TELLES, 2014, p. 142). Em geral entendem a família como “suporte”, estratégia de sobrevivência, não somente a família consanguínea, mas redes de vizinhança e afinidade.

No Brasil, as políticas públicas não atingem a universalização de cobertura aos cidadãos, dessa maneira, as famílias, redes de parentesco e vizinhança, acabam por cumprir este papel de suporte mútuo, substituindo atribuições que em tese, pela perspectiva Constitucional são de responsabilidade do Estado.

Outro fator que pesa em decisões de deslocamento intraurbano é a localização geográfica dos territórios, ou seja, a facilidade, agilidade e fluidez com que a pessoa consegue chegar até a região de maior concentração comercial ou de outros serviços que atendam suas necessidades, ou seja, o fluxo da periferia (bairros) para o centro e também o contrário. Este aspecto muitas vezes é desconsiderado na proposição de políticas públicas de habitação de interesse social que definem a implantação de empreendimentos habitacionais populares em regiões longínquas do centro urbano, nas quais o preço da terra é muito inferior a áreas ociosas centrais que servem meramente ao processo de especulação imobiliária.

As autoras Rolnik (2015) e Maricato (1982) discutem o movimento de deslocamento como um movimento ocorrido na urbanização das cidades, considerando o processo excludente de formação dos centros urbanos, que vão elitizando as cidades e deixando sua população mais empobrecida à margem dela. Posto isso, pode-se entender o movimento dos bairros centrais para periferias, bem como de bairros próximos da região central para bairros mais periféricos, o que tem relação direta com o crescimento da cidade capitalista desigual.

Harvey (2005) afirma que estas são demandas segregacionistas com a produção de cidades espetáculos, no caso do litoral, cidades construídas para o turismo e temporadas. Nesse caso, o uso e ocupação do solo sendo definido pelo mercado imobiliário configurado para o capital, isso porque o grande mercado imobiliário e seu processo de especulação, bem como a financeirização da terra definem as maneiras de uso e ocupação do espaço em disputa pelas classes sociais.

Esta dinâmica segregacionista e desigual no acesso à terra e ao direito à moradia, diminui o povoamento das áreas centrais pela população mais empobrecida, sempre à margem das conquistas sociais, como afirma ROLNIK (2015). Nesse contexto a

cidade se forma em um espaço de disputas (econômicas, políticas e sociais), num processo de transformações que indica interesses conflitantes de produção do território, conforme afirma Caldeira:

A segregação - tanto social quanto espacial - é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam culturalmente e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. (CALDEIRA, 2000, p. 11).

Um outro movimento que se constatou nas entrevistas aos moradores da área ocupada irregularmente é o de procedência de pessoas que se deslocam da área rural para a periferia urbana, pois o campo já não oferta mais as condições de supressão de necessidades básicas a pequenos produtores rurais ou que se organizam em unidades de economia familiar, bem como a necessidade de emprego e educação para os filhos e de cuidados de saúde para idosos demandam o deslocamento para o espaço urbano.

O deslocamento pode ser entendido, segundo Rocha (1998), como "mobilidade humana" que permite compreender o que a compõe, ou seja, a mobilidade física, a mobilidade social e a mobilidade centrada no trabalho.

A mobilidade humana é uma noção que procura estabelecer a síntese das construções teóricas sobre os vários conceitos de mobilidade desenvolvidos nos ramos das ciências humanas que trataram desta questão. Procura-se uma articulação dos diversos caminhos teóricos percorridos com o intuito de criar uma noção com algum poder explicativo. (ROCHA, 1998, p. 13).

À luz do referencial marxista Rocha (1998) desenvolve o conceito de mobilidade humana que encontra aporte teórico na geografia, na economia política e nas ciências sociais, permitindo uma reflexão ampliada e um melhor entendimento deste fenômeno. O autor faz uma análise da mobilidade humana para além da descrição, pois traz a crítica à geografia. Com base nesta teoria é necessário destacar o que ele chama de “ordens” dentro da mobilidade que direcionam a interpretação crucial da ideia de mobilidade humana. O autor ressalta a explicação dessas ordens que interagem entre si para formarem a noção ampliada de mobilidade humana, compreendendo que,

[...] as denominações dadas às ordens de mobilidade são: a) *mobilidade física*, que se subdivide em macromobilidade física e micromobilidade física [...] A macromobilidade física diz respeito aos deslocamentos físicos praticados pelos indivíduos em escala internacional, nacional, estadual e municipal. Nesta categoria a temporalidade dos deslocamentos não é cotidiana, diz respeito aos fluxos demográficos. Quanto à micromobilidade, a escala temporal é curta, cotidiana, diz respeito aos deslocamentos diários de casa ao trabalho, às compras; b) *mobilidade centrada no trabalho*, esta ordem de mobilidade é uma mobilidade horizontal, ou seja, o deslocamento se dá no âmbito da qualificação dos indivíduos, de seu status profissional, da produtividade do trabalho, de sua condição funcional e de sua submissão à lógica capitalista de acumulação [...] esta força de trabalho é entendida como uma mercadoria especial que se desloca em função da dinâmica do mercado e; c) *mobilidade social*, entendida como mobilidade vertical, trata de interpretar a mudança de status social dos indivíduos, sua posição e estrutura de classes e o movimento de polarização das classes sociais (ROCHA, 1998, p. 14-15).

Em relação ao deslocamento espacial, verifica-se que mobilidade física denominada pelo autor corresponde à descrição crítica do movimento de mobilidade intraurbana que se constatou na realização da pesquisa empírica na realidade do município de Guaratuba, com as seguintes informações: a) doze dos dezessete moradores entrevistados residiam em algum bairro do município de Guaratuba e um deles de uma localidade rural deste município, anteriormente à mudança para o Bairro Carvoeiro, onde residem há mais de dez anos. Quatro dos moradores entrevistados residiam fora do município de Guaratuba, antes de morar no Bairro do Carvoeiro, tendo como procedência os municípios de Pouso Redondo/SC, Colombo/PR e Curitiba/PR. Portanto é possível afirmar uma trajetória de deslocamento intraurbano que a maioria dos moradores vivenciou, tendo seus deslocamentos ocorridos a partir dos seguintes bairros: um morador vem bairro Coroados (sujeito 16), um do bairro Caieiras (sujeito 12), um do Bairro Piçarras (sujeito 3). Dos bairros Cohapar (sujeitos 10,14 e 17), Mirim (sujeitos 6,4 e 11) e Centro (sujeitos 1, 2 e 13) são três moradores que residiam em cada bairro desses antes de mudar-se para o bairro Carvoeiro. Dos treze deslocamentos intraurbanos, 08 deles se dão de bairros centrais ou mais próximos do centro do que o Carvoeiro, o que também corrobora a tese da periferização que compõe o processo de segregação socioespacial brasileiro.

A mobilidade se expressa de maneira complexa em uma dimensão espaço-temporal que é ocasionada por uma série de condições que atuam sobre o fator do deslocamento que afetam os indivíduos no processo de formação da territorialidade, que, por fim, gera uma identidade e pertencimento ao território, como maneira de conhecimento, bem como de seus valores, consequentemente, deslocamento dos moradores e percepção do território, de como as pessoas organizam o espaço e lhe atribuem significado como espaço de apropriação e de criação.

Pertencimento como determinante na formação da territorialidade em ocupações irregulares

O sentimento de pertencimento e as idealizações construídas pelo indivíduo são internalizadas e ganham significado a partir de representações sociais vistas como positivas, essas representações passam a ser visualizadas dessa maneira a partir dos investimentos socialmente valorizados. A ocupação irregular do território é percebida como uma vivência significativa, na qual o sentido está nos laços formados entre as organizações e ações dos moradores de uma determinada região, em que seus moradores participam desse processo de constituição da territorialidade.

O território das ocupações irregulares é constituído por um grupo de moradores que convivem no mesmo espaço, em princípio vivem nesse espaço e o buscaram porque necessitavam de local para a moradia, cuja demanda inicial comum era “ter um pedaço de terra” com a possibilidade de construção de uma casa. Neste sentido, a territorialidade não é dada *a priori*, porém, isto não exclui a possibilidade de uma identidade social ou familiar com pessoas que já habitavam o território no momento da opção de um novo morador por um determinado local. Esta identidade, no momento da ocupação, apresenta um caráter social e econômico e também se redimensiona como territorialidade conforme se formam novas organizações que introduzem novas interações e relações sociais no território, a exemplo de igrejas e associação de moradores.

Nos depoimentos de moradores entrevistados constatou-se que a possibilidade de morar em uma área de ocupação viabiliza a perspectiva de residir perto de filhos, tios e/ou pais, mantendo os laços familiares e o apoio mútuo. Na expressão de um dos entrevistados, o lugar escolhido é o que ele achou “melhor pra sobreviver”, demonstrando que a alternativa de ocupação de um território irregularmente está diretamente associada à condição

de sobrevivência das populações empobrecidas. A dependência do apoio familiar para as demandas do cotidiano, do cuidado com filhos e mesmo com adultos que residem sozinhos em dado território, constrói um sentido de pertencimento ao espaço no qual tais relações podem ser cultivadas. Isto se evidencia na expressão de uma das entrevistadas quando afirma “eu preciso da família” e indaga, “quem não precisa?”.

Outros aspectos que foram evidenciados como determinantes da permanência das pessoas nesta área particular do estudo, demonstram a conexão direta com referenciais de pertencimento a territórios originários, a exemplo de moradores de áreas rurais que encontram nesse novo espaço a possibilidade de resgatar elementos da sua territorialidade anterior. Um dos moradores afirma já conhecer o espaço ocupado “desde que tinha sete anos” e define que “era um deserto, deserto [...] toda vida gostei daqui [...] parecia que aqui tinha mais ar, mais verde”.

A construção de um sentido de pertencimento não é dada somente pelas relações sociais e familiares estabelecidas, mas também pela interação com o próprio espaço e as peculiaridades de suas características ambientais, as quais em muitas situações corroboram diretamente às estratégias de sobrevivência dessas pessoas, como se pode observar no depoimento a seguir.

Nós escolhemos este local porque gostamos das plantinhas, limpar o local e plantar, pra gente ter as coisas pra gente comer, banana, porque a gente as vezes não tem o dinheiro, o dinheiro dele é pouco, ele trabalha só com roçagem, faz quintal, trabalha na jardinagem. Nós gostamos de plantar, criar. (Sujeito 3).

Além desses elementos, destacados na produção da territorialidade, a busca pela “recuperação da saúde e sossego” não mais alcançados em áreas urbanas com grande densidade populacional e acelerado ritmo de vida. Esses são fatores explicitados de moradores que chegam a situações limites entre a vida e a morte.

A complexidade da noção de territorialidade em uma ocupação irregular vai sendo desvendada à medida que esta compreende também relações de poder, simétricas e assimétricas. Simétricas porque estabelecem as trocas necessárias, equilibra as relações desvendando a diversidade do espaço vivido. Já, quando se apresentam em relações assimétricas, são evidentes os atores que conseguem acumular maior legitimidade política e social, mais recursos financeiros, e por decorrente apresentam maior poder e influência na comunidade. A simples dinâmica de acessar água e luz nesses territórios demandam relações de troca com vizinhos que acessam legalmente tais serviços e fornecem de modo informal aos demais, tal acesso, mediante pagamento de taxas mensais. Tais relações são também motivos de desentendimentos cotidianos na rede de vizinhança.

Aos poucos, o território das ocupações irregulares vai criando seus próprios valores, identidades, tendo suas próprias significações. Sendo que esses valores e identificações vão se ampliar através do pertencimento constituindo uma territorialidade.

Considerações finais

A urbanização e seus efeitos na instituição de dinâmicas de segregação socioespacial são aspectos evidenciados quando se estuda a ocupação irregular. Esta realidade, tão presente no território brasileiro, indica a necessidade de problematizar elementos macrossociais que determinam a produção do espaço. Há necessidade de uma contínua análise crítica da cidade que é tratada como mercadoria, como objeto do capital, na qual a terra participa centralmente como valor para o mercado imobiliário e que elitiza moradia, remetendo às regiões periféricas as pessoas que têm menos recursos financeiros, como expôs um dos entrevistados ao afirmar: “foi o único lugar em que achei um terreninho barato para comprar, não podia comprar mais caro”.

O direito à cidade está muito longe de ser assegurado sequer na perspectiva da liberdade individual de acesso a recursos urbanos, quanto mais na lógica de uma participação ativa na produção social do espaço que permita a construção da territorialidade, a qual por seu turno possibilitaria, nos termos de Harvey (2009, p. 74) “o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização”.

Ao se evidenciar que “a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos (HARVEY, 2009, p. 74)”, a disputa pela terra e o debate em torno de sua função social se impõem como elementos centrais na luta pelo direito à cidade. Igualmente a luta pela terra para fins de moradia precisa explicitar seu valor de uso no contraponto à lógica mercantil, reivindicando que as ocupações irregulares passem a ser vistas pelo Estado como estratégias de sobrevivência que demandam o respeito à territorialidade produzida nesses espaços, confrontando a lógica de criminalização desses processos.

Este trabalho, ao se propor a evidenciar a dinâmica de territorialidade nas ocupações irregulares, demarca que o movimento real de produção do espaço de moradia se constrói também determinado por relações cotidianas de solidariedade e apoio mútuo, que denunciam a não resposta do Estado para com provimento de moradias de interesse social, corroborando com as denúncias e reivindicações de movimentos sociais organizados em torno da luta pela moradia.

Complementarmente a esses aspectos macrossociais, foi possível demonstrar a dinâmica de territorialidade em um espaço determinado. O bairro Carvoeiro, que decorrente da ocupação produzida naquele território, modifica a geografia local, inci-

dindo na construção da cidade, não somente em sua dimensão físico-espacial, mas também nas relações sociais que vão se conformando naquele território. As ocupações irregulares são fatos expressivos na cidade de Guaratuba e a análise dos movimentos de deslocamentos intraurbanos que as potencializam permitem compreender como se resolve o acesso à moradia nesta realidade. Demarcam a segregação socioespacial, evidenciam necessidades habitacionais, bem como a periferização e exclusão do acesso a serviços urbanos produzidos para uma parcela da cidade.

Nesta realidade observa-se que o Estado participa como ator de relevância na produção social do espaço, seja pela definição normativa do que deve compor o direito à cidade, seja pela sua participação no jogo político que adere à lógica do mercado capitalista. Portanto, é uma contradição do sistema, já que o município depende dos recursos do Estado e da União, os quais têm produzido políticas habitacionais sob as regras do mercado, o que não resolve as demandas de tal déficit. Por outro lado, esta demanda é consequência da ausência do poder público como assegurador de uma cidade que contemple todos os seus moradores, de maneira a assegurar uma vida digna. Ou seja, a informalidade na moradia que se explicita nas ocupações irregulares se relaciona diretamente às alternativas que a própria sociedade encontra para suprir a necessidade de moradia e construir, de modo coletivo, em redes familiares e de vizinhança sob princípios elementares de apoio mútuo, suas estratégias de sobrevivência.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70 Ed.. São Paulo. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>

CALDEIRA, T. P. R. **Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede: economia, sociedade e cultura**; v.1. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1986.
- FERREIRA, L. F.. Iluminando o Lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 22, n. 01. p. 43-72, jan/julho de 2002.
- GUARATUBA. **Plano Diretor de Guaratuba**. 2002.
- GUARATUBA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Guaratuba - Diagnóstico - Volume I**. 2002b.
- GUARATUBA. **Revisão Plano Diretor de Guaratuba**. 2015.
- HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre. 2004.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis. Editora Vozes. 1987.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.
- MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1982.
- MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Ed. UFRGS/UNISC. Porta Alegre.1995. p.76-92.
- MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.
- MONTEIRO, R. R. **Regulamentação Urbana em Revisão no Litoral do Paraná**. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323199063_Regulamentacao_Urbana_em_Revisao_no_Litoral_do_Parana_-_ENANPUR_2012>
- OLIVEIRA, F. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.
- ROCHA, M. M. **A Espacialidade das mobilidades humanas - Um olhar para o Norte Central Paranaense**. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana, Universidade São Paulo, São Paulo, 1998.
- ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROLNIK, R. **O que é Cidade**. São Paulo. 2004. Coleção Primeiros Passos.

SANTOS, M. **O dinheiro e o território**. Geographia, Rio de Janeiro, Ano 1. n.1, p. 7-13, 1999.

SILVEIRA, M. L. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. ED. Insular. Florianópolis. 2011. p. 39-62.

SOUZA, M. A. A. O II PND e a política urbana brasileira: Uma contradição evidente. In: DEAK, C.; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 111-144.

TELLES, S. S. Família e relações de parentesco no universo popular. **Desigualdades & Diversidade**, n. 15, p. 137-159, jul/dez, 2014.



TRABALHO INFORMAL E TERRITÓRIO: COMÉRCIO AMBULANTE DE PRAIA DO MUNICÍPIO DE MATINHOS - PR

*Tieme Carvalho Nishiyama
Mayra Taiza Sulzbach*

Introdução

A organização da produção industrial permitiu com que o trabalho, uma categoria do mundo dos homens fundada na relação dos homens e desses com a Natureza, fosse reduzido ao trabalho assalariado, e do homem a uma simples mercadoria. Nas diferentes sociedades, o trabalho responde às dinâmicas da organização produtiva e/ou de subsistência, exigindo que o mesmo seja estudado com base nas especificidades de cada local. Dada às diversas crises do capital, em especial decorrentes da concorrência global e do desenvolvimento tecnológico, o trabalho assalariado, em algumas sociedades formalizados pela busca de seguridade social, necessitou assumir outras formas para dar continuidade à expansão e acumulação do capital. Entre às diversas formas que assumiu está a do trabalho informal.

Segundo Araújo (2014), embora existam fatores comuns que possam caracterizar o trabalho informal, é necessário que este seja considerado a partir de sua organização local e como se expressa na dinâmica do sistema capitalista. Dada à complexidade das diversas formas que o trabalho informal assume, contempla-se neste cenário a do comércio ambulante, trabalho considerado informal, mas que se observado a partir da organização local, particularmente em regiões litorâneas do Sul do Brasil, responde às sazonalidades decorrentes do modo de organização

produtiva industrial (global), sobre o qual se fundou o trabalho formal. Desta forma, para compreender o mundo do trabalho também se faz necessário compreender a formação do território.

Para Raffestin (1993), o território é definido pelas relações, tramas, trocas, ou ainda, pelos processos relacionais que explicam os poderes que se desenvolvem nos espaços, compreendendo uma multiplicidade de manifestações pelos diferentes agentes na medida em que constrói sua identidade. A partir das diferentes leituras sobre territórios é possível compreendê-los como processos de configurações e reconfigurações constantemente ressignificados.

Matinhos, um território dado - município do estado do Paraná do Brasil (administração política e jurídica) - e situado - costa Leste do continente sul, banhado pelo Oceano Atlântico -, passa a ser compreendido como um território ressignificado pela dinâmica social nesses espaços: "Turismo de Sol e Mar", como apresentado por Pierri et al. (2006). Esse território é assim definido por nele se observar centenas trabalhadores, entre eles vendedores ambulantes, trabalhadores supostamente informais, e milhares de pessoas nas areias das praias desfrutando do sol e do mar, ou seja, não trabalhadores, nos meses de dezembro a março, período denominado de verão pela presença de sol mais intenso decorrente da posição geográfica no planeta. Neste cenário de sol e mar promovidos pela natureza este estudo propõe-se contextualizar a dinâmica do trabalho ambulante a partir dos vendedores ambulantes dispostos no balneário de Caiobá, Praia Brava, o mais populoso durante a temporada de verão, do município de Matinhos, litoral do Paraná, a fim de investigar o enquadramento ou não destes trabalhadores como informais na complexidade do mundo global. Os resultados se baseiam em observação participante e aplicação de questionários e entrevistas realizados na temporada 2017/2018, quando o órgão de fiscalização da Prefeitura Municipal recebeu 1.245 solicitações de cadastros, das quais 640 foram aprovadas para a atuação nos

diversos balneários do Município, após revisão bibliográfica relacionada ao mundo do trabalho e à origem do Município - dinâmica social - e documentais em sites institucionais públicos, tanto para a contextualização do local e regulamentação do comércio ambulante. O questionário contou com perguntas fechadas, com o intuito de caracterizar o grupo de trabalhadores por meio do perfil socioeconômico, e abertas, para caracterizar o trabalho a fim de analisá-lo como trabalho informal ou não. As entrevistas, com perguntas semiestruturadas, tiveram a intenção de capturar o sentido do trabalho para os vendedores ambulantes de praia. A observação etnográfica, aplicação de questionários e entrevistas¹ foram realizados pela pesquisadora, permitindo assim, a inserção direta da mesma no espaço de realização da presente pesquisa. Foram aplicados 79 questionários e 19 entrevistas, durante as quais foram realizadas anotações em caderno de campo. Para analisar as diferentes interpretações de trabalho foram consideradas categorias de análise, proporcionando um universo de interpretações que estão além da concepção de trabalho abstrato reproduzido nas sociedades de mercado, bem como referências documentais e dados primários obtidos junto ao órgão de fiscalização da Prefeitura Municipal de Matinhos, responsável pela regulamentação e cadastramento do trabalho do ambulante no Município.

Fazem parte deste, além da introdução, uma pequena revisão da literatura sobre trabalho e informalidade e sobre a constituição do município enquanto território, ambos apresentados para que o leitor possa situar-se no campo científico e empírico sobre os quais os resultados foram alcançados. Já fazendo parte dos resultados, apresenta-se a organização do comércio ambulante que o caracteriza como um trabalho distinto do enquadramento

1 A metodologia, método e questionários podem ser acessados na dissertação de mestrado da autora principal no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná (PPGDTS/UFPR).

da literatura, mas que no exercício prático, abordado no tópico posterior comprova sua interface com os resultados do trabalho amplamente abordado que caracteriza a sociedade de mercado. Finaliza-se com breves considerações finais.

Trabalho e informalidade

Durante o período da Revolução Industrial no século XVIII houve um considerável avanço no desenvolvimento dos instrumentos de produção, sendo esse acompanhado de uma grave desarticulação na vida dos homens que dispunham da natureza para sua subsistência. Diversas questões referentes à vida social passaram a ser definidas nos moldes de troca mercantil (POLANYI, 2000). É importante ressaltar que foi juntamente pela transição do modo de produção feudal para o capitalismo que se definiu o valor das mercadorias pelo valor de troca, estabelecendo inclusive o homem como mercadoria.

A organização da produção industrial permitiu com que o trabalho, uma categoria fundamentada na capacidade do homem estabelecida pela relação ser humano e Natureza na qual o homem regula e controla sua interação com a natureza, fosse reduzido ao trabalho assalariado, ou seja, a uma mercadoria regida pelo capital (LESSA, 2007).

Dada as diferentes crises do capital, em especial decorrentes da concorrência global e do desenvolvimento tecnológico, o trabalho assalariado, formalizado pela busca de seguridade social e resultante da luta dos trabalhadores, necessitou assumir contornos mais flexíveis, sendo ele desregulamentado, de maneira a permitir a expansão e a acumulação do capital. Entre as formas que este assumiu está a do trabalho informal, que surge no processo de transformação e expansão do mundo do trabalho, sobre o qual os trabalhadores se inserem na sociedade contemporânea, mais complexa e fragmentada (ANTUNES, 2009).

Para Barbosa (2011), o entendimento acerca do trabalho informal muda nos campos científicos da sociologia e da economia do trabalho, bem como se mesclam e variam em decorrência de inúmeras situações. Para o autor, a informalidade é um conceito coringa, utilizado para conceituar o trabalhador que não paga impostos, o trabalhador sem direitos sociais, o cooperado ou empreendedor não formalizado. Dimensões de análise relativas à regulação do trabalho, completamente distintas das consideradas por Antunes (2009) que se atem à compreensão da dinâmica das relações de trabalho, de modo especial as decorrentes do capital, que busca ser hegemônico.

Segundo Araújo (2014), a flexibilidade é um elemento fundamental na constituição do trabalho informal contemporâneo. A adaptação às mudanças, tanto no que se refere à rotina diária de trabalho, como aos instrumentos de controle do poder público, vem promovendo a desregulamentação do trabalho, e por vez, a ampliação do trabalho informal frente ao assalariamento.

A flexibilização como forma reorganizada do capitalismo, segundo Tavares (2004) fomentou a informalidade com características diversas (setor), porém de maneira articulada em que ambos os setores, formal e informal participem do processo de acumulação capitalista.

Araújo (2014) salienta que embora existam denominadores comuns que possam caracterizar o trabalho informal, é necessário que estes sejam considerados a partir de suas formas de organização e localização, bem como expressem e combinem a dinâmica do sistema capitalista. Dada à complexidade das diversas formas com que o trabalho informal assume, o comércio ambulante seria uma delas, observado durante os períodos de verão em municípios litorâneos do Sul do Brasil, pode ser tido como um setor, e nele a informalidade, dada pela descontinuidade, ou seja, a sazonalidade, que caracteriza a dinâmica produtiva do local. Desta forma, se faz necessário compreender também a formação do território no qual estes trabalhadores estão inseridos.

Matinhos: a construção do território

De acordo com Haesbaert (2007) o conceito de território apresenta dois significados, um material, compreendido enquanto território físico e outro simbólico, definido a partir das relações sociais, em especial de poder/apropriação e uso dos espaços. A simbólica é dada pelos processos relacionais que se desenvolvem nos espaços, configurando-o e reconfigurando-o por diferentes significações. Para além dessas significações, um território pode ser dado ou construído, segundo Pecqueur (2005), um território dado, é aquele que caracteriza por ser um espaço observado, provido de instituições, regras, entre outros, sem que a população seja ator dos processos que nele se configuram. Por sua vez, o território construído, é aquele em que a população atua nos processos de decisão. É com base nestas definições de território que se contextualiza o município de Matinhos, onde o trabalho dos ambulantes, objeto de análise se configura.

Assim a contextualização é descrita a partir um território material, físico e dado, por meio de uma reinterpretação da história por meio de uma revisão bibliográfica de informações de fontes institucionais públicas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), Matinhos encontra-se localizado na região costeira ao Oceano Atlântico, litoral, do Paraná, a 110 km da capital do estado Curitiba, ocupando uma área territorial de 117,743 km². Sua formação administrativa como Distrito de Paranaguá é datada em 1951, através da Lei estadual nº613, de 27 de janeiro de 1951. Em 1968 Matinhos desmembra-se de Paranaguá, tornando-se Município pela Lei estadual nº 5.743, de 13 de março de 1968.

Conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), realizado no ano de 2010, a população do Município era de 29.428 habitantes, com uma população estimada para 2019 de 34.720 habitantes. Um município com 33.100

domicílios particulares, destes, 9.761 ocupados o ano todo e 23.339 classificados como não ocupados, ou seja, um município constituído de materialidades desocupadas, ou ainda, ocupadas apenas num período durante o ano, no verão (IBGE, 2019).

A história de Matinhos, contada por João José Bigarella, morador do município que relata sobre sua vida, no livro “Matinho: Homem e Terra Reminiscências” (2009). Contextualiza que Matinhos já era frequentado antes mesmo de sua formação jurídica, “Frequentamos o balneário de Matinhos desde 1931. De certo modo acompanhamos seu desenvolvimento através dos anos, a princípio muito lento e ultimamente acelerado e desordenado” (BIGARELLA, 2009, p. 18).

Segundo o autor, a população matinhense se deu pela miscigenação europeia, de origem portuguesa, e indígena que habitavam o local, dando origem ao caboclo. Estes habitantes passaram a receber a população de Curitiba e região metropolitana para fazer uso de seus recursos naturais, sol e mar em meados da década de 1920 e, a partir do ano de 1929 iniciaram-se as construções do loteamento balneário de Caiobá, cujo projeto urbanístico era composto por três ruas principais, permitindo maior ventilação das casas que deveriam ser construídas de alvenaria, sem a preocupação com a implantação de uma rede de distribuição de água potável.

O acesso entre Matinhos, o povoado, e Caiobá, o balneário, foi construído em 1942 pelo Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná (DER) No ano de 1948 foi inaugurada a Estrada das Praias, ligando Caiobá à Praia de Leste, também balneário (PDPDI, 2006). Com a criação da estrada Matinhos, até então um povoado, passa então a ser categorizada como Vila, passando a ser Distrito em 1951, e por fim, tornando-se Município em 1968 (IBGE, 2019).

Com o aumento da procura pela balneabilidade de Caiobá as construções expandiram-se em direção à sede de Matinhos (PDPDI, 2006). Em 1987, ocorreu a pavimentação da Rodovia PR

508, ligando o Distrito de Alexandra, pertencente ao município de Paranaguá, a Matinhos, promovendo a expansão da malha urbana no sentido Oeste, bem como possibilitando a intensificação do uso do espaço como balneário de sol e mar (FREITAS, 1999).

Segundo Bigarella (2009), em decorrência da ocupação para uso balneário, estabeleceram-se em Matinhos as segundas residências, caracterizadas, conforme Abrahão e Tomazzoni (2018), por uma prática não hoteleira de hospedagem turística, de vínculo permanente possibilitando retornos sucessivos, cuja permanência não excede ao período de um ano.

Por meio dessa contextualização histórica, centrada na paisagem, pela criação de acesso e ocupação espacial e na institucionalização política-administrativa, é possível observar que a área espacial deu origem a atividade produtiva turística.

Para o desenvolvimento desta atividade produtiva, a administração pública municipal buscou regulamentar a atividade de venda de alimentos, bebidas e outros, tanto para o comércio fixo, como para os ambulantes, sendo este último o interesse da pesquisa.

A regulamentação do comércio ambulante em Matinhos

O comércio ambulante e temporário em Matinhos é regulamentado pela Lei nº1.267/2009 composta por 36 artigos e subdivididos em nove capítulos. A Lei aprova o comércio ambulante e temporário por meio do licenciamento, normatizando o funcionamento da atividade.

Em seu artigo 1º a Lei define comércio ambulante e temporário:

I - COMÉRCIO AMBULANTE: toda a atividade de natureza comercial de venda a varejo regularmente exercida em caráter eventual ou transitório em logradouros públicos e na orla marítima; por pessoa física, civilmente capaz, ou por empresário individual caracterizado como microempreendedor individual (MEI), nos termos desta Lei.

II - COMÉRCIO TEMPORÁRIO SEM ESTABELECIMENTO FIXO: toda atividade de natureza comercial regularmente exercida sob forma empresarial, por período determinado, com a utilização de veículos automotores, barracas, trailers, bancas e congêneres, localizados em imóvel de propriedade particular, nos termos desta Lei.

III - COMÉRCIO TEMPORÁRIO EM ESTABELECIMENTO FIXO: toda atividade de natureza comercial regularmente exercida sob forma empresarial, por período determinado, em estabelecimento fixo instalado em edificação permanente localizada nos limites territoriais do Município, inclusive em feiras comerciais e congêneres divididas em *stands*, nos termos desta Lei.

[...]

V - PERÍODO TEMPORÁRIO OU SAZONAL: período(s) correspondente(s) à temporada de verão, considerada para os fins desta Lei como o lapso temporal ininterrupto entre o dia 1º de dezembro de cada ano ao dia 1º de março do ano subsequente; ao período de férias escolares fixado para o mês de julho de cada ano conforme calendário oficial; e às datas previstas para a realização de eventos festivos assinalados no calendário turístico oficial do Município, sendo esses períodos considerados períodos distintos para efeitos tributários (MATINHOS, 2009, p. 1).

De acordo com Lei, a licença para o exercício do comércio ambulante é concedida para o período do ano que corresponde à temporada de verão (dezembro a março). O licenciamento é fornecido pelo Departamento de Fiscalização da Prefeitura Mu-

nicipal uma vez ao ano, e para tal os interessados devem protocolar sua solicitação junto ao Departamento entregando em anexo os seguintes documentos: registro pessoal e/ou jurídico, registro de eleitor no Município, antecedentes criminais, comprovante de residência em Matinhos, atestado de saúde e comprovante de matrícula dos filhos em idade escolar, quando houver.

Como a licença é direcionada exclusivamente à população residente no Município, a regulamentação pode ser observada como uma política pública socioeconômica municipal, dado a obrigatoriedade da comprovação de residência no Município para recebimento da licença e por ser uma atividade temporária que promove à manutenção e permanência da população no Município para além da temporada.

Sendo o comércio ambulante regulamentado pelo poder público, não é possível dizer que o trabalho que executa o ambulante não esteja regulamentado, não sendo possível separar o trabalhador do homem que realiza o comércio ambulante.

Com base em Barbosa (2011), o trabalho do ambulante não seria um trabalho informal, dado que para o licenciamento é necessário o pagamento de uma taxa, assim promovendo um direito: o de trabalhar. Este resultado, para muitos pode ser contestado, contudo a complexidade da sociedade, as possíveis e infinitas formas de organizações da produção e a dinamicidade do capital, não nos permitem contestar os infinitos arranjos localizados que se estruturam com dinâmicas muito mais rápidas que o conhecimento científico.

O comércio ambulante a partir de seus atores

A atividade do comércio ambulante no Município não tem horário para início ou término, mas no geral inicia no período da manhã e se estende até a noite durante o período de dezembro a março. Dos 79 vendedores ambulantes respondentes,

76 iniciam sua jornada de trabalho no período da manhã, um inicia no período da tarde e dois não seguem um horário habitual para iniciar. Da mesma forma, os ambulantes não seguem um horário fixo para encerrar sua atividade, pelo menos oito disseram não ter um horário padrão, enquanto os demais encerram as atividades após as 16 horas, estendendo a jornada de trabalho para além das 18 horas, quando o dia está ensolarado e quente. A partir dos horários que os ambulantes iniciam e terminam suas atividades observa-se que o tempo de trabalho excede às 8 horas diárias regulamentadas aos trabalhadores com carteira assinada. Os ambulantes também não têm intervalos para refeições ou exercícios laborais.

Apesar da licença para o comércio ambulante em Matinhos ser individual, conforme Artigo 1º da Lei 1.267/2009: “por pessoa física, civilmente capaz, ou por empresário individual caracterizado como microempreendedor individual (MEI)”, na prática, a atividade é realizada com a ajuda de familiares, amigos, funcionários ou “colegas” de trabalho. Sob este contexto é possível confirmar que há informalidade no comércio ambulante, porém não por parte de todos os trabalhadores, somente seriam informais os que não possuem licenciamento. No mesmo sentido que o capital atua na formação da informalização no modelo de organização da produção industrial, a regulamentação neste caso também atua.

Ao término da temporada alguns ambulantes permanecem na atividade, outros seguem em outras. Entre as atividades produtivas desenvolvidas pelos homens destacaram-se a construção civil, contabilizando 18 deles na função de pedreiro, ajudante de pedreiro ou pintor; e serviços gerais (10 entrevistados) atuando nos serviços de reciclagem, de motorista de Uber, de assessor de vendas, de dono de sorveteria e de mecânico náutico. Já nenhuma das ambulantes mulheres permanece trabalhando como vendedora ambulante. Quatro delas deram continuidade as atividades

de venda, porém de: tapetes artesanais, salgados, ovos e verduras. Ao término da temporada 23 das entrevistadas disseram realizar trabalhos domésticos, como: diarista, cozinheira, caseiras ou do lar, outras cinco citaram ser: tatuadora e malabarista, refiladora, manicure, gesseira e estudante. Esse movimento entre atividade (setores) pelos vendedores indica a flexibilidade do mundo do trabalho, porém em setores muito próximos, não havendo um movimento do setor formal para o informal, dado que eles permanecem na informalidade no sentido da proteção social do coletivo de trabalhadores, como salienta Tavares (2004).

A flexibilização entre os setores produtivos desses trabalhadores não é uma flexibilização decorrente dos avanços tecnológicos ou pela expulsão dos trabalhadores de algumas atividades, derivadas do movimento do capital, como argumenta Antunes (2009), dado que os trabalhadores recorrem a ela sucessivos anos. A flexibilização por parte destes trabalhadores decorre: das condições da natureza - localização da área territorial no planeta; da organização social (educação) e do trabalho formal (férias remuneradas) brasileira; e da regulamentação do trabalho do trabalho no local.

Salienta-se que esse trabalho só denominado de temporário em decorrência da designação dada pela legislação local e período da licença. Um trabalho que pelo tempo de dedicação em anos trabalhados deveria ser designado de profissão. Do total dos 79 respondentes menos de 30% trabalham a menos de cinco anos, um percentual próximo que trabalha como ambulante entre 6 a 10 anos, sendo a maior parte dos trabalhadores ambulantes 40% trabalham a mais de 10 anos (Figura 1).

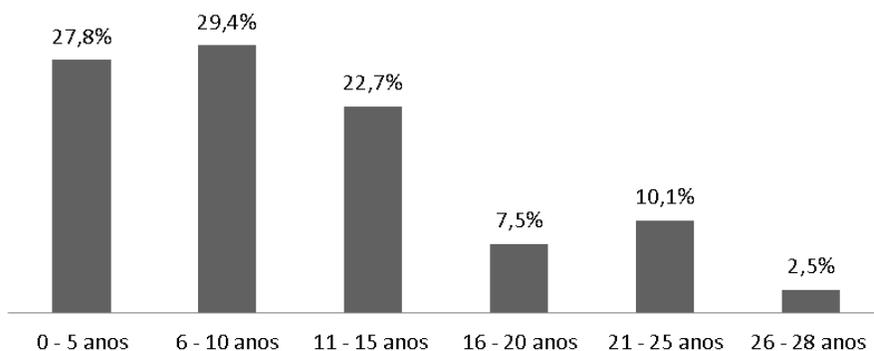


FIGURA 1 - ANOS DE TRABALHO COMO VENDEDOR AMBULANTE

FONTE: As Autoras (2019).

Para o vendedor ambulante o sentido do trabalho também não é apenas uma atividade temporária. Para alguns é uma oportunidade de mudança de vida, como no caso da Entrevistada 10, que se mudou para Matinhos repentinamente, pois seu marido vendera a casa da família.

O meu marido vendeu onde nois morava lá em Colombo né e trouxe nois mora aqui de baixo de uma lona e através dali comecei a trabalha, trabalha, trabalha aqui e foi como eu conquistei minha casa, meu terreno.... Ele era alcoólatra né que eu te falei, queria sair de lá e vir pra cá, porque a gente já tinha família que morava aqui, e a gente veio morar no terreno dela (da família), como não coube nois tudo na casa dela a gente fez um barraquinho assim de lona e vivemo ali. Daí com um mês que eu tava morando aqui eu comecei a trabalha no super rede (mercado local), depois de uns anos, de trabalhar no super mar (atual rede) e noutros lugar assim de diarista, depois que eu vim começa a trabalha aqui daí doze anos, ai foi aqui que eu consegui alguma coisinha (ENTREVISTADA 10).

Alguns entrevistados justificam ser motivados principalmente por questões relativas ao dinheiro, apesar de apontarem, nos questionários, que a renda obtida na temporada não possibilita a reprodução das famílias do restante do ano, o que faz com que alguns recorram a auxílios financeiros de programas da Prefeitura Municipal e/ou Governo Federal. Do total dos ambulantes que responderam o questionário, 31 participam algum programa de transferência de renda ou de bens de órgãos governamentais:

Porque a renda é melhor, a gente tira dinheiro mais rápido, mais fácil. (ENTREVISTADA 1).

Porque é um ganho mais fácil né, aqui você vai ganhar mais fácil e mais rápido. (ENTREVISTADO 5).

Foi a hora da precisão, dinheiro rápido né. (ENTREVISTADA 10).

Demonstrando a adaptação humana a condicionalidade do dinheiro:

Porque é o ritmo da praia né, é o meio de ganhar dinheiro é ambulante na praia. Pra nois que é daqui é o único meio de ganhar dinheiro (ENTREVISTADO 4).

Ah porque é o meio mais fácil da gente, me adaptei nesse trabalho e fiquei, que nem nos outros serviços a gente se adapta (ENTREVISTADO 19).

Encontrando respostas de satisfação pessoal para justificar-se na atividade:

Porque foi assim, minha mulher começou a vender aqui, daí ela teve que interrompe e eu comecei e gostei e fui adquirindo clientes e amigos aqui (ENTREVISTADO 11).

Porque eu gosto demais heim. Não, primeiro eu vim trabalhar pra cá por necessidade, mas depois com o tempo eu gosto mesmo desse serviço (ENTREVISTADA 13).

Porque eu gosto adoro, adoro convive com os turista, se eu pudesse eu não conviveria com eles só na temporada, mas o ano inteirinho (ENTREVISTADA 17).

Nem todos são nascidos em Matinhos, alguns entrevistados vieram morar e só depois iniciaram na atividade:

Na verdade eu vim pra morar, porque eu gosto daqui de morar na praia, eu nasci na praia, me criei, trabalhei de marinho na minha vida né, ai vim pra cá, dai meu contrato acabou e eu decidi vir pro Brasil, eu tava na Grécia morando, trabalhei lá cinco anos de marinho né,na verdade eu era da marinha né, soldado, dai eu decidi fazer marinho de turismo né, ai fiz um curso lá, deu certo, concorreu meu passaporte, dai vim pa Grécia, dai eu abracei fiquei cinco anos lá só de turismo, dai terminou o contrato eu não renovei mais e eu vim pra cá (ENTREVISTADO 12).

Atrelam o trabalho a saúde e ao lugar:

Porque eu gosto daqui, é um bom lugar pra vive, bom pra saúde, bom pro trabalho (ENTREVISTADA 02). É bom, eu gosto por causa da saúde, eu fico feia, tudo sem arruma, mas minha saúde melhora, essa escada é a melhor coisa do mundo, faço exercício e eu vo vendo as coisas mudarem dentro de mim que é minha saúde, me sinto bem (ENTREVISTADA 8).

Atrelam o trabalho as relações sociais:

[...] o que eu mais gosto é de lidar com o povo, conhecer gente, fazer novas amizades, que aqui a gente conhece tanta gente aqui né, a gente faz bons amigos aqui, nossa tanta coisa, até médico que quer ajudar a gente, da saúde da gente (ENTREVISTADA 10). Comunicação, adoro isso, fazer amizade, fazer novas amizades, porque vai em busca de conhecimento né, cada amizade nova que se faz você descobre uma

coisa pra sua vida, tipo uma bolsa pra você, então é tipo é uma bolsa e cada experiência você guarda ela porque uma hora você pode precisa dela[...] (ENTREVISTADO 12).

Relacionam o trabalho ambulante com outros já realizados, elencando as diferenças:

Em Curitiba o melhor era trabalhar como empregado, pra Matinhos é melhor trabalhar por conta, porque o empregado é muito explorado, sábado, domingo, feriado e ganha mal (ENTREVISTADA 9).

A partir da fala dos trabalhadores observa-se que a experiência dos mesmos no mundo do trabalho e suas relações com o tipo de trabalho são plurais, comparativas e apresentam forte relação com o espaço físico.

Porém não como uma categoria de classe numa sociedade fundamentada no Estado e no Mercado, com papéis distintos na sociedade. No discurso, parecem ser trabalhadores sem outros similares, trabalhando de forma individual, questionando o espaço público como algo que deveria ser cuidado pelo poder público, sem se ater que usam do espaço público, a areia da praia, um espaço comum, para fins econômicos:

Olha, o ambulante deveria ter um pouco mais de apoio, sobre a praia aqui, deveria ter banheiros químicos, essas coisas não temos aqui entendeu, um lugar adequado pra fazer necessidades, não tem, então isso é o mais chato aqui pros vendedores ambulantes. E esse lado do SESC pra cá da ponte pra cá, depois que foi feita a revitalização, pra cá é um lugarzinho esquecido a muito tempo, banheiro químico, chuveiro essas coisas, não tem nada pro lado de cá (ENTREVISTADO 3).

Olha pra melhora precisa de estrutura né, rampas né que desse acesso não só pros carrinhos... (fala interrompida). A infraestrutura pro vendedor conse-

guir entrar e sair da praia sem dificuldade e ter uns banheiros químicos na temporada pra gente poder usar, nem que se contrate alguém pra tomar conta, porque tem que ter banheiro, eles construíram só da ponte pra lá. Então o pessoal da ponte pra cá precisa de banheiro e de umas rampas feita pela prefeitura que sejam duráveis, pra dar acesso pro cadeirante, pra carrinho de bebê, o carrinho dos ambulantes (ENTREVISTADA 9).

A Associação dos Vendedores Ambulantes, que os representa junto ao setor público e que nem todos fazem parte, também parece descolada de um coletivo, questionada a servir o individual e não a classe de trabalhadores que representa:

A ideia a gente tem bastante né, mas a gente não vai questiona né, a gente não faz parte da associação, se entendeu? (ENTREVISTADO 5).

Acho que a associação, essa associação fizesse convênio com essas distribuidoras de coco pra vender mais barato pra nós né, o fornecedor de gelo seria bem melhor pra nós. Tem esse carro que passa vendendo, mas a gente também pega no mesmo lugar em que a gente compra o coco, porque aí eles vêm trazer o coco e traz gelo também (ENTREVISTADA 15).

Observou-se não só a falta de participação coletiva na Associação, mas também o individualismo na atividade produtiva, o que pode estar relacionada à concorrência para a obtenção da licença ou até mesmo ao pouco tempo que os mesmos têm durante a temporada para dialogarem sobre formas de resolução dos problemas coletivos, como o caso dos sanitários e rampas demandados por muitos para acessar a areia.

Considerações finais

Matinhos, desde antes de sua criação como município, apresenta forte vínculo com o uso da natureza pela balneabilidade, promovendo a migração de pessoas de forma temporária para este fim, ao mesmo tempo a dependência externa do dinheiro aos prestadores de serviços: jardineiro, diarista, pedreiro, pintor, eletricitas, caseiras entre outros, residentes, que durante a temporada se deslocam para o trabalho de vendedor ambulante.

O trabalho de vendedor ambulante, que parece ser informal diante das normativas de regulação do trabalho nacional (Brasil), é normatizado por meio da regulamentação do comércio ambulante e temporário pelo poder público local, promovendo uma reserva de mercado por meio da restrição da atuação de não moradores, distintamente é claro da proteção da classe de trabalhadores, contudo, uma proteção que precisa ser estudada com maior profundidade.

Nas areias das praias de Matinhos, os moradores locais, com suas famílias, vendem mercadorias em troca do dinheiro, utilizando-o para o próprio sustento e de sua família. Esta origem do dinheiro não pode ser caracterizada como capitalista, apesar do forte vínculo das mercadorias vendidas e do dinheiro que circula poderem ter sido originados por meio da organização do trabalho capitalista, já que os trabalhadores não vendem seu tempo de trabalho para apropriação de salários, tampouco contribuem para a acumulação do capital por um proprietário.

Certamente, a relação entre vendedores ambulantes e turistas contribui com a dinâmica do sistema capitalista, dado que os turistas fazem parte do universo de proprietários do capital por desfrutam de um período de não trabalho remunerado, uma conquista da classe dos trabalhadores assalariados. O trabalho realizado pelos vendedores ambulantes não é acompanhado de contribuição à previdência social, ficando estes vinculados à

proteção social local e não do trabalho, advinda da assistência social, não contributiva de diferentes programas de instâncias governamentais diferentes, as quais sejam transferência de renda ou de bens necessários à subsistência própria e de suas famílias, de maneira complementar a renda obtida pelo trabalhado que se dá de maneira temporária, porém em anos repetidos.

O trabalho temporário de vendedor ambulante nas praias também decorre da natureza do lugar (sol e mar), e das transformações do mundo do trabalho (finais de semana e férias remuneradas). Os trabalhadores ambulantes de Matinhos pela falta de consciência de classe, não se organizam para uma luta comum, estão reféns das tomadas de decisões exógenas, em especial a do poder público e daqueles que individualmente se relacionam por meio do dinheiro, mesmo que destas originem-se satisfações pessoais. Os trabalhadores deste setor apresentam-se frágeis frente às crises do capital, dado que a regulamentação que os protege socialmente, o poder público municipal, é orquestrada pelos ganhos de capital, uma vez que o Estado é mantido por tributos sobre lucros obtidos pelo modo de organização da produção capitalista.

A contextualização de Matinhos, observadas a partir do olhar de Hasbeart (2007) e Raffestin (1993) em relação ao território, bem como através do resgate histórico promovido por Bigarella (2209), serviu para compreender que a origem administrativa/política do município de Matinhos decorre de uma construção múltipla, baseada na dinâmica de uso da natureza local por uma população externa, e que passados mais de cinquenta anos, o uso e apropriação continua a se fazer sob condições exógenas ao Município. As transformações do espaço físico do local, também aparecem relacionadas a dinâmica entre duas populações com usos e apropriações distintas. A Orla, região de proximidade a praia, segue a tipologia de hospedagem e local de trabalho temporário dos moradores que residentes nas encostas e próximos aos mangues.

A compreensão deste universo só foi possível em decorrência da cooperação da população que trabalha como vendedor ambulante em responder o questionário, no ambiente de trabalho, reduzindo assim seu tempo de trabalho, que já é pequeno durante o ano. A aplicação de questionários facilitou a interação e possibilitou a contabilização de um expressivo número de respostas.

Diante do exposto, considera-se que os resultados levantados na presente pesquisa podem fortalecer e fomentar outros estudos e debates. Resultados que devem ser levados ao poder público municipal, a associação dos Vendedores Ambulantes de Matinhos, bem como aos próprios vendedores ambulantes e veranistas, para que com o conhecimento da realidade a luz da sociologia econômica, seja possível melhorar as condições de trabalho desta população que se dedica a esta atividade, como também passem a ser tidos como sujeitos de direito, com base na realidade local.

Referências

- ABRAHÃO, C. S.; TOMAZZONI, E. L. Turismo de Segundas residências no litoral sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 81-101, 2018.
- ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo-SP: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, M. S. P. A aventura do comércio informal no Recife. 235 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- BARBOSA, A. F. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R. V; GOMES, D; TARGINO, I. **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: Das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 105-159.
- BIGARELLA, J. J. **Matinho**: Homem e Terra Reminiscências. 3. ed. ampl. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.
- FREITAS, W. F. **História de Paranaguá: das origens à atualidade**. Paranaguá, PR: IHGP, 1999.

HAESBART, R. C. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil/Paraná/Matinhos**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matinhos/panorama>>

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. **O capital: Crítica da Economia Política**. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATINHOS. Câmara Municipal. **Lei nº1267**, de 03 de novembro de 2009. Dispõe sobre o exercício do comércio ambulante, atividades comerciais e prestação de serviços, em caráter temporário ou sazonal, no âmbito do município de Matinhos e dá outras providências. **Leis Municipais**, Matinhos, PR.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (PDPDI). Matinhos. **Diagnóstico municipal socioeconômico e físico territorial 2006**. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/file/artigos/meio_ambiente_e_recursos_hidricos/plan_diretor_de_matinhos.pdf>

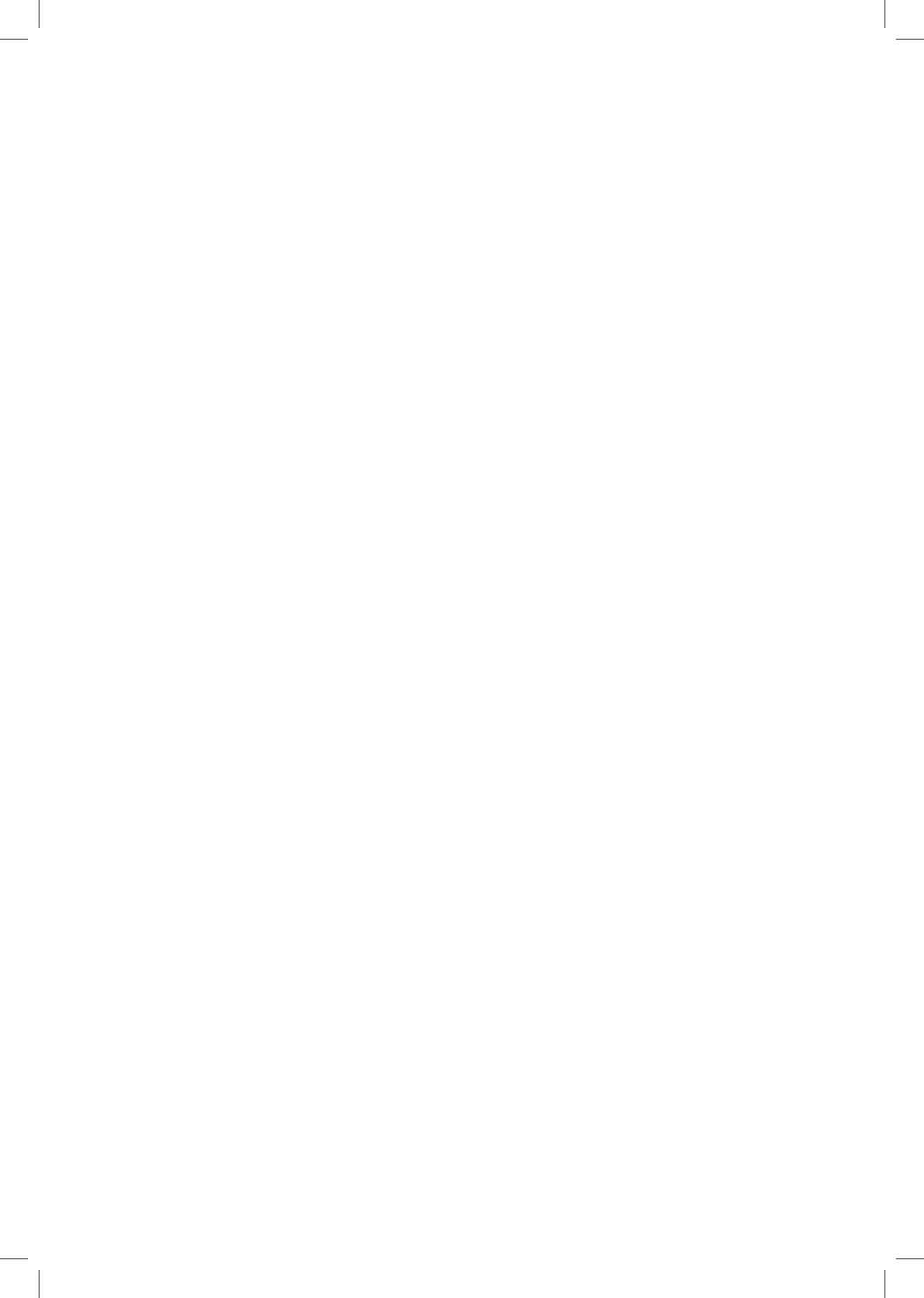
PECQUEUER, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raizes**, Campina Grande, v. 24, n 01 e 02, p. 10-22. 2005.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n, 13, p. 137-167, jan./jun. 2006.

POLANYI, K. **A Grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.



O MICROEMPREENDEDOR NO LITORAL DO PARANÁ: UMA REFLEXÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CATEGORIA E A SUA FORMALIZAÇÃO

*Marcus Aurélio Soares da Silva
Ivan Jairo Junckes*

Introdução

Este trabalho analisa a percepção e a apropriação das estratégias e dispositivos que asseguram benefícios estabelecidos na Lei Complementar 128/08 (LC 128/08) junto aos Microempreendedores Individuais da Microrregião Geográfica de Paranaguá (MRGP). Perguntamos como a Lei está alcançando essa categoria de trabalhadores e de que maneira esses dispositivos auxiliam o MEI na sua expansão, na sustentabilidade e na geração de emprego e renda, cumprindo assim, sua função social.

A LC 128/08 tem como objetivo estabelecer normas que regulamentam a figura jurídica do MEI e, portanto, retirar da informalidade pessoas que estão exercendo as mais variadas atividades desprotegidas e não asseguradas pelas leis do trabalho, além de fornecer instrumentos que beneficiam a categoria, assegurando a possibilidade desses trabalhadores adquirirem autonomia no mercado aberto, muito concorrido e desleal para com os microempreendimentos.

Inicialmente, para a coleta de dados sobre a MRGP, nos apoiamos em escassa literatura e em poucos dados disponíveis sobre o tema. Percebemos a falta de informações históricas em bancos de dados oficiais e não oficiais que nos apoiassem na descrição objetiva sobre o tema, contextualizada no litoral pa-

ranaense. A escassez de dados sobre a política de formalização do MEI no litoral do Paraná é resultante, em parte, pela demora na regulamentação da LC 128/08 e da operacionalização da referida LC nos municípios da MRGP. A regulamentação e operacionalização dessa lei complementar só foram possíveis, em determinados casos, pela parceria entre as prefeituras e o SEBRAE, a partir de 2013 em Matinhos e Paranaguá e, sequencialmente, em Pontal do Paraná, Morretes e Guaraqueçaba. Ainda com dificuldade de obter dados históricos do litoral paranaense acerca da informalidade, do trabalho e especificamente sobre o microempreendedor individual, algumas informações secundárias foram obtidas através de instituições oficiais (IBGE, IPARDES, DIEESE, EMPRESÓMETRO).

Para compreendermos a dinâmica da adoção e adaptação da LC 128/08 nos municípios da MRGP, entrevistamos três Agentes de Desenvolvimento sobre a implementação da respectiva LC e um agente do SEBRAE. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, inclusive, a transcrição integral delas. Aos MEI, foram aplicados 30 questionários acerca dos seus conhecimentos sobre os aspectos ligados a implementação da referida LC em sua cidade, sua participação no mercado e os benefícios contidos em lei para auxiliar sua categoria na sustentabilidade dos negócios.

Na aplicação dos questionários optamos pelo deslocamento até o estabelecimento do microempreendedor individual. Esse procedimento, ao passo que era incerto, pois, não havia como identificar o MEI, a não ser percorrendo estabelecimento por estabelecimento, tornava-se solitário e exaustivo, posto o deslocamento e o tempo para o preenchimento do questionário e as dúvidas que surgiam. Porém, esta técnica possibilitou avaliar a estrutura do empreendimento e, ao mesmo tempo, conversar a respeito da formalização dos MEI.

A aplicação do questionário ocorreu nos meses de dezembro de 2016 e janeiro e fevereiro de 2017. Os dados pesquisados foram organizados e descritos em Planilha Excel e estão disponibilizados através de gráficos e tabelas no presente artigo, o qual além desta introdução contém uma breve discussão teórica, o relato dos materiais, métodos e procedimentos utilizados na pesquisa, e uma discussão dos resultados e as considerações finais.

O mundo do trabalho e os MEI

O dinamismo do sistema capitalista produziu transformações e contradições permanentes, de ordem econômica, social, cultural e ideológica. Na primeira década de 1970, as transformações ocorridas na economia mundial, relacionadas ao declínio do modelo keynesiano/fordista, incidiram sobre o processo produtivo e sobre as relações do trabalho. O conjunto de transformações ocorridas naquele momento na economia do trabalho é comumente denominado de reestruturação produtiva ou reestruturação da produção. (LARANJEIRA, 2000; LOMBARDI, 1997; CAMINHA 2012; SANTOS, 2008; POCHMANN, 2001).

A remodelação do processo produtivo implicou de imediato, numa redefinição do espaço físico e das relações entre trabalho e produção que se mantinham sob regulação consensual entre Estado, capital e sindicatos (BARBOSA, 2007). Esse quadro, de acordo com Rifkin (1995), Pastore (2006), Martins e Veiga (2003), Oliveira (2012), levou, dentre outros fenômenos, à diminuição considerável dos postos de trabalho na esfera global, dando a entender que a crise do pleno emprego está relacionada, em parte, ao avanço da automação tecnológica e da chamada reestruturação da produção, tanto nas áreas rurais, quanto nas áreas urbanas.

Segundo Oliveira (2012), o desemprego estrutural “constitui um dos maiores problemas sociais da humanidade” e, conforme analisa essa autora, em 2009 havia cerca de 210 milhões de pes-

soas desempregadas no mundo. Com um quadro preocupante, as políticas de geração de emprego e renda entram na agenda internacional. No entanto, como salienta Souza (2010, p. 3), “essas políticas públicas arrefecem o ímpeto de uma celebração liberal na medida em que evidenciam a incapacidade de prover o pleno emprego demonstrado pelo capitalismo, mesmo em seus contextos mais avançados”. Retrato disso é o fenômeno denominado de informalidade, esta, vista como um traço marcante nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, assinalado por Matsuo (2009) e Antunes (2011).

Matsuo (2009) afirma que as estratégias informais correspondem, de um lado, ao trabalhador informal adequando-se a economia de mercado e, ao mesmo tempo, essas estratégias informais implicam a exclusão desses trabalhadores do sistema dinâmico da economia (SACHS, 2006; CATANI 1985). Antunes (2011) subdivide a informalidade em três modalidades de trabalhadores alocados a economia submersa: a) trabalhadores informais tradicionais; b) trabalhadores informais assalariados sem registro; c) trabalhadores informais por conta própria. Matsuo (2009) define a informalidade em duas grandes categorias: “velha informalidade” (trabalhadores tradicionais) e a “nova informalidade” (terceirização, flexibilização, temporização).

No caso brasileiro, Santos (2008) e Malaguti (2001) afirmam que a informalidade é um traço característico no mercado de trabalho e abrange parte significativa de trabalhadores exercendo atividades de forma precarizada e desprotegida o que leva a redução salarial, ao aumento da carga horária de trabalho e a desvalorização do trabalho como garantia de dignidade.

De acordo com Barboza (2007), a reversão forçada do assalariamento protegido para o “autoemprego” constituiu um esvaziamento das forças sociais que possuem bases nas condicionantes do trabalho coletivizado protegido pelas leis de regulação do mercado de trabalho e constitui, conforme assinala Malaguti

(2001), e também Sachs (2007), uma das únicas formas de sobrevivência para milhares de brasileiros.

No início dos anos 2000 a informalidade no mercado de trabalho brasileiro chegava a 60% da população economicamente ativa (PEA), de acordo com Pastore (2006). O governo interveio nesse fenômeno através da instituição da Lei Complementar n. 128 de, 19 de dezembro de 2008, (LC 128/08) e criou a figura jurídica do microempreendedor individual (MEI), em complemento à Lei Complementar n. 123 de 14, de dezembro de 2006, (LC 123/06)¹.

Segundo a redação da LC 128/08 “o instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária” (BRASIL, 2008, art. 18-E). Portanto, como analisa Souza (2010, p15), o “MEI tem como objetivo alcançar aqueles empreendedores menores, os chamados autônomos ou ambulantes, como cabeleireiros, sapateiros, costureiras, pipoqueiros, entre outros” e possibilita o “[...] acesso desses empresários aos benefícios da previdência social, bem como sua plena conformidade fiscal, com o conseqüente aumento na arrecadação tributária em razão da ampliação do número de contribuintes” (RATHKE et al., 2016, p. 100). A política de formalização tem sido relativamente bem-sucedida, pois como demonstra Rathke et al. (2016), em 2013 havia 8,2 milhões de cadastros no simples nacional e desse total, 3,3 milhões eram microempreendedores individuais (MEI), sendo que, em 12 estados brasileiros os “mei” superam o número de médias e pequenas empresas (MPE).

Para fins de enquadramento, considera-se MEI, segundo o art. 18^a, §1^o, da Lei Complementar n. 155 de 27 de outubro de 2016, o empresário individual que tenha auferido, no ano corrente, a renda bruta de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais). A LC 128/08, em seu art. 18E, §3^o, enquadra o MEI na modalidade de

¹ Além do texto oficial da LC 123, disposto em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm, um resumo didático da LC pode ser encontrado em <http://www.leigeral.com.br/o-site/o-que-e-a-lei-geral>.

microempresa e estende ao MEI todos os benefícios dispensados à pequena empresa, sempre que favorável (§ 2º).

As MPE e as MEI formam um segmento do mercado que, nas análises de Sacks (2003), tornou-se excepcionalmente importante para o desenvolvimento socioeconômico do país, posto que além de representar uma economia que chega a 27% do PIB brasileiro, corresponde ao emprego de mais de 90% dos trabalhadores operantes no país, portanto, uma fonte inestimável de geração de renda.

No entanto, como observa Sachs (2003), essas MPE, assim como os MEI (atividades produtivas de pequeno porte), não poderão corresponder às expectativas de expansão em decorrência da concorrência com empresas maiores e mais estruturadas atuantes no livre mercado. Torna-se necessário o estabelecimento de estratégias no sentido de promover a qualificação de recursos humanos e facilitar o acesso à tecnologia, ao crédito, ao mercado e à tributação diferenciada.

Para atender necessidades da categoria, foram estabelecidos mecanismos com o objetivo de ampliar o apoio e maior de formalização do MEI. Dentre os benefícios estão: (i) desburocratização na formalização (abertura e fechamento de firma); (ii) baixa tributação; (iii) preferência nas compras governamentais; (iv) benefícios previdenciários; (v) emissão de nota fiscal, entre outros benefícios.

Outra ferramenta possível associada a outros dispositivos que convertam no fomento dos micros e pequenos empreendimentos é o acesso ao crédito como forma de capital gerador de expansão econômica, assinalado por Sachs (2003); Sen (2000).

O capítulo IX da LC 123/06 introduz na legislação brasileira, em consonância com o art. 170 e 179 da Constituição Federal de 1988, dispositivos essenciais ao estímulo ao crédito e ao microcrédito para micro e pequenas empresas, abrindo espaço para inauguração de formas e metodologias específicas externas ao

sistema creditício convencional, o que caracteriza a concepção de universalizar o crédito.

Segundo a legislação pertinente, o sistema de crédito brasileiro deverá criar linhas especiais de crédito para atender a demanda dos micro e pequenos empreendimentos, “[...] objetivando a redução do custo de transação, a elevação da eficiência alocativa, o incentivo ao ambiente concorrencial e a qualidade do conjunto informacional [...]” (LC 155/16, art. 57).

A posição do sistema público de crédito facilitado é fundamental na intervenção do crédito frente ao sistema aberto convencional. Através do sistema creditício com vinculação federal - Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) (art. 58, LC 155/16) - e dos bancos comerciais públicos estaduais, abre-se espaço para a inclusão no sistema de crédito de pessoas que possuam restrições ao serviço. Dessa forma, os bancos comerciais públicos passam a ser considerados atores importantes nas políticas públicas de desenvolvimento, posto seu ponto estratégico na alocação de crédito pode ser caracterizado como insumo necessário à ampliação das oportunidades e expansão econômicas. A CEF, o BB - entidades federalizadas - e o Fomento Paraná - entidade estadual - são os principais atores dentro da política de acesso ao sistema de crédito e microcrédito que atuam diretamente na MRGP.

O art. 62 da PLC 123/06, a exemplo, orienta o Banco Central a intervir na ampliação e proporcionar facilidades às linhas de créditos para os MEI e MPE. Medidas que, em contrapartida, estimulariam a competição bancária. A disponibilização e a facilitação ao crédito ou ao microcrédito por instituições financeiras privadas ou estatais, como o Banco do Brasil (BB), o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), pela Caixa Econômica Federal² (CEF) e outras instituições financeiras alinhadas ao microcrédito

2 Os encargos da Caixa Econômica Federal constituíam (2016): 1) taxa de juros: 2,95% ao mês 2) taxa de abertura de crédito (TAC): 3% do valor do contrato 3) Alíquota zero sobre o Imposto sobre Operações de Crédito (IOF)

está respaldada no §2º do art.62 e nos art. 57, 58, 59 e 60 da supracitada PLC, bem como, na Lei 11.110/2005. Esta institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) “com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares” (BRASIL, 2005)³.

O microcrédito, segundo o SEBRAE, consiste no fornecimento de crédito aos microempreendedores que não possuem alcance ao sistema financeiro tradicional. O microcrédito está inserido no contexto da micro finança destinado às pessoas de baixa renda. Ainda, segundo o SEBRAE, suas principais características são:

a) Ausência de garantias reais, já que a maioria das transações tem como garantia o aval solidário; b) Concessão de crédito ágil e adequado ao ciclo de negócios do empreendimento; c) Baixo custo de transação devido à proximidade entre a instituição e o tomador dos empréstimos e à inexistência de burocracia; d) Ação econômica com forte impacto social na comunidade; e) Elevado custo operacional para a instituição fornecedora dos recursos; f) Metodologia específica, que consiste na concessão assistida do crédito. (www.sebrae.com.br).

O apoio ao MEI é fundamental, pois esse tecido empresarial (MPE), segundo autores como Sachs (2003), Albuquerque e Zapata (2010) e Sen (2000) respondem por boa parte dos empregos e da renda da população. Para o SEBRAE (2014), 52% dos empregos formais, no Brasil, estão nas micro e pequenas empresas, o que corresponde à significativa importância dessa categoria empresarial no desenvolvimento da economia brasileira.

As observações e alterações contidas na LC 147/14 representam avanços significativos na perspectiva do desenvolvimento, dando maior envergadura social à LC 123/06. Esse dispositivo legal possui impacto positivo, fundamental para aumentar as oportunidades do MEI a se manter na formalidade pela inovação na redução de barreiras ao mercado e à competitividade.

3 O BNDES proporcionava (2016) crédito de até R\$ 20.000,00 por cliente; o Banco do Brasil R\$ 15.000,00 (www.bnedsgov.br).

Dentre os principais dispositivos contidos na LC 147/14 incorporados a outras ferramentas descritas na LC 128/08, estão a redução a zero dos custos de tributação para o MEI (art. 4º, § 1º e § 3º), e a desburocratização no tratamento diferenciado pelos optantes do Simples Nacional, com um cadastro único do CNPJ, dispensados os demais cadastros estaduais e municipais (art. 1º, inciso 4º).

A debilidade de uma microempresa, ou até a sua falência, pode acarretar, não somente numa estatística de dados econômicos, mas em resultados socialmente negativos. A microempresa é o trabalho do MEI, seu sustento e de sua família, suas necessidades básicas são satisfeitas através de seu trabalho que é o substrato da sua dignidade, tal qual aponta Brom:

O trabalho é uma dimensão da vida, essencial para a realização da humanidade, lembra João Paulo II na encíclica *Laboren Exercens*. A encíclica papal observa que o valor do trabalho se localiza na pessoa que o realiza; não podendo, portanto, ser compreendido como uma força anônima de produção, com o trabalhador equiparado a mero instrumento a serviço do capital (BROM, 2006, p 55).

A legislação prevê o acompanhamento técnico de entidades que possam colaborar com o desenvolvimento e manutenção do MEI, promovendo possibilidades de reversão da sua exposição e fragilidade no mercado aberto. Uma dessas entidades previstas em lei é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que atua em parceria com os municípios que aderiram ao Programa Cidade Empreendedora⁴.

4 Cidade Empreendedora é um programa do SEBRAE, voltado aos municípios e estabelece estratégias para o desenvolvimento local, balizados por alguns eixos: Sala do Empreendedor, Agentes de Desenvolvimento, Compras Governamentais, Desburocratização, Levantamento de Oportunidades, Plano de Desenvolvimento Econômico, entre outros. Esse Programa do SEBRAE tem como objetivo potencializar a implementação e institucionalização da Lei Geral visando a melhoria do ambiente de negócios para o Microempreendedor Individual e para as micro e pequenas empresas, contribuindo, dessa forma, com a geração de emprego e renda (SEBRAE, 2013, p. 9).

No litoral paranaense, os municípios de Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos, Morretes e Guaraqueçaba aderiram, naquele momento, ao Programa Cidade Empreendedora. Nestes, os MEIs possuem assessoramento contínuo junto ao SEBRAE, seja na forma de capacitação dos agentes públicos, seja na forma de consultoria para os MEI e MPE. Segundo o SEBRAE, o programa tem como objetivo “Potencializar a implementação e institucionalização da Lei Geral visando à melhoria do ambiente de negócios para o Microempreendedor Individual e para as micro e pequenas empresas, contribuindo dessa forma com a geração de emprego e renda” (SEBRAE, 2013, p. 9).

Um dos pontos centrais do Programa Cidade Empreendedores é a instalação das Salas do Empreendedor, com funções específicas tanto no atendimento ao MEI, quanto às MPE. O município de Paranaguá abrange 45,48% dos microempreendedores na região e é destacadamente o maior polo da região, com aproximadamente 47% do total das empresas (Tabela 1). Outra característica particular é o município de Guaraqueçaba, que mesmo apresentando apenas 1,29% das empresas ativas, 1,25% das MPE ativas e 1,62% do MEI, aderiu ao Programa Cidade Empreendedora e conta com uma unidade da Sala do Empreendedor.

TABELA 1 - NÚMERO DE EMPRESAS NA MRGP (MAIO/2016)

Município	Empresas Ativas	MPE	MEI	Total de Registros	Participação de MEI no Município (%)
Antonina	1.832	1.705	571	4.054	14,08
Guaraqueçaba	462	427	193	1.082	17,83
Guaratuba	4.788	4.586	1.569	10.943	14,33
Matinhos	5.185	4.912	1.799	11.896	15,12
Morretes	1.926	1.831	510	4.267	11,95
Paranaguá	16.800	15.832	5.394	38.026	14,18
Pontal do Paraná	4817	4.604	1.823	11.244	16,21
Total	35.910	33.897	11.859	81.512	

FONTE: Fórum Permanente.

Os serviços realizados na Sala do Empreendedor vão desde a formalização e baixa da empresa até a consultoria de gestão e finanças que são realizadas gratuitamente pelos agentes de desenvolvimento e por consultores do SEBRAE. Quanto aos objetivos das “salas”, segundo o SEBRAE, podemos citar: a) incentivar a legalização de negócios informais; b) facilitar a abertura de novas empresas; c) regularizar as atividades informais, além de apoiar o MEI, quanto à formalização e informações necessárias relativas às especificidades da sua atuação como MEI formalizado. No nosso entendimento, o SEBRAE atua como a principal entidade de empenho ao atendimento básico ao MEI, constituindo-se como uma importante estratégia na materialização da legislação.

O MEI, as lutas e desafios através do trabalho no litoral do Paraná

Este estudo foi desenvolvido com base nas análises da Lei Complementar 128/08 (LC 128/08) e sobre seus dispositivos de apoio e incentivo à categoria do microempreendedor individual (MEI). Identificamos junto aos MEI, através de questionário, como eles compreendiam esses dispositivos na lei e de que maneira utilizavam os benefícios contidos na referida LC.

O questionário procurou coletar dados dos microempreendedores individuais segundo atividade econômica, tempo de atuação no mercado formalizado, renda bruta, participação em compras públicas, local da atividade econômica, quanto à capacitação e consultoria, entre outros, e foi aplicado a trinta microempreendedores individuais dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá. Devido à dificuldade de identificação dos MEI, não houve seleção específica para a escolha dos entrevistados. O instrumento que permitiu perceber a categoria MEI ante os desafios enfrentados no decorrer da sua formalização, na mesma medida em que possibilitou com-

preender um pouco a realidade concreta desses trabalhadores exposta pelas suas opiniões, suas respostas objetivas e, por vezes, subjetivas. Ou seja, uma fonte de “informações vivas” (RAYNAUT, C. et al., 2002).

Esta técnica possibilitou observar a estrutura do estabelecimento e dialogarmos diretamente com o microempreendedor individual, sobre suas dificuldades e avanços após a formalização. Alguns MEI foram pouco receptivos a participar do questionário, mas a maioria se sentiu a vontade em responder as perguntas. No Quadro 1 estão listados os conteúdos estruturantes e específicos adotados para o questionário.

QUADRO 1 - ESTRUTURAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Específicos
Mercado de trabalho	Atividade econômica Tempo de atuação no mercado formalizado
Mercado permanente	Renda bruta Contas públicas Capacitação
Investimentos	Consultoria Acesso ao crédito
LC 128/08	Associação Empregabilidade

FONTE: Organizado pelos autores a partir de LC 128/08 e Sachs (2003).

A aplicação do questionário ocorreu nos meses de dezembro de 2016 e janeiro e fevereiro de 2017 e o tempo duração de aplicação de cada questionário ficou entre 30 a 50 minutos, dependendo das dúvidas e questionamentos dos respondentes. Apenas dois participantes responderam ao questionário através de sistema informatizado (via e-mail), para os demais 28 respondentes a condução dos trabalhos foi de forma presencial. Para a apresentação e análise dos dados a seguir será utilizada a estatística descritiva com gráficos, quadros e tabelas para a exposição e melhor compreensão dos resultados, sendo analisados a partir do diálogo com a literatura específica.

Como parte do Programa de Cidades Empreendedoras, as salas do empreendedor fornecem orientações e auxílio na formalização de empresas e empreendedores individuais (EI) que se encontram na informalidade. Chega a 5.000 o número de MEI's atendidos nos municípios de Paranaguá e Pontal do Paraná no ano de 2016, sendo que destes atendimentos até 5% resultaram em formalização. Todavia, o número de "baixas" também apresentou considerável elevação nesses anos, chegando a quase 100 em Paranaguá e Pontal em 2016. Ou seja, as "baixas" representaram quase 40% das formalizações. É como uma caixa d'água que enche por um lado, mas esvazia rapidamente por outro. Tais números implicam insistir na necessidade de políticas de sustentabilidade da formalização dos MEI, tão importante quanto a formalização é a permanência do sujeito na atividade.

Uma hipótese colhida nas conversas realizadas é que as baixas das empresas podem estar relacionadas a sazonalidade própria dos municípios balneários da MRGP - Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba. Esta análise está sustentada, igualmente, por Sulzbach, Denardin e Felisbino (2012):

O fato destes enfrentarem a problemática da sazonalidade de visitas, em virtude do lazer de sol e mar, define-se a hipótese de que a sazonalidade recorrente da principal atividade econômica resulta em instabilidades financeiras tanto as instituições locais, como para a própria população, promovendo adequações dos empreendimentos, especialmente no que se refere aos vínculos de trabalho. Em consequência os empreendimentos formais não encontram suporte financeiro para sua manutenção, resultando na criação de empreendimentos informais, que são característicos destes locais (SULZBACH; DENARDIN; FELISBINO, p. 109-110).

Na temporada de praia observa-se que muitos MEI se transferem ou se formalizam em Pontal do Paraná, com vistas

à fiscalização intensa, nesse período. Ao fim do verão, muitos retornam para suas cidades e dão baixas das empresas. Segundo o relato de um Agente de desenvolvimento entrevistado, após a temporada de praia, alguns MEI “não conseguem sequer pagar o boleto DAS no final do mês” (transcrição), com isso, acabam por encerrar a microempresa e “sobrevivendo com o que conseguiram juntar no verão” (transcrição) concorrendo para o número expressivo de baixas em janeiro e fevereiro de cada ano.

Monteiro (2013) acentua sobre a sazonalidade nos municípios do litoral e a variação populacional decorrente do verão e de alguns feriados. Para esse fato ele denomina de “As meias cidades do litoral paranaense”:

[...] as cidades do litoral transformam-se acentuadamente, literalmente da noite para o dia, quando chegam as pessoas para as festas de fim de ano e férias de verão. Boa parte dos domicílios vagos são ocupados, muitos com concentração de mais de 4 pessoas por cômodo (MONTEIRO, 2013, p. 5).

A sazonalidade é um imperativo importante na observação das baixas dos MEI após a temporada de verão. Todavia não pode ser adotada como de todo explicativa, pois é importante observar a reduzida dinâmica do mercado consumidor interno nos municípios do litoral. Impõe-se a necessidade de políticas públicas para a dinamização do mercado local para viabilizar certa sustentabilidade das empresas através da oferta de trabalho, aumento de consumo, cooperação entre as empresas locais, entre outras. As empresas inclusas em um sistema de mercado fortalecido, onde a capacidade de gerar riqueza seja mais sustentável, têm mais possibilidades de prosperar e manter suas atividades. Um mercado ativo, comumente, tem respaldo do poder público local e as micro e pequenas empresas que surgem em meio a essa dinâmica requerem estratégias definidas com vistas a competirem no mercado aberto.

Os empreendedores, na perspectiva de Nassif et al. (2014), apresentam uma variação de características como a criatividade, flexibilidade, autonomia e ideias para inovar. Porém, tal como notamos, as oportunidades de produzir bens e serviços são frequentemente diferentes, tanto pela capacidade de investimento em tecnologia e informação para alavancar o empreendimento, quanto para capital de giro e manutenção do negócio. Ao analisarmos a capacidade estrutural dos MEI, condições econômicas e de compreensão de mercado, percebemos o distanciamento e o desconhecimento dos instrumentos geradores de seu desenvolvimento, previstos em lei.

Os instrumentos descritos na Lei Geral (123/06) podem facilitar e auxiliar na melhoria dos negócios e desencadear um processo de desenvolvimento. Na percepção de Pochmann (2004), Sen (2000) e Sachs (2003) o desenvolvimento é associado, simultaneamente, ao crescimento econômico, com o fortalecimento da capacidade de produção/acumulação e pela ampliação das liberdades substantivas. Na perspectiva de Sachs (2003) e Sen (2000), além de fomentar a formalização de micro, pequenos e médios empreendimentos, a principal vantagem é a “cobertura social para os trabalhadores” (SACHS, 2003 p113). Para tal é necessário expandir formas de adequação à sustentabilidade dessas empresas, uma vez que lançadas no mercado geral são incapazes de competir com empresas maiores e ampliar sua estrutura.

A mortalidade, nessa competição em condições de inferioridade, é elevada para os micros e pequenos empreendimentos. Números do SEBRAE apontam para taxas de 32% de fechamento em menos de um ano, 44% em menos de dois anos, 56% em menos de três, 66% em menos de quatro e 71% em menos de cinco (SACHS, 2003, p 35).

Como analisa Sachs (2003), os pequenos e médios empreendimentos não têm como sobreviver no mercado geral, dado a

baixa capacidade de se manter em condições sustentáveis. No questionário aplicado ao MEI percebemos que algumas barreiras acentuam essas desigualdades e fragilidades. Na observação dos dados, percebemos que 90% dos entrevistados exercem atividades no setor terciário. Esta análise já foi descrita por Superville e Quiñones (2000), Barbosa (2007), no qual concluíram que o trabalhador fabril foi deslocado para este setor, passando ser um trabalhador de serviços. Quase a metade exerce suas atividades no setor de prestação de serviços, atuando em serviços de informática, conserto de bicicleta, eletrônica, cabeleireira, sapateiro, entre outros. A outra quase metade atua no comércio de papelaria, armário, produtos de limpeza, pet shop, loja de roupas, comércio de artigos de praia, entre outros. Apenas três exercem suas atividades na área da cultura.

O reduzido tempo de formalização é uma característica marcante entre os MEI pesquisados, mais da metade deles tem até dois anos de registro, sendo que apenas 7,5% tem mais de cinco anos. Esse quadro de "inexperiência" corrobora dados de Sachs (2003), que ao analisar dados do SEBRAE nos diz que em menos de cinco anos 71% das micro e pequenas empresas fecham as portas, o que demonstra que além da fragilidade dessa categoria existe a falta de instrumentalização e práticas dos mecanismos existentes para manter os microempreendedores na formalidade e provocar a ruptura desse quadro.

O reduzido tempo de formalização associado ao acentuado ocorrência de "baixas" de micro e pequenos empreendimentos na MRGP representa um forte desafio para as ações colocadas em prática pela política pública de formalização, pois as estratégias devem superar as circunstâncias específicas de processos burocráticos ligados à formalização e expandir suas ações de maneira que as MPE possam adquirir autonomia sustentável e desempenhar um papel relevante na economia local, tal qual apontado por Sachs:

O principal objetivo das políticas públicas voltadas à consolidação das MPE deve estar em assisti-las no desenvolvimento de uma competitividade genuína que lhes permita aumentar gradualmente os salários, estar em dia com os encargos sociais e impostos, superar o imediatismo e adquirir uma perspectiva de longo prazo na gestão do negócio e na previsão de investimentos (SACHS, 2003, p 35).

Sachs (2003) alerta para as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento das MPE: “acesso ao crédito, ao mercado, à mídia, ao poder público, à classe política e, especialmente, à tecnologia e ao conhecimento [...]” (*idem*, p 113). A falta de acesso a esses instrumentos importantes restringe a capacidade de ampliação da unidade de produção (tecnologia de gestão, lucratividade, rentabilidade), quanto ao de arranjos produtivos locais. Para Albuquerque e Zapata (2010, p. 216), “a introdução de inovações tecnológicas e o fomento da capacidade empresarial e organizativa nos diferentes âmbitos territoriais são variáveis estratégicas da política de desenvolvimento” e podem possibilitar a reversão ou minimizar as assimetrias do mercado, resultantes da competitividade desigual.

Ao analisar a figura 1, observamos que vinte e três dos respondentes disseram não ter ou não tiveram relações comerciais com o município. Certamente que boa parte dos entrevistados não possui características comerciais para fornecer ao poder público, no entanto, alguns setores dentre os quais educação, eletrônica, informática, se incluso nos trâmites legais, poderiam fornecer serviços para o município. No setor de comércio, papelarias e loja de materiais de limpeza têm a possibilidade de fornecimento na compra direta dispensada de licitação descrita nos art. 23 e 24 da Lei 8.666/1993. Da mesma forma no setor de serviços, observado as normas jurídicas.

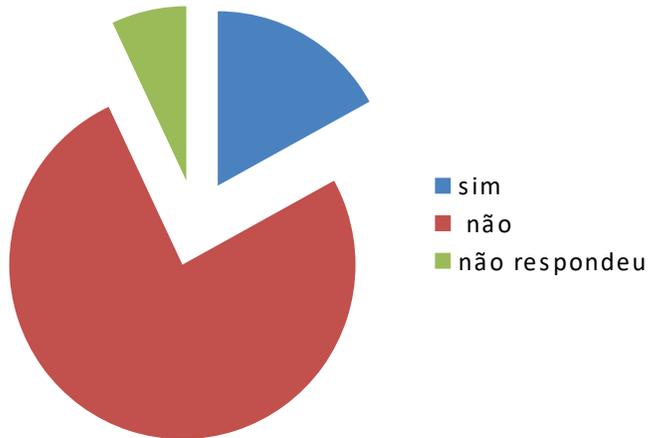


FIGURA 1 - RELAÇÕES COMERCIAIS DOS MEI COM O MUNICÍPIO NA MRGP (N=30)

FONTE: Dados da pesquisa com base no questionário.

Nas licitações, os mesmos respondentes (n=23) disseram que desconhecem o funcionamento para participar do processo. Na compra pública é indispensável a orientação em licitações que possam ser direcionadas às micro e pequenas empresas locais da região. Mas para isso, é necessário que o setor público desenvolva capacitação de seus MEI's para esta finalidade. As compras públicas ou contratações públicas podem conduzir e inserir os micros e pequenos empreendimentos no mercado, uma vez que a esfera pública constitui um mercado estável de relações comerciais, quase sempre em ampliação. O capítulo V da LC 123/06, alterado pela 147/14, descreve sobre os critérios a serem adotados em favorecimento às MPE quanto ao acesso ao mercado, destacando as compras e contratações públicas e sobre o processo de licitação.

Segundo o SEBRAE, 76% das MPE de Paranaguá não participaram em processos de compras públicas entre os anos de 2011-2014. Dessas empresas, 55% desconhecem as oportunidades para comercializar com governo/empresas estatais. A pouca e/ou truncada informação fornecida para o MEI, quanto aos ser-

viços disponibilizados pelo município e sobre os instrumentos de regulamentação e direitos, como o acesso ao crédito facilitado disposto na Lei Geral (123/06), poderia ser revertida através da divulgação nos veículos de comunicação locais, jornais circulantes nos municípios, rádios comunitárias, por exemplo, além dos oficiais, esclarecendo os direitos e obrigações do MEI incorporado à sua formalização, com o propósito de inseri-lo no mercado (trabalho), sua expansão e sustentabilidade.

O Secretário de Desenvolvimento de Pontal do Paraná afirmou, em entrevista para este estudo, que o município estava se empenhando para que as empresas locais, inclusive o MEI, participem das licitações. Para isso, segundo ele, a prefeitura se adequou a LC 147/14 no sentido de que uma licitação de determinado valor seja dividida entre os microempreendedores, observando, igualmente, a possibilidade de pagamento de 10% a mais do valor mínimo para o MEI. Essas são adequações adotadas por Pontal do Paraná, através do Conselho Gestor Municipal (CGM), tal qual observou o Secretário:

Uniu mais a população à prefeitura, uniu mais o microempreendedor a vender para a prefeitura. Não tinha ninguém vendendo pô! Não tinha ninguém fornecendo pra prefeitura. Hoje nós temos o pequeno e microempresário fornecendo pra prefeitura. Uniu os benefícios e os trouxe pra prefeitura e pra comunidade, né? Um dinheiro pra circular aqui dentro e não ir pra fora. Por exemplo, uma licitação que era de "x" valor, nós fomos quebrando ela em quatro ou cinco vezes para dar preferência para o povo daqui. Uma licitação que era de R\$ 100.000,00, nós fizemos quatro de 25, dividimos...ah! compra o caderno de um, lápis do outro, caneta de outro. Dividimos pra que o povo daqui participasse. E deu certo. Essa foi uma grande evolução do Comitê Gestor (transcrição) (entrevistado8, dez/2016).

O conhecimento das bases legais de funcionamento da categoria, no nosso entendimento, a ampliação da qualificação para lidar com o mercado e a aproximação dos serviços disponibilizados, tanto pelo setor público, quanto pelo setor privado, poderá produzir, em curto prazo, impactos positivos no desenvolvimento do MEI dentro da economia de mercado.

Algumas estratégias podem ser interessantes para o desenvolvimento do MEI, todavia, elas poderiam ser melhor adaptadas à realidade local. No caso das compras públicas, o município tem prazo de pagamento ao MEI de até 90 dias. Para alguns microempreendedores isso se torna praticamente inviável, seja pela pouca disponibilidade de ativos disponíveis, o que impossibilita a rápida reposição dos recursos utilizados; seja pelo fato de muitas empresas e microempreendedores não distinguirem as despesas da empresa com as da família, pois, a família depende diretamente desses recursos. (SACHS, 2003). Aguardar até três meses para receber por um fornecimento ou pela prestação de um serviço é algo muito pouco viável para os MEI's em geral.

Mecanismos de crédito podem responder ao desafio do prazo para recebimento no poder público. O microcrédito produtivo, a exemplo, consiste numa ferramenta utilizada em muitos países como estratégia de redução da pobreza, na promoção de emprego e renda e na consolidação do aumento da capacidade produtiva de microempreendimentos, além de favorecer condições a melhoria de vida das pessoas mais empobrecidas e socialmente vulneráveis (PEREIRA, 2006; BARONE et al., 2002).

No Brasil, o microcrédito é regulamentado e normatizado pela Lei 11.110/2005 que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e "tem por finalidade específica disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado". (Lei 11.110/2005, art. 1º § 2º). O microcrédito produtivo orientado, segundo Barone et al. (2002), possui efeito positivo junto aos tomadores de financiamento no sentido de melhoria

das condições habitacionais, de saúde e alimentares, da restituição da cidadania e da autoestima, além da geração de emprego e renda das famílias que fazem o uso desse instrumento.

Tal posicionamento é defendido por Pereira (2005), posto os resultados empíricos obtidos em estudos realizados no Centro de Apoio de Pequenos Empreendimentos no Estado da Paraíba (CEAPE/PB), entre os anos de 2001/2004. Em suas análises ela concluiu que o microcrédito proporciona a expansão do ativo circulante⁵ e do patrimônio líquido, tendo peso significativo na consolidação dos empreendimentos (PEREIRA, 2005, p 78). Percebe-se dessa maneira o impacto positivo do microcrédito em parâmetros econômicos, além de ser uma ferramenta de intervenção na exclusão social.

Entretanto, a situação na MRGP apresenta um quadro criticamente diverso. A Tabela 2 expressa a regressão significativa das transações de crédito pela CEF, na MRGP, entre os anos 2015 e 2016.

TABELA 2 - NÚMERO DE FINANCIAMENTOS E VALORES FINANCIADOS NA MRGPCEDIDOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ÀS MPE (2015-2016)

Ano	Total de Contratos	Valor Total (R\$)
2015	13.909	37.598.618,21
2016	2.756	7.953.892,76

FONTE: Controladoria Geral da União, Portal da Transparência.

A diminuição nos financiamentos está atrelada em parte ao baixo desempenho da economia e, por outro lado, a forte restrição do sistema bancário no processo de seletividade para o crédito. Para o Agente de Desenvolvimento que atua na MRGP:

Existe um preconceito muito grande, seja por parte de associações, seja por parte de instituições financeiras, né? Porque o MEI é um risco. Como que é avaliado? Ah, ele é pequenininho. Se ele não aguenta

5 O ativo circulante compreende o dinheiro em caixa, os saldos bancários e todos os valores que podem ser convertidos em dinheiro imediatamente (SANDRONI, 1999).

pagar um boleto DAS, como ele vai pagar a mensalidade? Se ele não aguenta pagar um boleto DAS, como ele vai pagar um financiamento? Eu vejo isso como um preconceito. Mas eu não tiro toda razão, da parte financeira. (transcrição)

Segundo dados do Empresômetro, a retração nos contratos de financiamentos representou um decréscimo de 21,15% de ativos circulantes das MPE na MRGP, o que compromete o desenvolvimento, tendo em vista que, em média, 95% das empresas da região são MPE e geram empregos, renda e tem forte impacto na produção de riqueza em seus municípios.

Ao analisar o impacto dos microfinanciamentos realizados nos municípios paranaenses através do Programa Banco do Empreendedor Paraná (Fomento Paraná), Magalhães Junior (2016) concluiu que a adição, em média, de 1% nos contratos de microcrédito junto ao Programa Banco Empreendedor Paraná possibilitou o aumento da capacidade econômica dos municípios participantes em 0,32%, entre os anos 2010 e 2013.

Os dados da Tabela 3 demonstram o número de contratos creditícios firmados com o MEI na MRGP, junto ao Fomento Paraná, entre os anos 2014 - 2016.

TABELA 3 - NÚMERO DE FINANCIAMENTOS CEDIDOS AO MEI, JUNTO AO PROGRAMA BANCO EMPREENDEDOR DO PARANÁ (FOMENTO PARANÁ) NA MRGP (2014-2015-2016)

MUNICÍPIO	Nº DE FINANCIAMENTOS		
	2014	2015	2016
Antonina	3	3	4
Guaraqueçaba			6
Guaratuba	5		
Matinhos	4		12
Morretes	10	3	12
Portal do Paraná			7
TOTAL	29	9	45

FONTE: Fomento Paraná, através do Portal da Transparência/PR.

Embora o número de contratos tenha apresentado crescimento entre os anos de 2014 e 2016, esse total alcançou menos de 1% dos microempreendedores da MRGP em 2016 e, neste ano, os valores transacionados alcançaram R\$ 471.216, resultando em uma média de pouco mais de R\$ 10.000 por contrato.

Entre os MEI's pesquisados, 80% disseram não ter contratado financiamentos junto às entidades creditícias para expandir seus negócios. Dos respondentes que realizaram financiamentos, quatro disseram ter utilizado como capital de giro e dois o utilizaram como capital de giro e também para expandir os negócios e na compra de materiais. Um fato interessante é que grande parte dos respondentes não tinha conhecimento sobre essa possibilidade. Tal condição indica a necessidade, ou mesmo a oportunidade de o poder público desenvolver ações no sentido de divulgar e capacitar os MEI's para a utilização das linhas de crédito dedicadas.

Albuquerque e Zapata (2010) destacam a importância de adesão dos governos locais nas políticas de desenvolvimento, pois, as autoridades eleitas são elementos chaves no processo de desenvolvimento local. Embora o desenvolvimento dos territórios muitas vezes é impulsionado por líderes locais (cooperativas, associações) ou por jovens empresários e entidades não governamentais, é indispensável a integração dos governos locais às iniciativas de desenvolvimento, posto que "podem conferir a essas iniciativas algum caráter institucional" (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010, p. 216).

Dentre os MEI's entrevistados, 80% declararam não ter conhecimento de estratégias de apoio adotadas pelas prefeituras na MRGP. Os demais indicaram algum conhecimento de cursos de capacitação e apoio ao processo de formalização. Dada o tão reduzido conhecimento de ações de apoio por parte do poder público local, verificamos que as prefeituras de Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná esforçaram-

-se em apresentar propostas de fomento das capacidades de produção do MEI, firmando parcerias com entidades importantes no cenário econômico e de desenvolvimento, como é o caso do SEBRAE. Mesmo que ocorram esforços específicos, é flagrante a fragilidade de políticas públicas que reduzam o imediatismo e impliquem a inclusão do MEI em metas de médio e longo prazo com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Dentre os municípios da MRGP a Prefeitura de Pontal do Paraná apresentava à época da pesquisa uma maior maturidade nas concepções de desenvolvimento local, posto a extensão de estratégias, ações e programas diversificados de fomento das MPE, em especial, à categoria específica do MEI. Esta proposta vai ao encontro das análises de Albuquerque e Zapata (2010, p. 218) no sentido de que “às vezes uma estratégia de desenvolvimento local pode se iniciar a partir da coordenação territorial de alguns programas e instrumentos setoriais de fomento definidos de maneira central”. Um ponto central nesse processo, como assinalou um entrevistado é a capacitação de funcionários efetivos da administração pública municipal que atuam na secretaria e na sala do empreendedor. Esta estratégia tem como objetivo dar continuidade às propostas de desenvolvimento local, isolando-se do plano partidário denotando sentido neutro nas políticas de desenvolvimento.

Em Guaratuba, em 2009, o município instituiu a Lei Complementar 04/2009, sobre o tratamento diferenciado às MPE no âmbito municipal. Uma das estratégias previstas na referida LC de Guaratuba foi a criação do Comitê Gestor Municipal com o objetivo de acompanhar a implementação da LC 123/06 e suas complementações. Porém, nas pesquisas de campo, em 2016, junto às secretarias de Urbanismo, de Infraestrutura e Obras e do Bem Estar e Promoção Social, os agentes da administração pública ligadas às secretarias desconheciam a existência e atuação do citado comitê, assim como não souberam informar sobre alguma proposta referida ao MEI.

Um dos avanços identificados, no processo de desenvolvimento empresarial de Guaratuba foi a criação, em 2016, de uma agência da Junta Comercial do Paraná, firmando parceria com o governo local e com a Associação Comercial e industrial de Guaratuba (ACIG). Tal ação tende a fortalecer o caráter institucional de políticas voltadas às categorias empresarial e comercial do município. Destacamos, ainda, que esta foi uma ação isolada identificada para o desenvolvimento do ambiente empresarial da cidade.

Muito embora, a maioria dos municípios da MRGP apresente dificuldades orçamentárias é importante frisar que o enquadramento aos dispositivos legais inseridos na Lei Geral podem ser implantados de maneira gradual, vinculados a uma postura de desenvolvimento integrado e com metas de médio e longo prazos, com provimentos de investimentos que suportem, em princípio, estratégias e ações um pouco mais reduzidas, mas, no segundo momento, podem ser expandidas e melhoradas, encaixadas em novas estratégias e ações, em concepções de “inovação, renovação e transformação” constantes, as quais estão sujeitas qualquer política pública.

Considerações finais

Os dispositivos contidos na LC 128/08 que objetivam fortalecer a categoria do MEI representam um avanço nas ideias de desenvolvimento local, posto a importância das micro e pequenas empresas na economia do trabalho que contribuem de maneira significativa para a geração de emprego e renda.

A formalização do MEI alinhada aos dispositivos de incentivo à categoria não é um fim em si mesma, mas pode ser adequada às realidades locais e suplementada, garantindo e expandindo direitos já conquistados. Apesar de alguns avanços que possibilitem os MEI sobreviver em meio a imensidão de empresas buscando um espaço no mercado, em curto prazo, se não intensi-

ficarem investimentos para o fortalecimento da categoria poderá ocorrer um esgotamento das estratégias que ainda resistem.

No litoral do Paraná, quanto aos benefícios à categoria do MEI estabelecidos na LC 128/08 e suas alterações, no sentido de promover a sustentabilidade desses trabalhadores e seus pequenos empreendimentos, as pesquisas mostraram que, embora os municípios adotem alguns mecanismos de apoio, a categoria continua fragilizada e carente de recursos econômicos, tecnológicos e de conhecimento estratégico sobre seus negócios.

A fragilidade é observada, ainda, na falta de informação que eles possuem em relação a esses incentivos, como o acesso ao crédito com taxas especiais; consultoria gratuita (SEBRAE) nas Salas do Empreendedor, cursos de qualificação gratuitos fornecidos pelo SEBRAE e preferência para o MEI nas compras públicas, o que, de certa maneira faz com que essa política pública não atinja o seu propósito básico de inserção dos trabalhadores informais ao mercado de trabalho digno, formal e legalizado, além da inclusão social descrita na própria lei de criação dessa categoria jurídica de trabalhadores.

Referências

ALBURQUERQUE, F.; ZAPATA, T. A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil. In: DOWBOR Ladislau; POCHMANN Marcio. **Políticas para o desenvolvimento local**. Perseu Abramo: São Paulo, 2010.

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

BRASIL. **Lei Complementar 123/2006**. Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>

BRASIL. **Lei Complementar 128/2008**. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm>

BRASIL. **Lei Complementar 147/2014**. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp147.htm>

BRASIL. **Lei Complementar 155/2016**. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nos 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp155.htm>

BRASIL. **Lei Federal 8.666/1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>

BRASIL. **Lei Federal 11.110/2005**. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMP. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11110.htm>

BARBOSA, R. N. C. Trabalho informal e Políticas Públicas para geração de renda. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia do Trabalho. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.

BARONE, F. M.; LIMA P. F.; DANTAS V.; REZENDE V. **Introdução ao Microcrédito**. BACEN, 2002.

BROM, L. G. **A crise da modernidade pela lente do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAMINHA, M. A. L. As metamorfoses do mundo do trabalho no final do século XX e a atualidade da questão social. **Jus Navigandi**, v. 3147, p. 1-5, 2012.

CATTANI, A. D. Economia submersa. **Lua Nova [online]**, v. 2, n. 2, p. 27-31, 1985.

LARANJEIRA, S. M. G. As Transformações do Trabalho num Mundo Globalizado. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p.14-19, jul./dez. 2000.

LOMBARDI, M. R. Reestruturação produtiva e condições de trabalho: Percepções dos trabalhadores. **Educação & Sociedade**, ano XVIII, nº 61, dezembro/97.

MAGALHÃES JÚNIOR, M. Avaliação de impacto do Programa Banco do Empreendedor Microcrédito sobre o nível de atividade econômica dos municípios paranaenses: 2010-2013. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo, 2001.

MARTINS, J. S.; VEIGA, J. E. O que fazer para gerar empregos no Brasil? **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 304-317, dez. 2003.

MATSUO, M. Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais. Tese de Doutorado em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2008.

MONTEIRO, R. R. **Regulamentação urbana em revisão no Litoral do Paraná**. 2013. In: XV Enanpur 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323199063_Regulamentacao_Urbana_em_Revisao_no_Litoral_do_Parana_-_ENANPUR_2012>.

NASSIF, V. M. J.; GHOBIL, A. N.; AMARAL, D. J. Empreendedorismo por Necessidade: O Desemprego como Impulsionador da Criação de Novos Negócios no Brasil. **Pensamento e realidade**, Ano XII, v. 24, n. 1, p. 143-168, 2009.

OLIVEIRA, E. A. A política de emprego no Brasil: O caminho da flexinsegurança. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 493-508, jul./set. 2012.

PASTORE, J. **As Mudanças no Mundo do Trabalho** - Leituras de Sociologia do Trabalho. Curitiba: LTR, 2006.

PEREIRA, G. D. O. **Efeitos do microcrédito sobre o fortalecimento dos microempreendimentos e sobre as condições de vida dos microempreendedores: Um estudo do CEAPE/PB, no período de 2001 a 2004**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

PEREIRA, A. P. P. **Necessidades humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortes, 2006.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RATHK, A. A. T.; SILVA, C. N.; SILVA, F. P. A disparidade de carga tributária na transição do microempreendedor individual (MEI) para a microempresa (ME). **Anais...** Encontro de estudos sobre empreendedorismo e pequenas empresas - IX EGEPE. Passo Fundo, 2016.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA, P. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais**. Ed UFPR: Curitiba, 2002.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho** São Paulo: Makron Books, 1996.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho descente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, G. P. G. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 151-161, maio/ago. 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. Brasília, 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Cidade Empreendedora: Termo de referência**. 2013. Disponível em: <http://sites.pr.sebrae.com.br/leigerall/wp-content/uploads/sites/35/2014/02/Termo_referencia_2013-2ultimaversao.pdf>

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Sobrevivência das empresas no Brasil**. 2013. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_as_empresas_no_Brasil=2013.pdf>

SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, D. Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda: as ações dos governos e as lógicas do apoio à informalidade e à carteira assinada. **Anais...** I Conferência Nacional de Políticas Públicas, Natal, 2010.

SULZBACH, M. T.; DENARDIN, V.; FELISBINO, J. N. O trabalho em pequenos municípios praianos do Litoral do Paraná. **Plural**, v. 1, p. 101-132, 2012.

SUPERVIELLE, M.; QUIÑONES, M. La instalación de la flexibilidad en Uruguay. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, n° 4, jul/dez 2000, p.20-6.



Foto: Nos caminhos na mata atlântica, Diomar Augusto de Quadros (2016).

PARTE II

UNIVERSIDADE, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO 157

Rangel Angelotti; Cristina Teixeira; Tamara Van Kaick

A TRIÁDE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO CONSELHO DA COMUNIDADE EM AÇÃO 181

Adriana Lucinda de Oliveira; José Lannes de Melo; Lázara Luana Otto de Oliveira; Ana Clara Gomes Picolli; Michael Cordeiro; Thais Caroline Rodrigues Penas

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFPR LITORAL 203

Daniela Bianchini; Mayra Taiza Sulzbach; Diomar Augusto de Quadros

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO LITORAL DO PARANÁ A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR. 231

Valéria dos Santos de Oliveira; Rodrigo Rossi Horochovski

A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: O CASO DO CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL 255

Loide Sulamita Mendes do Nascimento; Mayra Taiza Sulzbach

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO LITORAL DO PARANÁ 279

Emerson Luis Pawoski da Silva; Rafael Lopes Ferreira; Emerson Luis Tonetti

BASES PARA CRIAÇÃO DE UM CENTRO TECNOLÓGICO DE INOVAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL E NEGÓCIOS NO LITORAL DO PARANÁ 297

Leandro Angelo Pereira; Everaldo dos Santos; Allan Paul Krelling; Emerson Luis Tonetti; Hugo Alberto Perlin; Elvis Canteri de Andrade



UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO

*Rangel Angelotti
Cristina Teixeira
Tamara Van Kaick*

Introdução

Componente fundamental das ações desenvolvidas pelas universidades, a Extensão universitária pode ter um papel importante no desenvolvimento das regiões onde estão implantados campi universitários.

Assim como a concepção das finalidades das instituições universitárias sofreram diversas transformações ao longo de sua história, também a Extensão sofreu transformações conceituais desde a sua integração na rotina das universidades até os dias atuais, passando de uma mera prestação de serviços ou de assistência social chegando a objetivar e promover a transformação social, conforme preconiza a atual Política Nacional de Extensão Universitária em vigor desde 2012.

Para compreendermos a maneira como essa transformação conceitual da extensão universitária ocorreu no Brasil, discorreremos nesse capítulo sobre o seu surgimento e suas transformações históricas para compreendermos sua trajetória até as concepções atuais que vinculam a Extensão como as políticas públicas de desenvolvimento das regiões onde as Universidades se inserem.

Universidade, desenvolvimento e extensão universitária no Brasil durante a primeira metade do século XX

Embora o ensino superior tenha sido criado há mais de um século no Brasil, durante a permanência da família real portuguesa, de 1808 a 1821, a primeira organização desse nível de ensino apareceu somente em 1920, por determinação do Governo Federal, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, pelo decreto n.º 14.343, de 7 de setembro de 1920, durante o Governo Epitácio Pessoa. Não passou, porém, essa primeira criação, da agregação de três escolas superiores existentes no Rio: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a escola Politécnica (ROMANELLI, 2005). Em 1927, surgia, por iniciativa de Francisco Mendes Pimentel, a Universidade de Minas Gerais, que agregou as Escolas de Direito, Engenharia e Medicina. Apesar da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, a primeira Universidade a ser criada e organizada, segundo as normas dos Estatutos das Universidades, foi a Universidade de São Paulo, surgida em 25 de janeiro de 1934. As demais universidades, até então, tinham se organizado pela simples incorporação dos cursos existentes e autônomos. A Universidade de São Paulo foi criada segundo as normas do decreto e apresentava a novidade de possuir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que passou a ser medula do sistema, tendo por objetivos a formação de professores para o magistério secundário e a realização de “latos estudos desinteressados” e a pesquisa (ROMANELLI, 2005).

Em 1935, Anísio Teixeira, como Secretário da Educação, criava a Universidade do Distrito Federal, de estrutura arrojada, caracterizada pelo fato de não possuir as três faculdades tradicionais e ter uma Faculdade de Educação, na qual se situava o Instituto de Educação. Teve, porém, curta duração: em 1939, ela foi extinta, ao incorporar-se à Universidade do Brasil, na qual se

transformara a Universidade do Rio de Janeiro, desde 1937. Também em 1935 foi criada a Universidade de Porto Alegre, a primeira a incluir, em sua estrutura, uma Faculdade de Estudos Econômicos (ROMANELLI, 2005). Importante destacar que antes disso, em 1912, já havia sido criada a Universidade do Paraná. Resultado direto do esforço das elites paranaenses surgidas do enriquecimento propiciado pelo ciclo da erva-mate que entrava em seu declínio na região. Oficializada pela lei estadual n.º 1284. Dela faziam parte as Faculdades de Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio. Entretanto, o Governo Federal, através do Decreto-lei n.º 11.530, de março de 1915, que determinava a abertura de escolas superiores apenas em cidades com mais de 100 mil habitantes, deixava de reconhecer oficialmente a Universidade do Paraná, uma vez que Curitiba, naquela época, não atingia essa população. Foi somente em 1946 que as faculdades foram reconhecidas como Universidade pelo Governo Federal.

A Extensão Universitária, entendida como uma forma propagar o conhecimento universitário para parcelas da população que não estão formalmente vinculadas à Universidade, estava presente nas universidades brasileiras desde as primeiras décadas do século XX. Serrano (2010), aponta que existiam, até então, duas vertentes para a Extensão Universitária: uma materializada na forma de cursos, seguindo a influência inglesa, e outra que se concretiza como prestação de serviços, de influência americana. Em ambas, a Extensão tinha um caráter utilitarista e pouco acadêmico. Esta visão também é partilhada por Nogueira (2001), que demonstra que as primeiras experiências de Extensão Universitária no Brasil traziam a influência dos dois modelos. Destacam-se as atividades realizadas pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG e na Escola Agrícola de Lavras/MG, ainda na década de 1920. O modelo dos Estados Unidos influenciou os países da América Latina no sentido de implantarem uma Extensão Universitária técnica, associada a

programas de desenvolvimento (ROCHA, 2001). Destacam-se as formas de Extensão surgidas a partir da criação das Escolas Superiores de Lavras e Viçosa. Na primeira, já em 1921, iniciam-se trabalhos de difusão técnico-científica com a publicação da revista *O Agricultor*, com a pretensão de “difundir e educar os agropecuaristas brasileiros”, bem como promover o desenvolvimento rural do País. A Escola Superior de Agricultura de Viçosa, inaugurada em 1926, já em 1929, iniciou a realização da “Semana do Fazendeiro”, atividade que ainda hoje se realiza. O modelo extensionista dos Estados Unidos, em sua variante da extensão rural, servirá de base, em anos posteriores, para o surgimento dos sistemas de educação rural, na maioria das vezes desvinculadas da educação superior (ROCHA, 2001). A Extensão Universitária no Brasil na década de 1920 é fortemente voltada à agricultura. No mesmo período, a expansão do capitalismo “recoloniza” o mundo periférico e promove sua extroversão internacional para a conquista de mercados e posições econômicas. É o momento da luta concorrencial dos grandes trustes e cartéis internacionais, da queda da hegemonia do imperialismo inglês, substituído a partir do final da 1ª Grande Guerra, pelo imperialismo norte-americano (CANO, 2012). Além disso, o Brasil na década de 1920, apresenta grande crescimento econômico baseado na agricultura tendo o café como principal produto, além do algodão e do açúcar, que recuperavam valor depois da forte queda nos preços na primeira década do século XX. A agricultura incrementa sua área de cultivo e aumenta os níveis de produção, com grande introjeção de máquinas e insumos mais modernos, importados dos EUA. A partir da década de 1930, o Brasil passou por transformações econômicas e sociais profundas que foram responsáveis pela radical mudança do perfil do país a partir de então. Dentre elas, a industrialização em larga escala, financiada através dos recursos obtidos com a exportação de café, e a substituição da mão-de-obra imigrante, nas regiões econômicas mais ativas, pelo trabalhador nacional

vindo de outras regiões do país. São Paulo passa de um estado predominantemente agrícola para consolidar-se como a região mais industrializada do país (MENDES, 2011). Durante o governo Getúlio Vargas o Brasil vivencia grande crescimento econômico. Pela primeira vez, a produção fabril ultrapassa a agrícola como principal atividade da economia. Ocorre também o surgimento da indústria de base, ou seja, aquela dedicada à produção de máquinas e ferramentas pesadas, à siderurgia e metalurgia e à indústria química. Essas transformações ocorreram em uma conjuntura internacional adversa. A crise de 1929 e a depressão econômica que se seguiu reduziram os preços do café, principal fonte de divisas, pela metade. Mesmo assim, a economia brasileira apresentou entre 1930 e 1945, taxas de crescimento próximas a 5% ao ano, sendo que a atividade industrial apresentou taxas anuais de crescimento entre três a sete vezes mais elevadas do que a agricultura (PRIORE; VENANCIO, 2010). De acordo com os autores, a industrialização acelerada teve efeitos não só econômicos, mas também políticos e sociais. A chamada Era Vargas é caracterizada como uma época de intensa urbanização. Em 1920, por exemplo, apenas dois em cada dez brasileiros residiam em cidades; na década de 1940, quatro em cada dez 33 brasileiros moravam em áreas urbanas e os operários urbanos passam a constituir importante segmento da sociedade brasileira. Destaca-se nesse projeto político econômico de governo a presença de intelectuais que se originavam de instituições tecnológicas, como a Escola de Minas de Ouro Preto, ou eram fruto de ramificações do Modernismo dos anos 1920. Esse movimento deu origem a tendências que valorizavam a análise científica, proporcionada pelas nascentes ciências sociais, como uma forma de melhor conhecer e explicar o funcionamento de nossa sociedade, o que proporcionou o surgimento de uma geração de sociólogos, economistas e administradores. Esses intelectuais, ao integrarem o aparelho burocrático getulista, são responsáveis pelos primeiros

projetos de planejamento estatal na área econômica. Graças a esse planejamento, empresas estatais passam a ocupar espaços estratégicos na produção de energia e matérias primas (PRIORE; VENÂNCIO, 2010). Segundo os autores, não foi somente na economia que a intervenção estatal getulista se notabilizava. Em áreas como a educação, registram-se, igualmente, mudanças profundas. São planejadas e implementadas importantes alterações, como a ampliação de vagas e a unificação dos conteúdos das disciplinas no ensino secundário e no universitário. É criado também o ensino profissional, associado às instituições privadas do chamado "Sistema S", como Senai, Senac e Sesc. De acordo com Rocha (2001), no começo da década de 1930 inicia-se o processo de reforma universitária no Brasil. É elaborado o Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, que regulamenta o Estatuto das Universidades Brasileira, no qual regulamenta-se a Extensão Universitária.

Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2017), neste Estatuto está o primeiro registro oficial sobre Extensão Universitária publicado no país que, nesse período, surge fortemente vinculada à transmissão de conhecimentos e à assistência. Segundo Nogueira (2001), subjacente a essas propostas, estava o objetivo de propagar os ideais da classe dominante que se instalara no poder, sendo, portanto, uma forma de extensão manipuladora.

Ao final da década de 30 e início da seguinte, houve um período de grande efervescência, em termos de experiências de práticas educativas em Extensão. Tendo como foco a cultura, foram criadas salas de leituras, experiências de rádio difusão, difusão cultural, além dos cursos e conferências abertas objetivando a discussão e soluções dos problemas sociais (SERRANO, 2010). O desenvolvimento do Sistema de Universidades Federais, a partir de 1945, se deve, em grande medida, à federalização de algumas universidades estaduais criadas nas décadas de 1930 e início dos anos 1940, concomitantemente à difusão da ideia de

que cada estado tinha o direito pelo menos a uma Universidade Federal (SAMPAIO, 2000). Também ocorre a criação da primeira Universidade Católica fato que, segundo o autor, assinala a ruptura do pacto entre Estado e Igreja, estabelecido a partir de 1931, e que leva a Igreja a buscar seus próprios caminhos na formação superior.

Entre 1930 e 1954 as Universidades Católicas recém criadas são nomeadas Pontifícias Universidades Católicas, sendo visível, segundo Bartnik e Silva (2009), a pressão da Igreja no sentido de garantir sua presença e segurança enquanto comunidade católica na defesa dos princípios cristãos para toda a comunidade nacional. Por isso, o interesse da Igreja em fundar Instituições Católicas estrategicamente posicionadas no país, a exemplo das Pontifícias Universidades Católicas: São Paulo/SP, Campinas/SP, Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR e Porto Alegre/RS (BARTNIK; SILVA, 2009). De acordo com os autores, a Universidade Católica se desenvolve no Brasil com uma trajetória de pouca tradição em pesquisa, mas com uma característica forte: ser uma instituição disponível para o serviço à comunidade/sociedade e atendimento aos mais necessitados. Durante a década de 1950 a política econômica brasileira tem uma alteração profunda em relação ao modelo precedente. Durante os dois governos Vargas, a prioridade do desenvolvimento nacional consiste no crescimento da indústria de base, produtora de aço ou de fontes de energia, como petróleo e a eletricidade (PRIORE; VENANCIO, 2010). As matrículas nas Universidades, entre 1940 a 1960, passaram de 27.671 a 93.202, ou seja, um aumento de mais de três vezes. A população do país, nesse mesmo período, cresceu de 41.2 para 70.1 milhões, ou 70%. Em um intervalo de 6 anos, entre 1954 e 1960, o número de matrículas em instituições privadas passou de 26.905 para 41.287, representando cerca de 44.3% sobre o total (LEVY, 1986). O aumento de matrículas no ensino superior respondeu a uma demanda crescente dos setores

médios, produto do processo de desenvolvimento urbano-industrial. Nos trinta anos que se seguiram à criação das primeiras Universidades, a sociedade mudou rapidamente e ampliaram-se extraordinariamente os setores médios, próprios de uma formação social industrial e urbana. As demandas dessas camadas em ascensão foram, inicialmente, pela ampliação do ensino público de grau médio. A satisfação dessa necessidade, ainda que limitada a setores relativamente restritos da sociedade, criou uma nova clientela para o ensino superior. O desenvolvimento das burocracias estatais e das empresas de grande porte abriu um novo mercado de trabalho, disputado pelas classes médias. O diploma de ensino superior constituía uma garantia de acesso a esse mercado. (SAMPAIO, 2000). De acordo com Almeida Filho (2008), somente nos anos 1960 o modelo de universidade de pesquisa científico-tecnológica se estabelece no Brasil. Convidados pelo presidente Juscelino Kubitschek a desenhar um novo modelo de educação superior para a Universidade de Brasília, em 1960, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, conceberam-na para se tornar o primeiro centro acadêmico de um novo modelo civilizatório para o Brasil. Entusiasta do pragmatismo norte-americano, em especial da filosofia pedagógica de James Dewey, com quem estudou, Anísio Teixeira trouxe dos EUA as influências de como deveria ser uma universidade. Assim a Universidade de Brasília, a UnB, fundada sob esses princípios, nascia em 1962, sem a cátedra vitalícia, com programas de ensino baseados em ciclos de formação geral, organizada em centros por grandes áreas do conhecimento (portanto, sem faculdades superiores). Infelizmente, o regime militar que tomou o poder depois do golpe de 1964, entre suas primeiras medidas, ocupou militarmente a UnB, destituiu e exilou Anísio Teixeira, então Reitor, e decretou uma intervenção na instituição que culminou com a demissão da maioria dos docentes e pesquisadores.

A universidade e a extensão durante a ditadura militar

De acordo com Teixeira (2005), o endurecimento do regime militar e a repressão por ele imposta foram capazes de submeter a resistência da esquerda universitária, porém não conseguiu se sobrepor à força dos grupos da direita acadêmica que descendiam diretamente da universidade do Velho Mundo. Por isso, a Reforma Universitária de 1968 (objeto da lei nº 5540/68) terminou distorcida e incompleta, resultando em um tipo de estrutura de gestão mista que produziu um sistema de formação incongruente. Por um lado, uma versão distorcida do sistema anglo-saxão de departamentos foi sobreposta ao sistema franco-alemão da cátedra vitalícia, todavia sem erradicá-lo, sem controle institucional e social, nem mecanismos de avaliação de qualidade acadêmica. Assim, nas palavras de Almeida Filho (2008, p. 137), “a única reforma sistêmica que a universidade brasileira experimentou em sua curta história criou uma espécie de salada, ou talvez um pequeno monstro, um Frankenstein acadêmico, tanto em termos de modelo de formação quanto de estrutura institucional”. Também no início dos anos 1960, dentro de uma concepção mais autônoma e transformadora da universidade, inicia-se na Universidade do Recife o movimento de Extensão Cultural que foi “lôcus nascedouro” do método Paulo Freire de alfabetização de adultos, bem como de suas teorias. Este movimento freiriano poderia ter se constituído num forte momento de redefinição da Universidade e da Extensão Universitária no país. No entanto, tal iniciativa foi abortada pelo regime militar com a cassação de Paulo Freire e a proibição da publicação de suas ideias no Brasil. Por sua vez, a implementação das ideias de Freire no Peru, no plano de governo de Veloso Alvarado, que propunha não só uma Extensão Cultural para o ensino superior, mas também uma ação exercida por docentes e discentes dos ensinos fundamental e médio, demonstrou a capacidade transformadora dessa concepção de

extensão (SERRANO, 2010). Ao tratar da Extensão, Paulo Freire (1983, p. 58) afirma que é importante que “nos defendamos da concepção mecanicista, que em sua ingenuidade e estreiteza de visão, tende a desprezar a contribuição fundamental de outros setores do saber”. Para o autor, a Extensão assumiu ao longo da história um caráter de imposição cultural, de atitude pouco favorável ao diálogo, indicando a ação de estender alguma coisa a alguém que recebe e, concebido dessa forma, o conceito de Extensão se relaciona com “transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação” (FREIRE, 1983, p. 22). Sob essa perspectiva, a extensão teria um caráter domesticador, persuasivo, representaria um momento de encontro entre pessoas que julgam saber muito, serem donos do conhecimento, com pessoas que nada sabem, ou seja, as populações com quem trabalham. Freire ressignifica o conceito de extensão, incorporando-lhe a noção de Comunicação que, de acordo com o autor, seria capaz de empreender-lhe outra dinâmica, liberta de características ligadas à dominação e à educação bancária. De acordo com Rocha (2001), as Universidades Populares, difundidas na grande maioria dos países de língua espanhola, conforme exposto no capítulo anterior, somente chegam ao Brasil nos anos 1940. Porém, essas instituições têm o seu momento mais expressivo no início dos anos 1960, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) cria o Centro Popular de Cultura - CPC, que também teve sua trajetória interrompida pelo golpe militar de 1964, e que tinha, como objetivo, consolidar-se sob a forma de grande Universidade Popular. O extensionismo vivenciado pelo movimento estudantil, segundo Rocha (2001), tem um forte componente político e insere-se num processo de Reforma Universitária mais amplo. Nogueira (2001), também enfatiza a intensa atividade extensionista realizada pelos estudantes vinculados à UNE no período 1960-1964, porém desvinculada da instituição universitária. A UNE tinha uma proposta de atuação no sentido

de levar o estudante a participar da vida social das comunidades, propiciando a troca de experiências entre estudantes de áreas profissionais afins e realizava ações de atendimento às comunidades carentes. Sua maior contribuição, de acordo com o autor, foi a metodologia de trabalho utilizada, que possibilitava a reflexão sobre as ações realizadas, uma metodologia, em essência, freiriana. Pode-se perceber, a partir das propostas registradas em documentos da UNE, que o modelo de Universidade defendida por essa instituição deveria ser comprometida com as classes populares, como o proletariado urbano e o rural. Nesse sentido, a Extensão Universitária tinha papel fundamental, seja por meio de cursos ou de serviço social destinados às classes populares, seja por meio de ações de apoio aos órgãos de Governo, ou de proposta de trabalho curricular em período de férias, sob forma de estágios (NOGUEIRA, 2001).

Este avanço no entendimento da Extensão, mostra a concepção de Universidade do movimento estudantil. Porém, segundo Serrano (2010), em uma conjuntura de ditaduras na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, o movimento estudantil e a prática de uma Extensão Universitária emancipadora passam a ser entendidos como ação de risco ao regime militar no Brasil. Assim, como forma de se contrapor e cooptar os estudantes para o trabalho assistencial comunitário, o governo militar instituiu no Brasil programas de ação esporádica, de certa maneira desvinculados das instituições universitárias. Para Rocha (2001), após o golpe militar, o Governo utilizou várias das propostas estudantis em sua orientação de institucionalização da Extensão Universitária, em uma atuação assistencialista junto às comunidades mais carentes - uma proposta claramente incorporada ao ideal "desenvolvimento e segurança", em que os estudantes eram apenas executores. É o caso do Projeto Rondon e do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC). Em uma fase em que o Governo se empenhava em sufocar o

movimento estudantil, ambas as iniciativas podem ser entendidas como estratégias para envolver o estudante universitário em ações sociais nas comunidades carentes sob a tutela do governo militar. Responsabilizar a comunidade universitária para a tarefa do serviço comunitário, sem o cunho político de resistência, era uma forma muito perspicaz de canalizar as energias dos estudantes em prol da nação de uma maneira que o controle e a ordem do país pudessem ser restaurados e preservados. Cabia então à Extensão Universitária realizar esse grande feito, por meio do serviço comunitário articulado à concepção de desenvolvimento do país. Essa apropriação estatal das ações populares gerou uma nova concepção que passou a permear a Extensão Universitária: além da difusão de cultura, conhecimento e técnica, agora cabia também a ela o serviço comunitário (VIEIRA, 2014). O programa CRUTAC, criado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1966, tinha como objetivo central, proporcionar ao estudante universitário uma atuação nas comunidades rurais. Proposto inicialmente para a área da saúde, o programa foi estendido, posteriormente para estudantes de outras áreas, transformando-se em estágio obrigatório e contando com a participação de professores e técnicos. O regimento do CRUTAC proibia a participação de seu grupo em manifestações político-partidárias, de forma a garantir absoluta neutralidade em face de qualquer ativismo religioso, político ou ideológico. A partir de 1969, ocorre a expansão nacional dessa experiência, primeiro na região nordeste e depois nas demais regiões do país (NOGUEIRA, 2001; VIEIRA, 2014). Por sua vez, o Projeto Rondon é instituído em nível nacional, por decreto em 1968, embora já estivesse em funcionamento há cerca de dois anos. Considerando a educação como assunto de segurança nacional, especialmente o ensino superior, o Governo vincula o projeto ao Ministério do Interior e, com o apoio das Forças Armadas, realiza o intercâmbio de estudantes entre as diversas regiões do País - em especial os

do Sul e Sudeste que se dirigiam à Região Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste. Esse movimento tinha como uma de suas principais finalidades, identificar o universitário com a realidade brasileira, para possibilitar o engajamento e a participação dele no desenvolvimento nacional e comunitário. Os estudantes são recrutados sem a participação da Universidade, não havendo envolvimento de seus departamentos, nem de seus docentes. Mas as críticas vêm dos próprios estudantes, logo após a realização das primeiras experiências, em especial as Operações Nacionais. Criticam-se o caráter esporádico das atividades, sua desarticulação com a instituição universitária como um todo e a falta de continuidade das ações ente outros aspectos (NOGUEIRA, 2001). O Projeto Rondon foi extinto em 1989 pela Medida Provisória nº. 28/89, sendo retomado posteriormente, em 2003, durante o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com um pouco mais de autonomia na elaboração das propostas por parte das IES, se comparado ao período anterior do projeto, mas ainda com grande centralização das decisões no Ministério da Defesa. Atualmente, o Projeto Rondon realiza missões anuais e conta com um efetivo de 11 servidores do ministério exclusivamente dedicados ao gerenciamento do projeto. Apesar do retrocesso imposto à Extensão Universitária pelo governo militar, dando-lhe uma feição assistencialista, este serviu como paradigma de uma Universidade que se assume como instituição social comprometida com toda a sociedade e não apenas com setores dominantes da população. Também não impediu que as ideias, delineadas inicialmente pelo movimento estudantil, reaparecessem e se consolidassem em uma nova concepção presente na fase posterior (NOGUEIRA, 2001; TAVARES, 2001).

Na década de 1970, uma rede institucional de pós-graduação foi gradualmente implementada no país, viabilizando programas credenciados de treinamento e pesquisa. Em paralelo, algumas agências de apoio patrocinadas pelo governo federal

foram preparadas para apoiar a recém-nascida rede universitária de laboratórios de pesquisa. Estas agências, sendo a mais proeminente o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), também concediam bolsas de estudo, treinamento e pesquisa, permitindo à estudantes e pesquisadores levarem à cabo seus projetos, junto com um sistema permanente de avaliação e desempenho (ALMEIDA FILHO, 2008).

Durante a redemocratização do Brasil (1981-1988), o sistema universitário público do país sofreu demasiadamente com a crise econômica que se abateu sobre a América Latina e com a crise política paralela vivenciada ao longo do processo de abertura democrática. Em especial para o sistema federal de ensino superior, foram anos de sub-financiamento, caos administrativo, crise de autoridade, desvalorização social, manifestos em longas, frequentes e frustrantes greves de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos (ALMEIDA FILHO, 2008).

A redemocratização do país e a extensão universitária

A partir dos anos 1980 é discutido um novo paradigma para a Universidade brasileira, sua relação com a sociedade e o papel da Extensão (FORPROEX, 2001). Essa década é marcada como um período em que se enfraquecem as ditaduras latino-americanas e se fortalecem os processos de redemocratização, propiciando o reaquecimento dos movimentos sociais, afetando fortemente as Universidades por meio da constituição das Associações de Docentes e Servidores e Diretórios de Estudantes. Os responsáveis pela Extensão Universitária reagem aos programas e aos projetos elaborados em nível nacional, mesmo cobrando apoio financeiro do Ministério da Educação, e pedem respeito à sua autonomia para criar programas, projetos e ações que, mesmo com respeito à realidade nacional, considerem a sua situação específica. Esse momento propiciou ampla diferenciação

das práticas extensionistas, que privilegiaram, em grande parte, a prestação de serviços em diferentes dimensões. A celebração de alianças com setores da sociedade civil começa a reaparecer, predominando, todavia, as programações que privilegiavam o interesse das instituições de educação superior (ROCHA, 2001). Em 1987 é organizado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das IES públicas (FORPROEX), criando condições para uma conceitualização da extensão.

Em 1988, com a promulgação da Carta Magna, a Extensão obteve reconhecimento constitucional, quase 80 anos depois das primeiras iniciativas extensionistas surgirem no Brasil. Com a Constituição, também surge a possibilidade de financiamento público para as atividades de extensão, além de regulamentar e definir diretrizes a serem seguidas. A possibilidade de financiamento aparece no seu artigo 213, § 2º, onde está previsto que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio do poder público” (BRASIL, 1988). Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela Extensão; de função inerente à Universidade, a Extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa (TAVARES, 2001). A institucionalização passava a ser um objetivo, só que em sua dimensão processual, envolvendo toda a Universidade e não mais por meio de programas concebidos fora do espaço acadêmico, como aconteciam durante o período da ditadura militar.

Em 1993, durante o governo Itamar Franco, o MEC criou o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), que previa a destinação de recursos para o financiamento de programas, projetos e eventos de extensão. Quanto aos financiamentos, Feijó (2011) afirma que estes ocorreram em duas linhas: a articulação da universidade com a sociedade, que tinha como objetivo promover uma maior aproximação entre universidade e sociedade, contando com recursos do SESU/MEC; e a integração

da Universidade com a sociedade e com o ensino fundamental, que buscou atender às necessidades demandadas pelo sistema de ensino fundamental dos estados e municípios, sendo financiadas com verbas do FNDE/SESU. De acordo com Nogueira (2005), as diretrizes do PROEXTE foram concebidas para que a política de extensão de cada universidade propiciasse a participação da comunidade universitária, privilegiando ações integradas com as administrações públicas e com entidades da sociedade civil, de forma a atender demandas expressivas da população. Entretanto, a abertura e o reconhecimento da Extensão na esfera nacional com o apoio financeiro para execução das ações extensionistas se deu por um curto período, pois, em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, com a política de contenção de gastos com a educação superior, o MEC interrompe o programa. Também sob a presidência de FHC, houve um incremento na capacidade global da rede de ensino superior devido a um processo de desregulamentação, que abriu o sistema para investimentos privados locais. Isto resultou no aumento da quantidade de instituições de ensino superior privadas (ALMEIDA FILHO, 2008).

A expansão do ensino superior e a extensão - a universidade voltada ao desenvolvimento regional

A partir de 2003, o ensino superior brasileiro expandiu-se, acompanhado de um processo intenso de diversificação que poderia ser visto sob dois ângulos principais: diversificação substantiva dos percursos escolares (novos objetos, teorias, áreas de formação), mas também diversificação burocrática e social, com a criação de novos tipos de diplomas (BARBOSA, 2015). De acordo com Machado (2013), as bases para a reforma do ensino superior iniciada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva fundaram-se num discurso de democratização, de amplia-

ção do acesso e da permanência, de retomada dos investimentos públicos, especialmente nas IES públicas federais, e acabaram por dar continuidade à política expansionista sob a órbita da diversificação e privatização, cujas particularidades da expansão vão aparecer na abertura de novas vagas dentro das instituições já disponíveis, na certificação em massa, no esmaecimento das fronteira público-privado e na oligopolização do sistema de Educação. A autora também afirma que o movimento de expansão da Educação Superior no século XXI vai seguir a direção da diversificação de modalidades de ensino, incrementando o crescimento das modalidades que fogem ao tradicional ensino de graduação presencial. Vão ser impulsionadas as modalidades de cursos criados pela LDB de 1996, cujas titulações podem ser de bacharelado, licenciatura, tecnologia e sequencial; e a modalidade de oferta poderá ser presencial, semipresencial ou à distância, contudo, a tendência de expansão trará como elemento novo o crescimento de cursos superiores de tecnologia e de cursos na modalidade à distância (MACHADO, 2013).

Para a expansão do setor público federal, foram definidas várias medidas como o estímulo às IFES existentes para expansão das vagas, notadamente pelo incremento das vagas para o turno noturno, expansão e interiorização pela criação de 44 das novas universidades, entre as quais algumas surgidas de escolas, faculdades e centros tecnológicos e pelo desmembramento de entidades (MACIEL, 2014). As principais estratégias do Governo Federal para a expansão das vagas e democratização do acesso ao ensino superior durante a gestão Luiz Inácio Lula da Silva foram o Programa Universidade Para Todos (ProUni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa Pró-Licenciatura, o Programa de Expansão das IFES (Expandir) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O ProUni foi criado em 2005, tendo como finalidade a concessão de bolsas de estudos para estudantes

de baixa renda em cursos de graduação e sequenciais em IES privadas. Foram estabelecidos vários critérios, tanto de desempenho quanto de renda, além da exigência de ter estudado o ensino médio em escola pública. São reservadas vagas também para pessoas com deficiência, pretos, pardos e indígenas. Apesar de haver muitas críticas acerca dessa política, o programa atendeu mais de um milhão de estudantes entre 2005 e 2012 (BARBOSA, 2015). Outra forma de expansão das vagas e democratização do acesso ao ensino superior foi implementada através da modalidade de educação à distância por dois programas do governo federal. São eles a Universidade Aberta do Brasil e o Programa Pró-Licenciatura. O Programa UAB foi criado em 2005 com o objetivo de expansão e interiorização da oferta de cursos de Ensino Superior por meio de parcerias entre a União, os Estados e os Municípios. O foco do programa era a capacitação dos professores na educação básica e a formação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica por todo o país. O Pró-Licenciatura foi desenvolvido em parceria com as IES públicas, comunitárias ou confessionais. Foi destinado à formação de professores em exercício nos anos finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio dos sistemas públicos de ensino que não tinham o curso superior mínimo exigido para o exercício da sua profissão. De acordo com o Ministério da Educação, a criação do programa fundamentou-se na necessidade de reduzir o déficit de professores da educação básica e de melhorar suas qualificações (MELO, 2009).

O Programa Expandir, implementado em 2005, teve um investimento de R\$ 592 milhões até o ano 2007 e, através dele, foram criadas dez novas universidades e cerca de 50 novos campi, em 68 municípios espalhados pelo interior do país (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo

Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos: garantir as universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior (SESU/MEC, 2009). Foram criadas 18 instituições com influência direta ou indireta do Programa REUNI.

Em 2003, primeiro ano do mandato do Presidente Lula, é criado o Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT). O primeiro edital foi lançado em julho de 2003 pela SESU/MEC, para que as atividades se desenvolvessem no ano subsequente. A partir desse, em todos os anos do Governo Lula, foram publicados editais, sempre com ênfase na inclusão social (PIMENTEL, 2015). O autor destaca que nesse período houve uma articulação do Ministério da Educação com os outros Ministérios, sendo publicados editais do PROEXT/Cidades, em articulação com o recém criado Ministério das Cidades, com o objetivo de ampliar as potencialidades do Programa Nacional de Capacitação de Cidades (PNCC) e do PROEXT/Cultura, em articulação com Ministério da Cultura, para atendimento de ações extensionistas de cultura desenvolvidas pelas universidades. Dessa forma, o PROEXT enquanto política pública é reforçado com a inclusão de recursos para financiamento de projetos e programas de outros ministérios, que passam a fazer parte dos editais lançados pela SESU/MEC. Diniz (2012), afirma que nos sete editais publicados no período de 2003 a 2010, é dada prioridade ao apoio a programas e projetos de extensão que contribuam com a implementação de políticas públicas com ênfase na inclusão social.

As linhas temáticas deste edital, incentivam as ações de extensão à contemplarem, principalmente, a educação, através da formação de pessoal e a articulação com a educação básica e educação de jovens e adultos e as políticas de desenvolvimento social, dando ênfase às populações em situação de vulnerabilidade. No edital PROEXT publicado em 2011 pelo MEC, participam, além do Ministério da Cultura e do Ministério das Cidades, mais 10 ministérios e secretarias especiais mostrando a articulação de diversas áreas do governo federal para o financiamento da extensão universitária.

Analisando esse edital, observa-se que o governo federal, através da Extensão Universitária implementa políticas públicas, atendendo demandas localizadas se comparadas às políticas de Estado, porém, atendendo comunidades, além de contribuir na formação dos estudantes que participam das ações programadas. Ocorre também um esforço de articulação dos diferentes ministérios para, através do financiamento, incentivar ações de extensão que propiciem desenvolvimento. Em suma, a Universidade passa a ter, com viés de certa forma utilitarista pelo governo federal, além das funções de Ensino, Pesquisa e Extensão, um papel cada vez mais atuante como implementadoras de políticas de desenvolvimento.

Observa-se neste edital que o governo federal, através da Extensão Universitária implementa políticas públicas, atendendo demandas localizadas se comparadas às políticas de Estado, porém, atendendo comunidades, além de contribuir na formação dos estudantes que participam das ações programadas. Ocorre também um esforço de articulação dos diferentes ministérios para, através do financiamento, incentivar ações de extensão que propiciem desenvolvimento. Em suma, a Universidade passa a ter, com viés de certa forma utilitarista pelo governo federal, além das funções de Ensino, Pesquisa e Extensão, um papel cada vez mais atuante como implementadoras de políticas de desenvolvimento.

É nesse contexto, durante o Governo Lula, é que também é criado no município de Matinhos, no litoral do Paraná, o Setor Litoral da UFPR, em 2005. O projeto Político Pedagógico desse setor invoca seu “compromisso com as regiões do Estado do Paraná que se tornam ávidas por oportunidades de um desenvolvimento socioeconômico e cultural” (UFPR, 2008, p. 2). Segundo este documento, essa expansão da UFPR “representa mais do que a ampliação de vagas do ensino superior, mas instalou um Projeto inovador em uma grande região geográfica desacreditada historicamente e com uma grande debilidade econômica” (UFPR, 2008, p. 1). Propondo-se em “disponibilizar produtos da ciência e do conhecimento especializado para um desenvolvimento sustentável” (UFPR, 2008, p. 2). O Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral menciona que um dos seus objetivos é atuar como agente de “desenvolvimento” (UFPR, 2008). Esse papel das universidades também é enfatizado pelo Ministério da Educação. Em 2009 no relatório do Programa Reuni, o MEC também afirma “o reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social” (SESU/MEC, 2009). Nesse sentido, suas atividades de ensino e pesquisa devem refletir o compromisso da universidade com o desenvolvimento, cabendo à extensão universitária a inter-relação desses dois eixos com as demandas da sociedade.

A intervenção na realidade não visa levar a Universidade a substituir funções de responsabilidade do estado, mas sim produzir conhecimento, portanto, ciência, tecnologia e arte, tornando esse conhecimento acessível à população, ou seja, a compreensão da natureza pública da Universidade confirma-se à proporção que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica o que não significa ter de, necessariamente, frequentar seus cursos regulares (TAVARES, 2001). Portanto, a nova formulação conceitual de Extensão Universitária traz implícita que as atividades de ensino e pesquisa devem servir à transformação social.

Referências

- ALMEIDA FILHO, N. Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, B.de S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008. p. 107-165.
- BARBOSA, M. L. O. Destinos, escolhas e a democratização do ensino superior. **Política & Sociedade**, v. 14, n. 31, p. 256-282, set./dez. 2015.
- BARTNIK, F. M. P.; SILVA, I. M. Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias. **Avaliação**, v. 14, n. 2, p 453-469, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Texto para discussão**, n. 200, p. 1-20. 2012.
- DINIZ, F. P. A. **A extensão universitária como instrumento de política pública**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- FEIJÓ, N. M. Investigando práticas de extensão popular na Universidade do Rio Grande. 150f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- FORPROEX. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Brasília: MEC/SESU, 2001.
- FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-deextensao/documentos-da-extensao-de-ambito-nacional/politica-nacional-deextensao-universitaria-forproex-2012/view>>
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LEVY, D. **Higher Education and The State in Latin America: Private Challenges to Public Dominance**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- MACHADO, M. P. **O pacto neodesenvolvimentista e as políticas de expansão da educação superior no Brasil de 2003 a 2013**. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- MACIEL, D. A. S. Políticas públicas e democratização educacional: acesso e permanência no ensino superior através do programa Reuni. 121 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) - Instituto de Humanidades, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- MELO, L. V. S. Democratização do acesso à educação superior pública no Distrito Federal. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- MENDES, R. Economia e sociedade 1930-1964. 2011. Disponível em:<<https://fichasmarra.wordpress.com/2011/09/25/economia-e-sociedade-1930-1964/>>
- MICHELOTTO, R.; COELHO, R.; ZAINKO, M. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar**, n. 28, 179- 98, 2006.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In. FARIA, D. S. **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: Editora UNB. 2001.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

PIMENTEL, G. A. **Universidade e políticas de extensão no Brasil do Governo Lula: período de 2003 a 2010**. 281 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PRIORE, M. D.; VENANCIO, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

ROCHA, R. M. G. A Construção do Conceito de Extensão universitária na América Latina. In. FARIA, D. S. **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: Editora UNB. 2001.

ROMANELLI, O. **A História da educação no Brasil**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAMPAIO, H. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2000.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. 2010. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>

SESU/MEC. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais** - Relatório de primeiro ano. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>

TAVARES, M. D. G. M. Os múltiplos conceitos da extensão. In. FARIA, D. S. **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: Editora UNB. 2001.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Setor Litoral. **Projeto Político Pedagógico - Setor Litoral, 2008**. 2008. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf>

VIEIRA, C. S. **Extensão Universitária: concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (1968- 1987)**. 290 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.



A TRÍADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO CONSELHO DA COMUNIDADE EM AÇÃO

*Adriana Lucinda de Oliveira
José Lannes de Melo
Lázara Luana Otto de Oliveira
Ana Clara Gomes Picolli
Michael Cordeiro
Thais Caroline Rodrigues Penas*

Introdução

Ensino, pesquisa e extensão formam o tripé da formação educacional do ensino superior. A materialidade da conexão entre esses três espaços de aprendizagem ainda é um desafio no meio acadêmico. A experiência extensionista da UFPR Setor Litoral denominada “Conselho da Comunidade em Ação” tem buscado fomentar a tecitura dessas correlações. O projeto de extensão se constituiu em 2018 como ação de envolvimento da comunidade acadêmica e local com grupo específico da população local, os sujeitos sentenciados de alguma forma por ilícito cometido. Docentes, discentes e cidadãos residentes em Matinhos se envolveram nessa atividade. Com base na metodologia do Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, pela qual a *práxis* transformadora da realidade se efetiva pelo processo conhecer para compreender, compreender para propor e propor para agir, a ação extensionista tem buscado fundir os elementos do tripé educacional, envolvendo a comunidade acadêmica e local a partir do ensino nos bacharelados em Serviço

Social, Administração Pública, Gestão e Empreendedorismo e no Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Encetou-se pesquisa bibliográfica, de mercado e qualitativa, que teve como objetos o estado da arte das experiências sistematizadas de trabalho com egressos do sistema penitenciário, o acúmulo teórico sobre categorias como violência, estado penal, política de execução penal, segurança pública, relação Estado e sociedade no processo de criminalização, os dados econômicos, demanda e oferta de produtos na região, bem como as condições socioeconômicas dos sujeitos em cumprimento de pena em regime aberto, acompanhados pelo Conselho da Comunidade da comarca de Matinhos. Realizou-se uma pesquisa junto aos empreiteiros, engenheiros, mestres de obras e pedreiros da região do litoral paranaense, com o objetivo de identificar as principais demandas e necessidades na área da construção civil na região. Mais especificamente, mapear quais as carências da área neste cenário. As respostas dos sujeitos entrevistados indicaram que a mão de obra da região carece de especialização nas atividades envolvendo a parte elétrica, hidráulica e de acabamento, além da formação de mestres de obras, ou seja, existe a falta de qualificação profissional em atividades específicas do ramo da construção civil.

A ação extensionista compreendeu o acompanhamento social das pessoas atendida pelo Conselho da Comunidade na perspectiva da retomada da vida social, familiar, educacional, comunitária e laboral, bem como no combate à reincidência.

No ano de 2017, a mera busca de espaço para estágio obrigatório no curso de Serviço Social do Setor Litoral da UFPR no âmbito do Conselho da Comunidade de Matinhos deu por descoberta uma demanda latente dos membros do referido Conselho de consultoria acadêmica para a resolução do problema da reincidência criminal e da prevenção à ocorrência de ilícitos penais, com ações de acompanhamento social dos egressos do sistema penal e suas famílias, de elaboração de projetos edu-

cacionais para inserção dessa população no mundo do trabalho (CONSELHO DA COMUNIDADE DE MATINHOS, 2017).

O Conselho da Comunidade é uma associação civil, sem fins lucrativos, e um dos órgãos da execução penal (BRASIL, 1984: Art. 61). A legislação determina quatro incumbências a esse órgão: visitar os estabelecimentos penais da comarca, entrevistar os presos, apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário e diligenciar a obtenção de recursos que melhorem as condições de existência prisional (Idem: Art. 81). Em documento infralegal, o Ministério da Justiça recomenda novas funções de representação e intermediação com a comunidade, educativas, consultivas, assistenciais, de auxílio material e fiscalizadoras (BRASIL, 2008, p. 24). Em síntese, o Conselho da Comunidade se esforça na melhoria das condições de cárcere e na reinserção social e produtiva dos egressos do sistema penal.

Em dezembro de 2017, a UFPR celebrou com o Conselho da Comunidade de Matinhos o contrato de prestação de serviço técnico especializado número 23075, instrumentalizado pelo projeto de extensão Conselho da Comunidade em Ação. Em termos gerais, esse projeto visou três grandes objetivos: auxiliar os egressos do sistema penal na retomada de sua participação na sociedade, na família, na comunidade, no sistema escolar e no mundo do trabalho; elaborar projeto de empreendimento de geração de trabalho e renda a essa população egressa do sistema penal e seus familiares; e estabelecer parcerias com instituições governamentais e não governamentais. Para tanto, esse projeto definiu, em termos específicos, três objetivos: a caracterização dos egressos do sistema penal acompanhados pelo Conselho da Comunidade; a identificação dos egressos dependentes de substâncias psicoativas; e a implantação de processo de acompanhamento social desses egressos e seus familiares. Por esse contrato, estabeleceu-se a estrutura do projeto de extensão com coordenação do projeto, compreendendo dois docentes, coordenação de

pesquisa, com discente do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável, e discentes estagiários do curso de Serviço Social, Administração Pública e Gestão e Empreendedorismo, todos do Setor Litoral da UFPR. Estabeleceu-se também o pagamento de bolsas de pesquisa aos discentes participantes do projeto de extensão, no valor total de R\$ 42 mil, pelo prazo de um ano, a partir de fevereiro de 2018 (CONSELHO DA COMUNIDADE DE MATINHOS; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2017), tendo a sua renovação por mais um ano em fevereiro de 2019.

A partir desse contrato e do projeto de extensão a ele relativo, esse capítulo trata do processo tripartite de ensino, pesquisa e extensão ocorrido no município de Matinhos.

A prática de ensino e pesquisa em extensão universitária

O tripé ensino-pesquisa-extensão ainda é um desafio à comunidade universitária. Caudatário da Reforma Universitária de Córdoba, um século atrás, quando os setores médios emergentes na Argentina romperam, pelo movimento estudantil, com a elitização do ensino superior e propuseram a extensão universitária como instrumento de conexão entre universidade e sociedade (TÜNNERNANN BERNHEIM, 1998, p. 106), permitindo pensar as grandes questões nacionais e pautando as reformas universitárias na América Latina (MAZZILLI, 2011, p. 209), a extensão universitária em território desvitalizado, como se apresenta Matinhos, surge a partir de grupos sociais vulneráveis, à margem da sociedade de mercado. É precisamente a esse território, no qual um terço de sua população vive com rendimento *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo (IPARDES, 2018), que a questão colocada por Álvaro Vieira Pinto (1994, p. 71) nos anos 1960 permanece latente: para quem serve a Universidade?

Diferentemente de Vieira Pinto, a Universidade não se volta às novas classes e forças sociais, mas a uma população estruturalmente segregada, com ligação ao mercado de trabalho de modo informal, com reduzida escolaridade e empobrecida.

Desse modo, o projeto de extensão focou um âmbito especial da realidade local, nacional e global: o sistema penal e prisional. Havia a necessidade de conhecer a realidade local, o que requeria delinear um processo específico de pesquisa.

Os conteúdos de ensino do curso de Serviço Social, expressos em seus módulos, como Indivíduo e Sociedade, Cidadania e Formação Histórica do Brasil, Legislação Social, Ética Profissional, Políticas Sociais, Participação e Controle Social, entre outros, embasaram a inserção de bolsistas desse curso no processo de pesquisa exploratória, na elaboração de instrumento de pesquisa, na interação com as pessoas penalizadas e supervisionadas pelo Conselho da Comunidade e na visita aos presos na Delegacia Cidadã de Matinhos. As contribuições do curso de Gestão e Empreendedorismo relacionaram-se aos conteúdos de análise setorial e análise de viabilidade econômica, bem como a apreensão da lógica da economia criminal. O curso de Administração Pública enaltece a relação com o Estado, os processos de planejamento, o debate sobre direitos humanos e *accountability*. Da mesma forma, o Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável tem subsidiado o debate sobre território, política de segurança pública, cidadania e participação social. No entanto, novos conhecimentos tornaram-se visivelmente necessários nesse ambiente restrito do sistema penal, o que impôs à coordenação de pesquisa e aos bolsistas do projeto o estudo de literatura em área específica do mundo penal. Assim, a literatura sobre o Estado penal, o controle social sobre a classe trabalhadora, a função do aprisionamento e a segurança pública no país, a aplicação de penas alternativas ao encarceramento e a reincidência criminal, a informalidade e a precarização do trabalho, entre

outros temas, constituíram tópicos de estudos dos membros do projeto de extensão.

A necessidade de conhecer a população com a qual o projeto de extensão interagiria impôs a definição de um delineamento de pesquisa. Afinal, seguindo Galtung (1968, p. 1) e Selltiz, Wrightsman e Cook (1987, p. 1), quais aspectos dos seres humanos eram necessários conhecer, definindo assim as unidades de análise? Dentro dessas unidades, quais as dimensões procuravam-se conhecer, expressas em variáveis específicas? Qual o método de pesquisa necessário à obtenção de dados? Qual o instrumento de coleta de dados requerido? Qual o método de análise de dados?

O delineamento de pesquisa foi definido como pesquisa de levantamento simples, buscando “determinar a incidência e distribuição de características” (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1987, p. 50) na população a ser pesquisada. Determinaram-se cinco unidades de análise, desdobradas em quarenta subunidades de análise, que foram desde as características pessoais do apenado ao seu arranjo familiar.

Utilizando-se a plataforma de pesquisa *LimeSurvey*, criou-se questionário como instrumento de coleta de dados e realizou-se teste do mesmo. Em seguida, a coordenação de pesquisa e os bolsistas iniciaram a pesquisa de campo no segundo semestre de 2018. De um total de 350 sujeitos apenados, determinou-se uma amostra estatística mínima de 76 indivíduos, baseada em nível de confiança de 95% e margem de erro de 10%.

Foram entrevistados 86 indivíduos dentro das instalações do Conselho da Comunidade, no Fórum da Comarca de Matinhos, local ao qual os sujeitos apenados em regime aberto deviam comparecer periodicamente para prestação de contas do cumprimento da pena. Terminada a pesquisa em dezembro de 2018, procedeu-se à análise tabular dos dados.

Os dados amostrais de uma população vulnerável e sua análise

A pesquisa de campo mostrou que os sujeitos apenados em regime aberto são, em sua maioria, jovens em transição à maturidade, descendentes de negros, do sexo masculino e heterossexuais, sem deficiência física e sem doença crônica.

Por faixa etária, 59% encontram-se nos intervalos entre 18 e 35 anos, mas há relevante participação da faixa etária madura, de 46-60 anos, com um quarto das pessoas; no contexto nacional, a faixa etária mais jovem, de 18-24 anos, é maioria, sendo o quarto maior grupo localmente; por outro lado, é residual nacionalmente a faixa madura. Embora a maioria (52%) descenda de negros, dois quartos são brancos, em distribuição menos concentrada que o âmbito nacional, no qual os descendentes de negros são 63% (BRASIL, 2017, p. 30-32). O gênero segue o padrão nacional, em que a maioria dos apenados são do sexo masculino, em 85%, sendo reduzida a participação do sexo feminino. A orientação sexual é quase totalmente heterossexual, em 95%, sendo residual a homossexualidade. É também alta a proporção dos que não possuem deficiência física, em 95%, proporção que se reduz quanto a não existência de doenças crônicas, em 84%; à parcela residual com tais doenças, predomina doenças cardíacas (33% com pressão alta) e metabólicas (20% com diabetes), em menor medida as doenças pulmonares e psicóticas (13%), sendo residuais as demais, intestinais, hormonais e virais.

As características sociais dos sujeitos apenados em regime aberto mostram uma população, em sua maioria, casada, possuidora de documentos pessoais, com baixa escolaridade, majoritariamente nos descendentes de negros, praticante religiosa de conversão católica.

Embora pouco mais da metade estejam de alguma forma casada, formalmente ou em união estável, os solteiros são tam-

bém proporção relevante, em 44%, sendo residuais os divorciados e viúvos. Se mais de dois terços possuem documentos pessoais, proporção relevante de 30% não os possui, majoritariamente a carteira de identidade e o título de eleitor, e, em menor proporção, o CPF e a carteira de trabalho. Quase metade dos sujeitos pesquisados não completaram o ensino fundamental; ao juntar-se aqueles que só possuem o fundamental completo e o médio incompleto, chega-se a 71%; 16% conseguiram completar o ensino médio, 5% conseguiram entrar no ensino superior e 7% chegaram a terminar o ensino superior. Ao cruzar-se escolaridade e cor de pele, verifica-se, relativamente à maioria que não completou o ensino fundamental, que 63% são descendentes de negros e 29% são brancos. Dois terços dos apenados participavam de alguma religião, enquanto o terço restante não; as religiões cristãs são maioria em 93% dos casos, com o restante praticando a umbanda, corrente religiosa afro-brasileira; a religião católica (48%) supera a evangélica (40%), sendo outras conversões cristãs residuais, como os Testemunhas de Jeová e os espíritas.

A situação penal dos sujeitos em regime aberto mostra, em sua maioria, que incorreram em um único processo, tipificado como contra o patrimônio e por tráfico de drogas, em execução de pena, liberdade provisória ou prisão em flagrante, com defensor constituído, sem acesso ao processo penal e sem recebimento anual do atestado de pena a cumprir, não conhecendo, portanto, o tempo de pena a cumprir; dividem-se entre os que passaram por regime fechado e por regime aberto, os primeiros com acesso à remissão de pena por atividade de trabalho remunerada.

Embora a maioria houvesse incorrido em um único processo penal, um quinto incorrera em dois processos e um décimo em três processos, sendo residual o conjunto que respondia por quatro processos ou mais. Enquanto dois terços dos crimes foram tipificados como contra o patrimônio e pelo tráfico de drogas, 10% incorreram em crimes contra a pessoa e a mesma proporção

contra o Estatuto do Desarmamento; foram residuais os crimes contra a dignidade sexual, a Administração Pública e a paz pública. Os tipos processuais incorridos em diversas situações penais mostram que 37% já foram sentenciados à execução de pena, 27% à liberdade provisória e 27% à prisão em flagrante; 19% obtiveram alvará de soltura alguma vez, 17% a suspensão condicional e 16% a medida cautelar, sendo residual a prisão preventiva e o serviço comunitário¹. Um quinto dessa amostra populacional foi reincidente, a maioria (45%) cometendo crimes contra o patrimônio, com menor proporção ao tráfico de drogas (23%), contra o Estatuto do Desarmamento (14%) ou contra a pessoa (9%). Quase dois terços tiveram defensor constituído e um terço defensor dativo. Metade dos apenados declarou não ter tido acesso ao processo penal, sendo que sete em cada dez sujeitos não recebiam anualmente da autoridade judiciária os seus atestados de pena a cumprir, com o que metade dos mesmos não sabia o tempo que restava a cumprir da pena; em contraposição, outra metade tinha conhecimento do tempo a cumprir, o qual, em mais da metade, não ultrapassava dois anos, e, em um quinto, não mais que três anos, de modo que um quarto teria mais de três anos de cumprimento de pena.

Metade da amostra populacional passou por regime fechado (40 entrevistados); a outra metade não. Dentre os primeiros, 58% tiveram acesso à remissão de pena, dois terços em programa de trabalho e 13% em programa combinado de estudo e trabalho, sendo residual somente estudo ou leitura e trabalho. Dois terços foram remunerados pela atividade laboral, enquanto um terço não o foi. Durante o período carcerário, 58% receberam visita social dos familiares em 81% das vezes, em que a família como um todo ou só a mãe, ou só a esposa, constituíram os entes mais presentes. Em contrapartida, 42% não receberam

1 O somatório percentual excede 100% por se tratar de proporção de situações processuais incorridas, um total de 137, sobre o total da amostra pesquisada.

visita social, sendo que a totalidade das mulheres se encontra nessa proporção. Metade dos apenados a regime fechado declarou receber pacote Jumbo² de materiais de primeira necessidade e apenas 7% declarou não o ter recebido, com relevante 43% sem resposta. Três quartos tiveram acesso à serviços de saúde, enquanto o quarto restante não. Somente 10% contraiu doença durante a prisão. Reduzido contingente de 6% prestou serviços comunitários em entidades como a Casa de Cultura, a colônia de férias do FETIEPE, a Guarda Municipal e Hospital Nossa Senhora dos Navegantes. De acordo com os respondentes, a referida atividade que se constituiu como agradável e propiciadora de aprendizado, menos profissional e mais como espaço de reflexão sobre a trajetória de vida.

Para essa população que experimentou o ambiente carcerário, o retorno ao convívio familiar foi fácil para 60%, relativamente fácil para 15% e difícil para 13%. Os fatores viabilizadores dessa retomada foram o próprio acolhimento familiar, o acesso ao mercado de trabalho, a abstinência ao consumo de drogas, o acúmulo de renda na prisão e a visitação familiar durante o período de encarceramento. Por outro lado, os entraves à convivência se constituíram na obrigação de uso da tornozeleira eletrônica, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, a continuidade de uso de drogas, a incerteza quanto à retomada do convívio familiar e comunitário e o retorno à rotina em liberdade. Observa-se que os mesmos indicadores aparecem como entraves e viabilizadores, demonstrando a complexidade da retomada da vida após o cárcere.

A realidade socioeconômica dos sujeitos pesquisados mostra em sua maioria que a atividade laboral é remunerada, mas informalizada, concentrada na construção civil, com tempo de trabalho entre um e cinco anos; que há perspectiva de mudança

2 O Jumbo é um kit que contém produtos de higiene pessoal, alimentação e vestuário, que é entregue aos/as detentos/as, após vistoria. Cada Kit é organizado pelos familiares, a partir das especificações definidas pelo estabelecimento prisional.

de atividade laboral, ocorrida majoritariamente em serviços gerais, sendo a motivação maior a satisfação e residual a obtenção de maior renda. A rotatividade é alta, com reduzido tempo de permanência na atividade laboral. A maioria não possui instrução profissional, mas possui saberes aprendidos ao longo da vida sem a ocorrência de instrução formal, concentradamente nas atividades de construção civil, e realiza atividades domésticas, majoritariamente mais de uma, sendo as mais executadas a limpeza e as relativas à construção civil doméstica. Esses sujeitos vivem em famílias majoritariamente com três e quatro membros familiares, dentro de um arranjo de casal com filho.

A prisão, como instituição social para criar docilidade e utilidade aos indivíduos por meio da manipulação do corpo (FOUCAULT, 1987, p. 260), é o espaço de controle de “populações desviantes” compostas por grupos sociais supérfluos às relações sociais de produção e à caridade do Estado (WACQUANT, 2004, p. 102). É nela que se inserem os grupos sociais mais vulneráveis, empobrecidos e evadidos do sistema educacional, com reduzida instrução profissional e alta informalidade na atividade laboral, a qual realizam rotacionando de atividade a atividade, em busca de satisfação no trabalho, sem a possibilidade de maior permanência produtiva e conseqüente geração de capacitações laborais, resultando em baixo nível de renda que realimenta a vulnerabilidade social, em um círculo vicioso de pobreza, um mecanismo circular e acumulativo (MYRDAL, 1959, p. 22), pelo qual menor escolaridade conduz a trabalhos não qualificados, informais e de baixo valor, de que resulta menor renda e desinteresse pela instrução profissional, mantendo a oferta de trabalho não qualificado em uma dinâmica que estruturalmente conserva a vulnerabilidade; alijados das relações sociais de produção assalariadas e carentes do suporte público, para alguns o crime abre os braços e acolhe³, como resultado

3 Clabison Paiva, vulgo Clonado, foi membro da facção Comando Vermelho, no Acre; ao migrar de sua cidade natal, Jordão, naquele estado, município que emprega tão somente 6,6% da população, para a capital Rio Branco e não encontrar emprego, foi o crime que lhe abriu os braços e o acolheu (Adorno, 2019).

da contradição inerente a uma sociedade produtora de riqueza mal distribuída. Dessa forma, o crime emerge como expressão de conflitos e contradições sociais às quais o Estado reage com o encarceramento (MACEDO, 1992, p. 91).

A vulnerabilidade estrutural se percebe no cruzamento de escolaridade e cor de pele. A baixa escolaridade da população negra é resultado de um processo histórico que reforça o imaginário racista. Este, por sua vez, reforça a estrutura social que mantém a evasão escolar, a pobreza e o encarceramento dessa população.

A ausência do Estado se faz notar mais claramente na situação penal, quando deixou de fornecer a Defensoria Pública na comarca de Matinhos, relevante ao acesso da população mais vulnerável à justiça e à defesa de direitos, minimizando, embora paliativamente, as discrepâncias com os apenados de maior poder aquisitivo, com condições de contratar advogados particulares. Se mostra também quando não forneceu à expressa maioria dos apenados o atestado anual de pena a cumprir, mantendo grande parte ignorante do tempo que lhe cabia de restrição de liberdade. A falha do sistema judiciário na democratização da informação denota a importância da ação do Conselho da Comunidade na efetivação de direito negado.

Dessa amostra pesquisada, também emergiu análise mais detalhada dos sujeitos incursos criminalmente no tráfico de drogas e da atuação do Conselho da Comunidade na reinserção desses sujeitos, em dissertação de mestrado em curso no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (OLIVEIRA, 2019).

Com relação a investigação junto a esses sujeitos, a pesquisa corrobora com os dados nacionais de que as pessoas em conflito com a lei em sua maioria são pessoas pretas e pardas, homens, jovens, sendo estes a principal clientela do poder judiciário.

Pode-se verificar também que as pessoas que violaram a Lei 11.343/2006, Lei Antitóxicos (BRASIL, 2006) possuem baixa escolaridade e pouca ou nenhuma formação profissional, o que

dificulta o acesso a vagas de empregos formais. Este fato pode vir a interferir no processo de reincidência, visto que a cidade de Matinhos não possui um mercado de trabalho muito amplo. O território é uma estrutura ampla que compete exigências econômicas, arranjos políticos e atores sociais.

Apesar das drogas se apresentarem em todas as classes e níveis socioeconômicos e o tráfico ser uma atividade internacional, ambos estão estigmatizados na pobreza, numa cor de pele, numa estética, sendo assim as pessoas criminalizadas e por fim encarceradas são aquelas rotuladas com atributos socioeconômicos e sócio raciais, enquanto jovens com a mesma quantidade de drogas, mas com melhores circunstâncias e outros atributos sócio raciais são enquadrados como usuários e não submetidos à pena de prisão.

Essa afirmação é corroborada pela pesquisa de Oberling (2011) realizada com policiais militares sobre as representações e práticas da Polícia Militar acerca do consumo e o comércio de drogas na Cidade do Rio de Janeiro.

Mesmo antes da promulgação da lei (11.343/2006), já era comum que os “viciados” fossem dispensados sem o registro da posse para uso na delegacia. A negociação geralmente se resolve nas ruas a depender de quem é a pessoa que estava sendo abordada e onde estava sendo abordada. Da mesma forma que cria uma modulação de punição que vai variar de pessoa para pessoa. Para os policiais que participaram desta pesquisa o crime parece não se deixa reconhecer pela droga, embora explicitem em seus discursos que o problema da lei é a ausência de critérios objetivos, mas passa pelo reconhecimento do criminoso que está associado diretamente a outros elementos: da classe social, das redes de relacionamento, do lugar de moradia, da capacidade de negociação, das expectativas da polícia e da sociedade, e das circunstâncias do flagrante daquele que é pego com drogas. (OBERLING, 2011, p. 206).

A pesquisa correlaciona as diferenciadas vulnerabilidades (baixa escolaridade, trabalho informal, contratos fragilizados e flexibilizados, baixa renda, pouca qualificação profissional) da população atendida pelo Conselho da Comunidade, em conflito com a Lei Antitóxicos, com a economia criminal e a violência. Essas determinações incidem no território de Matinhos e expressam a necessidade de políticas públicas articuladas no atendimento da população.

A fragmentação das políticas (educação, saúde, assistência social, trabalho, habitação, segurança pública, execução penal, direito à cidade) evidencia a complexidade dos problemas e das expressões da questão social na contemporaneidade. Conhecer a população, a partir de seu território e de suas necessidades, conflitos e vivências, possibilita uma compreensão ampliada historicamente, politicamente e geograficamente. Nessa perspectiva, é a partir do território construído, da concretude da vida e dos problemas da população que as políticas precisam ser desenhadas. Há muito que se avançar na democratização do acesso à informação e politização para que efetivamente a população participe, faça parte e interfira nas correlações de forças, disputas de poder, acesso a serviços e exercício da cidadania.

Resultados da ação extensionista

Paralelamente à pesquisa de dados da população apenas em regime aberto em Matinhos, o projeto de extensão apoiou as ações de vistoria do Conselho da Comunidade aos presos detidos na Delegacia Cidadã local, em cumprimento ao estatuto legal, a Lei de Execução Penal.

A Delegacia Cidadã de Matinhos foi inaugurada em abril de 2017 como a primeira no Estado do Paraná, com o propósito de oferecer ao sistema penal um serviço mais humanizado, com apenas celas provisórias de custódia, sem carceragem. A realida-

de se impôs ao projeto idealizado: a delegacia passou a abrigar presos, operando com sobrelotação e infraestrutura imprópria, resultando na insalubridade local, fonte de infecções parasitárias, como a sarna.

O diagnóstico da condição prisional em delegacia de custódia, imprópria para aquele uso, gerou o acionamento do Ministério Público pelos dois conselhos municipais que tratam da questão penal, os Conselhos de Segurança (CONSEG) e da Comunidade, esse último acionando também o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e juizado criminal da comarca local no ano de 2018. Em decorrência disso, o Ministério Público instaurou um Inquérito Civil, em setembro de 2018, para apurar as condições carcerárias da Delegacia Cidadã frente ao estatuto legal da Lei de Execução Penal e dos direitos humanos. Dadas as condições já relatadas, o Ministério Público propôs em outubro de 2018, uma Ação Civil Pública, agindo pelos interesses difusos da delegacia de Matinhos contra o Estado do Paraná. O deferimento de liminar nesse mesmo outubro determinou a regularização imediata da situação prisional. A reação do Estado foi recorrer da decisão liminar, travando a regularização desse contexto prisional. Mais uma vez, o Estado se eximiu da ocupação com as condições do encarceramento local.

A análise dos dados advindos da pesquisa possibilitou uma maior apreensão da realidade da população apenada em regime aberto em Matinhos. Esse processo tem fundamentado a fase subsequente do projeto: a proposição de ações e o agir.

Em março de 2019, o original contrato 23075 foi aditivado para mais um ano. Em seguida, o projeto de extensão passou a pensar a capacitação da força de trabalho dos sujeitos supervisionados pelo Conselho da Comunidade e seus familiares como medida capaz de interferir no círculo vicioso da pobreza.

Com uma provocação anterior, em outubro de 2018, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD) abriu um chamamento para formação de um Banco de

Projetos (BRASIL, 2018). Nesse mesmo mês, o projeto de extensão formulou um projeto no eixo temático V - Outros direitos difusos e coletivos, com a linha temática de acessibilidade e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nomeado Projeto Guardiães da Vida no Município de Matinhos, buscava “colaborar com a reintegração dos egressos do sistema penitenciário à sociedade e sua inserção no mundo do trabalho, por meio de projeto de horta urbana de base agroecológica, basicamente capaz de produção de alimentos para a merenda escolar e para o auto sustento, e com o intuito de materializar a apropriação de outros modos de vida e produção, utilizando os princípios do Manejo Agroecológico e alternativas de geração de renda”. O projeto consistia em “horta comunitária [a ser] instalada em área de 6.250 m² em região periférica do município, nas proximidades do local de residência de egressos do sistema penitenciário, e constituída de horto-floresta com áreas de produção hortícola, de mel de melíponas típicas do bioma da Mata Atlântica, de plantas medicinais e de plantas ornamentais”. Como produto, os “alimentos cultivados nas hortas comunitárias [serviriam] para o auto consumo das famílias que participam do projeto e para comercialização, permitindo que a comunidade de egressos responsável pela horta comunitária crie sua própria sustentabilidade temporal”. Adicionalmente, o projeto contaria “com atividades desportivas e artísticas com objetivo de colaborar com a socialização dos egressos e suas famílias, facilitando as interações pessoais e promovendo a constituição de uma comunidade local que acolha os egressos, dificultando seu retorno à economia criminal” (Conselho da Comunidade de Matinhos, 2018). Até o momento, o projeto não foi contemplado pelo CFDD.

Se a produção de alimentos primários foi a atividade de inserção laboral primeiramente pensada com capacitação específica, outras formas de capacitação profissional foram projetadas: um curso de instrução profissional na área de construção civil,

um minicurso de panificação, um curso básico de informática, um curso de letramento em língua portuguesa e matemática para preparação para a entrada na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas municipais e estaduais e para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA), um curso de orientação profissional, e a implantação do Projeto Guardiões da Vida no Município de Matinhos, em espera de aprovação pelo CFDD.

Nessa perspectiva, a equipe do projeto de extensão submeteu uma outra proposta ao edital COOPERFORTE em julho de 2019. O edital abriu possibilidade de proposição de projetos de capacitação profissional. A proposta apresentada foi na área da construção civil, considerando as informações fornecidas pela pesquisa realizada. O projeto está aguardando o resultado da seleção.

A equipe está concorrendo ainda no edital da fundação do Banco do Brasil, com um projeto com foco na capacitação técnica e profissionalizante. Um dos critérios desse edital foi a produção de um vídeo sobre o projeto, que está disponível no Youtube (<https://youtu.be/GFTEckshzkb>).

No intuito de acessar recursos para a continuidade e fortalecimento do trabalho, foi submetida documentação e o respectivo cadastramento do Conselho da Comunidade no Ministério Público do Trabalho, passando a ser uma das instituições habilitadas para receber recursos provenientes de penas pecuniárias.

Submetemos também um projeto ao excelentíssimo Juiz da Comarca de Matinhos, solicitando a destinação dos recursos oriundos das penas pecuniárias da Operação Verão ao Conselho da Comunidade de Matinhos.

Os efeitos da ação extensionista com ensino e pesquisa junto ao Conselho da Comunidade foram evidenciados pela ação conjunta do projeto de extensão e o próprio Conselho em eventos como o VII Encontro dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná, ocorrido em Guarapuava, em novembro de 2018, nas

visitas à Delegacia Cidadã, quando das crises ocorridas internamente em virtude das condições carcerárias, na participação em eventos científicos e na organização e promoção da Semana da Justiça pela Paz em Casa no município de Matinhos.

Essas últimas ações constituem-se nos primeiros passos na construção de rede de parcerias em torno do processo de reinserção social de sujeitos penalizados pelo sistema judicial.

Considerações finais

A indissolúvel atividade acadêmica de ensino, pesquisa e extensão é uma possibilidade concreta. Partindo de uma demanda social objetiva, a necessidade de reinserção ao convívio familiar e ao mundo do trabalho de população apenas em regime aberto, permitiu um alargamento do horizonte de estudos de todos os membros do projeto de extensão, um processo educativo ou interdisciplinar envolvendo diversas áreas de saber para conseguir uma compreensão mais global do problema em questão, qual seja, a existência de uma condição estrutural de controle de sujeitos desviantes, frutos de uma sociedade desigual e excludente, criadora de um círculo vicioso de pobreza, da violência e da criminalidade. No entanto, tal compreensão ainda se restringe à equipe do projeto de extensão, ainda não inteiramente socializada com a equipe do Conselho da Comunidade e a população atendida por ele.

A busca do conhecer para compreender levou a equipe de discentes em campo aprender a delinear processo de pesquisa, definindo instrumento de pesquisa e construindo-o, calculando amostragem, aplicando teste de questionário e, por fim, coletando dados. Permitiu a pesquisa acercar-se da realidade social dos apenados em regime aberto e daqueles indevidamente encarcerados em delegacia de custódia.

Conhecida a população atendida pelo Conselho da Comunidade, definiu-se a educação e a instrução profissional como medidas potenciais de enfrentamento do círculo vicioso de pobreza e da criminalidade, ainda em risco frente, de um lado, a um Estado que crescentemente nega direitos à classe trabalhadora e, de outro, a uma economia financeirizada que aloca mais recursos monetários na especulação financeira que no processo produtivo, reduzindo as perspectivas de geração de trabalho e renda.

A ação extensionista fundamentada no ensino e na pesquisa reitera o papel social da Universidade com o seu entorno, principalmente com a população historicamente alijada do acesso aos direitos, definida e estruturalmente excluída por seus marcadores identitários de raça, gênero e classe social. Nessa perspectiva, enfatiza-se o compromisso social, político e ético da formação universitária que tem a realidade social como principal interlocutora, de mandatária e parceira das diferenciadas expressões da questão social na contemporaneidade.

O contrato com o Conselho da Comunidade da comarca de Matinhos foi a porta de entrada a uma miríade de necessidades e negações de direitos. A articulação da tríade ensino, pesquisa e extensão tem possibilitado a construção conjunta de possibilidades de enfrentamento ao descaso do Estado frente à população em conflito com a lei, que na maioria das vezes expressa e reforça a ausência do acesso a outras políticas como habitação, trabalho e renda, educação, saúde, assistência social.

A guisa de conclusão, não queremos reforçar um discurso acríptico e vitimista em relação ao autor do delito. Reiteramos a premência de uma vigilância epistemológica, na perspectiva de refutarmos correlações aligeiradas, mecânicas e simplistas na conexão entre pobreza e criminalidade. Entretanto, os dados evidenciam que as pessoas em conflito com a lei, que ocupam as penitenciárias ou que estejam em cumprimento de pena em liberdade, possuem marcas identitárias de gênero, classe social e

raça. Nesse sentido, é com certeza, papel da Universidade e da sociedade civil visibilizar e principalmente politizar esse debate, na perspectiva de desvelar e desnaturalizar as determinações e indicadores que compõem esses índices.

Nessa perspectiva, a tríade ensino, pesquisa e extensão a partir do diálogo e trabalho conjunto de diferentes cursos e de graduação com pós-graduação têm se mostrado uma possibilidade promissora, de muito aprendizado, de construção de alternativas e de defesa intransigente e conjunta dos direitos humanos.

Referências

ADORNO, L. Lado a lado com o ex-inimigo: Samuel, ex-PCC; Clabison, ex-CV; e Anderson, ex-B13, revelam rotinas das facções no Norte do Brasil. **UOL Notícias**, Rio Branco, 12 set 2019. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/ex-pcc-ex-cv-e-ex-b13-revelam-rotinas-de-faccoes-no-norte-do-brasil-onde-violencia-explodiu/index.htm#as-quatro-faccoes-do-acre>>

BRASIL. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 jul 1984.

BRASIL. Lei nº11343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 24ago2006.

BRASIL. Comissão para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade. **Cartilha Conselhos da Comunidade**. 2ed. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública - Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Atualização**. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS. Brasília. **Ata da 215ª reunião ordinária realizada em 27 de setembro de 2018**. Diário Oficial da União, 17 out 2018. Edição 200, Seção 1, p. 42.

CONSELHO DA COMUNIDADE DE MATINHOS. **Ofício 1266/2017 à Universidade Federal do Paraná**. Matinhos, 12 dez 2017.

CONSELHO DA COMUNIDADE DE MATINHOS. **Formulário proposta de trabalho 2019-2020: projeto Guardiões da Vida - ressocialização em hortas urbanas de base agroecológica**. Matinhos: 2018.

CONSELHO DA COMUNIDADE DE MATINHOS; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Contrato que entre si celebram o Conselho da Comunidade da cidade de Matinhos-PR e a Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, 14 dez 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALTUNG, J. **Teoría y métodos de la investigación social**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1968. Tomo I.

INSITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico Município de Matinhos**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=10&btOk=ok>

MACEDO, J. W. F. Crime, capitalismo e desorganização do cotidiano. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. 13, n. 38, p. 77-95, abr. 1992.

MAZZILLI, S. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempo de redemocratização do Estado. **RBP**, v. 27, n. 2, p. 205-221, mai-ago 2011.

MYRDAL, G. **Teoría económica y economía subdesarrolladas**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1959.

OBERLING, A. F. **Maconheiro, dependente, viciado ou traficante? Representações e práticas da Polícia Militar sobre o consumo e o comércio de drogas na Cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

OLIVEIRA, A. L. et al. **Relatório de análise - Projeto de Extensão Conselho da Comunidade em Ação**. Matinhos: Universidade Federal do Paraná, 2019. Relatório técnico.

OLIVEIRA, L. L. O. **A atuação do Conselho da Comunidade na reinserção social das pessoas em conflito com a lei antitóxicos na comarca de Matinhos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2019.

PINTO, Á. V. **A questão da universidade**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987. v. 1.

TÜNNERMANN BERHEIM, C. La reforma universitaria de Córdoba. **Educación Superior y Sociedad**, v. 9, n. 1, p. 103-127, 1998.

WACQUANT, L. **Las cárceles de la miseria**. Buenos Aires: Manantial, 2004.



AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFPR LITORAL

Daniela Bianchini

Mayra Taiza Sulzbach

Diomar Augusto de Quadros

A educação superior no litoral paranaense e o setor litoral da UFPR

A educação superior no Litoral paranaense, antes das expansões da Universidade Federal do Paraná (UFPR), se dava por meio de faculdades públicas e privadas com sedes nos municípios, além da educação a distância, a qual não foi considerada neste texto.

Em 1956, no município de Paranaguá, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências - FAFIPAR que até os dias atuais, oferta cursos de licenciaturas em História, Letras Português-Inglês, Pedagogia, Biologia e Matemática e bacharelados em Ciências Biológicas, Administração e Ciências Contábeis (UNESPAR, 2019). Em 1991, a FAFIPAR tornou-se uma autarquia de natureza jurídica pública estadual, e em 2001, passa a denominar-se Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, ofertando 10 cursos de graduação (UNESPAR, 2007). Entre as instituições particulares de educação superior, no município de Guaratuba, desde 2002, atua o Instituto Superior de Educação de Guaratuba, com três cursos (ISEPE, 2019) e em Paranaguá, o Instituto Superior do Litoral do Paraná (ISULPAR) criado em 1999, com dez cursos (ISULPAR, 2019).

No Litoral do Paraná até 2005, a presença da UFPR com pesquisas e ensino se dava pelo Centro de Estudos do Mar (CEM) no município de Pontal do Paraná, criado em 1982; pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), sendo este o primeiro

museu universitário do estado inaugurado em 1963, desenvolvendo atividades culturais de preservação da cultura caiçara e de extensão com o Festival de Inverno em Antonina criado em 1991; e por pesquisas predominantemente ambientais na região (JOUKOSKI, 2015).

No movimento de interiorização e expansão universitária pública, após o reconhecimento do papel estratégico das universidades - em especial as promovidas pelo setor público - para o desenvolvimento econômico e social do país foram criadas novas universidades e campi com o objetivo de alavancar a produção do conhecimento e a qualidade de vida em diversas regiões do país, dentre estes um no litoral do Paraná, em Matinhos, pela UFPR (BRASIL, 2005).

Assim, a UFPR se instala no Litoral do Paraná no segundo semestre de 2005 como campus e, em 2007 tornou-se Setor, passando a ser denominado Setor Litoral da UFPR (UFPR LITORAL, 2008).

A proposta de criação do Campus Litoral da UFPR (UFPR Litoral) se consolidou em 28 de março de 2005, entre o Governo do Estado do Paraná, o Município de Matinhos e a União, através da Universidade Federal do Paraná, que celebraram um Termo de Cooperação, conforme Extrato de Cooperação Técnica nº2/05, publicado no Diário Oficial da União em 07/04/05 (UFPR LITORAL, 2008).

Conforme descrito no Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral (2008), a proposta foi criada com a intencionalidade mais do que a ampliação de vagas no ensino superior, visava promover o desenvolvimento humano e local.

Portanto, além da intencionalidade das atuais políticas públicas de interiorizar a educação superior, a UFPR Litoral tem o direito e o dever de explicitar a compreensão fundante de seu processo educativo, ou seja, uma formação e uma práxis assentada no

princípio epistemológico da unicidade do ensino, pesquisa e extensão. Entende a formação educacional como uma totalidade concreta, que se dá no conjunto das relações sociais e que se desenvolve a partir das contradições que lhe dão movimento, portanto, não tem existência em si, mas somente a partir da produção social de seus sujeitos. (UFPR LITORAL, 2008, p. 10).

Rolim e Serra (2009, p. 91), “a universidade demonstra ter um forte impacto no processo de desenvolvimento regional, estabelece vínculos e compromissos intensos com o futuro da região e o produto do seu trabalho, além de ter como referência a qualidade acadêmica universal, está voltado para a superação das questões da região”.

A implantação da UFPR Litoral se deu também num importante momento de expansão, que visava à melhoria da qualidade de ensino e à promoção da igualdade de oportunidades, através da inclusão e democratização do acesso e da permanência (BRASIL, 2007).

O acesso à educação superior, por meio de políticas públicas, no caso de Ação Afirmativa, com a reserva de vagas, surge como um instrumento para que uma pessoa em condições desiguais possa participar como igual em grande parte da sociedade (KAMPHORST; ZAMBAM, 2017).

Ação afirmativa: um breve histórico

Segundo Moehleck (2002), a política de Ações Afirmativas é também conhecida como: “política de cotas”, “reserva de vagas” ou “ação compensatória”, e abrangem diversas áreas, as principais estão no emprego, no sistema educacional, na representação política. De acordo com Bergmann (1996)¹ citada por

1 BERGMANN, B. *In defense of affirmative action*. New York: BasicBooks, 1996.

Moehlecke (2002), existiriam três ideias que fundamentam as Ações Afirmativas: o combate sistemático da discriminação; a redução da desigualdade e; a integração dos diferentes por meio da valorização da diversidade cultural.

Gomes e Silva (2001), ao explicar o papel das Ações Afirmativas, diz que, esta surge para resolver disparidades e produzir princípios de igualdade.

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES; SILVA, 2001, p. 94).

Feres Júnior (2005) menciona que, a experiência das Ações Afirmativas nos Estados Unidos decorreu de injustiças sociais passadas. Na década de 1960, quando as Ações Afirmativas foram implantadas nos EUA havia dois argumentos que as justificavam: a reparação e a justiça social, as quais faziam parte das exigências do movimento negro norte-americano, unidos em defesa dos direitos civis, da igualdade de oportunidades e da eliminação de leis segregacionistas, defendendo a ideia de igualdade substantiva, sob a denominação de *affirmative action* e *substantive equality* (Ação Afirmativa).

Segundo Munanga (2007), antes do Brasil, além dos EUA outros países praticavam políticas de Ação Afirmativa ou cotas. A Índia em 1950 institucionalizou um sistema de cotas para a população das castas intocáveis², reservando, na proporção de

2 Conforme Figueiredo (2012, p. 74), os intocáveis "são as pessoas na Índia consideradas impuras dentro de uma interpretação político-social corrente do sistema de castas." [...] "Na verdade, os intocáveis são uma não-casta. Uma construção social para albergar aqueles que praticariam as atividades consideradas impuras e, portanto,

15%, cargos na legislatura federal e estaduais, nos conselhos de aldeia e no serviço público e vagas nas salas das universidades. Como resultado a população em geral teve acesso ao emprego e educação na Índia (MUNANGA, 2007).

No contexto indiano, Feres júnior (2005) identifica quatro princípios que justificaram a política de Ações Afirmativas: reparação por injustiças cometidas no passado contra um determinado grupo social; proteção de segmentos mais fracos da comunidade; proporcionalidade na igualdade - a ideia de que as oportunidades de educação e emprego devem ser distribuídas em proporção ao tamanho relativo de cada grupo da sociedade e; justiça social, atribuído ao conceito de justiça distributiva.

Para Feres Júnior (2005), no Brasil a justificação da Ação Afirmativa se fundamenta na reparação e na diversidade; enquanto a questão da justiça social fica deixada ao esquecimento, a qual, segundo o autor, tem papel justificativo preponderante. Conforme Moehlecke (2002), questões como raça, gênero, etnia foram pautas da redemocratização do país, ganhando espaços nas discussões de movimentos sociais que começaram a exigir do Poder Público posturas mais ativas, como as políticas de Ações Afirmativas.

Segundo Moehlecke (2002), a Constituição traz em seu texto direitos sociais às mulheres, bem como cargos e empregos públicos as pessoas com deficiência, antes inexistentes. Tais questões, como apresentado pela autora, são interpretadas por alguns juristas como um parcial reconhecimento na legalidade das Ações Afirmativas.

Em 1990, a legislação eleitoral estabelece cota mínima de candidaturas de mulheres em todos os partidos políticos; Em 1994, a Marcha Zumbi, pela igualdade racial, representou um importante movimento nas propostas de políticas públicas para a

estariam impossibilitados de realizar os ritos sagrados. Com o decurso do tempo, a noção de impureza da atividade passou a agregar-se a pessoa que a praticava e a intocabilidade passou a ser sinônimo de extensa marginalização e submissão a violência.” (FIGUEIREDO, 2012, p. 79).

população negra, Dentre elas a “[...] Eliminação da Discriminação Racial no Ensino; conceder bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda, para o acesso e conclusão do primeiro e segundo graus; desenvolver Ações Afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia [...]” (MOEHLECKE, 2002, p. 206).

Em 1995, segundo Paiva (2015), a presidência da República reconhece que no Brasil havia racismo e recomenda que Ações Afirmativas fossem pensadas nos diversos ministérios. Oito anos após, o racismo é tema da Conferência Internacional contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância, realizada em Durban (MOEHLECKE, 2004). No ano seguinte, em Viena, a Conferência das Nações Unidas tinha como tema: Direitos Humanos, e demandava direitos iguais, com atenção para mulheres (PAIVA, 2015). Essas duas conferências, segundo Paiva (2015), apontaram inúmeras demandas reprimidas e tiveram a participação do estado brasileiro, que saíram com o compromisso de pensar ações que reparassem a desigualdade de acesso à educação e ao trabalho, além da construção políticas de inclusão social.

A década de 2000 assinala as iniciativas isoladas de Ações Afirmativas de acesso à educação superior (PAIVA, 2015). A primeira Lei que estabeleceu cotas de vagas para negros e pardos em cursos de graduação que dispõe de registro foi do Estado do Rio de Janeiro para as Universidades Estaduais do Rio de Janeiro e do Norte Fluminense, por meio da Lei nº 3.708/2001, com cota de 40% das vagas para a população negra e parda (RIO DE JANEIRO, 2001). Em 2001, o Governo do Estado do Paraná promulgou a Lei nº 13.134, de 18 de abril, que destinou aos indígenas três vagas suplementares em universidades públicas estaduais, através do Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná. No caminho deste movimento, em 2002 as Universidades do Mato Grosso do Sul e Estadual da Bahia, adotam o sistema de cotas (PAIVA, 2015).

Como abordado por Paiva (2015), entre 2002 a 2012, mais de 70% das universidades estaduais e federais implantaram políticas de Ações Afirmativas a partir dos próprios conselhos universitários. Algumas instituições adotaram vagas reservadas e outros bônus através da nota do candidato.

Em 2009, o Partido Democrata (DEM) entra com o ajuizamento por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 (ADPF) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para impugnar a política étnico-racial de reserva de vagas na seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB). O STF, por unanimidade de votos julgou, em abril de 2012, improcedente o pedido conduzido pela ADPF 186, que culminou, quatro meses depois, na promulgação da Lei nº 12.711, 29 de agosto de 2012, conhecida como “Lei de Cotas” que prevê a reserva de vagas não só para a UnB, mas para todas as instituições de ensino superior sob administração do Governo Federal:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculada ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita.

[...]

(...) Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[...] No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012).

A regulamentação da Lei, que ocorreu no mesmo ano pelo Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012, definiu as condições gerais de reservas de vagas e estabeleceu a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e as regras de transição para as instituições federais de educação superior (BRASIL, 2012).

Outro instrumento decorrente da Lei, publicado no mesmo ano, foi a Portaria Normativa nº 18, do Ministério da Educação, a qual: estabelece os conceitos básicos para aplicação da Lei; prevê as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para cálculo; fixa as condições para concorrer às vagas reservadas e; estabelece a sistemática de preenchimento das vagas reservadas. A Lei nº 12.711/2012, em 2016 pela Lei nº 13.409, sofreu alterações nos artigos 3º, 5º e 7º, dispendo sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior de instituições federais de ensino (BRASIL, 2016), sendo regulamentado pelo Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017 (BRASIL, 2017). O demonstrativo de aplicação da Lei de Cotas nas instituições federais de ensino é representado na Figura 1.

Segundo Clève (2016), a Lei de Cotas foi um importante passo à constitucionalidade das Ações Afirmativas no Brasil em decorrência das possibilidades de acesso de grupos vulneráveis nas universidades e instituições federais.

Conjuntamente com a Lei, outros mecanismos de acesso à educação superior foram sendo implementados para as instituições particulares e federais de educação superior, entre esses: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU).

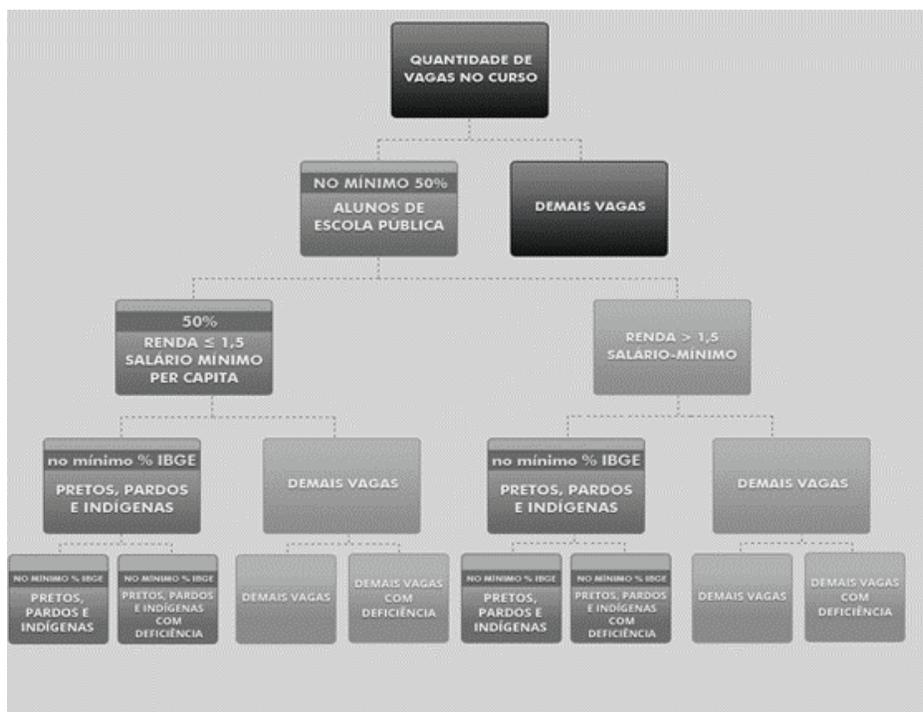


FIGURA 1 - DEMONSTRATIVO DO PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.711/2012 SOBRE O INGRESSO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO
 FONTE: Portal MEC (BRASIL, 2019).

O ENEM, criado em 1998 para avaliar estudantes concluintes do ensino médio, em 2009 passou a ser utilizado para processo de avaliação e classificar estudantes às vagas universitárias públicas, bem como utilizado no financiamento estudantil do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e para processo seletivo de instituições de ensino superior privado por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI). O ENEM também é utilizado como prova de conclusão do ensino médio na educação de jovens e adultos (EJA), e para pontuar nos exames vestibulares de instituições de ensino superior brasileiras.

O Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado em 2010 pelo Ministério da Educação, é um sistema que possibilita que participantes do ENEM, de forma voluntária, possam concorrer

às vagas em cursos de ensino superior ou profissional tecnológico de instituições públicas, para tal, a instituições públicas de ensino deve formalizar, por meio da assinatura de Termo de Adesão, sua participação (BRASIL, 2010a). Assim, as instituições públicas oferecem vagas, por meio do SISU, para candidatos inscritos no ENEM. O inscrito no ENEM, após divulgação da pontuação realiza a escolha de duas opções de cursos/instituição. O SISU gera uma listagem nominal de classificados por curso em cada instituição, que realiza convocações (segundo a ordem de classificação) para preenchimento as vagas.

Em 2019, segundo nota oficial do MEC, de 28 de janeiro de 2019, por meio do SISU foram disponibilizadas 235.461 vagas, em 129 instituições públicas de todo o país, e se inscreveram 1.823.871 candidatos. Esse total corresponde a 51% do total de inscritos do ENEM/2018 (BRASIL, 2019c).

De acordo com Clève (2016), as Ações Afirmativas são abrangentes, se manifestam de diversas formas e através de distintas políticas privadas ou públicas.

Deve-se tomar o cuidado de não reduzir a abrangente questão das Ações Afirmativas (que se manifestam de diversas formas e através de distintas políticas) com a utilização de cotas nas universidades para a admissão de minorias social e economicamente segregadas. As Ações Afirmativas, afinal, se encaixam numa perspectiva mais ampla da busca por remediar as desigualdades existentes na sociedade (boa parte proveniente da loteria natural). De qualquer modo, a utilização das Ações Afirmativas é emblemática e pode servir de modelo para outras tentativas de correção de distorções injustas das posições ocupadas pelas pessoas originariamente (CLÈVE, 2016, p. 549).

Existem vários mecanismos de Ações Afirmativas, o uso de cotas é apenas um deles. As Ações Afirmativas têm como público-alvo os grupos que abrangem às minorias étnico-racial,

pessoas com deficiência, pessoas que estão em condições social e economicamente segregadas dentre outras que variam conforme as situações exigentes.

O sistema de cotas na educação, segundo Moehlecke (2002), consiste no estabelecimento de um determinado número ou percentual destinado a um grupo específico, o que pode ocorrer de forma proporcional ou não. Algumas instituições de educação superior, privadas, estaduais ou federais destinam a reserva de vagas e/ou adotam bônus na nota dos candidatos, regulamentadas pelos próprios conselhos universitários. As Ações Afirmativas no Brasil, por meio da promulgação da Lei de Cotas, constituem-se numa possibilidade de acesso à educação superior por grupos que estão vulneráveis³.

Ações afirmativas no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná

As Ações Afirmativas na Universidade Federal do Paraná foram instituídas e fortalecidas juntamente com as discussões e implementação em diferentes instituições locais e também em nível nacional. A UFPR, no ano de 2002 iniciou o projeto de cotas para ser instituído no processo seletivo vestibular. As cotas, nada mais eram do que Ações Afirmativas por buscar proporcionar o acesso, por meio da reserva de vagas, para grupos historicamente

3 "(...) Conceito das pessoas em situação de vulnerabilidade (3) Consideram-se em condição de vulnerabilidade aquelas pessoas que, por razão da sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas e/ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercer com plenitude perante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico. (4) Poderão constituir causas de vulnerabilidade, entre outras, as seguintes: a idade, a incapacidade, a pertença a comunidades indígenas ou a minorias, a vitimização, a migração e o deslocamento interno, a pobreza, o gênero e a privação de liberdade. A concreta determinação das pessoas em condição de vulnerabilidade em cada país dependerá das suas características específicas, ou inclusive do seu nível de desenvolvimento social e econômico". (CONFERÊNCIA, 2008, p. 5-6).

excluídos economicamente e/ou socialmente: negros, indígenas e estudantes de escola pública⁴ (SANTOS et al., 2010).

Em 2003, com base em Santos et al. (2010), na UFPR foi constituída uma comissão para estabelecer proposições e estudos sobre democratização de acesso à Instituição, dada a forte rejeição das cotas para negros e demanda de inclusão com base na renda. Após discussões, resistências e manifestações contrárias, em maio de 2004 foi aprovado, através da Resolução nº 37/2004 - COUN o Plano de Metas, estabelecendo políticas de Inclusão Social (estudantes de escola pública), de Inclusão Racial (étnico-racial) e de vagas suplementares para indígenas - Resolução Nº 37/2004 do Conselho Universitário (COUN) (SANTOS et al., 2010).

Dentre as justificativas de Ações Afirmativas contempladas na Resolução: "a necessidade de democratizar o acesso ao Ensino Superior público no país, especialmente aos afrodescendentes, aos povos indígenas e aos alunos oriundos da escola pública". Os Art.1º e Art.2º do documento fixam 20% (vinte) do total das vagas de todos os cursos de graduação, ensino técnico e médio para candidatos pretos e oriundos de escola pública (cursaram integralmente o ensino fundamental e médio). O Art. 3º por sua vez, trata da disponibilidade de vagas suplementares para estudantes indígenas, as quais gradativamente passariam de cinco, nos anos de 2005 e 2006, para sete em 2007 e 2008 até atingir 10 nos anos subsequentes (UFPR, 2004).

4 Devido às características do sistema de inclusão social, não eram aceitos nessa categoria candidatos que tenham estudado em escola particular, ainda que com bolsa de estudos integral, e candidatos que tenham estudado em escolas comunitárias, filantrópicas ou confessionais, que, nos termos do Art. 20 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394 de 20/12/1996), são consideradas instituições privadas de ensino, ainda que a escola cursada pelo candidato seja mantida por convênio com o poder público. Também devido às características do sistema de inclusão social, não eram aceitos candidatos que tenham cursado o Ensino Médio através de supletivos, aceleração de formação, Certificação de Conclusão de Ensino Médio por ENEM e outros programas de natureza similar. Ainda, não fazia jus à vaga pelo regime de cotas sociais o aluno que frequentou estabelecimento privado de ensino fundamental ou médio, mesmo que mediante o convênio autorizado pela Resolução nº 3.434/95 da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. (UFPR, 2013).

Os candidatos oriundos de escola pública que desejassem concorrer às vagas de inclusão social tinham que assinalar essa opção no ato de inscrição, comprovando posteriormente que fizeram os estudos do ensino fundamental e médio em escola pública no Brasil (UFPR, 2005).

Os candidatos às vagas de inclusão racial também deveriam assinalar essa opção, fazendo uma autodeclaração de cor preta ou parda e possuir traços fenotípicos que caracterizassem como pertencente ao grupo racial negro na sociedade, segundo orientação de autodeclaração, submetendo-se após a entrevista com banca (UFPR, 2005). De 2005 a 2010 a banca de validação de autodeclaração acontecia no momento da efetivação da matrícula do curso, sendo que, o aprovado perderia o direito à vaga se não atendesse às exigências de cor e fenótipo, segundo parecer da Banca de Validação, baseada na orientação da autodeclaração (UFPR, 2010a). A partir do Vestibular de 2011 a banca passou a acontecer ainda durante o processo de Vestibular, logo após a primeira fase, sendo que, se os candidatos que não comparecessem na hora e dia marcado ou que não atendessem aos requisitos (de cor preta ou parda e possuir traços fenotípicos que o caracterizam na sociedade como pertencente ao grupo racial negro), o inscrito deixava de concorrer às vagas de Ações Afirmativas e passava a concorrer às vagas de concorrência geral (UFPR, 2011).

O primeiro vestibular da UFPR com cotas de Ações Afirmativas ocorreu em 2005 na UFPR Litoral, e a ocupação das vagas iniciava-se no ato de inscrição do Vestibular (UFPR, 2005).

Em 2008, visando aprimorar as políticas de inclusão, através de Ações Afirmativas, a UFPR aprova a reserva de vaga suplementar para as pessoas com deficiência, por meio da Resolução 70/08-COUN, que prevê a destinação de uma vaga para candidatos com deficiência em cada curso de graduação, de ensino profissionalizante e de ensino médio (UFPR, 2008).

As pessoas com deficiência também passam por uma banca de verificação, porém está mais ampla, composta por:

pedagogo, educador especial, psicólogo, médicos de diversas especialidades, assistente social, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta educacional e intérprete de Libras, entre outros. Igualmente as vagas às cotas sociais ou raciais, quando o candidato que tem indeferido seu pedido para a vaga suplementar, passam a participar das vagas da concorrência geral, ou se for o caso, pelas cotas sociais ou raciais.

As cotas de Inclusão Social e Racial da UFPR foram mantidas até 2013 (UFPR, 2013), quando a UFPR incorporou a reserva de vaga com base na Lei Federal nº 12.711/12 (BRASIL, 2012). As condicionalidades da Lei de Cotas, em relação as que vinham sendo utilizadas no programa de Ações Afirmativas da UFPR, trouxeram novas regras para o acesso: os candidatos que antes eram da Inclusão Racial ou Social, além da exigência de cursar o ensino médio em escola pública podem concorrer a vagas reservadas às pessoas com renda familiar per capita menor ou igual a 1,5 salários mínimos. Como a Lei 12.711/12 determinou a implantação de cotas pelas instituições públicas de forma gradual e progressiva, ao longo de quatro anos, a UFPR implementou a Lei em 2013, estabelecendo 15% do total das vagas para Inclusão Racial e Social, 25% para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas e 60% para Concorrência Geral. Naquele ano a UFPR também utilizou seu programa de Cotas (UFPR, 2013).

O Vestibular 2014/2015 da UFPR já não mais contava com o programa próprio, destinando assim, 40% das vagas conforme estabelecido em Lei (UFPR, 2014a). No processo seletivo seguinte, 2015/2016, a UFPR cumpriu integralmente os dispostos da Lei 12.711/2012 (UFPR, 2015a, 2015b).

Em 2016, o governo federal institui a Lei 13.409/2016 que estabelece vagas para pessoas com deficiência, recomendando um número de vagas baseado na proporcionalidade dessa população no estado de abrangência da instituição, medida pelo

último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, condicionando as vagas à integralização do ensino médio em escola pública (BRASIL, 2016). A partir do Decreto n.º 9.034/2017 que regulamenta a Lei 13.409/2016, manter a vaga suplementar na concorrência geral garantiu que o candidato deficiente que cursou escola particular não ficasse excluído da Ação Afirmativa, pois o decreto exigiu que o candidato à vaga de pessoa com deficiência tenha estudado integralmente o ensino médio em escola pública (BRASIL, 2017).

A UFPR incluiu a partir do Vestibular de 2017/2018 (UFPR, 2017a) as recomendações do Decreto n.º 9.034, de 20 de abril de 2017 (BRASIL, 2017). No vestibular 2018/2019 o preenchimento das vagas suplementares é alterado, sendo facultativa aos candidatos da Concorrência Geral (UFPR, 2018a).

Durante o período de 2005 a 2018, a classificação e a convocação das vagas de cotas (racial, social e deficiente) tiveram tratamento diferenciado nas fases do processo seletivo do vestibular. De 2005 a 2013 eram convocados para a segunda fase do Processo Seletivo os candidatos melhor classificados, independentemente de terem optado ou não as vagas de inclusão racial e social, em 3 (três) vezes o número de vagas (UFPR, 2013). No vestibular 2015/2016 para a segunda fase foram convocados 3 (três) vezes o número de vagas de cada modalidade de inscrição. Ou seja, os candidatos inscritos nas vagas de cota passam a concorrer desde a primeira fase com seus pares (UFPR, 2015a).

O acesso por meio do SISU aos cursos da UFPR iniciou em 2011 com a assinatura do termo de adesão (UFPR, 2010b), porém na UFPR Litoral a disponibilidade de vagas pelo SISU foi implementada em 2015, quando foram disponibilizadas 30% das vagas (UFPR, 2014b). Esse percentual manteve-se no ano seguinte, já em 2017 e 2018 foram ofertadas 20% das vagas pelo SISU. O SISU também passou a adotar o sistema de Cotas, em 2015 foram destinadas 40% das vagas as Ações Afirmativas, no ano seguinte

a reserva de vagas aumentou para 50% para atender ao disposto na Lei nº 12.711/2012 (UFPR, 2014b; 2015c; 2016; 2017b).

Outro passo realizado na questão da ampliação do acesso à educação superior e Ação Afirmativa parte do Decreto nº 7.352/2010, que trata sobre a política de educação do campo pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e pelo Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), instituídos em 2012 (BRASIL, 2010b). O PRONACAMPO disciplinou ações específicas de apoio a Educação do Campo e a Educação Quilombola, considerando as reivindicações históricas destas populações quanto à efetivação do direito à educação.

A proposta da criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO) é resultado do Edital de Seleção nº 02/2012 - SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012. O LECAMPO atua na formação de educadores do campo que não possuem curso de licenciatura, como também, de agricultores familiares, assentados, acampados, pescadores, ribeirinhas, ilhéus, quilombolas, indígenas e povos da floresta, provenientes dos municípios do litoral Paranaense (Guaraqueçaba, Guaratuba, Antonina, Morretes, Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná) e dos do Vale do Ribeira no estado do Paraná (Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná) (UFPR LITORAL, 2014).

O acesso ao LECAMPO ocorre por meio de Vestibular específico que estabelece público-alvo que elenca como categorias:

Categoria 1 - Educadores ou educadoras que prioritariamente não possuam qualquer curso de graduação e que estejam em atividade nas escolas/instituições do campo, escolas itinerantes pertencentes à rede estadual ou municipal, escolas comunitárias e escolas-família; Categoria 2 - Educadores ou educadoras que prioritariamente não possuam qualquer curso de graduação e que atuem em processos educati-

vo-formativos desenvolvidos por entidades ligadas a espaços educativos não formais (sindicatos, movimentos sociais, cooperativas, associações e outros que desenvolvam suas atividades vinculadas à questão agrária e camponesa); Categoria 3 - Pessoas que trabalham na agricultura familiar, nos assentamentos, nos acampamentos, arrendatários ou arrendatárias, meeiros ou meeiras, boias frias, pescadores ou pescadoras, indígenas, quilombolas, extrativistas e demais populações tradicionais do campo e povos indígenas como regem as leis e decretos. Categoria 4 - Pessoas atuantes nos movimentos sociais ligados ao campo, associação de agricultores ou agricultoras familiares, pescadores ou pescadoras, quilombolas, faxinalenses, povos indígenas e demais populações tradicionais do Brasil. Categoria 5 - Filhos ou filhas de agricultores ou agricultoras familiares, assentados ou assentadas, acampados ou acampadas, pescadores ou pescadoras, quilombolas, faxinalenses, arrendatários ou arrendatárias, meeiros ou meeiras, boias-frias, indígenas ou extrativistas e demais trabalhadores e trabalhadoras assalariados que atuem na agricultura familiar de acordo com a Lei nº 11.326 da agricultura familiar. (UFPR, 2017d).

Os vestibulares específicos do LECAMPO de 2014 e de 2015 atendera exclusivamente ao Edital PRONACAMPO 2/2012 que determina público-alvo estabelecendo inscrição às categorias. Em 2017, por meio da Nota Técnica Conjunta nº. 3/2016/GAB/SECADI/SECADI, foi estabelecido aos cursos definidos pelo Edital 02/2012 que devessem ser institucionalizados no elenco da oferta regular de cursos das instituições sede e que essas garantissem processos seletivos, nos quais se resguardassem as condições para o ingresso do público-alvo ao qual se destinava a política pública, prioritariamente, os povos do campo (BRASIL, 2016). Desde então, o LECAMPO atende a proposta original de criação, decretos e resoluções, como também a Lei nº 12.711/12 (BRASIL, 2017).

O acesso à educação superior na UFPR Litoral

A UFPR Litoral, fruto da política de interiorização e expansão das universidades públicas no Brasil, dispõe de diferentes mecanismos de acesso, como o Vestibular, SISU e LECAMPO e desde sua criação em 2005, 5.696 pessoas ingressaram (Tabela 1). Os três mecanismos apresentam características diferentes e atingem populações diversas, muitas compõem minorias ou grupos historicamente segregados, entre esses estão às comunidades indígenas, do campo, ribeirinhos, ilhéus, remanescentes de quilombos, inclusive os que vivem isolados.

TABELA 1 - APROVADOS-MATRICULADOS NOS DIFERENTES MECANISMOS DE ACESSO AOS CURSOS DA UFPR LITORAL, CONFORME MODALIDADES DE ACESSO

Modalidade de Acesso	VESTIBULAR		SISU		LECAMPO	
	2005-2018		2015-2018		2014-2018	
	n	%	n	%	n	%
Inclusão Racial	221	4,5	-	-	-	-
Inclusão Social	772	15,6	-	-	-	-
Autodeclarados per capita ^A	55	1,1	28	6,5	4	1,3
Escola pública per capita ^B	202	4,1	43	9,9	11	3,6%
Autodeclarados independente da renda ^C	74	1,5	54	12,5	6	1,9
Escola pública independentemente da renda ^D	351	7,1	51	11,8	6	1,9
Deficiência autodeclarados per capita	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Deficiência escola pública independente de renda	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Vaga suplementar - pessoa com deficiência ^E	13	0,3	0	0,0	0	0,0
Total Ações Afirmativas	1.688	34,1	176	40,6	27	8,7
Concorrência Geral*	3.266	65,9	257	59,4	282	91,3
Total	4.954	100	433	100	309	100

^A Inscritos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; ^B Inscritos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; ^C Inscritos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; ^D Inscritos que, independentemente

da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; ^EInscritos em outra modalidade, porém se aprovados são considerados como vaga suplementar. * No ano de 2013 foi o período de transição entre o estabelecido na Resolução 37/04-COU (UFPR, 2004) e Lei de Cotas (BRASIL, 2012). Os valores referentes a modalidades Concorrência Geral correspondem ao período de 2005 a 2013 e 2015 a 2018.

FONTE: Elaborada pelos autores a partir dos dados disponibilizados pelo NC (UFPR, 2018b).

Os estudantes da UFPR Litoral que ingressaram pelo vestibular, independente da modalidade a qual se candidataram, 68,3% concluíram a educação básica em escolas públicas e 69,6 % são pertencentes a famílias com renda per capita inferior a 1,5 salários mínimo nacional.

A UFPR, no Vestibular de 2005, propôs-se à inclusão de dois grupos “estudantes do ensino básico de escolas públicas” - Cotas Sociais e “estudantes pretos, pardos, indígenas” - Cotas Raciais, na sequência a inclusão de outro grupo minoritário, “as pessoas deficientes”.

A inclusão de pessoas com deficiência ocorreu por dois movimentos de Ações Afirmativas: o primeiro corresponde às vagas suplementares nos vestibulares criadas pelo Programa de Ações Afirmativas da UFPR (2008), e o segundo, decorrentes de vagas do Decreto n.º 9.034, de 20 de abril de 2017 (BRASIL, 2017), ambos em vigência. Desde 2009, foram 24 inscritos e destes 13 com deficiência foram aprovados-matriculados na vaga suplementar, para “120 vagas” (o total de vagas corresponde a somatória da destinação de uma vaga conforme número de cursos ofertados na UFPR Litoral de 2009 a 2018). Dos 24 candidatos as vagas de pessoas com deficiência (vaga suplementar), 18 deles eram domiciliados em Matinhos, um inscrito de Guaratuba, Paranaguá e Pontal do Paraná e três eram de outras localidades. Essa predominância de inscritos no município sede da UFPR Litoral mostra que existem “fatores limitadores”, podendo ser quanto a mobilidade, que dificultam pessoas de municípios vizinhos não se candidatarem. Dos 13 aprovados-matriculados oito eram de Matinhos.

A partir da assinatura do Decreto (BRASIL, 2017), os candidatos inscritos na modalidade de concorrência geral que não cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas ficaram facultados concorrer à vaga suplementar destinada a pessoas com deficiência (PCD) em todos os cursos da UFPR (UFPR, 2017c).

A população dos municípios do Litoral do Paraná está acessando a educação superior pelos diferentes mecanismos. Dos que ingressaram na UFPR Litoral, 4.423 (78%) eram residentes nos municípios do Litoral do Paraná e 1.878 (33%) ingressaram pelas Ações Afirmativas (Tabela 2). Verifica-se que a população do Litoral do Paraná está tendo oportunidade por acessar a educação superior, seja pela política de interiorização, que criou a oportunidade a todos, ou pelas Ações Afirmativas, que criou a reserva de vagas aos grupos vulneráveis e historicamente excluídos da educação superior.

TABELA 2 - APROVADOS-MATRICULADOS POR MUNICÍPIO NOS DIFERENTES MECANISMOS DE ACESSO AOS CURSOS DA UFPR LITORAL

Municípios	VESTIBULAR				SISU				LECAMPO			
	2005-2018				2015-2018				2014-2018			
	Ação Afirmativa		Total		Ação Afirmativa		Total		Ação Afirmativa		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Antonina	35	2,1	104	2,1	7	4,0	11	2,5	0	0,0	9	2,9
Guaraqueçaba	11	0,7	13	0,3	0	0,0	0	0,0	13	48,1	63	20,4
Guaratuba	104	6,2	331	6,7	8	4,5	25	5,8	0	0,0	1	0,3
Matinhos	741	44,2	1963	39,6	33	18,8	85	19,6	0	0,0	3	1,0
Morretes	33	2,0	71	1,4	1	0,6	5	1,2	0	0,0	33	10,7
Paranaguá	364	21,7	1144	23,1	30	17,0	67	15,5	2	7,4	11	3,6
Pontal do Paraná	163	9,7	461	9,3	10	5,7	23	5,3	0	0,0	0	0,0
Outra Localidade	224	13,4	867	17,5	87	49,4	217	50,1	12	44,4	189	61,2
Total	1.675	100	4.954	100	176	100	433	100	27	100	309	100

FONTE: Elaborada pelos autores a partir dos dados disponibilizados pelo NC (UFPR, 2018b).

Estades (2003) descreve o litoral paranaense como um lugar com grande heterogeneidade ambiental e socioeconômica e com fortes paradoxos. Segundo a autora, os principais elementos que caracterizam o litoral são: a grande variedade de ecossistemas, a diversidade de atividades econômicas, a variedade cultural decorrente de populações de origem e trajetórias históricas diferentes e as fortes desigualdades sociais.

Neste contexto de diversidades e contrastes, conforme abordado por Azevedo (2016), o litoral paranaense se caracteriza como uma área de pobreza social e riqueza natural. Os indicadores de desenvolvimento, em especial o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁵ (IDHM), da microrregião dão suporte a caracterização feita por Azevedo (2016).

A gratuidade da educação superior, tardiamente implementada no Brasil, esbarrou numa sociedade de diversas desigualdades. A educação superior pública e gratuita fica ao alcance de um número maior de pessoas, inclusive atendendo a parcela da população que historicamente não teve acesso e/ou não dispõe de recursos financeiros. Mesmo com a gratuidade, parcela significativa da população brasileira nos anos 2000 ainda não havia acessado a educação superior, mobilizando instituições de ensino e poderes públicos à implantação de Ações Afirmativas, como um mecanismo compensatório ao processo histórico vivenciado por grupos específicos da população.

A Ação Afirmativa da Lei de Cotas, nos Vestibulares e nos SISU vêm progressivamente incluindo pretos, pardos, pessoa com deficiência, indígenas e de baixa renda para acessar a educação superior. O acesso de pretos, pardos ou indígenas (PPI)

5 O IDHM é uma medida síntese da qualidade de vida da população das nações, regiões, estados e municípios, mensurado a partir da combinação geométrica de estatísticas de rendimento (renda per capita), escolaridade e longevidade. O indicador total e as médias parciais (renda, saúde e educação) podem variar entre zero e a unidade, e permitem a categorização das diferentes unidades geográficas em escalas de desenvolvimento social, consideradas "muito alto" (entre 0,8 e 1), "alto" (0,7 e 0,799), "médio" (0,6 e 0,699), "baixo" (0,5 e 0,599) e "muito baixo" (0 e 0,499) (PNUD; IPEA; FJP, 2013b).

à UFPR Litoral por meio do Vestibular, no período de 2005 a 2018, totalizaram 350 pessoas, as quais 221 acessaram pela Ação Afirmativa da UFPR pelas cotas raciais (2005 a 2013) e 129 pela Lei de Cotas (2013 a 2018). Em relação ao SISU, foram 71 PPI que ingressaram por esse mecanismo à UFPR e no LECAMPO foram 10 PPI que acessaram por esta modalidade.

Se observar as vagas de inclusão racial e autodeclarados pretos e pardos pela Lei de Cotas na UFPR Litoral em todo o período analisado, o acesso pelas modalidades de cotas étnico-raciais estaria longe de ser atendida, já que são apenas 7,1% dos aprovados-matriculados pelo Vestibular e 19,0% pelo SISU. Porém, observando a autodeclaração de cor ou raça preta e parda dos aprovados-matriculados no Vestibular e LECAMPO, verifica-se que 32,8% e 49,2% respectivamente, estão acessando a UFPR Litoral, evidenciando que estes percentuais estão para além da população preta e parda dos sete municípios do litoral paranaense, que conforme IBGE (2019) é de 32,4% e 28,2% para a população do Paraná (UFPR, 2017a).

Se por um lado, o Vestibular tem maior contingente de população branca, no LECAMPO a população de pretos, pardos e indígenas se iguala a de brancos, salientando que, as inscrições ocorrerem na modalidade Concorrência Geral. Destaca-se ainda que, no LECAMPO, há uma significativa participação de inscritos e de aprovados-matriculados provenientes de Guaraqueçaba, um município com baixa aprovação (aprovados-matriculados) nos demais mecanismos. Neste sentido, observa-se que o LECAMPO tem promovido liberdades instrumentais para uma população, cujos demais mecanismo de acesso à educação superior, ainda não havia proporcionado.

O LECAMPO é por natureza um processo seletivo dirigido a uma população específica, ou seja, já é um programa de Ações Afirmativas, na sua trajetória. Em 2014 e 2015, as vagas no LECAMPO ocorriam apenas na modalidade Concorrência Geral,

no ano de 2017, o mecanismo passa a incorporar a Lei de Cotas, ofertando 50% das vagas para a modalidade Ações Afirmativas e 50% Concorrência Geral, processo que se repetiu em 2018.

Assim, a disposição das vagas reservadas de Ação Afirmativa nos diferentes mecanismos de acesso à educação superior na UFPR Litoral vem sendo cumprida em sua totalidade (50%), conforme as condicionalidades estabelecidas pela Lei de Cotas, ou seja, colocam a efetividade das cotas sobre população desiguais possibilidades de participar igualmente (KAMPHORST; ZAMBAM, 2017). Quando se observa as reais aprovações e matrículas decorrentes do Vestibular e SISU o percentual está abaixo do que foi estabelecido em Lei.

Considerações finais

A UFPR Litoral, por meio de políticas públicas, alterou o leque de oportunidade de acesso à educação superior para a população local pela sua instalação em uma região em que muitas vezes, esse recurso era pouco oferecido ou impraticável.

A UFPR no movimento da institucionalização de Ações Afirmativas teve seu mérito, principalmente por ser pioneira entre as universidades federais, no que refere a inclusão racial, social e de pessoa com deficiência. E continua inovando, ao tornar facultativa a vaga suplementar destinada as pessoas com deficiência na modalidade de concorrência geral, não excluindo candidatos com trajetórias em escola particular, os quais ficaram impedidos de participar com a Lei de Cotas.

É importante observar o fato que mais de 50% dos ingressantes são provenientes de escola pública, assim é necessário aumentar o percentual da reserva de vagas, pela Lei de Cota, para que não haja exclusão pela concorrência e se garanta este acesso à educação superior.

O alcance da política pública no maior número de pessoas do Litoral paranaense e do Vale do Ribeira à educação superior poderá em longo prazo, significar não unicamente a melhoria na condução da própria vida, mas, sobretudo na melhoria de vida da coletividade, tornando as pessoas agentes ativos e assim, permitir a emancipação e o empoderamento destas para auto-determinar-se.

Referências

AZEVEDO, N. T. A vulnerabilidade social dos municípios do litoral do Paraná: construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) com base nos dados dos setores censitários IBGE 2010. **Guaju**, Matinhos, v.2, n.2, p. 89-124, jul./dez. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRO-NERA. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>

BRASIL. **Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017**. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9034.htm>

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 30/08/2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Brasília, 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Oficial**: Comunicado oficial do MEC - Sisu. 28 jan. 2019c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=72931:comunicado-oficial-do-mec-sisu-2&catid=33381&Itemid=86>

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. **Diário Oficial da União**, n. 18, 27 jan. 2010a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2010-pdf/2704-sisuportarianormativa2>>

BRASIL. Ministério da Educação. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais** - Diretrizes Gerais. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL Ministério da Educação. **Sobre o Sistema**. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>>

BRASIL. Ministério da Educação. **Universidade: expandir até ficar do tamanho do Brasil**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/expansao/revistaexpansao.pdf>>

CLÈVE, C. M. Ações afirmativas, justiça e igualdade. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 542-557, 2016.

ESTADES, N. P. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 7, p. 25-41, 2003.

FERES JÚNIOR, J. Aspectos normativos e legais das políticas de ação afirmativa. In: FERES JÚNIOR, J.; ZONINSEIN, J. **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L. da. As Ações Afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. Seminário Internacional - As Minorias e o Direito. **Série Cadernos do CEJ**, 24, p. 85-153, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama Populacional**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE GUARATUBA (ISEPE). **Quem somos**. Guaratuba, 2019. Disponível em: <<https://www.isepe.edu.br/instituicao/quem-somos>>

INSTITUTO SUPERIOR DO LITORAL DO PARANÁ (ISULPAR). **O Instituto Superior do Litoral do Paraná - ISULPAR**. Paranaguá, 2019. Disponível em: <<https://www.isulpar.edu.br/institucional/historia.html>>

JOUCOSKI, E. **Desenvolvimento profissional e inovação curricular na Licenciatura em Ciências da UFPR Litoral**. 336p. Tese (Doutorado) - Instituto de Física e Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

KAMPHORST, M. A.; ZAMBAM, N. J. Amartya Sen e as Capacidades. ZAMBAM, N. J.; KUJAWA, H. A. **Estudos sobre Amartya Sen**, Volume 1 : Políticas Públicas, e Desenvolvimento. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, novembro/ 2002.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, Especial, p. 757-776, Out. 2004.

MUNANGA, K. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. **O negro na universidade: o direito a inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, p. 160, 2007.

PAIVA, A. R. Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, e127-e154, out.-dez. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **O Atlas - IDHM**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>

RIO DE JANEIRO. **Lei n. 3708**. 2001. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/827dde52958a6dd203256b-030063db70?OpenDocument>>

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009.

SANTOS, A. P. R.; SANTOS, J. A.; COSTA, L. M.; IOLANDO, M.; PADILHA, M. R.; SANTOS, P. F.; CARVALHO, R.; LEMOS, W. R.; BERTÚLIO, D. L. L. Ações Afirmativas dentro da Universidade Federal do Paraná. BARBOSA, L. J.;

SILVA, J. S.; SOUSA, A. I. **Ação Afirmativa e desigualdades na universidade brasileira**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2010. Coleção Grandes Temas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR). **Cursos**. 2019. Disponível em: <<http://prograd.unespar.edu.br/sobre/cursos>>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR). **Estatuto da FAFIPAR**. 2007. Disponível em: <<http://paranagua.unespar.edu.br/assuntos/regulamentos/estatuto-da-fa/view>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Conselho Universitário. **Resolução n. 37/04 - COUN**. Curitiba, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Conselho Universitário. **Resolução n. 70/08 - COUN**. Curitiba, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Processo Seletivo 2005**: Guia do Candidato. Curitiba, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Processo Seletivo 2010**: Guia do Candidato. Curitiba, 2010a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Termo de Adesão SISU 2011**. Curitiba, 2010b. Disponível em: <<http://portal.nc.ufpr.br/PortalNC/PublicacaoDocumento?pub=503>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Processo Seletivo 2011**: Guia do Candidato. Curitiba, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Processo Seletivo 2013**: Guia do Candidato. Curitiba, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Processo Seletivo 2014/2015**: Guia do Candidato. Curitiba, 2014a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Termo de Adesão SISU 2015**. Curitiba, 2014b. Disponível em: <http://www.nc.ufpr.br/concursos_institucionais/ufpr/ps2015/sisu/center_sisu.htm>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Edital n.º 28/2015 (republicação) - NC**. Curitiba, 2015a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Processo Seletivo 2015/2016**: Guia do Candidato. Curitiba, 2015b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Termo de Adesão SISU 2016**. Curitiba, 2015c. Disponível em: <http://nc.ufpr.br/concursos_institucionais/ufpr/ps2016/sisu/center_sisu.htm>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Termo de Adesão SISU 2017**. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.nc.ufpr.br/concursos_institucionais/ufpr/ps2017/sisu/center_sisu.htm>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Processo Seletivo 2017/2018**: Guia do Candidato. Curitiba, 2017a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Termo de Adesão SISU 2018**. Curitiba, 2017b. Disponível em: <<http://http://portal.nc.ufpr.br/PortalNC/Concurso?concurso=SISU2018>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Edital n.º 42/2017 - NC/PROGRAD**: Fixa normas complementares relativas ao Processo Seletivo para ingresso nos Curso de Graduação a partir de 2017/2018 e dá outras providências. Curitiba, 2017c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Edital n.º 43/2017 - NC**: Processo Seletivo Regular para ingresso no Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza - Setor Litoral da UFPR ano de 2017/2018. Curitiba, 2017d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Edital n.º 28/2018 - NC/PROGRAD**. Curitiba, 2018a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Núcleo de Concursos. **Dados Vestibular, SISU e LECAMPO**. Curitiba, 2018b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor Litoral (UFPR LITORAL). **Projeto Político Pedagógico**. Matinhos: UFPR Litoral, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor Litoral (UFPR LITORAL). **Programa PROCAMPO - SESU/SECADI/SETEC Edital 02 Setembro/2012 Curso Especial de Licenciatura em Educação do Campo**. Matinhos: UFPR Litoral, 2014. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/educacao-do-campo/>>



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO LITORAL DO PARANÁ A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

*Valéria dos Santos de Oliveira
Rodrigo Rossi Horochovski*

Introdução

O desenvolvimento territorial sustentável preza pelas questões ecosocioambientais, valoriza os saberes locais e tradicionais dos mais diversos povos e comunidades, se apresenta como uma via de pensamento para diferentes e inovadores modelos de desenvolvimento, contribui ainda, em avanços na transformação social.

Desse modo, não é possível pensar em transformação social sem ao menos reconhecer e compreender a importância da educação e das políticas públicas como as de ações afirmativas que contribuem significativamente dentro deste contexto.

Alguns autores mencionam que a política pública é a ação ou não ação do governo, como será verificado adiante, contudo, há uma conjunção de atores que podem estar envolvidos direta ou indiretamente nos processos de políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988, marcou aspectos importantes no que se refere à mudança de visão sobre a educação, especialmente, das questões ligadas à diversidade, cultura, movimentos sociais, entre outras.

Portanto, o objetivo em pauta é compreender o papel do desenvolvimento territorial sustentável a partir da implementação

das políticas públicas de ações afirmativas da educação superior indígena na Universidade Federal do Paraná (UFPR), dessa forma, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e com entrevistas com gestores e/ou informantes-chaves envolvidas na construção da política pública de ação afirmativa dentro da instituição, porém neste artigo será apresentada a constatação geral dessas entrevistas.

A referida instituição foi uma das primeiras universidades federais a implantar vagas suplementares para os estudantes indígenas através do IV Vestibular dos Povos Indígenas, no ano de 2004, com o ingresso dos estudantes na instituição em 2005, como será abordado no tópico educação superior indígena na UFPR.

Assim, a presente pesquisa contempla o referencial teórico, abordando o desenvolvimento territorial sustentável, as políticas públicas e ações afirmativas, compreendendo o que são e o seu contexto dentro da temática proposta, após o território do estudo, e em seguida apresenta-se os procedimentos metodológicos; partindo-se para a apresentação e análise dos resultados e por fim, as considerações finais com alguns apontamentos em relação aos seus desdobramentos, propondo novos questionamentos que podem ser estudados em pesquisas futuras que dialoguem nesse bojo.

Desenvolvimento territorial sustentável

Inicialmente é importante destacar aqui que desenvolvimento será tratado para além da visão de crescimento econômico, restrita a economia mercadológica, a progresso, a visão do Produto Interno Bruto - PIB e suas limitações, a do Produto Nacional Bruto - PNB, entre outras ao passo que dessa forma não serão vistos como sinônimos. Trabalhando a visão sob as perspectivas pautadas em Sachs, Furtado e Sen, refletindo a respeito de problemas ambientais, sociais, culturais, econômicos. Destaca-se nesse sentido de forma ainda que resumida outras concepções

que caminham para ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, território e desenvolvimento territorial sustentável.

O ponto de partida se dará através da visão do ecodesenvolvimento, assim inicialmente o ecodesenvolvimento surgiu na Conferência de Estocolmo (1973) com Maurice Strong, que foi Secretário da mesma e foi muito difundido por SACHS.

O Ecodesenvolvimento é uma forma de desenvolvimento que para Sachs (2007, p. 64): “insiste, na busca de soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta não só os dados ecológicos, mas também os culturais, bem como as necessidades imediatas e de longo prazo”. Para o autor o desenvolvimento tende a ser socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente viável (SACHS, 1986; 2007), enfim trabalha na perspectiva do social, ambiental, político, cultural e econômico.

Caminhando para o entrelaçamento da temática é possível aliar também a concepção das políticas sociais (tratadas posteriormente) com a discussão das dimensões do ecodesenvolvimento, principalmente da sustentabilidade social, que é “entendida como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por uma outra lógica de crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma boa sociedade” (SACHS, 2007, p. 181).

A qual impacta diretamente na discussão da educação pública e de qualidade e seus desdobramentos e da expansão das liberdades que dependem de outros determinantes, como disposições sociais e econômicas, como por exemplo, os serviços de educação, saúde, os direitos civis e a liberdade de participação de discussões e averiguações públicas (SEN, 2010).

Assim, na visão de Sen, o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Para Furtado (2004, p. 483): “o crescimento se metamorfoseia em desenvolvi-

mento, quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria nas condições de vida da população”.

Tratar sobre os aspectos de desenvolvimento pelo viés do aspecto social, territorial para além de crescimento econômico torna-se viável e mais coerente, pois a política social está presente quando tratamos de cultura indígena, avanços legais conquistados pelos povos indígenas, por movimentos sociais e pelos indigenistas.

A abordagem do desenvolvimento sustentável, sua definição, importância, diferenças e embates têm sido alvo de constantes debates no século XXI, sua complexidade desvela diversas visões e contradições sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, por vezes vistas de uma forma por alguns líderes e comunidades de países desenvolvidos que nem sempre correspondem ao olhar desses mesmos atores em países subdesenvolvidos, entretanto, esse é um dos motivos que geram conflitos e demonstram as forças intrínsecas envolvidas nas relações de poder.

Dessa forma o desenvolvimento Sustentável pode ser definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46), carrega em si uma gama de complexidade e uma visão crítica de mundo.

Se apresenta como uma via de pensamento para diferentes e inovadores modelos de desenvolvimento, contribui ainda, em avanços na transformação social. O desenvolvimento sustentável vem sendo uma modalidade distinta para perceber os problemas do mundo, de forma a incorporar as vertentes sociais, culturais, políticas e não reduzindo isto a apenas os problemas ambientais físicos e biológicos, considerando as exclusões sociais (BARBIERI, 2012).

Neste sentido como posto a visão do ecodesenvolvimento e suas dimensões contemplam as perspectivas trazidas nesse trabalho dentro de suas especificidades, perpassando ainda as questões inerentes ao desenvolvimento sustentável. Para continui-

dade do percurso, propõe agora trabalhar sucintamente algumas questões e visões território e territorialidade.

No que tange à questão da temática proposta, torna-se imprescindível continuarmos o diálogo sem perpassar e resgatar as questões de território e territorialidade, pauta política fortíssima para os movimentos indígenas e para os indigenistas, visto sua importância e impacto na vida das comunidades. Dessa forma caminhar para a visão mais abrangente do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Conforme Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2007, p. 16): “É importante marcar que as organizações indígenas pensaram pouco sobre a questão do ensino superior, pois estiveram e estão muito preocupadas em manter as terras de seus povos e assegurar bases para a subsistência”. Sabemos que já ocorreram vários avanços na pauta da educação e da educação em nível superior para os povos indígenas, mas é notório a preocupação referente a questão territorial, considerando a vasta destruição, devastação, ataques e desrespeitos dos governantes e da sociedade com o espaço físico e simbólico desses povos. Desse modo, tratando-se da questão de território trazemos a contextualização:

o conceito de território é retomado, nos anos 1970, com aspectos que procuram explicar a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como formas de controle na vida cotidiana e as próprias bases epistemológicas do pensamento geográfico. (SAQUET, 2007, p. 53).

Em outra conceituação, “o território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história, mas em um dado momento ele representa um dado fixo” segundo, Santos (2004, p. 233).

Em guarani: “Sem tekoa não há tekó”, ou seja, na perspectiva indígena, sem uma base ambiental e territorial adequada à vida guarani não é possível a expressão desse povo indígena em sua plenitude cultural, social, educacional e institucional (FREITAS; HARDER, 2013, p. 72).

Percebe-se que as concepções de território se ligam às questões postas na temática do trabalho que remete a contextualização e reflexões ligadas ao poder, às relações de poder de todas às suas formas; de dominação, de apropriação, de terror, de medo e por outro lado, a questão da terra em si, ou até mesmo de espaço, tentando compreender a complexidade que o envolve (HAESBERT, 2004). Dessa forma, o entendimento do território pode ser como produto de conflitos e contradições sociais. Correlacionando isso à proposta da discussão da educação indígena, constata-se:

[...] mas há um segundo viés por meio do qual se cristalizaram as demandas dos indígenas por formação superior. Trata-se daquele delineado pela demarcação de boa parte das terras indígenas, o que se intensificou no período pós-constitucional e, sobretudo, após a entrada, nas gestões de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, da cooperação técnica internacional para o desenvolvimento, financiando e normatizando a definição de terras indígenas no Brasil. (SOUZA LIMA; BARROSO HOFFMANN, 2007, p. 11).

Portanto, é extremamente importante a formação indígena para representar seus direitos e continuar travando suas lutas, especialmente pelos seus territórios.

A questão do território foi fortemente marcada pela Constituição de 1988 (um marco), resultantes e antecedidas pelo fruto de lutas de movimentos indígenas, movimentos sociais e indigenistas. O Ministério do Meio Ambiente explicita que esses direitos, assegurados no artigo 231 da Constituição Federal, incluem a posse

permanente de seus territórios e o usufruto exclusivo de suas riquezas naturais, assim como a cultura e o bem-estar desses povos.

Segundo os autores: “a partir dos anos 1990, de uma política desenvolvimentista marcada por um assimilacionismo desenfreado, chegamos até a demarcação de extensas partes do território brasileiro, sob a figura jurídica de terras indígenas (SOUZA LIMA; BARROSO, 2013, p. 18).

As concepções de território estão dessa forma envoltas aos conflitos e as questões socioambientais, nesse ensejo, as políticas públicas contribuem para a compreensão e ação efetiva de garantias para esses povos, portanto voltamos esse olhar para as políticas de ações afirmativas para os povos indígenas através da educação superior e de sua inserção nos espaços acadêmicos universitários.

Os indígenas, de forma legítima, são atores sociais que participam e querem participar cada vez mais através de movimentos e reivindicações dessa possibilidade, bem como estarem presentes nas discussões e contribuições com a política de educação e várias outras que impactam em suas cosmologias, seus territórios, seu desenvolvimento, no *desenvolvimento territorial sustentável*, enfim em suas vidas (reconhecendo ainda a crescente e forte participação das mulheres indígenas nessas arenas).

Políticas públicas e ações afirmativas

O estado brasileiro, mesmo com todos os avanços que têm sido propagados acerca das tentativas de diminuição das desigualdades sociais, ainda está longe de ter parcela significativa da população efetivamente contemplada com as políticas públicas. Ainda assim, mesmo paulatinamente algumas políticas públicas caminham e se tornam necessários todos os esforços e atenções para a concretização dessas dentro das perspectivas almejadas.

A política pública pode ser tratada como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos (Lynn,

1980 apud Souza 2012, p. 68), Kingdon (1984; 2011) considera as políticas públicas como um conjunto formado por processos que compreendem o estabelecimento de uma agenda, a especificação das alternativas e a escolha, a escolha final entre as alternativas específicas, e a implementação da decisão.

A análise nesta pesquisa considerou a política pública como um campo multidisciplinar que busca “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e quando necessário indicar mudanças no rumo dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2007). Sendo assim, não existe consenso sobre essa definição de políticas públicas, porém o panorama de olhares abrange as possibilidades de compreensão.

Para tanto observa-se que os estudos sobre políticas públicas, ou sobre “o governo em ação”, não são novos na ciência política, se destacaram após a emergência de programas de bem-estar social (OLIVEIRA, 2013).

Percebe-se que há uma conjunção de atores que podem estar envolvidos de alguma maneira no processo de políticas públicas, agindo direta ou indiretamente em aspectos ou fases delas, contudo Silva (2012, p. 21) pontua: “a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada nos governos, e não necessariamente se restringe às participações formais, já que os informais são também importantes”. Dessa forma, sublinha-se a participação dos movimentos sociais, das comunidades acadêmicas, comunidade externas, burocratas a nível de rua (LIPSKY, 1980; LOTTA 2010, 2012) e diversos atores envolvidos no processo político da agenda de pesquisa.

Desde a Constituição de 1988, a participação social tem sido reafirmada no Brasil como fundamento dos mecanismos institucionais que visam garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades e a vigência dos direitos sociais (SILVA; JACCOUD; BERGHIN, 2005, p. 374). Direitos esses de todos os matizes, principalmente nesse contexto direito à educação para os

povos indígenas, que necessitam de políticas públicas e políticas sociais para que minimizem as desigualdades sociais e valorizem seus territórios.

Ações afirmativas são políticas públicas destinadas a atender grupos sociais que se encontram em condições de desvantagem ou vulnerabilidade social em decorrência de fatores históricos, culturais e econômicos (FONSECA, 2009, p. 110). A necessidade dessas correções de distorções históricas e sociais encontram-se presentes no escopo dessa pesquisa.

A ação afirmativa só se faz necessária quando percebemos um histórico de injustiças e direitos que não foram assegurados, conforme destaca a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR, 2015). Os movimentos sociais (à exemplo: negros, indígenas) estão no bojo das políticas sociais compensatórias.

Quando designamos políticas sociais compensatórias queremos dizer que são intervenções do Estado, a partir de demanda da sociedade civil, as quais garantem o cumprimento de direitos sociais, que não são integralmente cumpridos pela sociedade (SILVÉRIO, 2007, p. 21).

Conforme o disposto no Relatório da Comissão encarregada de avaliar os 10 anos de implantação do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na UFPR (2015), as ações afirmativas:

Consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o en-

gendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade de observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano (GOMES, 2001, p. 6-7).

Esses conceitos de ação afirmativa ou política afirmativa nos permitem compreender do que se tratam e da importância e impacto das mesmas na sociedade, nas agendas políticas, na perspectiva da educação e na vida desses atores sociais já destacados acima.

No Brasil, as ações afirmativas integram uma agenda de combate à herança histórica de escravidão, segregação racial e racismo contra a população negra. Para compreender a necessidade de uma ação afirmativa, é preciso, antes de tudo, compreender o contexto social vivido por um país, por isso o que gera preconceito por parte de setores da sociedade em muitos casos é analisar uma ação afirmativa sem antes entender o histórico que precedeu a política pública (SEPPPIR, 2015).

Segundo Grupioni (2002, p. 95), “a Constituição de 1988 assegurou o direito à diferença cultural, reconhecendo suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas”.

Na IES estudada, para garantia desse acesso, em relação à educação superior indígena, as vagas para entrada dos estudantes indígenas são suplementares e também atendem a Lei 12.711/12, comumente tratada como “Lei de Cotas”, que prevê as cotas para ingresso de estudantes indígenas nas instituições; algumas instituições de ensino superior estaduais também utilizam as cotas ou outras formas de políticas para o ingresso de indígenas.

Essa política pública afirmativa se mostra imprescindível a partir do momento que reflete, propõe e de fato oportuniza o diálogo e as trocas culturais, sociais, territoriais (que impactam o desenvolvimento) com as alteridades indígenas nesse *locus* da universidade.

O território do estudo

Por conta, da presente pesquisa ocorrer na UFPR, no campus de Curitiba e no Setor Litoral, pelo fato dos estudantes indígenas e gestores da política estarem presentes nas localidades traçamos um breve relato da instituição e das duas localidades.

A UFPR é uma universidade centenária, sendo a mais antiga universidade do país, com um histórico de lutas e conquistas desde 1912. É uma referência dentro do estado do Paraná e no Brasil. Sua função social está aliada ao tripé de ensino, pesquisa e extensão.

A UFPR está presente no estado do Paraná em diferentes localidades, está na capital (Figura 1) e várias cidades do interior (Figura 2). A UFPR “tem papel ativo no desenvolvimento socioeconômico e na qualidade de vida do paranaense, por meio do acesso à educação superior e das atividades desempenhadas pela comunidade acadêmica em prol da sociedade do Paraná e do Brasil” (UFPR, 2015).



FIGURA 1 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

FONTE: Solivan (2014).

Em seu histórico, a criação da UFPR Litoral ocorreu em 2004, está localizada em Matinhos e as atividades começaram no segundo semestre de 2005. Em 2007 o campus tornou-se um Setor, passando a ser denominado UFPR - Setor Litoral.

O projeto surgiu para fazer diferença na educação pública, pois quebra o modelo vigente de transmissão do conhecimento. Promove a educação superior no litoral do Paraná visando ao desenvolvimento humano e local. Suas ações chegam aos sete municípios litorâneos e se estendem ao Vale do Ribeira, regiões que historicamente foram desacreditadas e ainda apresentam grande fragilidade social e econômica.

O projeto UFPR Litoral foi fruto da parceria entre a Universidade Federal do Paraná, os governos federal e estadual e contou com o apoio das prefeituras locais. A UFPR - Setor Litoral destaca-se pelo investimento em políticas afirmativas e inclusivas, desde o processo de ingresso universitário até o acompanhamento à conclusão do curso. Dessa forma, a UFPR Litoral desponta como um projeto de expansão institucional de caráter inovador, sustentado por fundamentos emancipatórios de desenvolvimento e aprendizagem.



FIGURA 2 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL
FONTE: Geara (2014).

Nesse contexto, ressalta-se que a pesquisa ocorreu nos municípios de Curitiba, campi onde encontra-se a Reitoria da UFPR, e no Setor Litoral da Universidade, situado em Matinhos.

Metodologia

Para a consecução deste trabalho foi utilizada a pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa perpassando no momento da análise dos resultados pela abordagem quantitativa relativa ao tratamento de dados expostos nas entrevistas. Para compreensão da perspectiva da análise da política, foi utilizado o embasamento teórico do Modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*).

Foram realizadas análise dos documentos, levantamento de pressupostos teóricos; definição das categorias; análise qualitativa e quantitativa das entrevistas; conjugação dos Múltiplos Fluxos, abertura da Janela de Oportunidades e formação da Agenda.

Foi realizado o estudo de caso, subsidiado pelo autor (YIN, 2001), o caso da UFPR. Com vistas a dialogar com as variáveis presentes nos discursos dos gestores e informantes-chave, destaque foi dado ao Modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*) que foram elencados como categorias gerais, cunhado pelo autor Kingdon (2011).

No processo de formulação de políticas públicas encontra-se o processo de formação da agenda de políticas governamentais (*agenda-setting*), que aparece a partir de um problema, questionando como uma questão se torna importante e/ou o que chama a atenção do governo/empreendedores políticos (*policy entrepreneurs*) para, assim, passar a integrar a agenda.

Como proposto por Kingdon - os Múltiplos Fluxos, que quando se encontram ou se interconectam (*coupling*) geram a janela de oportunidade e, possivelmente, a formulação/mudança na agenda.

Educação superior indígena na Universidade Federal do Paraná - UFPR

Na UFPR a política pública de ação afirmativa relacionada a vertente da educação superior indígena, assim como outras ações afirmativas, entrou na agenda de políticas públicas, foi efetivada e está em constantes mudanças, adequações e aperfeiçoamentos, tem todo um histórico e contexto de inserção, lutas, permanência, inovações.

Como contextualizado a Universidade Federal do Paraná firmou convênio em 2004, como parte do projeto da Gestão da UFPR 2002/2006 estando a frente o Reitor Carlos Augusto Moreira Junior, o Termo de Convênio com a Secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e, passou a atuar em parceria com as Universidades Estaduais do Paraná, tornando-se uma das primeiras universidades federais a implantar vagas suplementares para os estudantes indígenas através do IV Vestibular dos Povos Indígenas no ano de 2004 com o ingresso dos estudantes na instituição em 2005, onde passou então a ofertar cinco vagas para estudantes em âmbito nacional.

Considerando principalmente no caso da implementação da política local o documento de diretrizes, a Resolução 37/04 foi implementada no ano de 2004, na UFPR, (partes destacadas da Resolução n. 37/04-COUN, alteradas e com nova redação: - Alterado pela Resolução n. 17/07-COUN, de 16 de maio de 2007, publicada em 29 de maio de 2007 - Nova redação dada pela Resolução n. 41/04-COUN, de 1º de junho de 2004, publicada em 8 de junho de 2004) dispõe que: " Considerando as diretrizes lançadas pela Constituição Federal para a formação de políticas e programas que interfiram positivamente na erradicação da pobreza e redução das desigualdades com vistas a construir uma sociedade justa e solidária".

Dessa forma, de acordo com Lima (2010, p. 78), “estudiosos das questões sociais e dos movimentos sociais são unânimes em apontar a Constituição de 1988 como um marco importante para as mudanças sociais ocorridas no país”.

Entretanto, e naturalmente, a agenda no âmbito nacional e no âmbito local se desenham de distintas formas, como base para essa pesquisa a agenda de Kingdon estabeleceu uma importante fundamentação teórica para um todo após 1984 para o conhecimento do processo de formulação política: “Ele definiu a agenda política como ‘a lista e assuntos a que funcionários do governo e aqueles ao seu redor estão prestando séria atenção’!”¹

No dia 15 de outubro de 2012 o governo federal publicou o decreto que regulamenta a Lei de Cotas na universidades federais - Lei nº 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, as universidades públicas federais devem reservar, no mínimo 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública, com distribuição proporcional das vagas entre negros, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

No que tange a presença de estudantes indígenas na Universidade Federal do Paraná, foi apresentado um relatório extremamente significativo, intitulado Relatório do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na UFPR de março de 2015, que apresenta dados de uma década de implementação da política de 2004 a 2014.

De forma compilada, apresentam-se algumas informações, dados e resultados demonstrados no referido relatório.

No que diz respeito a presença indígena na Universidade Federal do Paraná, ao longo de uma década, um total de 88 estudantes indígenas efetivaram matrículas nos cursos de graduação.

¹ tradução nossa, no original: “He defines the policy agenda as ‘the list of subjects to which government officials and those around them are paying serious attention’”.

Dentre as etnias presentes aparecem a Bakairi, Guarani, Kaingang, Kaiapó Metuktire, Kamayurá, Kanamari, Kariri, Pataxó, Terena, Tukano, Tuxá, Xokleng.

Foram construídos diversos gráficos constantes no referido Relatório para traçar/demonstrar os perfis dos estudantes, destaca-se o do Perfil étnico dos estudantes indígenas ingressos na UFPR (Relatório - Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na Universidade Federal do Paraná (Resolução 37/04-COUN) - Figura 3 (UFPR, 2015, p. 9).

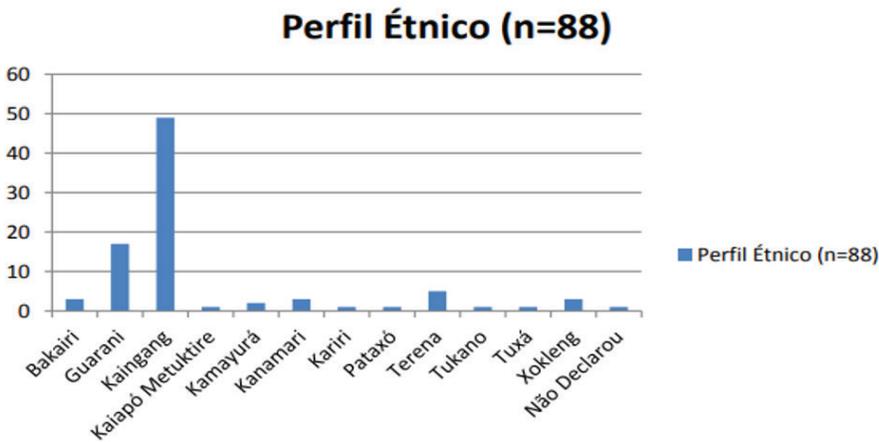


FIGURA 3 - PERFIL ÉTNICO DO ESTUDANTE IDNÍGENA INGRESSO NA UFPR
 FONTE: UFPR (2015).

A maior parte de jovens, com idade média de 22 anos ao ingressar, do sexo masculino (63,64%), pertencentes em sua maioria às etnias Kaingang (55,7%) e Guarani (19,3%) e oriundos de terras indígenas e municípios situados na região sul (80,7%), embora a diversidade étnica e territorial deste componente discente abranja representantes de 12 povos e das cinco regiões do país.²

² Dados extraídos do Relatório - Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na Universidade Federal do Paraná (Resolução 37/04-COUN). 2015 - 2.1 Perfil do estudante indígena ingresso na UFPR. Recomenda-se leitura na íntegra, disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/46013>

O relatório apresenta também um panorama sobre a jornada acadêmica desses estudantes, com as informações de que 15 concluíram seus cursos, 34 permanecem com suas matrículas ativas, 5 efetuaram o trancamento de matrícula, 11 cancelaram suas matrículas - sendo que 4 o fizeram logo após o registro acadêmico, resultando no aproveitamento da vaga pelos candidatos classificados subsequentes e 3 prestaram novo concurso vestibular indígena, reingressando na UFPR nos anos seguintes e 22 abandonaram seus cursos/vagas. Um estudante faleceu durante o período de curso.

No que tange o viés dos estudantes egressos, aparece 15 indígenas egressos da UFPR (ingressaram na universidade entre os anos de 2005 e 2011) e concluíram 9 diferentes cursos (entre os anos de 2010 e 2014) distribuídos em 5 setores da universidade. Em sua maioria concluíram cursos vinculados ao Setor de Ciências da Saúde e ao Setor Litoral. Destaca-se também o 10º gráfico do referido relatório (p. 18/85, 2015) que se relaciona aos cursos dos estudantes indígenas egressos (Figura 4).

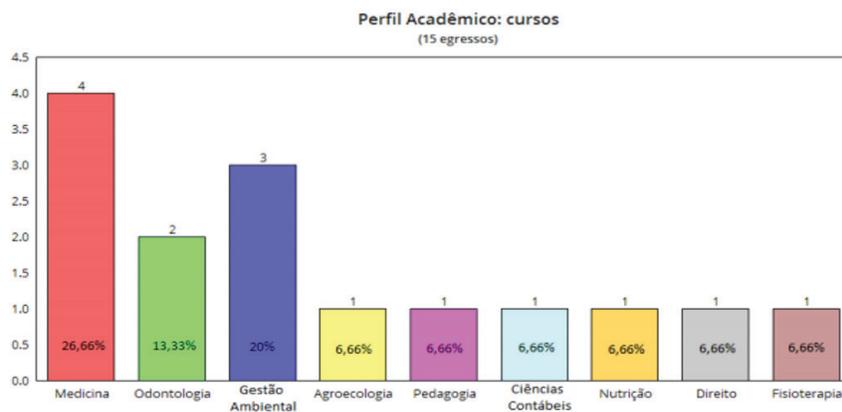


FIGURA 4 - PERFIL ACADÊMICO (CURSOS) DOS ESTUDANTES IDNÍGENAS INGRESSO NA UFPR ENTRE 2005 E 2014

FONTE: UFPR (2015, p. 18-85).

O relatório abrange diversos perfis dentre eles o étnico, dessa forma descreve que em termos ambientais e geopolíticos étnico dos egressos se traduz em um perfil territorial, etnoterritorial e regional.

Enfim, tivemos como datado o início da implementação dos processos de ingressos dos estudantes indígenas, as vagas suplementares que fazem parte da política atualmente, a entrada através do Vestibular dos Povos Indígenas e a entrada também através da Lei de Cotas. Existem outros documentos frutos dos desdobramentos da política também em âmbito federal, destaca-se mais um que também faz parte do contexto a Portaria Normativa nº 18/2012 do Ministério da Educação, que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012 que estabelece os conceitos para aplicação e regulamentação da Lei com seus vários desdobramentos, e a Portaria nº 18/2012 - MEC, de 11 de outubro de 2012 que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

A agenda, no âmbito nacional, é composta pela Lei de Diretrizes e Bases, pelo Plano Nacional de Educação, pelas ações do Conselho Nacional de Educação entre outras. A agenda, no âmbito local, é composta pela Resolução 37/04, pelos Planos de Metas 2004, pela Lei 12.711/2012, compõe os Relatórios como Relatório do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na UFPR e outros documentos, pelos programas e ações.

Cabe destacar que na UFPR Setor Litoral existe uma seção administrativa que atende e dá suporte a diversas demandas de ações afirmativas o que inclui também ao atendimento da política e de estudantes indígenas - SEPOL. A universidade conta com um espaço diferenciado de importância e permanência, na vivência

pedagógica e social das(os) estudantes indígenas na UFPR - Setor Litoral é o Laboratório de Interculturalidade e Diversidade (LAID), fundamental para consecução da política pública.

Considerações finais

O desenvolvimento territorial sustentável caminha ou é entre outras formas alcançando quando de fato uma política pública de ação afirmativa é viabilizada e implementada em uma universidade privada ou pública, mas neste estudo o caso foi o da UFPR. Importante considerar ainda o fato de a referida universidade estar presente em diversas localidades no estado do Paraná, como especialmente, no litoral do Paraná, local de fala dos autores deste capítulo.

Para tratar deste tema são muitas as vertentes a serem consideradas para que se consiga atender as várias dimensões que compõe os indivíduos, as diferentes comunidades e povos, territórios.

Dessa forma, o avanço nas políticas e leis é entre outros aspectos fruto da conquista de movimentos sociais e indígenas e, portanto, se reconhece a importância da temática ser debatida e compreendida na sociedade, especialmente dentro das Universidades e do espaço governamental.

Esta pesquisa procurou analisar a ação dos gestores institucionais, abrangendo em parte à dos movimentos sociais, da comunidade acadêmica, verificando ainda a ocorrência de mudança das ações políticas, principalmente na gestão 2002/2006 com a entrada mais efetiva da pauta na agenda política institucional da Inclusão Racial e Social na UFPR. Essa pesquisa também foi viabilizada, considerando a atuação, experiência e pesquisa da profissional de Secretariado Executivo no espaço de trabalho da Seção de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - SEPOL da UFPR Litoral.

Os elementos institucionais e históricos que levaram à adoção dessa política na UFPR se apresentaram através de três

perspectivas, no que tange à revisão da literatura que apresentou o recurso histórico da política de forma geral, do levantamento documental conforme disposto na Resolução n. 37/04, no Relatório e Exposição de Motivos para o Plano de Metas da Inclusão Racial e Social na UFPR - 2004 e no Relatório da Comissão encarregada de avaliar os 10 anos de implantação do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na UFPR (2015) entre outros, bem como na riqueza de detalhes que emergiram dos relatos constantes nas entrevistas dos gestores e informantes-chave (*policy entrepreneurs/empreendedores de política*) sob seu locus de atuação, contribuição e sua percepção da vivência no percurso histórico de implementação da política.

O fato de estudantes indígenas estarem na universidade faz com que as instituições revejam suas estruturas, e encaminhem ações e programas afirmativos para o atendimento desses, partindo cada vez mais para avanços no desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido, fica a audácia de uma sugestão de resistência política para o enfrentamento das lutas pelas políticas afirmativas. Que a pesquisa, possa subsidiar mais e futuras discussões sobre a permanência na universidade.

Referências

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 15. ed. Petrópolis, RJ: Editora Voz, 2014.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto que regulamenta a Lei de Cotas**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/10/15/publicado-decreto-que-regulamenta-a-lei-de-cotas>>

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Decreto/D7824.htm>

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.711/12, de 29/08/2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, 30/08/2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>

BRASIL. Ministério da Educação. **PORTARIA NORMATIVA Nº 18, de 11/10/2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf>

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 186**. Brasília, 29 de abril de 2012. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=269432069&ext=.pdf>>

FONSECA, D. J. **Políticas Públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009. Coleção Consciência em Debate.

FREITAS, A. E. C.; HARDER, E. "Sobreviver na diferença": o olhar dos "estudantes indígenas" e suas contribuições ao II Encontro de Educação Superior Indígena no Paraná. In: NOVAK, M. S. J.; FREITAS, A. E. C.; WAWZYNIAK, J. V.; FAUSTINO, R. C. **Educação Superior Indígena no Paraná**. Maringá: EDUEM, 2010.

FREITAS, A. E. C.; HARDER, E. **Da Política de Estado ao Estado da Política Panorama de uma Década de Ensino Superior Indígena no Paraná**. In: BERGAMASCHI, M.A. *Estudantes Indígenas no Ensino Superior: uma abordagem a partir da UFRGS*. v.1. Porto Alegre: Hartmann, 2013a. p.169-182.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Quem somos. 1967**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos>>

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4 (96), p. 483-486, out./dez., 2004.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, J. B. B. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade**: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GRUPIONI, L. D. B. **As leis e a educação escolar indígena**: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

GUARNIERI, F. V.; MELO-Silva, L. L. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, p.70-78, maio/ago. 2007.

HAESBERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "Fim dos Territórios" a Multiterritorialidade. Porto Alegre: Bertrand Brasil, 2004.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies**. United States: Longman, 2011.

LIMA, M. **Desigualdades raciais e políticas públicas**: ações afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos Cebrap*, n. 87, p. 77-95, 2010.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy**: dilemmas of the individual in public service. New York: Russel Sage Foudations, 1980.

LOTTA, G. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A. **Implementação de Políticas Públicas**: teoria e prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

MOEHLECKE, S. **Propostas de ações afirmativas no Brasil**: o acesso da população negra ao ensino superior. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MUNANGA, K. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativas no Ensino Superior. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

OLIVEIRA, V. S. **Entre desafios e oportunidades**: análise da política afirmativa educacional superior indígena na UFPR. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2016.

OLIVEIRA, V. E. As fases do processo de políticas públicas. In: MARCHETTI, V. **Políticas públicas em debate**. São Bernardo do Campo: ABCD Maior/UFABC, 2013.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: VIEIRA, Paulo Freire. **Rumo à Ecosocioeconomia**: Teoria e prática do desenvolvimento. Editora: Cortez, São Paulo, 2007.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3. Ed.. Editora: Outras Expressões, São Paulo, 2013.

SANTIAGO, C.; FRANÇA, E. **Secretariado & Sustentabilidade**. João Pessoa: UFPB, 2018.

SECCHI, L. **Ciclo de políticas públicas** - UDESC/Esag. 2015. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/1872664/>>

SEPPPIR. **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. 2015. Disponível em: <<<http://www.seppir.gov.br>>>

SILVA, C. L. **Políticas públicas e desenvolvimento local**: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Relatório e exposição de motivos para o Plano de Metas da Inclusão Racial e Social na Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante. **Relatório do Plano de Metas da Inclusão Racial e Social na Universidade Federal do Paraná**. Relatório da Comissão encarregada de avaliar os 10 anos de implantação do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Resolução n. 37/04 - COUN**. Curitiba, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Termo de Convênio 502/2004**. Celebrado pela UFPR e pelo Estado do Paraná, através da SETI. Inclui a UFPR no sistema de educação superior indígena no Paraná. Curitiba, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Termo de Cooperação 02/2006** que celebram entre si a Universidade Federal do Paraná e a Fundação Nacional do Índio - Estabelece condições para a cooperação técnico-científica, pedagógica, administrativa e operacional entre a UFPR e a FUNAI para a implementação e o desenvolvimento do componente indígena do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na UFPR, estabelecido pela Resolução n. 37/2004 do COUN. Curitiba, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: O CASO DO CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL

*Loide Sulamita Mendes do Nascimento
Mayra Taiza Sulzbach*

Introdução

No Brasil, o processo de educação superior com a finalidade de promover o desenvolvimento regional foi instituído no Plano Nacional de Educação - PNE de 2001-2010 (BRASIL, 2001) e culminou no Programa de Expansão I (BRASIL, 2012), o qual, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Paraná - PDI/UFPR de 2002-2006 (UFPR, 2002), possibilitou a criação do Setor Litoral da UFPR em 2005. Neste Setor, em 2006, foi criado o Curso de Gestão e Empreendedorismo (GE), contemplando em uma de suas finalidades a promoção do desenvolvimento do Litoral do Paraná e do Vale do Ribeira.

O Curso de GE foi resultado de uma análise socioeconômica do Litoral do Paraná e do Vale do Ribeira. De acordo com o exposto no Projeto Político Pedagógico do Curso - PPC-2010 (UFPR, 2010), o propósito de instalação do Setor Litoral da UFPR era o de contribuir com o desenvolvimento do Litoral do Paraná e do Vale do Ribeira, regiões que foram descritas como seriamente comprometidas socioeconomicamente, especialmente pelo reduzido número de postos de trabalho e pela sazonalidade.

dade das atividades produtivas dos municípios que dependem do turismo de sol e mar.

Para cumprir o propósito do Setor, o PPC do Curso de GE tinha como objetivo: orientar o estudante na elaboração e gerenciamento de projetos alternativos de sustentabilidade, por intermédio de incubadoras, arranjos produtivos locais, cooperativas, entre outros; e formar um gestor empreendedor como agente de desenvolvimento capaz de articular a cooperação entre as pessoas e as organizações e de contribuir para a criação de novas possibilidades de geração de trabalho e renda e de promoção de desenvolvimento da região nas dimensões: política, institucional, cultural, ambiental, social e econômica. De modo que o estudante fosse capaz de articular os conhecimentos promovidos na universidade e na sociedade, cooperando para o desenvolvimento da região (UFPR, 2010).

O Curso de GE incorporou a discussão do desenvolvimento na formação do agente de desenvolvimento, ou gestor empreendedor. Nesse ínterim, o curso, desde sua criação, passou por modificações que resultaram na alteração da grade curricular, em 2015, decorrente de um Plano de Adaptação Curricular (UFPR, 2015).

De maneira a demonstrar como o Estado, através da educação, pode apoiar o desenvolvimento de uma região, o presente trabalho apresenta como o desenvolvimento regional foi concebido no Curso de GE da UFPR - Setor Litoral. O trabalho também apresenta como o desenvolvimento regional foi e é abordado ao longo do Curso. Trata-se de uma pesquisa documental explicativa com abordagem qualitativa do desenvolvimento. Os documentos observados foram os que constituíram o Setor Litoral e o Curso. Os desenvolvimentos foram categorizados pelas adjetivações e analisados sob a perspectiva do desenvolvimento regional.

Nesse contexto, este trabalho apresenta como é constituída a grade curricular do Curso, destacando qual espaço é dedicado ao desenvolvimento regional; depois, a constituição dos

Planos de Ensino, voltados ao desenvolvimento regional, bem como o referencial teórico que foi e é utilizado no Curso, a fim de se discutir e de se promover o desenvolvimento regional. Por fim, são apresentados os resultados sobre a conceituação e promoção de desenvolvimentos que ocorriam e ocorrem no Curso e seus impactos na formação do gestor e empreendedor.

Grade curricular do curso de Gestão e Empreendedorismo

A formação em GE, contemplada nos PPCs do Curso, é estruturada em três fases (“conhecer e compreender”, “compreender e propor” e “propor e agir”), a partir de cinco espaços de aprendizagem, orientados pelo Projeto Político Pedagógico - PPP do Setor (UFPR, 2008): os Fundamentos Teórico-Práticos - FTP’s, com conteúdos subdivididos em eixos específicos à formação em gestão e empreendedorismo (Produção e Mercado, Território e Desenvolvimento e Mundo do Trabalho); os Projetos de Aprendizagem - PA; as Interações Culturais e Humanísticas - ICH; e dois espaços de aprendizagem definidos pelo Núcleo Estruturante do Curso: Módulos Optativos e Atividades Formativas Complementares, em que o estudante tem a liberdade de escolher quais módulos e atividades quer realizar, de acordo com o que é estabelecido pelo Núcleo Estruturante.

Dentro do PPP do Setor (UFPR, 2008), os FTP’s têm por objetivo propor conhecimentos específicos para a formação profissional, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico, cultural e sustentável da região. De maneira específica, os FTP’s do Curso de GE no PPC 2010 tiveram como objetivo: “contextualizar as questões do mundo do trabalho e suas implicações na estrutura de produção e mercado do território” (UFPR, 2010, p. 21).

O primeiro PPP (UFPR, 2010) do Curso de GE contemplava 3.310 horas formativas, subdivididas entre os cinco espaços de aprendizagem. Já o PPP em vigor (UFPR, 2015) apresenta carga horária total de formação reduzida em 310 horas, em relação ao primeiro; e essa redução foi justificada a partir de uma proposta de reformulação do Curso apresentada pelo Núcleo Docente Estruturante NDE, com vistas a cumprir o mínimo da carga horária exigida pelas diretrizes nacionais concernentes à Área de Administração da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. As modificações na carga horária entre os eixos de FTP's redesenharam o Curso: o eixo Produção e Mercado teve um aumento de 265 horas, o eixo Mundo do Trabalho teve uma redução de 60 horas e o eixo Desenvolvimento e Território teve uma redução de 400 horas, este último foi o que registrou maior impacto em termos de redução de horas (Quadro 1).

QUADRO 1 - COMPARAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS EIXOS DO CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO, DOS PPCS 2010 E 2015

	PPC - 2010	Fase I	Fase II	Fase III	Total	
FTP	Produção e Mercado	200	600	240	1040	1920
	Desenvolvimento e Território	160	240	240	640	
	Mundo do Trabalho	120	120	0	240	
	ICH	160	320	160	640	640
	PA	160	320	160	640	640
	Módulos Optativos				30	30
	Atividades Formativas Complementares				80	80
	Total de Carga Horária do Curso - PPC-2010					3310
	PPC - 2015	Fase I	Fase II	Fase III	Total	
FTP	Produção e Mercado	240	510	555	1305	1725
	Desenvolvimento e Território	60	180	0	240	
	Mundo do Trabalho	60	120	0	180	
	ICH	120	240	120	480	480
	PA	120	240	120	480	480
	Módulos Optativos				150	150
	Atividades Formativas Complementares				165	165
	Total de Carga Horária do Curso - PPC-2015					3000

FONTE: adaptado pelas autoras a partir dos PPCs 2010 e 2015 do Curso de Gestão e Empreendedorismo da UFPR - Setor Litoral.

Essa reformulação implicou numa alteração quantitativa e qualitativa na formação dos estudantes de GE. E a redução da carga horária, no eixo Desenvolvimento e Território, leva a concluir que um dos propósitos a que se justificou a criação do Curso, que era de desenvolver a região, é reduzido, pois menor é o tempo de dedicação à compreensão do desenvolvimento e do território. O eixo também não é mais abordado na terceira fase do Curso “propor e agir”.

Os desenvolvimentos nos planos de ensino dos PPCs de 2010 e de 2015

No PPC-2010 (UFPR, 2010), o termo desenvolvimento foi observado com maior recorrência no eixo Desenvolvimento e Território, um espaço de aprendizado criado com o objetivo de contribuir para a formação voltada ao desenvolvimento regional, fim específico do Curso de GE. Neste, o termo foi observado em sete dos 11 módulos.

Os desenvolvimentos adjetivados voltados à região foram: desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, desenvolvimento includente, desenvolvimento regional, desenvolvimento local, desenvolvimento local sustentável, território e desenvolvimento, desenvolvimento local e municipal sustentável.

O termo desenvolvimento regional e suas adjetivações foram apresentados nas ementas dos módulos e integraram as bibliografias básicas e/ou complementares, através das obras: “Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento”, de Buarque (2002); “Caminhos para o desenvolvimento sustentável” (2000), Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado (2004) e Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento (2007), de Ignacy Sachs. De modo que os Planos de Ensino, que servem de orientação ao professor do

conteúdo a ser proporcionado ao estudante, e as bibliografias, que dão sustentação aos conhecimentos a serem construídos, contemplaram no PPC de criação do Curso o desenvolvimento regional.

No PPC-2015 (UFPR, 2015), apesar das alterações de cargas horárias, junção e extinção de módulos, entre outras alterações, justificadas pelo NDE, o eixo Desenvolvimento e Território continuou concentrando a maior carga horária com conteúdos relacionados ao desenvolvimento regional. Este eixo, agora com quatro módulos, tem o termo desenvolvimento observado em três.

O termo desenvolvimento regional e suas adjetivações permanecem nas ementas dos módulos e integram as bibliografias básicas e/ou complementares, porém as obras não são exatamente as mesmas: "Caminhos para o desenvolvimento sustentável" (2000) e Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado (2004), de Ignacy Sachs; e "Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana", de Casarotto e Pires (2001).

O eixo Desenvolvimento e Território continua apoiando o aprendizado ao desenvolvimento da região, embora o termo desenvolvimento regional perca espaço e visibilidade (Quadro 2).

QUADRO 2 - DESENVOLVIMENTOS ABORDADOS NOS EIXOS PM, DT E MT, NOS PPCS

DESENVOLVIMENTOS	PPC - 2010				PPC - 2015			
	PM	DT	MT	TOTAL	PM	DT	MT	TOTAL
Desenvolvimento Humano	3	2	1	6	1			1
Teoria do Desenvolvimento	1	1		2				0
Desenvolvimento Regional	1	2		3				0
Desenvolvimento Econômico	1			1				0
Desenvolvimento Incluínte		1		1		1		1
Conceito de Desenvolvimento		1		1		1		1
Ecodesenvolvimento		1		1		1		1
Desenvolvimento como Liberdade		2		2		1		1
Desenvolvimento Local		1		1	2	2		4
Desenvolvimento Local Sustentável		3		3		1		1
Território e Desenvolvimento		1		1		2		2
Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável		1		1				0
Desenvolvimento Rural		1		1				0
Desenvolvimento Sustentável		8		8	1	3	1	5
Desenvolvimento Territorial				0	1			1
Desenvolvimento Territorial Sustentável				0		1		1
Multidimensões do (des)envolvimento				0		1		1
TOTAL				32				20

FONTE: As Autoras (2017).

SIGLAS: PM = Produção e Mercado;

DT = Desenvolvimento e Território;

MT = Mundo do Trabalho.

Os campos de abordagem dos desenvolvimentos propostos nos Planos de Ensino dos eixos específicos do Curso no PPC-2015 foram reduzidos quando observados sob o PPP-2010. Algumas adjetivações de desenvolvimentos desaparecem: desenvolvimento regional, desenvolvimento rural, desenvolvimento municipal e local sustentável, desenvolvimento econômico e teoria do desenvolvimento; outras são menos contempladas: desenvolvimento humano, desenvolvimento como liberdade, desenvolvimento local sustentável, desenvolvimento sustentável. Reduções derivadas da diminuição dos módulos, com o Plano de Adaptação.

Desenvolvimentos

As adjetivações do desenvolvimento foram definidas a partir das ementas dos Planos de Ensino dos módulos. Considerando que as ementas dos Planos de Ensino delinham o escopo dos conhecimentos a serem construídos, os desenvolvimentos a serem abordados são os citados neste espaço. Quando estes estavam acompanhados, na ordem, bibliografia básica ou complementar como referências, estas serviram de referência à compreensão da abordagem transmitida; quando não, as bibliografias foram exploradas nos demais Planos de Ensino dos FTP's. Desse modo, os desenvolvimentos a serem abordados nesta parte da pesquisa são: conceitos de desenvolvimento x crescimento e desenvolvimento econômico, a partir de Sachs (2000; 2004; 2007) e Veiga (2005); desenvolvimento sustentável e suas dimensões/multidimensões, a partir de Sachs (2000; 2007); ecodesenvolvimento e suas dimensões, a partir de Sachs (2000; 2007); desenvolvimento local e socioeconômico, a partir de Casarotto e Pires (2001) e Buarque (1999; 2002); e desenvolvimento territorial e sustentável, a partir de Brandão (2007).

Conceitos de desenvolvimento x crescimento e desenvolvimento econômico

Veiga (2005) apresenta, de modo didático, que o desenvolvimento pode ser entendido de três formas: como sinônimo de crescimento, como manipulação ideológica, mito ou ilusão e como desenvolvimento real. Veiga (2005) assinala que as duas primeiras correntes costumam usar a expressão "desenvolvimento econômico". Até o século XX, os economistas tratavam desenvolvimento e crescimento como sinônimos e a ilusão do desenvolvimento ocorre porque há "equivalência entre desenvolvimento e riqueza, refor-

çando a ideia mais comum entre os economistas convencionais” (VEIGA, 2005, p. 21). Já a terceira corrente é bem definida por Sen e Sachs, a partir de “escolhas e que cada indivíduo revele suas capacidades com esforços individuais e coletivos” (VEIGA, 2005, p. 80). Ou seja, a terceira corrente é bem defendida a partir de Sen, por conta da expansão da liberdade que o autor propõe “como principal fim e o principal meio de desenvolvimento. Consiste na eliminação de tudo o que se limita as escolhas e oportunidades das pessoas” (VEIGA, 2005, p. 34); e a partir de Sachs, por conta do conceito que este autor apresenta de um desenvolvimento que emana dos esforços individuais e coletivos; e também pelas suas análises (de Sachs) sobre o termo de desenvolvimento sendo apresentado como sinônimo de crescimento.

Para Sachs (2000, p. 66), o crescimento econômico é visto “como expansão das forças produtivas da sociedade com o objetivo de alcançar os direitos de cidadania para toda a população.”, que, embora necessário para o desenvolvimento, não é condição suficiente para que o desenvolvimento aconteça, pois, mesmo com altas taxas de crescimento, é possível que ocorra retrocessos sociais e ambientais. A questão que se levanta não é escolher entre “crescimento e qualidade do ambiente, mas sim em se tentar harmonizar objetivos socioeconômicos e ambientais, mediante a redefinição das modalidades do crescimento e da utilização dos recursos” (SACHS, 2007, p. 97).

Sachs (2004, p. 26) relata que os fundamentalistas de mercado consideram o desenvolvimento como um conceito redundante, para eles, o desenvolvimento ocorrerá “como resultado natural do crescimento econômico, graças ao ‘efeito cascata’ (*trickledowneffect*). Não há necessidade de uma teoria do desenvolvimento. Mas esse efeito cascata não ocorre, na verdade, o que acontece é a exclusão dos mais pobres. De acordo com Sachs (2004), para se ter o desenvolvimento é necessário pensar em desenvolvimento que proporcione meios de vida viáveis e trabalho decente.

Desde os anos 70, por conta da problemática ambiental, houve a “reconceituação do desenvolvimento, em termos de ecodesenvolvimento, recentemente renomeado desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2004, p. 36). Tal desenvolvimento tem como princípio a consideração com as gerações presentes e futuras “e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica” (SACHS, 2004, p. 36).

Sachs (2004) alerta que a diversidade das configurações socioeconômicas e culturais, bem como os recursos diferenciados das regiões impede que se organizem estratégias uniformes de desenvolvimento. Para que haja sucesso, é preciso que se responda aos problemas mais urgentes de cada comunidade, conseguindo “superar os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberar as energias sociais e a imaginação. Pata tanto, se deve garantir a participação de todos os atores envolvidos” (SACHS, 2004, p. 61).

O sucesso de criação de projetos sustentáveis está atrelado às habilidades em se desenvolver estratégias de modo que os mesmos sejam mais produtivos. Essa estratégia pode ser aplicada “nos níveis local e regional, nos quais é possível levar em conta tanto a diversidade de recursos disponíveis como as aspirações e necessidades das pessoas” (SACHS, 2007, p. 106).

O objetivo do desenvolvimento “deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais” (SACHS, 2000, p. 53). Para Sachs (2007), há esperanças de realização de um “desenvolvimento socioeconômico equitativo, ou ecodesenvolvimento, uma expressão que foi mais tarde batizada de desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2007, p. 174-175).

Desenvolvimento sustentável e suas dimensões/ multidimensões

○ estabelecimento do aproveitamento racional e ecologicamente sustentável “podem ter um importante papel na promoção de padrões de aproveitamento de recursos sustentáveis” (SACHS, 2000, p. 56) e nas estratégias de desenvolvimento, pois o desenvolvimento é resultado do processo histórico de “apropriação universal pelos povos da totalidade dos direitos humanos, individuais e coletivos, negativos (liberdade contra) e positivos (liberdade a favor)” (SACHS, 2000, p. 66), que se dá a partir dos direitos políticos, cívicos e civis; dos direitos sociais, econômicos e culturais; e dos direitos coletivos ao desenvolvimento, à cidade e ao meio ambiente.

○ desenvolvimento provoca “progressos simultâneos nos âmbitos social, ambiental e econômico, ou assim chamadas soluções triplamente ganhadoras” (SACHS, 2000, p. 63). Processos que acabam confluindo para a sustentabilidade, a “partir da ética do respeito à diversidade do fluxo da natureza” (SACHS, 2000, p. 67).

A sustentabilidade, para Sachs (2000, p. 71-72), é estabelecida a partir das dimensões: “social; cultural; econômica; política; do sistema internacional para manter a paz.” E se dá a partir de oito critérios de sustentabilidade: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político nacional e político internacional.

○ social, segundo Sachs (2000), é quando há igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais pelos indivíduos, é quando há homogeneidade social, na qual a distribuição de renda é justa e o emprego ou o autônomo é pleno, tendo vida decente.

○ cultural está atrelado à possibilidade de projeto nacional que concilia a integralização e endogeneidade dos indivíduos, de modo a manter o equilíbrio entre a tradição e a inovação, no qual os indivíduos conseguem exercer autoconfiança, em relação às suas tradições, e manter a abertura para as inovações do mundo (SACHS, 2000).

O ecológico se dá a partir da preservação do capital natureza na produção de recursos renováveis; e a partir da limitação do uso dos recursos não-renováveis (SACHS, 2000).

O ambiental diz respeito à capacidade dos ecossistemas naturais restaurarem suas características ambientais de modo espontâneo (SACHS, 2000).

O territorial se dá a partir de estratégias que sejam ambientalmente seguras para áreas que são ecologicamente frágeis; se dá a partir da superação das desigualdades regionais e pela melhoria do ambiente urbano, sem deixar de manter as configurações urbanas e rurais balanceadas, no que diz respeito ao investimento público (SACHS, 2000).

O econômico ocorre a partir do equilíbrio intersetorial, da segurança alimentar, da capacidade de se inserir no comércio internacional e da capacidade de modernização dos instrumentos de produção, bem como da capacidade de autonomia de pesquisa científica e tecnológica (SACHS, 2000).

O político nacional se dá a partir de conformidades sociais, como democracia, direitos humanos; e capacidade do Estado “implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores” (SACHS, 2000, p. 87), garantia da paz e cooperação internacional.

E o político internacional se dá a partir da participação nas finanças e nos negócios internacionais, bem como na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, patrimônio mundial da humanidade; e definição de um pacote de codesenvolvimento que tenha como princípio a igualdade entre países do Norte e Sul (SACHS, 2000).

Para Sachs (2007), o desenvolvimento deve ser planejado como uma estratégia, com a participação da população envolvida, que compreende que a realização de meios de vida sustentável, ou seja, o planejamento “deve se tornar parte da linha mestra da estratégia de desenvolvimento e não pode ter sucesso sem

participação dos grupos e das comunidades locais” (SACHS, 2007, p. 184), de modo que “cada grupo de países deve concentrar-se em objetivos diferentes, porém sinérgicos” (SACHS, 2007, p. 190).

A partir da concepção de desenvolvimento e de sustentabilidade, Sachs propõe o desenvolvimento sustentável: endógeno, autossuficiente e orientado para as necessidades; que acontece em consonância com a natureza e às mudanças institucionais; e é “incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado” (SACHS, 2000, p. 55).

Sachs (2000, p. 72) denomina desenvolvimento sustentável também como ecodesenvolvimento, quando há a “harmonização dos objetivos sociais e ecológicos”. Essa harmonização é derivada: da identificação, criação e elaboração de alternativas sustentáveis aos recursos e renda; do envolvimento das pessoas que habitam próximas das áreas protegidas na gestão e nos planos de conservação dessas áreas; e da conscientização da comunidade local sobre o valor e a necessidade de proteção da área.

Assim, o desenvolvimento sustentável, também apresentado como ecodesenvolvimento pelo autor, ocorre a partir de planejamento local, com ampla participação da comunidade na identificação das necessidades e das potencialidades de seus recursos; e ocorre a partir da harmonia entre o social, o ambiental e o econômico, que surge do interior das comunidades envolvidas, em que as pessoas dessas comunidades são partícipes das decisões sobre quais são as necessidades locais, bem como quais são os potenciais recursos (SACHS, 2000; 2007).

Ecodesenvolvimento e suas dimensões

De acordo com Sachs (2000, p. 75), “o ecodesenvolvimento pode ser mais facilmente alcançado com o aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos”, e da organização de processos participativos que identifiquem as necessidades, bem como os recursos potenciais e formas de ser aproveitar a biodiver-

cidade como forma de melhorar a vida dos povos. Sachs (2000, p. 76) propõe uma “gestão negociada e contratual dos recursos, pedra fundamental para qualquer desenvolvimento sustentável”.

O ecodesenvolvimento requer “o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas na proteção da área” (SACHS, 2000, p. 73). O ecodesenvolvimento é um modo de desenvolvimento que parte dos problemas específicos de cada região. “Quer seja denominado *ecodesenvolvimento* ou desenvolvimento sustentável, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos não se alterou” (SACHS, 2000, p. 54).

De acordo com Sachs (2000), os oito critérios de sustentabilidade continuam válidos para as estratégias de desenvolvimento. E Sachs (2007) avança nas designações das dimensões do ecodesenvolvimento, apresentando-as em cinco dimensões: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural.

A sustentabilidade social é entendida como uma sociedade mais equitativa em termos de renda. É “entendida como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por uma outra lógica de crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma boa sociedade” (SACHS, 2007, p. 181).

A sustentabilidade econômica “deve ser viabilizada mediante a alocação e o gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados” (SACHS, 2007, p. 181).

A sustentabilidade ecológica pode ser melhorada a partir do uso dos recursos, prezando o mínimo de danos; a partir da limitação de consumo de recursos não-renováveis, substituindo-os; a partir da redução de poluição e de resíduos; a partir da promoção da auto-limitação de consumo de material pelos indivíduos e pelos países ricos; a partir de intensificação de pesquisas para se obter tecnologias de baixo teor de resíduos; e a partir da definição de normas adequadas à proteção ambiental (SACHS, 2007).

A sustentabilidade espacial “deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e de uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas” (SACHS, 2007, p. 182).

E a sustentabilidade cultural se dá a partir da “[...] procura das raízes endógenas de modelos de modernização e de sistemas agrícolas integrados” (SACHS, 2007, p. 183), processos de mudança que mantenham a continuidade cultural, traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento, numa perceptiva plural de soluções, consonante às especificidades de cada contexto socioecológico.

Os critérios se dão a partir das dimensões, respeitando as gerações presentes e futuras, preservando a participação da comunidade local no gerenciamento dos recursos e na definição das necessidades (SACHS, 2007).

Desenvolvimento local e socioeconômico

O desenvolvimento local e socioeconômico, segundo Casarotto e Pires (2001), ocorre a partir das políticas industriais locais, ou seja, políticas sobre um espaço territorial específico, podendo ser microrregional, estadual ou macrorregional. Essas políticas industriais locais seriam possibilidades de crescimento coletivo de grupos de atores fortemente articulados entre si, também interpretada como crescimento endógeno, em que condições e regras locais são criadas considerando a cooperação entre atores, tendo como objetivo o desenvolvimento dos conhecimentos individuais e comuns, que possibilitem o crescimento coletivo; e que surjam de instâncias locais e organizativas e sirvam para construir redes que solidificam os mecanismos de integração entre atores, possibilitando a evolução de um sistema produtivo pautado no sentimento de pertencimento a um grupo e identificação de bens públicos. Nesse contexto, dois processos para a elaboração

e implementação de políticas industriais locais, voltados ao desenvolvimento local, são apresentados: o processo “de cima” e o processo “de baixo”.

O processo “de cima”, baseado nos meios de integração convergente, alude a “fase constitucional para estabelecer os princípios gerais de aceitação dos caminhos de convergência, estabelecendo também a natureza do modelo decisional a ser adotado para as escolhas coletivas” (CASAROTTO; PIRES, 2001, p. 117).

E o processo “de baixo”, baseado em procedimentos e metodologias de ação generalizáveis, ocorre de modo evolutivo e contínuo, respeitando a integração entre os atores e deles com as regras, sem deteriorar as diferenças de suas capacidades individuais.

As políticas industriais locais só são possíveis se: o Estado for constituído por diversos níveis institucionais que interagem e cooperam; as ações permitirem novas entradas, favorecendo a pesquisa e o desenvolvimento, promovendo a cooperação industrial; e for construída considerando os diversos atores e a descentralização das decisões (CASAROTTO; PIRES, 2001).

As políticas industriais locais, como resultado das instâncias locais e organizativas, formam as redes fortificadas pelo sentimento de pertencimento e, pelas ações coletivas dos atores e redes de relações, concretizam a integração e evolução entre os atores do sistema produtivo, a partir do processo “de cima”, o qual estabelece os princípios gerais para a convergência e escolhas coletivas; e a partir do processo “de baixo”, que ocorre de modo gradativo, considerando as escolhas coletivas sem deixar que as capacidades individuais se percam. A possibilidade de existência dessas políticas se dá a partir de níveis institucionais do Estado que interagem e cooperam; de ações que permitem novas entradas; e de consideração de diversos atores, sem decisões centralizadas. O *cluster* é um exemplo de modelo de aplicação prática de políticas industriais locais. Para Casarotto e Pires (2001, p. 69), *cluster* ou aglomerações produtivas é um “[...] agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e

instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares”, com desenvolvimento a partir da vocação regional.

Já Buarque (1999) apresenta três desenvolvimentos: o desenvolvimento local; o desenvolvimento municipal; e o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento local é conceituado por Buarque (1999, p. 9) como um “[...] processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população*”.

Buarque (1999; 2002) destaca que o desenvolvimento local, embora endógeno, está inserido numa realidade mais ampla e complexa, que o influencia de forma positiva ou negativa e com a qual interage, decorrendo de relações econômicas com o regional e o nacional, que auxiliam na sua reformulação e/ou criação de oportunidades e ameaças. O desenvolvimento local geralmente está associado às iniciativas de inovação e mobilidade do coletivo, de modo a articular as potencialidades locais, a partir de seus contextos, mesmo que para a promoção do desenvolvimento local as decisões externas tenham um papel importante na “reestruturação socioeconômica do local ou do município, um desenvolvimento deste requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo” (BUARQUE, 1999, p. 10). Ou seja, é resultado da vontade dos atores envolvidos, partindo de um “ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização” e pode ser aplicado em diversos espaços “territoriais e aglomerados humanos de pequenas escala, desde a comunidade e os assentamentos de reforma agrária, até o município ou mesmo microrregiões de porte reduzido” (BUARQUE, 1999, p. 10-11).

O desenvolvimento municipal, por sua vez, é “um caso particular de desenvolvimento local, com uma *amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município*” (BU-

ARQUE, 1999, p. 11). Por conta da reduzida escala territorial, um município possui condições de criar um espaço de intervenções que ocorre a partir das diversas instâncias político-administrativas, funcionando como um “núcleo catalisador das iniciativas e base para o desenvolvimento local” (BUARQUE, 1999, p. 11).

Para Buarque (1999, p. 29), a metodologia de desenvolvimento local e municipal também é uma proposta da sustentabilidade, porque busca assegurar a “permanência e a continuidade, no médio e longo prazo, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente”.

Já o desenvolvimento sustentável é uma “[...] resposta aos problemas e desigualdades sociais, comprometendo a satisfação das necessidades de uma parcela significativa da população mundial” (BUARQUE, 1999, p. 29-30), bem como uma resposta ao processo de degradação ambiental que ocorre pelo estilo de crescimento. A designação de desenvolvimento local sustentável, utilizada pelo autor, refere-se: ao processo de mudança, em que há a ascensão das oportunidades da sociedade, considerando o crescimento e eficiência econômica, a conservação ambiental e a qualidade de vida com equidade social.

Buarque (1999, p. 32) considera o desenvolvimento local sustentável um procedimento que acontece a partir do contínuo crescimento da qualidade de vida, baseado “numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente”, sendo resultado da integração entre a “qualidade de vida da população local - redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos -, a eficiência econômica - com agregação de valor na cadeia produtiva - e a gestão pública eficiente.”.

Desenvolvimento territorial e sustentável

Para se conceber o desenvolvimento ao território, Brandão (2007) propõe a “investigação da dimensão espacial do desen-

volvimento, posto que permeia todos os seus processos, em todas as escalas” (BRANDÃO, 2007, p. 69), pois através dela é possível compreender como a reprodução social no espaço se manifesta. O autor propõe promover uma análise crítica ao movimento desigual da acumulação de capital nos espaços, permitindo compreender o modo articulado dos processos de homogeneização, de integração, de polarização e de hegemonia do território.

A homogeneização é um movimento universalizante do capital. “Esse processo homogeneizador deve ser encarado através do vetor da acumulação capitalista de busca da valorização unificada e da universalização da mercadoria” (BRANDÃO, 2007, p. 73). É nesse contexto que o autor afirma que é preciso ter cuidado com a dimensão espacial do capital, pois a homogeneização não tem nada a ver com nivelação de desigualdades, pelo contrário, o que ocorre é a criação e recriação de estruturas em movimento de heterogeneidades e desiguais.

A coerção imposta do processo de integração, que abrange “a dinâmica coercitiva da concorrência como seletividade impositiva que irá operar naqueles espaços e horizontes abertos pela homogeneização” (BRANDÃO, 2007, p. 75), cria um campo para o debate teórico da problemática espacial, ao mesmo tempo em que contribui para delimitar as fronteiras das escalas espaciais.

A dinâmica produtiva e espacial do processo de integração acaba proporcionando espaço para a independência dos lugares, ao mesmo tempo em que torna os espaços conexos. Desse modo, a acumulação de capital integra a economia nacional, sem diminuir as especificidades dos espaços (BRANDÃO, 2007).

Brandão (2007) chama a atenção para o processo de polarização da acumulação de capital, que ocorre a partir da natureza desigual atrelada ao desenvolvimento capitalista. A polarização apresenta-se como resultado das desigualdades e centralidades distribuídas no espaço se “o processo de integração nos dá uma ideia de enquadramento, o de polarização nos dá

de *hierarquia*” (BRANDÃO, 2007, p. 81). Estudar os processos de polaridade auxilia entender como as tomadas de decisões, bem como verificar quais são as interdependências existentes entre as atividades e as decisões.

Outro processo que se manifesta e permeia a dimensão espacial do desenvolvimento, necessário de compreensão à redução social no espaço é a hegemonia. É nesse processo que as diversidades regionais se apresentam entrelaçadas. “Assim, o poder hegemônico deverá ter poder de enquadramento e hierarquização de relações, processos e estruturas, e ser portador do novo” (BRANDÃO, 2007, p. 84).

A hegemonia, historicamente, formou blocos, a partir de alianças de classes relacionadas à capacitação política, dando “coesão e unidade a forças heterogêneas, mitigando/contornando suas contradições” (BRANDÃO, 2007, p. 85).

Para entender a dimensão territorial do processo de desenvolvimento, Brandão (2007) argumenta ser necessária a discussão da reprodução das classes sociais. Os estudos sobre territórios só avançam se discutirem sobre as estruturas de dominação e a reprodução social. Para o autor, é necessário “desvendar as causas mais profundas das heterogeneidades estruturais que se manifestam espacialmente na produção da riqueza capitalista” (BRANDÃO, 2007, p. 87).

Brandão (2007) defende a discussão de que desenvolvimento de um espaço não deve ser utópico a ponto de considerar que o desenvolvimento pode acontecer a partir do local e de seu processo de desenvolvimento endógeno, mas deve considerar o local e o global, os quais se relacionam entre si e precisam ser mediados por uma escala global. E por isso defende que é preciso estudar a natureza das hierarquias da acumulação de capital, embasadas na estrutura oligopolista, a partir dos processos de homogeneização, que homogeneiza a economia nacional a partir da acumulação do capital, mas que não delimita as regiões; de

integração, que cria os a independência dos lugares, ao mesmo tempo em que mantém os lugares conectados, através do capital; a polarização, que apresenta a hierarquia; e a hegemonia, que conflui os locais com o Estado, a partir da consciência, regulação e administração das possibilidades e limites, seus e dos outros.

Conclusão

Por pressuposto, para que o estudante do Curso de GE pudesse contribuir com os fins a que o curso foi criado (desenvolvimento da região) seriam necessários conteúdos com abordagens teóricas e práticas, inserção comunitária, modelos entre outros que também promovessem discussões e reflexões sobre esse desenvolvimento, que considera o global, mas de modo que o mesmo esteja atrelado ao local.

A partir das concepções de desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, desenvolvimento local e desenvolvimento territorial, indicadas nos conteúdos das ementas de módulos dos FTP's dos dois PPC's do Curso, baseadas em bibliografias básicas e/ou complementares, extraídas dos próprios Planos de Ensino dos módulos ou de outros integrantes ao conjunto de módulos que tratavam de desenvolvimentos, pode-se concluir que estas estão relacionadas ao espaço geográfico: territorial, local, regional e municipal; e ainda concebidas a partir de sustentabilidades: social, ambiental, cultural, política e econômica, que se processam em espaços físicos concretos, cumprindo a finalidade do Curso, formando para o desenvolvimento regional, não só a partir de modelos como também a partir de concepções críticas, que por vez confluem com as literaturas propositivas de modelos, estratégias ou planejamento.

As concepções de desenvolvimento abordadas no Curso são: a do desenvolvimento local, ampliada ao municipal e ao sustentável, apresentada na forma de modelo aplicado à prática

relacional: do local ao global; a do desenvolvimento sustentável, que tem como base as dimensões: social, cultural, econômico, ambiental e político-institucional; a do ecodesenvolvimento, que apresenta, além das dimensões de desenvolvimento sustentável, a perspectiva ecológica; e a do desenvolvimento territorial, numa visão crítica, observando o território no processo de desenvolvimento, trazendo para discussão as relações de poder, que nos espaços do território são ampliadas, decorrentes dos processos de homogeneização, integração, polarização e hegemonia, resultantes do movimento da acumulação de capital.

Há discussão sobre o desenvolvimento regional no Curso, que vai desde os conceitos gerais de desenvolvimento, e desenvolvimento regional e sustentável, gradualmente, até as características de acumulação de capital, elementares ao capitalismo, que devem ser consideradas na concepção do desenvolvimento. Também há a preocupação em se discutir o desenvolvimento para a região de modo ampliado, ou seja, apresentando ao estudante as demais adjetivações de desenvolvimento que confluem com o espaço; e mais, apresentado modelos práticos de desenvolvimento para esse espaço. Com a modificação da grade curricular essa discussão é reduzida.

O desenvolvimento regional, que teve sua origem lá no PNE (BRASIL, 2001), foi proposto e ampliado no Curso de GE, Curso criado no Setor Litoral da UFPR, resultado (tanto o Setor quanto o Curso) do apoio do Estado ao desenvolvimento de uma região. Quando o Curso foi criado (2006), a consonância com o desenvolvimento regional era visível na diversidade das bibliografias, as quais demonstravam preocupações em se discutir a concepção de desenvolvimento, de desenvolvimento sustentável (também apresentado como ecodesenvolvimento), a partir de suas dimensões, bem como do desenvolvimento do território, ampliado ao local, ao municipal e ao regional. Com a mudança na grade curricular, embora a preocupação em se promover

o desenvolvimento regional tenha permanecido e o Curso não tenha se desvinculado totalmente de um de seus fins de criação, as reduções de carga horária, de campos de discussão sobre o desenvolvimento regional, bem como de conteúdos e bibliografias foram significativas, impactando a formação do estudante como futuro gestor e empreendedor da região.

Referências

BRANDÃO, C. **Território & desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE 2001 a 2010**. Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>>

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.

NASCIMENTO, L. S. M. **Da origem a formação em desenvolvimento regional com autonomia do sujeito no curso de gestão e empreendedorismos do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná**. 135 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **Rumo a ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento [Org. VIEIRA, P. V.]. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) - Setor Litoral. **Projeto Político Pedagógico - PPP**. Matinhos: UFPR - Setor Litoral, 2008. Disponível em: <<http://>

www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/10/PPC-Gestao-Empreendedorismo-2015-2.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) - Setor Litoral. Câmara do Curso de Gestão e Empreendedorismo. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Gestão e Empreendedorismo - PPC 2010**. Matinhos: UFPR - Setor Litoral, 2010. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/graduacao/gestao-e-empreendedorismo/>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) - Setor Litoral. Câmara do Curso de Gestão e Empreendedorismo. Projeto Político Pedagógico do Curso de Gestão e Empreendedorismo - PPC 2015. Matinhos: UFPR - Setor Litoral, 2015. **Material de análise da dissertação do mestrado** [Mensagem de trabalho]. Mensagem recebida por: <sandrasimm@ufpr.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2002 a 2006**. Curitiba: UFPR, 2002. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpr.br/portal/pdi/PDI%20UFPR%202002-2006.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2016.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Garamond, 2005.

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO LITORAL DO PARANÁ

Emerson Luis Pawoski da Silva

Rafael Lopes Ferreira

Emerson Luís Tonetti

Introdução

A discussão sobre o tema meio ambiente é presente desde o começo da humanidade. No Brasil, essa questão, foi intensificada no Brasil no século XIX e o primeiro relato de alguma atividade ambiental, data de 1808 com a criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em 1850, Dom Pedro II criou a primeira Lei de cunho ambiental e que proibia a exploração florestal das áreas descobertas, porém, a mesma foi ignorada. Em 1932 e 1934, ocorreram as primeiras conferências brasileiras sobre meio ambiente, assim como decretos, que transformaram em lei o projeto de código florestal. Devido à Conferência de Estocolmo em 1972, se inicia uma maior preocupação com a conservação e o destaque para o conceito da educação ambiental (BRASIL, 2013).

Nos anos 1990, o Brasil se torna sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92. Nessa reunião, com vários líderes mundiais, torna-se de interesse mundial a exposição dos problemas da falta de cuidado com a natureza, estabelecendo princípios fundamentais, destacando a necessidade da formação de um pensamento crítico, coletivo, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade. O Tratado, resultado da conferência, tem bastante relevância por ter sido elaborado no âmbito da sociedade civil e

por reconhecer a educação ambiental como um processo político dinâmico, em permanente construção, orientado por valores baseados na transformação social (CULLEN-JUNIOR et al, 2004). A Política Nacional do Meio Ambiente instaura-se como uma das políticas e maneiras de preservar o meio pela educação da comunidade (BRASIL, 1981). Mais tarde na Constituição instala-se o artigo 225, sobre o Meio Ambiente e comenta que a educação ambiental deveria ocorrer em todos os níveis de ensino (MORAES, 2019). Entre as ferramentas da Política Nacional do Meio Ambiente, se destacam o Estudo de Impacto Ambiental e seu produto Relatório de Impacto Ambiental, em que se entende impacto ambiental como toda atividade que altere o bem-estar humano e de outros seres vivos, bem como a qualidade ambiental (BRASIL, 1986). Em dezembro de 1994, em função da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos durante a Rio 92, foi criado, pela Presidência da República, o Programa Nacional de educação ambiental (PRONEA). Curiosamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não obriga a aplicação da educação ambiental nas escolas (BRASIL, 1996). A Política Nacional da educação ambiental (PNMA) aponta que a mesma não deve ser vista como disciplina, mas, sim como conteúdo em todas as disciplinas, ocorrendo o mesmo na formação pedagógica (BRASIL, 1999). Como mencionado anteriormente, nos termos da PNMA, a educação ambiental é componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis da Educação Superior e da Educação Básica e em todas as suas modalidades, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos (BRASIL, 2013).

Para Padua et al. (1999) a educação ambiental deve promover mudanças benéficas ao ambiente, através da população humana que o habita. Os atores dessas mudanças em primeira instância são os gestores, biólogos e outros profissionais das áreas

ambientais, que mediam o conhecimento. Para que haja uma intervenção apropriada é recomendado conhecer as necessidades, potencialidades e realidades do ambiente a ser conservado, bem como onde está inserido socioeconomicamente (BRASIL, 1995; CULLEN-JUNIOR et al., 2004; KABISCH et al., 2015). A questão socioambiental em cursos de graduação nas ciências ambientais tem grande importância na gestão ambiental local. Devido às necessidades socioambientais da atualidade, com os problemas da poluição e extinção de espécies, se faz cada vez mais necessária a formação de indivíduos ambientalmente conscientes. A educação ambiental é, legalmente no Brasil, obrigatória, mas, quem faz educação ambiental são, principalmente, profissionais formados nas ciências ambientais. Desse modo, é, relevante, avaliar se esse egresso/profissional tem, durante sua formação, os conteúdos dessa atividade como exigido. Essa razão é ainda mais contundente em cursos de graduação nas ciências ambientais, pois, integram o conhecimento da relação ser humano e meio ambiente na metadisciplina educação ambiental.

Os cursos gratuitos ambientais da região do litoral do Paraná atingem majoritariamente a população de Paranaguá, sendo essa cidade o pólo de desenvolvimento local, e com menor intensidade as demais cidades de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná (IFPR, 2017; UFPR, 2017), apesar de unidades de conservação ocorrem em todo litoral (REIS et al., 2016). Devido à configuração e profundidade do solo, o litoral do Paraná é alvo frequente de inundações e o uso da terra deve ser compatível com as potencialidades locais (ESTEVES, 2015). Nos cursos de graduação nas ciências ambientais no litoral do Paraná é, portanto, imprescindível que a adaptação de informações socioambientais ou o uso de literatura de pesquisas locais. Por tratar-se de um território disputado pelo agronegócio, comunidades tradicionais, conservação da biodiversidade e exploração de recursos (TIEPOLO; DENARDIN, 2016).

Como exposto, a relação entre sociedade e natureza é tema necessário nos cursos de graduação nas ciências ambientais, devido aos conflitos e necessidades locais.

Seria, dessa maneira, importante verificar se os conteúdos apresentados condizem com a realidade ambiental e social dos estudantes e futuros gestores ambientais. O presente estudo foi de caráter bibliográfico e documental. Através de estudos de relatórios técnicos de cadernos estatísticos de referência, como IPARDES e Zoneamento ecológico-econômico, verificou-se se as necessidades socioambientais das cidades do litoral do Paraná são contempladas por disciplinas e/ ou pesquisas dos cursos de graduação nas ciências ambientais da região. Para esse fim, preferiu-se utilizar de dados coletados de universidades públicas, por atenderem a maior parte dos estudantes da região. Nos projetos pedagógicos os dados buscados consistiram de temas geradores em cursos de graduação nas ciências ambientais do litoral do Paraná. A avaliação das disciplinas voltadas às relações entre sociedade e meio ambiente foram organizadas em dois grupos: (1) cursos de gestão ambiental e (2) cursos correlatos. Temas de projetos de pesquisa e trabalhos de conclusão de curso foram observados dos currículos na Plataforma Lattes dos docentes

As informações obtidas foram organizadas em categorias conforme suas similaridades, em palavras-chave e ementas, e contrastadas com as condições ambientais e sociais do litoral do Paraná para verificar os temas estudados.

Condições ambientais e sociais do litoral do Paraná relevantes para a formação do egresso nos cursos de graduação nas Ciências Ambientais

Todos os municípios do litoral do Paraná, Antonina, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba e Guaratuba, possuem órgãos e secretarias dedicados ao meio

ambiente. Em toda região verificam-se 29 unidades de conservação de caráter federal e/ ou estadual e divididas nas categorias de proteção integral nas litorâneas, próximas da bacia litorânea e no centro-norte do litoral, e de uso sustentável, que abrangem mais da metade de toda área (CUNICO; PRIM, 2018). Esse contexto permitiu conservar entre 60 e 80% da cobertura florestal e busca preservar alguns animais em risco de extinção como principalmente aves, anfíbios nas maiores altitudes, peixes e répteis no litoral e mamíferos na porção norte (CUNICO; PRIM, 2018; IPARDES, 2019).

As temperaturas variam entre 17°C e 25°C, tendendo a serem mais altas em torno do Mosaico Lagamar e as precipitações têm uma média anual de 2500 mm, chegando a 4000 mm em áreas montanhosas e 1500 nas terras baixas. Os tipos de solo no litoral do Paraná podem ser simplificados pela localização, pois no limite da área do escudo com a área da bacia hidrográfica do litoral há afloramentos de rocha, nas encostas montanhosas e contrafortes há predomínio de cambissolos e argissolos, nas proximidades de estuários se encontram principalmente gleissolos, enquanto nas áreas planas há maior contribuição de espodosolos humilúvicos na porção norte e espodosolos ferrilúvicos na porção sul (CUNICO; PRIM, 2018). Nos trabalhos de Esteves (2015), Cunico e Prim (2018) e IPARDES (2019) destacou-se que inundações são ameaças frequentes em muitas regiões pela proximidade com o lençol freático e inconsequente destinação de resíduos sólidos, havendo necessidade de investimento em educação e criação de aterros sanitários.

Florestas, manguezais e restingas ocupam 90% do território do litoral paranaense, áreas de pastagem 0,004% com predomínio em Guaraqueçaba e lavoura em 0,003% em especial em Morretes e Guaraqueçaba. A maioria dos mananciais se encontra nas baixas altitudes, a exceção de Guaratuba, provavelmente pela baixa profundidade do solo e alguns desses se localizam

próximos a áreas agrícolas e rodovias (CUNICO; PRIM, 2018). A demanda hídrica tem maiores usos para o abastecimento público, ainda que a maior parte da população não tenha acesso ao saneamento básico (CUNICO; PRIM, 2018).

As principais atividades econômicas são: (1) serviços, em geral, com 63%, onde Pontal do Paraná e Antonina são pouco atuantes; (2) industrial com 35%, com pouca participação de Guaraqueçaba e Morretes e (3) agropecuária com apenas 2% onde atuam fortemente Guaraqueçaba e Morretes. Na produção agrícola os maiores índices advêm de banana, mandioca e arroz respectivamente (CUNICO; PRIM, 2018; CHEMIN, 2017).

O turismo no litoral do Paraná é formado principalmente pelo ecoturismo e turismo cultural, sendo mais frequentes no verão quando a quantidade de turistas e excursionistas chega a ser 17 vezes superior ao número de habitantes. Cerca de 10% da população do litoral paranaense vive na área rural, principalmente nos municípios de Guaraqueçaba e Morretes (CUNICO; PRIM, 2018; CHEMIN, 2017).

Entre os maiores agentes de modificação dos processos do meio ambiente estão as atividades portuárias de Paranaguá e Antonina, pois além do transporte marítimo, há consequentes emissões de fertilizantes no ar e margens de estradas, e, grande número de veículos em trânsito com resíduos sonoros, atropelamento de animais e emissão de gases (GURGARTZ et al., 2017; IPARDES, 2019, (CUNICO; PRIM, 2018). Os principais contaminantes dos recursos hídricos são de natureza orgânica e tem origem no uso público (IPARDES, 2019).

No planejamento do desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná os temas acima foram pautados e apresentaram-se a (1) compreensão sistêmica dos impactos ambientais, (2) investimento no turismo, (3) possibilidade de economia solidária, (4) necessidade de transparência nas atividades empresariais para verificar os beneficiários, (5) riscos a biodiversidade pela caça,

extrativismo ilegal, espécies invasoras e atividades portuárias, (6) revisão dos limites de contaminação e poluição exigidos em estudos de impacto ambiental em relação à saúde e bem-estar humano e ambiental e (7) pagamento por serviços ambientais (CUNICO; PRIM, 2018; UFPR, 2018; IPARDES, 2019).

A compreensão sistêmica dos impactos ambientais decorre das interações entre os componentes do espaço físico, como clima, solo e água. A indevida utilização de fertilizantes faz com que esses componentes, em excesso, escoem para outros espaços pela natureza do solo e intensa pluviosidade e atinjam rios e florestas onde podem prejudicar humanos, animais e plantas, por exemplo (BERTRAND; BERTRAND, 2014; FOURNIER et al., 2019). O turismo e em especial na modalidade do ecoturismo oferece proteção e conservação dos recursos naturais como uma alternativa econômica a indústria e atividades que danifiquem o meio ambiente, além da oferta de trabalho a moradores conhecedores da região. Para isso é necessária uma formação cultural e econômica que inclua empreendedorismo e educação ambiental (CHEMIN, 2017). A economia solidária é uma alternativa a agricultura colonizada pelo sistema da agroindústria, favorece a agricultura familiar e conhecimentos tradicionais que respeitam e estão em consonância com o potencial ecológico regional com pouca ou nenhuma necessidade de fertilização do solo. O mercado do consumidor direto ao produtor é um caminho mais curto de circulação monetária que proporciona estabilização da economia regional (DION, 2017).

A Floresta Atlântica detém grande número de espécies endêmicas, e possui os maiores níveis de biodiversidade do mundo, com necessidade de mais estudos biológicos taxonômicos e sistemáticos. Cada espécie se relaciona com as demais no ecossistema e projetam externalidades nos serviços ecossistêmicos que sustentam o habitat (GUERRY et al., 2015). A introdução, e invasão, de espécies exóticas, principalmente com intenção comercial,

prejudica os animais e plantas nativos pela competição pelos recursos naturais e ausência de reguladores de crescimento populacional efetivos como predadores e parasitos. O extrativismo é uma consequência da ausência de educação ambiental a maior parte da população que percebe a natureza como um “outro” e não como espaço compartilhado, além da ausência de ofertas de emprego devido à formação acadêmica deficitária (ACOSTA, 2016; CUNICO; PRIM, 2018).

Destacam-se entre as temáticas a gestão de recursos naturais, poluição e quantidade de vegetação decorrente da grande quantidade de unidades de conservação. O gestor ambiental no litoral do Paraná deve, portanto, possuir certo grau de conhecimento de manejo de recursos hídricos e sólidos, legislação ambiental e referente a unidades de conservação com práticas de coleta e monitoramento de fauna e flora, devido ao solo propício a acúmulo de água com muitas áreas de pastagens e de plantação adjacentes a florestas. A experiência no diálogo com a comunidade quanto à ocupação e uso da terra, também é bastante útil para divulgação científica e preparação dos moradores a suas reais necessidades e potencialidades ambientais.

Os cursos de graduação nas ciências ambientais no litoral do Paraná

Observaram-se seis cursos públicos de graduação nas ciências ambientais dispostos em três universidades e um instituto federal, onde dos quais dois são de tecnologia em gestão ambiental e os demais quatro são correlatos. Os cursos identificados foram: Tecnologia em Gestão Ambiental no Instituto Federal do Paraná-campus Paranaguá, Bacharelado em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Paraná-campus Litoral em Matinhos, readequado do antigo curso de Tecnologia em Gestão Ambien-

tal, com os correlatos Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária na UFPR-campus Centro de Estudos do Mar em Pontal do Paraná; Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Estadual do Paraná-campus Paranaguá e Licenciatura em Ciências na UFPR-Litoral.

As disciplinas, temas de pesquisa e trabalhos de conclusão de curso foram categorizadas de acordo com sua importância ao egresso. Observando os temas abordados foram elencadas as seguintes classes: Gestão de Recursos Naturais quando abordam monitoramento e gestão de água, solo, ar, biodiversidade e outros; Biologia Vegetal para estudos com crescimento, nutrição e ecologia de plantas; Biologia Animal para ecologia e morfologia de animais; Biologia de microrganismos em trabalhos com cultivo, contaminação e biotecnologia de microrganismos; Poluição e Gestão de Resíduos se comentam poluição, contaminação e gestão de resíduos de origem antrópica; Consciência Ecológica quando promovem a percepção sistêmica para os alunos e comunidade; e Estudos Pedagógicos ao lidar com formas de aprendizagem e ensino ou vivências didáticas. Foram consideradas relevantes a questões socioambientais do litoral do Paraná, as temáticas Gestão de Recursos Naturais; Poluição e Gestão de Resíduos; Consciência Ecológica. Os temas percebidos como socioambientais foram considerados nas categorias Gestão de Recursos Naturais, Poluição e Gestão de Resíduos e Consciência Ecológica em decorrência da quantidade de unidades de conservação, economia baseada em serviços, indústria e agropecuária, associadas a clima úmido, chuvoso e com tendência a inundações (CUNICO; PRIM, 2018; IPARDES, 2019).

No projeto pedagógico de cada curso estão apresentados docentes e disciplinas, e, essas classificadas em obrigatórias e optativas. Para essa avaliação, preferiu-se utilizar das disciplinas obrigatórias (Quadro 1).

As disciplinas foram organizadas em dois quadros para Tecnologia em Gestão Ambiental e Bacharelado em Ciências Ambientais (Quadro 2), onde o primeiro apresentou uma tendência mais relacionada a usos da natureza e menos ligada a territorialidade em comparação com o segundo. Entre os cursos correlatos (Quadro 3), o de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária apresentou mais disciplinas, e de caráter mais técnico, ligadas a essas categorias em relação a Bacharelado em Ciências Biológicas, possivelmente em decorrência do alinhamento dos cursos. Os cursos das licenciaturas apresentaram principalmente relação com Consciência Ecológica.

Os temas de projetos de pesquisa e trabalhos de conclusão de curso foram bastante diversos e interdisciplinares, atendendo as categorias Gestão de Recursos Naturais, Poluição e Gestão de Resíduos e Consciência Ecológica, além de variadas outras (QUADRO 4). Os cursos de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária, bem como Ciências Biológicas não apresentaram temas relacionados a pedagogia porque não se propõem a isso. As licenciaturas apresentam grande diversidade de pesquisa, atendendo todas as categorias definidas.

QUADRO 1 - CATEGORIAS DAS DISCIPLINAS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO LITORAL DO PARANÁ NO ANO DE 2019

Disciplinas	Bacharelado em Ciências Ambientais	Tecnólogo em Gestão Ambiental	Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado em Ciências Biológicas	Licenciatura em Ciências Biológicas	Licenciatura em Ciências em Ciências
Biologia Vegetal	X		X	X	X	
Biologia Animal	X		X	X	X	
Biologia de microorganismos	X	X	X	X	X	
Poluição e Gestão de Resíduos	X	X	X	X		X
Consciência Ecológica	X	X	X	X	X	X
Estudos Pedagógicos	X				X	X

FONTE: UFPR (2014a; 2014b); IFPR (2017); UFPR (2017); UNESPAR (2018a; 2018b)..

QUADRO 2 - DISCIPLINAS LIGADAS A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NOS CURSOS DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL E BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO LITORAL DO PARANÁ NO ANO DE 2019

Instituição	UFPR-campus Litoral	IFPR-campus Paranaguá
Disciplinas	História Ambiental ³	Sociedade e natureza ³
	Ecologia da Paisagem ^{1 3}	Direito Ambiental ^{1 2}
	Sociedade, Cultura e Ambiente ³	Gestão de Resíduos ²
	Bens Comuns e Patrimônio Ambiental ³	Gestão de Recursos Naturais I ¹
	Economia Ecológica ³	Gestão de Recursos Naturais II ¹
	Gestão Ambiental ^{1 2 3}	Educação Socioambiental ³
	Avaliação de Impactos Ambientais ²	Avaliação de impactos ambientais e licenciamento ²
	Ecodesenvolvimento e Território ^{1 3}	Monitoramento Ambiental I ^{1 2 3}
	Análise integrada Bacias Hidrográficas ¹	Monitoramento Ambiental II ^{1 2 3}
	Planejamento Territorial ^{1 3}	Arranjos sócio-produtivos do Litoral ^{1 3}

FONTE: (IFPR, 2017; UFPR, 2017).

Legenda: 1- Gestão de Recursos Naturais; 2- Poluição e Gestão de Resíduos; 3- Consciência Ecológica.

QUADRO 3 - DISCIPLINAS LIGADAS A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NOS CURSOS CORRELATOS DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO LITORAL DO PARANÁ NO ANO DE 2019

Curso	Bacharelado-Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado-Ciências Biológicas	Licenciatura-Ciências Biológicas	Licenciatura-Ciências
Disciplinas	Introdução a Engenharia Ambiental ^{1 2}	Fundamentos Filosóficos, Sociais e Bioéticos ³	Fundamentos Filosóficos, Sociais e Bioéticos ³	Ciências Químicas e Biológicas, cotidiano e prática de ensino ³
	Poluição dos Ambientes Costeiros ^{1 2 3}	Educação Ambiental ³	Educação Ambiental ³	Ciências Biológicas e Físicas, cotidiano e prática de ensino ³
Disciplinas	Direito Ambiental ^{1 2}	Legislação Ambiental ^{1 2}		Vivências de docência, relação Ciências e Meio Ambiente e prática de ensino ³
	Gerenciamento dos Recursos Sólidos Urbanos ²			
	Gestão Ambiental ^{1 2 3}			
	Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos ¹			
	Tratamento de águas residuárias I ²			
	Tratamento de águas residuárias II ²			
	Monitoramento da Qualidade do Ar ²			
	Gestão Ambiental ^{1 2 3}			
	Poluição do Ar ²			
	Qualidade da Água ^{1 2}			
	Avaliação de Impactos Ambientais e Licenciamento ^{1 2}			
	Monitoramento da Qualidade do Solo ²			
	Recuperação de Áreas degradadas ¹			

FONTE: UFPR (2014a; 2014b); UNESPAR (2018a; 2018b).

Legenda: 1 - Gestão de Recursos Naturais; 2- Poluição e Gestão de Resíduos; 3- Consciência Ecológica.

QUADRO 4 - CATEGORIAS E RELAÇÃO DE TEMAS DE PROJETOS DE PESQUISAS E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE CURSOS DA ÁREA AMBIENTAL DO LITORAL DO PARANÁ NO ANO DE 2019

Temas de projetos de pesquisas e trabalhos de conclusão de curso	UFPR-campus Litoral	IFPR-campus Paranaguá	Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado em Ciências Biológicas	Licenciatura em Ciências Biológicas	Licenciatura em Ciências
Biologia Vegetal	X		X	X	X	X
Biologia Animal	X		X	X	X	X
Biologia de microorganismos	X	X	X	X	X	X
Poluição e Gestão de Resíduos	X	X	X	X	X	X
Consciência Ecológica	X	X	X	X	X	X
Pedagógica	X	X			X	X

FONTE: UFPR (2014a; 2014b); IFPR (2017); UFPR (2017); UNESPAR (2018a; 2018b).

As disciplinas verificadas pelas categorias definidas demonstram que o curso Bacharelado em Ciências Ambientais tem maior relação com Consciência Ecológica, enquanto que o Tecnologia em Gestão Ambiental a gestão de recursos, tanto naturais como antrópicos, mas, ambos apresentam pesquisas que oferecem todos esses aspectos. Os cursos correlatos têm disciplinas e pesquisas compatíveis às necessidades regionais. Diante das situações socioambientais quantidade de UC's, potencial de poluição e inundação (ESTEVES, 2015; CUNICO; PRIM 2018; IPARDES, 2019), o perfil dos egressos dos cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental e Bacharelado em Ciências Ambientais, bem como os correlatos das ciências ambientais oferecem subsídios para compreender as necessidades de pensamento sistêmico e diálogo entre sociedade e natureza do litoral do Paraná no que se refere as disciplinas e aos temas de pesquisas, mas, é importante avaliar as habilidades profissionais desenvolvidas em cada curso para o exercício dessa tarefa.

Considerações finais

A presente pesquisa foi proposta para avaliar as potencialidades da formação de profissionais nas ciências ambientais nas instituições públicas no litoral do Paraná em relação às necessidades ambientais regionais apontadas pelos Instituto Paraense de Desenvolvimento Econômico e Social e Zoneamento Ecológico-Econômico, como gestão da grande quantidade de unidades de conservação, potencial de poluição e inundação Através da leitura de Projetos Pedagógicos e verificação de currículo dos docentes dos 6 cursos de graduação nas ciências ambientais do litoral do Paraná, , percebeu-se que os cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental e Bacharelado em Ciências Ambientais tem o potencial para formar profissionais capazes de articular conhecimento dos recursos naturais do litoral do Paraná com as problemáticas sociais.

Entre os cursos correlatos a gestão ambiental, todos apresentaram os requisitos para a problemática socioambiental. O presente estudo fez uma avaliação preliminar da problemática socioambiental, sendo necessário em estudos futuros fazer pesquisas de campo como entrevistas a docentes e discentes das instituições de ensino, além de verificar as habilidades desenvolvidas em outras disciplinas que facilitariam essas ações.

Referências

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Autonomia Literária, 2016.
- BERTRAND, C.; BERTRAND, G. La Nature-Artefact: entre Anthropisation et Artialisation, l'expérience du Système GTP (Géosystème-Territoire-Paysage). **Information géographique**, v.78, n.3, p.10-25, 2014.
- BRASIL. Lei complementar nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 167, 2 set. 1981. Seção 1, p. 16509.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**: Agenda 21. Brasília: 1995.
- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº001, de 23 de janeiro de 1986**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Seção 1, p.2548.
- BRASIL. Decreto 6.263, de 21 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 224, 22 nov. 2007. Seção 1, p. 5.
- BRASIL. Lei complementar nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p.1.
- BRASIL. Lei complementar nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 79, 28 abr. 1999. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei complementar nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 147, 3 ago. 2010. Seção 1, p. 3.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- CHEMIN, M. Del paisaje a la estética del espacio turístico: Un estudio en centros históricos y costaneras del litoral del Estado de Paraná (Brasil). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v.26, p.306-325, 2017.
- CULLEN-JÚNIOR, L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. **Métodos de estudo em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre**. Curitiba: UFPR e Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

CUNICO, C.; PRIM, D. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná**. v.3. Curitiba: ITCG, 2018.

DION, C. **Tomorrow: All Over the Globe, Solutions Already Exist**. Arles: Actes Sud, 2017.

ESTEVES, C. J. O. Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação contínua do Litoral do Paraná - Brasil. **Revista Raega: O Espaço Geográfico em Análise**, v.34, p.214-245, 2015.

FOURNIER, M. L.; CASTILLO, L. E.; RAMÍREZ, F.; MORAGA, G.; RUEPERT, C. Evaluación preliminar del área agrícola y su influencia sobre la calidad del agua en el Golfo Dulce, Costa Rica. **Ciencias Ambientales**, v.53, n.1, p.92-112, 2019.

GUERRY, A. D.; POLASKY, S.; LUBCHENCO, J.; CHAPLIN-KRAMER, R.; DAILY, G. C.; GRIFFIN, R.; RUCKELSHAUS, M.; BATEMAN, I. J.; DURAIAPPAH, A.; ELMOQVIST, T.; FELDMAN, M. W.; FOLKE, C.; HOEKSTRA, J.; KAREIVA, P. M.; KEELER, B. L.; LI, S.; MCKENZIE, E.; OUYANG, Z.; REYERS, B.; RICKETTS, T.H.; Rockström, J.; TALLIS, H.; VIRA, B. Natural Capital and Ecosystem Services Informing Decisions: From Promise to Practice. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v.112, n.24, p.7348-7355, 2015.

GURGATZ, B. M.; MOREIRA, C. A. B.; ANTONIACONI, G.; REIS, R. A. *Teloschistes flavicans* (sw.) Norman como indicador de poluição atmosférica em Paranaguá - PR. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS**, v. 1, p. 27-39, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental**. Paranaguá, 2017.

INSTITUTO PARAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. 2019. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic=3>

KABISCH, N.; QURESHI, S.; HAASE, D. Human-environment interactions in urban green spaces – A systematic review of contemporary issues and prospects for future research. **Environmental Impact Assessment Review**, v.50, n.1, p.25-34, 2015.

MOARES, A. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. 46. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PADUA, S.; TABANEZ, M. F.; SOUZA, M. G. O papel da educação ambiental e participação comunitária na conservação de áreas naturais. **Ação Ambiental**, v. 2, n. 8, p. 8-11, 1999.

REIS, R. A.; ABRAHÃO, C. M. S.; TIEPOLO, L. M.; CHEMIN, M. **Litoral do Paraná: Território e Perspectivas**. Curitiba: Brasil Publishing, 2016. v. 1: Sociedade, Ambiente e Gestão.

TIEPOLO, L. M.; DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial sustentável: uma nova experiência na Mata Atlântica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.13, n.32, p. 865 - 888, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR). **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas Bacharelado**. Paranaguá, 2018a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR). **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura**. Paranaguá, 2018b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária**. Curitiba, 2014a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências**. Matinhos, 2014b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais**. Curitiba, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **II Fórum lança carta de recomendações para PDS**. 2018. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/blog/noticia/%E2%80%8Bii-forum-de-desenvolvimento-territorial-lanca-carta-de-recomendacoes/>>

BASES PARA CRIAÇÃO DE UM CENTRO TECNOLÓGICO DE INOVAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL E NEGÓCIOS NO LITORAL DO PARANÁ

*Leandro Angelo Pereira
Everaldo dos Santos
Allan Paul Krelling
Emerson Luis Tonetti
Hugo Alberto Perlin
Elvis Canteri de Andrade*

Tecnologia

A região costeira do estado do Paraná apresenta diversas carências e limitações mostradas por diferentes indicadores socioeconômicos, socioculturais e ambientais e percebe-se, portanto, a urgente necessidade de integração entre desenvolvimento econômico, social e a manutenção das características culturais e ambientais locais. Dentre as várias estratégias possíveis para atender a esta necessidade existe a possibilidade de criação de um Centro Tecnológico de Inovação (CTI), que consiste em uma organização voltada para o incentivo e suporte ao desenvolvimento de tecnologias aplicadas aos arranjos produtivos locais. Este tipo de iniciativa ocorre em diversas regiões do Brasil e do Mundo, e possui uma série de bases fundamentais que precisam ser discutidas e adaptadas à realidade do Litoral do Paraná.

Para isso, trabalhamos para clarificar alguns conceitos e como estes poderiam estar relacionados com as reais demandas sociais, econômicas, tecnológicas e ambientais da região. Dentre estes, em um primeiro momento apontamos para uma possível

definição de tecnologia, e podemos considerar o conceito proposto por Palacios, Galbarte e Bazzo (2005, p. 39), onde considera-se a tecnologia como:

[...] o conjunto de procedimentos que permitem a aplicação dos conhecimentos próprios das ciências naturais na produção industrial, ficando a técnica limitada aos tempos anteriores ao uso dos conhecimentos científicos como base do desenvolvimento tecnológico industrial. Duas ideias básicas aparecem assim nesta consideração habitual da tecnologia. Em primeiro lugar, viria a sua dependência de outros conhecimentos, como é o caso da ciência. Em segundo lugar, a utilidade da tecnologia expressaria um caráter material de seus produtos.

Desta forma, a tecnologia está intrinsecamente ligada à ciência. Para o presente trabalho, devido à complexidade de se conceitualizar o que seria ciência, vamos optar apenas pela definição do seu vocábulo, pois o objetivo aqui não é discutir epistemologicamente a natureza da Ciência, apenas apontar a sua importância enquanto construção humana. Assim, temos a "ciência" derivada do latim "*scientia*", substantivo etimologicamente equivalente a "saber ou conhecimento". A partir disso, também por uma linha simplista, consideramos o desenvolvimento da ciência fundamentada em três pontos principais: o método científico, o saber empírico e a dialética entre estes.

Ao detalharmos esta tríade, o primeiro ponto estaria fundamentado nas propostas de Francis Bacon e John Stuart Mill relacionado ao método científico. Este, de forma bem resumida, seria um procedimento aplicando o método hipotético-dedutivo, ou seja, seria a criação de hipóteses que a partir da realização de experimentos e/ou observações poderiam ser aceitos ou rejeitados pela academia. Por sua vez, também de forma resumida, o saber empírico poderia ser considerado como um método fundamentado em tentativas e erros. Estes poderiam ser então

empregados por qualquer pessoa, que em busca da resolução de um problema ou pergunta, tendo a compreensão de mundo e seus fenômenos naturais, sociais e/ou tecnológicos, obteria resultados a partir da sistematização de procedimentos e interpretações. Por fim, a dialética entre o método científico e o saber empírico pode ser entendida a partir das propostas feitas por Paulo Freire e Edgar Morin, os quais buscam a equitabilidade da importância destas duas formas no desenvolvimento da ciência. Em outras palavras, para o presente trabalho, sabendo que este seria apenas uma visão mais objetiva do tema, poderíamos então considerar a ciência como sinônimo do conhecimento humano a partir da sua produção.

Com isso claro, entendemos que a ciência e a tecnologia são processos associados e/ou dependentes e sucessivos. Desta forma, a trama tecno científica se desenvolve misturando-se com a complexidade da sociedade na qual a ciência e a tecnologia desempenham um papel decisivo em sua própria configuração (BAZZO et al., 2003).

Inovação

Tendo claro estas ideias e conceitos gerais sobre tecnologia, outro conceito chave seria a inovação, que pode ser entendida como a aplicação do conhecimento tecno científico na produção de bens e serviços para sociedade. Apesar de amplamente utilizado nos dias de hoje, este conceito surgiu em 1934 baseado na definição de Schumpeter realizada em sua obra *The Theory of Economic Development* (CONCEIÇÃO, 2000). Mas, devido a sua múltipla aplicação, um conceito mais atual para inovação, que contemple os *insights* schumpeterianos, pode ser "(...) novos e melhores produtos e processos, novas formas organizacionais, a aplicação da tecnologia existente em novos campos, a descoberta de novos recursos e a abertura de novos mercados" (NIOSI et al., 1993, p. 209).

Outra definição sobre inovação seria “o que é procurado”, ou seja, reconhecer o fato de ainda não ser conhecido com alguma precisão a resolução para um problema ou a melhoria de resultados, ou até mesmo a melhoria do bem-estar humano. Então, o conceito de inovação poderia ser aplicado tanto na busca de lucro dos atores em uma sociedade, mas poderia envolver também alguma espécie de percepção de oportunidades técnicas ainda inexploradas aplicadas à sociedade.

Então, de forma resumida, segundo Conceição (2000), podemos considerar:

[...]a inovação como um processo interativo e dinâmico, sujeito a um ambiente organizacional e institucional mutante, que gera a consolidação de um paradigma tecnocientífico, uma espécie de motor de amplas transformações sociais, como efeito de mudanças tecnológicas, institucionais e organizacionais nas esferas da produção, do trabalho e dos hábitos das pessoas.

Associado à ideia de inovação, também podemos considerar este como um processo irreversível e permanente. Pois ao considerarmos alguns processos sociais vinculados à alta competitividade socioeconômica, à inovação, associada ao desenvolvimento e aplicação tecnológica pode ser um aspecto decisivo, no qual muitas vezes, a opção pela falta de inovação poderia levar ao desaparecimento de uma atividade ou instituição (FREEMAN, 1975).

Inovação na sociedade

Ao buscarmos a aplicação destes conceitos sobre tecnologia e inovação na sociedade estes estariam relacionados no desenvolvimento econômico e bem-estar social. No entanto, segundo Zen (2019), a compreensão da tecnologia e da inovação

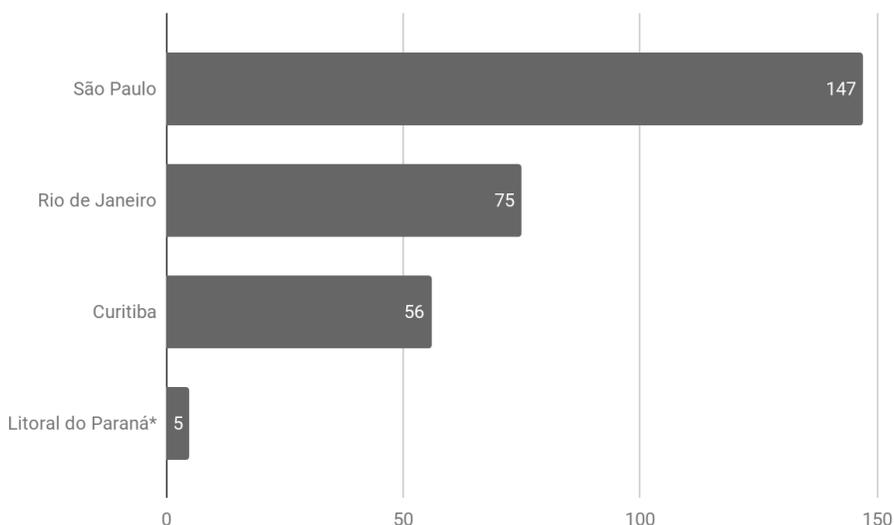
como um fenômeno isolado e linear estaria ultrapassada. Pois, em um entendimento mais holístico, onde diversos elementos e atores interagem de maneira colaborativa seria o cenário ideal para que o desenvolvimento tecnológico e a inovação ocorram. Assim, uma sociedade inovadora seria aquela capaz de disseminar conhecimentos, investir o capital financeiro no financiamento de atividades de inovação, buscar o envolvimento de entidades de suporte, além de criar normas, leis e regulações relacionadas à inovação (NASCIMENTO; LABIAK JÚNIOR, 2011). Estes elementos então podem auxiliar na criação de um ambiente atualmente chamado de “ecossistema de inovação”, o qual poderia contribuir numa maior coesão entre instituições (públicas e/ou privadas), criando então redes tecnológicas com um propósito em comum, transcendendo a visão simples do desenvolvimento econômico por si só, mas este sendo associado ao bem-estar da sociedade ou à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Para isso, uma possível abordagem seria o conceito da “Hélice Tríplice”. Este teria como base a interação entre “universidade - governo - empresa”, com o objetivo de melhorar as condições de inovação na sociedade baseada no conhecimento (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 1998). Para isso, um passo fundamental na Hélice Tríplice seria considerar a integração institucional como processo, reflexão e pensamento crítico envolvendo as relações entre estas três esferas “universidade - empresa - governo” (ETZKOWITZ, 1996). Neste processo de análise crítica entre as relações, as universidades deveriam atuar além da simples formação profissional ou de mão-de-obra. Estas precisariam envolver novas formas organizacionais ou espaços para transferência tecnocientífica, como por exemplo, parques tecnológicos, incubadoras ou centros de pesquisa aplicada e inovação.

Seguindo esta corrente teórica, um ponto fundamental na hélice tríplice seria a expectativa de que a universidade possui um grande papel na sociedade, a chamada “terceira missão”

(ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 1998). Assim, as universidades teriam a função do desenvolvimento tecnocientífico, sendo uma das bases para inovação. Princípio este ancorado até mesmo na Constituição Federal do Brasil de 1988, na qual apresenta a liberdade de cátedra e suas relações com a liberdade de aprender, de ensinar e de pesquisar (BRASIL, 1988).

E aqui se apresenta um dos gargalos relacionados ao desenvolvimento tecnocientífico e de inovação na região do Litoral do Paraná. Isso porque ao considerarmos que a inovação estaria fundamentada na tecnologia, que por sua vez depende da ciência, associado ao conceito da Hélice Tripla, na qual as universidades teriam este papel fundamental do desenvolvimento científico, alguns números baixos apresentados no litoral paranaense pode ser um dos grandes desafios para inovação (Figura 1).

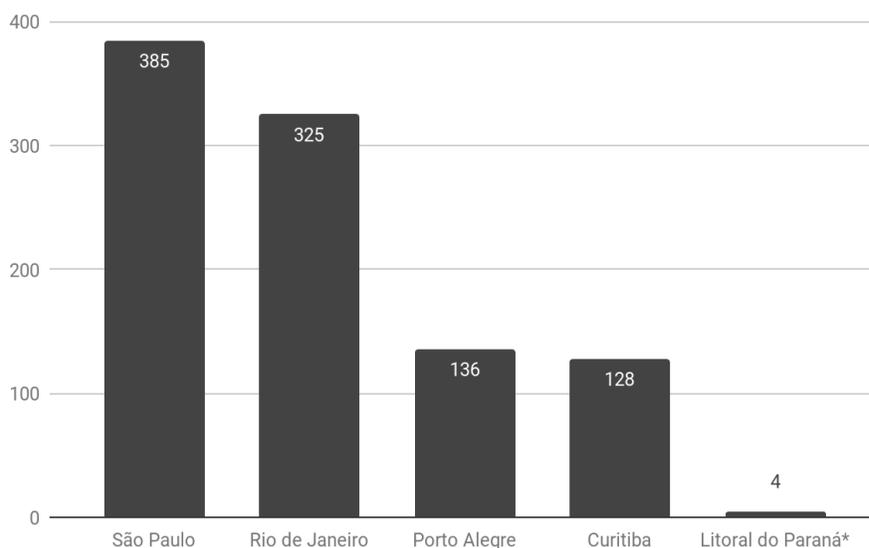


Os três primeiros municípios apresentam os maiores valores para o país. O valor representado para o Litoral do Paraná estaria representado pelos municípios de Paranaguá, Matinhos, Antonina, Guaratuba, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba e Morretes.

FIGURA 1 - NÚMERO DE UNIVERSIDADE E CENTROS UNIVERSITÁRIOS EM DIFERENTES CIDADES DO BRASIL

FONTE: Adaptado de INEP (2017).

Associado a esta característica, num cenário não muito favorável para inovação, dentro das universidades e centros universitários a área responsável fundamentalmente pela pesquisa científica seriam os programas de pós-graduação. Desta forma, os baixos valores para o Litoral do Paraná são reforçados (Figura 2).



Os quatro primeiros municípios apresentam os maiores valores para o país. O valor representado para o Litoral do Paraná contempla os municípios de Paranaguá, Matinhos, Antonina, Guaratuba, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba e Morretes.

FIGURA 2 - NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIFERENTES CIDADES DO BRASIL

FONTE: Adaptado de INEP (2017).

Vale destacar que apesar do Litoral do Paraná representado pelos seus sete municípios possuir cinco universidades, os quatro programas de pós-graduação concentram-se em apenas duas instituições. Três estão na Universidade Federal do Paraná (UFPR), sendo estes programas o mestrado em “Desenvolvimento Territorial Sustentável” e o “Mestrado Profissional de Ensino das Ciências Ambientais”, ambos no Campus Litoral, o mestrado e doutorado em “Pós-Graduação em Sistemas Costeiros Oceânicos”

no Campus do Centro de Estudos do Mar (CEM), e o quarto Programa, por sua vez, está no Instituto Federal do Paraná com o mestrado em “Ciência, Tecnologia e Sociedade”.

Ao repensarmos o conceito da “Hélice Tríplice”, mantendo a escala do Litoral do Paraná, mas agora tendo o ponto de vista do estado, cabe ressaltar que uma iniciativa do governo seria criar políticas públicas que favoreçam a inovação. Um exemplo disso foi a Lei Ordinária 3468 de 2015 de Paranaguá-PR, que possui o Capítulo VIII o qual trata especificamente sobre formas de Estímulo à Inovação. Dentre estas, destacamos a Subseção I que regulamenta os Programas de Estímulo à Inovação, incluindo os tópicos de Educação Empreendedora e do Acesso à Informação (PARANAGUÁ, 2015). Nesta lei recebem especial destaque os artigos abaixo:

Art. 54 O Município manterá programas específicos de estímulo à inovação para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive quando estas revestirem a forma de incubadoras, observando-se o seguinte (Lei Complementar nº 123/06, art. 65):

I - as condições de acesso serão diferenciadas, favorecidas e simplificadas.

II - o montante de recursos disponíveis e suas condições de acesso deverão ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.

...

Art. 57 § 2º A desoneração referida no caput deste artigo terá como limite individual o valor máximo de 50% dos tributos municipais devidos.

...

Art. 58 A Administração Pública Municipal para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das empresas de micro e pequeno porte, fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas através de instituições tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Públi-

co - OSCIP, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município ou região de Influência.

...

Art. 59 A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do Município e região de influência.

...

Art. 65 Fica o Poder Público Municipal autorizado a firmar parcerias ou convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de educação empreendedora, com objetivo de disseminar conhecimentos sobre gestão de microempresas e empresas de pequeno porte, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e assuntos afins. (PARANAGUÁ, 2015, Art. 54 - 65).

Porém, a existência de marcos regulatórios por si só não é suficiente para criar um ambiente ou um ecossistema de inovação. Isso porque apesar da existência desta Lei Ordinária de Paranaguá, no Litoral do Paraná ainda são raros exemplos ou casos de sucesso que a utilizam. Corrobora-se esta proposta, Rauén (2016), ao analisar a Lei nº 13.243/2016, que apesar de existir um regramento jurídico específico buscando um estímulo ao engajamento de entes públicos em atividades de inovação com empresas, esta Lei de Inovação não foi suficiente para alterar a dinâmica da pesquisa no Brasil.

Ainda nesta perspectiva, segundo a mesma autora, atualmente no Brasil a legislação relacionada com a inovação carece de definições claras sobre as práticas e o modo de operação da gestão da inovação em parcerias com instituições privadas. Esta característica então levaria a uma incerteza jurídica na execução de algumas atividades relacionadas à inovação. Em especial na gestão de recursos financeiros oriundos de outras fontes que os tradicionais mecanismos de incentivos a atividade relacionada a produção científica. Dessa maneira, mecanismos regulatórios

sozinhos seriam incapazes, até o momento, de implementar um instrumento promotor da interação público-privada para a realização da atividade inovativa no Brasil (RAUEN, 2016, LABIAK JÚNIOR; MACEDO; TRINDADE, 2014).

Associado a estas características e trabalhando o terceiro elemento da hélice, as empresas (setor privado), acredita-se também que estas também não conseguem atuar ou estabilizar sozinhas o desenvolvimento de um ambiente ou ecossistema inovador. Isso porque o setor empresarial possui um único e exclusivo foco que seria atender as demandas do mercado. Ou seja, a este somente interessa os consumidores e apenas estes seriam a força motora para o fornecimento de produtos e/ou serviços inovadores, mas que precisam atender as necessidades dos clientes (STAL; FUJINO, 2005, BERNI et al., 2015).

Proposta para o litoral do Paraná: nova forma de analisar o território litorâneo do Paraná

O Litoral do Paraná pode ser caracterizado pela sua complexidade. Desta forma, o presente trabalho não possui a pretensão de orientar uma única saída para as questões socioambientais, representadas muitas vezes por uma série de conflitos. Por outro lado, ao admitirmos esta característica deste território, podemos trabalhar os problemas socioambientais, a partir de uma percepção cada vez mais estreita entre sociedade e natureza e não na sua dissociação (LEIBNIZ et al., 2017, BOFF, 2016). Problemas urbanos e a degradação socioambiental, a complexidade das realidades física, biológica e antropossociais que constituem e produzem os espaços urbanos implicam uma revisão profunda no modo de pensar e planejar (LEFF, 2010).

Ao partirmos destes princípios, podemos assumir uma nova abordagem proposta por Latour em sua Teoria Ator-Rede

(do inglês Actor-network Theory - ANT). Abordagem essa já trabalhada por Silva (2019), na qual desenvolve um *Framework* Analítico de Governança em Áreas Marinhas Protegidas. A partir deste referencial, podemos avaliar a possibilidade de ampliar o conceito de Hélice Tríplice em dois aspectos. O primeiro, por meio de conexões entre os diferentes atores humanos e não humanos (LATOUR, 2005; 2012), e a discussão de governança interativa (KOOIMAN, 2003).

Nesta ampliação da rede, baseada na abordagem da Teoria Ator-Rede, seria possível adicionar outras instituições importantes no Litoral do Paraná, como por exemplo, as Organizações Não Governamentais (ONG - terceiro setor) e os elementos relacionados ao meio ambiente e cultura do território. Ou seja, nas discussões sobre tecnologia ou inovação seria fundamental a inclusão de dados, informações e atores relacionado às características ambientais e culturais do Litoral do Paraná. Por exemplo, ao analisarmos as possibilidades de inovação para pesca, informações sobre o peixe (espécie, ciclo de vida, habitat, etc.), assim como características da cultura caiçara precisam não só ser incluídas, mas fundamentalmente valorizadas. Tendo claro que estes elementos, peixe e pescador, influenciam-se mutuamente. Seguindo a ANT, "um ator não é a fonte de um ato em si, mas um alvo móvel de um amplo conjunto de ações. Ao seguir os atores por muitas ações, a proposta é ter mais condições para tratar a natureza dos grupos, das ações, dos objetos e dos fatos" (LATOUR, 2012). Ou seja, seria preciso levar em consideração em uma análise de rede, não só os atores humanos e não humanos, mas também suas ações e conexões. Além disso, seria preciso entender que estes estariam conectados entre si por meio de diferentes processos de tradução, em uma rede heterogênea (LATOUR, 1994).

Por se tratar de uma rede muito grande e complexa, a discussão sobre a criação de um centro tecnológico de inovação

precisa levar em consideração discussões mais profundas sobre sua implementação, política e governança (SILVA, 2019). Assim, a discussão sobre o processo decisório e sobre governança interativa torna-se um dos pontos fundamentais para realização de qualquer proposta para o litoral do Paraná, como a de criação de um centro tecnológico de inovação.

Mais especificamente, Kooiman em 1999, em sua revisão bibliográfica sobre governança, afirmou ser este um conceito utilizado em variedade tão grande de significados que se tornou necessário estabelecer dimensões de análise antes de retirar dele qualquer contribuição. Porém, alguns anos mais tarde, em 2003, Kooiman complementa seus estudos com uma importante característica que compõe o conceito de governança pública relacionando-o a uma perspectiva sociopolítica. Dessa forma, a governança consistiria em um processo de interação que ocorre a partir do envolvimento de diferentes atores, tanto públicos como privados. Sua base do conceito de governança residiria na interação e coexistência entre “Mercado, Estado e Sociedade civil”. Desta forma, a governança defendida não caberia mais ao governo, isoladamente, pensar num modelo de gestão levando em consideração o Estado, Mercado e Sociedade civil, marcada pela independência entre os atores (KOOIMAN, 2003).

Outro atributo da governança consistiria na existência de espaços deliberativos de gestão. Assim, a efetividade das instituições políticas depende da incorporação de diversos atores envolvidos processos de decisão, permitindo assim uma relação de diálogo ativa com a sociedade, indo além da participação representada (BEVIR, 2010). Desta forma, o sistema de governança defende uma maior participação, além daquela associada com a democracia representativa. Neste ponto a teoria proposta por Latour, com atores não humanos, poderia ser contemplada pelo conceito de Kooiman, em novas formas e processos de tomada de decisão.

Nesse sentido, temos, no quadro 1, as características e os atributos apresentados na rede de governança (RAQUEL; BELEN, 2012).

Novo olhar, novo conceito, novas formas de inovar em modelos negócios

Assumindo a complexidade do Litoral do Paraná, associada com uma rede complexa envolvendo um grande número de atores humanos e não humanos associado a estes, suas ações permite uma nova forma de olhar para este território. E a partir deste novo olhar, seria o primeiro passo para inovar em modelos de negócios.

Um exemplo desta aplicação seria o conceito de “Solução baseada na Natureza” (SbN), o qual foi aplicado com Oliveira (2019), no Litoral do Paraná. A partir deste conceito, seria possível moldar o ecossistema a partir de uma tecnologia integrada, contribuindo para a resiliência de um território, indo além dos princípios da sustentabilidade, ou no conceito baseada no design biofílico. Pois tais ações além de corroborar a manutenção dos serviços ecossistêmicos, também trazem uma série de benefícios para a área econômica pautada na análise holística e no bem estar social.

QUADRO 1 - ATRIBUTOS E CARACTERÍSTICAS IDENTIFICADAS NA REDE DE GOVERNANÇA. NESTA A PRINCIPAL ADAPTAÇÃO SERIA A ADIÇÃO DE ELEMENTOS AMBIENTAIS OU ATORES NÃO HUMANOS COMO POSSÍVEIS EXEMPLOS DE UMA NOVA CARACTERÍSTICA A SER CONSIDERADA NA GOVERNANÇA

Atributos	Características identificadas	
Coexistência entre Estados, Mercado, Sociedade e Atores não humanos	Papel dos atores	Independentes e autônomos.
	Influenciada por	Conflitos e tensão - disputa política; Corresponsabilidades; comportamento e cultura política dos atores; ciclo de vida de espécies alvo; ciclos biogeoquímicos; vínculos interorganizacionais; relações na cadeia trófica.
	Adequa-se às situações	Em que não há responsável claro; e quando não há regulação centralizada excessiva; Fatores ambientais impossíveis de se controlar.
	Demanda dos atores	Participação efetiva; Habilidade de gestão diferenciadas - confiança, colaboração e diálogo; influência nas agendas*
Estado ativador e coordenador de redes e formas colaborativas de gestão com a finalidade de coproduzir o bem público e os serviços ecossistêmicos	Papel do Estado	Garantidor dos objetivos e responsável por envolver de maneira harmônica os vários atores. Co-produtor do bem público e facilitador das interações sociopolíticas; Regulador do acesso à alguns bens e serviços ecossistêmicos ou ambientais.
Estrutura institucional baseada em formas colaborativas de gestão e estratégias de cooperação	Tipologia	Redes; Parcerias público privadas; Estruturas de cooperação formais e/ou informais; Estruturas governamentais colaborativas entre público e privado.
	Estrutura	Formas novas e flexíveis de se relacionar; não hierárquica. Aberta, cooperativa e confiável.
	Normatividade	Necessidade de regulamentos claros, não "engessadas".
	Perfil dos atores	Governo estabelece espaços de resolução de problemas.

FONTE: Adaptado de Raquel e Bellen (2012).

* influência da época da tainha, no litoral do Paraná, movimentando toda a sociedade e comércio em uma data específica do ano, conforme os ciclos desta espécie.

Ao levarmos em consideração estes novos conceitos, considerando a longa literatura relacionada aos planos e modelos

de negócios, o que realmente leva a inovação em um modelo de negócio atualmente não está clara. A literatura geralmente molda um modelo comercial de inovação no contexto da proposta de valor para o cliente (SILVA et al., 2016).

A inovação de modelo de negócios trata da criação de novas proposições de valor, dos sistemas relacionados à entrega e captura de valor. Dessa forma, Richardson (2008) propõe que a criação de um novo modelo poderia consistir em:

- produtos e/ou serviços que uma empresa oferece para seus clientes;
- um sistema de criação e entrega de valor, na forma de atividades, processos e recursos através dos quais a empresa entrega a proposta de valor para alcançar certa vantagem competitiva; e
- na captura de valor, como a empresa gera receitas e lucros com a entrega da proposta.

Assim, um modelo de negócio descreve o design ou a arquitetura de como o valor é criado, entregue e capturado por uma organização. Além disso, outro ponto importante seria que a ferramenta de mapeamento de valor seria beneficiada por ser integrada com princípios da inovação orientada por usuários, de forma a abordar a importância da criatividade, da experimentação e da interação como uma maneira de atender às necessidades dos usuários, ao mesmo tempo em que cria oportunidades lucrativas de negócios (TEECE, 2010, BALDASSARRE et al., 2017). Então, um modelo de negócio pode ser apresentado por uma "lógica de um sistema de negócios para criar valor". Um exemplo disso seria o padrão de comércio eletrônico, como uma base de ferramentas que permitam a compreensão, o compartilhamento, a comunicação, a mudança, a mediação e a simulação dos modelos a serem implantados (OSTERWALDER,

2002). Dentro desta mesma ideia, Osterwalder e Pigneur (2014) apresentam uma proposta na qual seria possível captar uma maior aproximação da proposta criada pela empresa e entendida pelo cliente.

O design da proposta de valor apresentado consiste em realizar a observação do segmento de clientes e do mercado, de modo a criar valor com as soluções desenhadas baseadas em problemas. Para tanto, o valor seria criado por meio da junção das atividades do segmento/mercado com as atividades desenvolvidas para tal solução seriam traduzidas em produtos, serviços ou modelos de negócios, conforme sistematizado na Figura 3 (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2014).

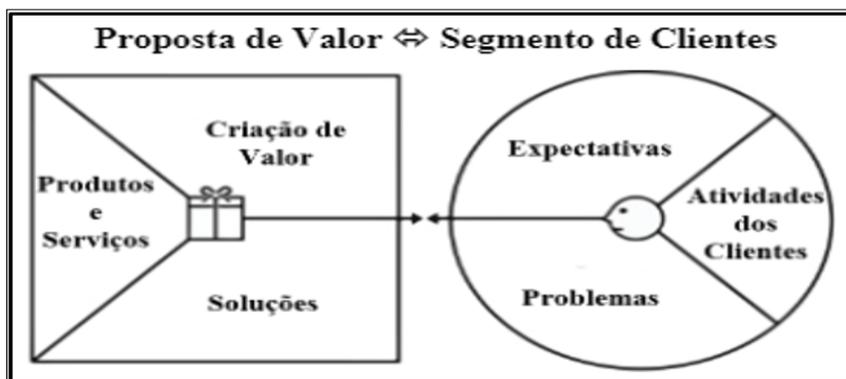


FIGURA 3 - DESENHO ESQUEMÁTICO REPRESENTANDO O CONCEITO DE DESIGN DE PROPOSTA DE VALOR

FONTE: Silva (2019), adaptado de Osterwalder e Pigneur (2014).

Segundo Zott (2011), seria preciso deixar claro que: criar valor é mais do que apenas mudar as ofertas de produtos e serviços para o cliente; inovação em modelos de negócios envolve a mudança "do jeito que você faz negócios", em vez de "o que você faz" e, portanto, "deve ir além do processo e dos produtos". Seria necessário considerar que um modelo de negócios envolve um conjunto mais amplo de partes interessadas, não apenas a empresa, permitindo o desenvolvimento de uma perspectiva de

rede de valor ampla inovadora e transformadora (SOMMER, 2012). Esta proposta de inovação de um modelo de negócio pode ser estendida para além da entidade da empresa, seus clientes e acionistas, incluindo o valor capturado para as principais partes interessadas. Os modelos de negócios atualmente já envolvem as esferas econômica, social e ambiental, buscando agregar valor aos seus negócios e envolvendo uma ampla gama de stakeholders (BOCKEN et al., 2013, BEATTIE; SMITH, 2013).

Dessa forma, podemos agregar facilmente o conceito de SbN como estratégia de negócio ou uma forma de gerar valor. Associado a este conceito, podemos então levar em consideração uma rede maior de atores e inserir elementos naturais (não humanos) como influenciadores na tomada de decisão. Estes elementos naturais (ou atores não humanos), precisam ser associados culturalmente. Ou seja, para o Litoral do Paraná a cultura Caiçara, assim como os comportamentos populacionais territoriais, como por exemplo, os movimentos pendulares entre Paranaguá e os outros seis municípios da região, são fundamentais para estruturação de negócios disruptivos ou inovadores para a região.

Associado a estas ideias a área da Tecnologia da Informação (T.I.) podem auxiliar na transformação do negócio, possibilitando aumentar a escala e conseqüentemente o impacto do modelo proposto. Um exemplo poderia ser no desenvolvimento de tecnologias verdes, criando assim soluções físico-digitais híbridas capazes de cumprir o desempenho organizacional, requisitos que contribuem para práticas comerciais sustentáveis (HANELT et al., 2017). Por outro lado, apesar desta possibilidade de integração da área da T.I, com novas formas de negócios relacionados a Gestão Ambiental ou a SbN, atualmente não existem muitos estudos relacionados com inovação e sustentabilidade, mesmo quando há evidências que sugerem que através da convergência desses dois processos, os impactos e benefícios a longo prazo (AVILA et al., 2017, BOCKEN et al., 2013).

Por outro lado, atualmente há uma crescente importância dos impactos relacionados à Mudança do Clima. Por sua vez, a inovação ecológica ou inovação técnica, poderá ser uma área prioritária, com investimentos em pesquisa acadêmica ou na gestão econômica e social (BORGHESI et al., 2013). Outra possibilidade de novos modelos de negócios integrando a área da T.I. e Gestão Ambiental poderia ser a redução de uso ou dependência de recursos naturais (incluindo matéria-prima, energia, água e terra), além da busca de formas de diminuir a liberação de substâncias nocivas, introduzindo um produto novo (bem ou serviço), processo, mudança organizacional ou programas de mercado (CHEN et al., 2017).

Caminhos para criação de um centro tecnológico de inovação: Aplicação de Indicadores e Desafios a serem enfrentados

Um conjunto de indicadores formam um importante instrumento para análise de desempenho. Além disso, um bom grupo de indicadores pode auxiliar na tomada de decisão e na busca de alternativas mais eficientes em casos de baixo desempenho ou baixos resultados inesperados.

Dentre os vários indicadores possíveis relacionados ao impacto de um Centro Tecnológico de Inovação, abaixo são apresentados alguns destes, tendo como base o trabalho apresentado por Zen (2019):

- Número de universidades e centros universitários;
- Número de programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- Número de patentes depositadas e proteções de software solicitadas por ano;
- Repasses do governo federal para C&T per capita;

Número de startups aceleradas ou em processo de aceleração;
Número de programas de aceleração com investimento;
Número de investidores em aceleradoras;
Número de investidores anjo;
Número de bancos com linhas de microcrédito;
Taxa de desemprego (Emprego);
Número de Eventos Técnico-científicos por ano (Cultura);
Número de conflitos socioeconômicos (caracterizados por processos civis e/ou criminais);
Número de negócios que envolvam a conservação da biodiversidade;
Tempo de atuação de empresas na região;
Número de cursos formais ou não-formais na região que abordem estes temas;
Volume ou valores das pequenas empresas ou startups criadas na região;
Instrumentos regulatórios relacionados à inovação (aplicação e criação);
Espaços específicos voltado para inovação e desenvolvimento tecnológico;
Número de projetos apoiado por empresas ou instituições privadas na área de inovação;
Volume ou valores dos projetos relacionados a inovação e desenvolvimento tecnológico;
Formas de reconhecimento e valorização da cultura local.

Ao imaginarmos os próximos passos relacionados a criação e manutenção de um Centro Tecnológico de Inovação, também seria possível prever alguns desafios. Esta lista teve como base as propostas feitas por Zen (2019):

Alinhar as estratégias de formação de talentos do ensino básico ao superior, com foco no empreendedorismo e inovação;

Divulgar boas práticas e metodologias para o ensino básico;
Criar campanha de comunicação divulgando as vantagens da inovação, da tecnologia e da ciência;
Aprimorar a formação, retenção e atração de talentos com oportunidades de experiências práticas e uma visão global e crítica aos desafios da sociedade;
Difundir o conhecimento sobre propriedade intelectual e modelo de negócios para pesquisadores e empreendedores;
Formar e atrair investidores anjo para fases iniciais dos empreendimentos inovadores;
Melhorar infraestrutura de dados e telecomunicações;
Desenvolver um planejamento municipal de longo prazo na área de inovação e empreendedorismo;
Melhorar a integração entre entidades públicas e privadas para solução dos problemas de infraestrutura;
Buscar novas formas ou fontes de energia para suprir a constante demanda por fontes elétricas;
Centralizar as atividades de apoio ao empreender em um único local por meio de parceria de governo do estado, da Prefeitura e do outras entidades;
Organizar uma agenda coletiva para eventos e capacitações na área do empreendedorismo e inovação;
Promover mais atividades culturais e sociais nos espaços públicos;
Apoiar e divulgar ações da sociedade civil relacionado aos ambientes naturais;
Valorizar os serviços ecossistêmicos da região;
Considerar os bens naturais e os serviços ecossistêmicos em novos modelos de negócios;
Incentivar os negócios que identificam e preservem os recursos naturais, fortalecendo a cultura local das comunidades litorâneas;
Evitar a atração de grandes projetos de infraestrutura como única estratégia de desenvolvimento;

Revitalizar e/ou recuperação de áreas degradadas, tendo com princípio o conceito de Solução baseada na Natureza.

Considerações finais

Uma proposta de criação de um Centro Tecnológico de Inovação em Gestão Ambiental e Negócios no Litoral do Paraná viável precisa ser feita por um conjunto de instituições (como universidades, órgãos do governo, instituições privadas e organizações da sociedade, ong). Além disso, seria preciso considerar neste Centro as características ambientais e culturais do Litoral do Paraná, como os atores e ações fundamentais numa estratégia que tenha como objetivo não só o desenvolvimento econômico, mas principalmente, o bem-estar social. Dessa forma, para que esta proposta seja efetiva e estável, seria preciso antes levar em consideração alguns conceitos associados a um Centro como este como, por exemplo, a indissociabilidade entre tecnologia, ciência, inovação e sociedade. Além disso, estes conceitos precisam ser contextualizados ou aplicados à realidade do Litoral do Paraná. Com isso, a implantação de um Centro Tecnológico de Inovação no litoral do Paraná apresenta grande complexidade, seja pelas características ambientais, atores ou características endêmicas compondo um ecossistema de inovação singular. Associado a isso, há indícios de baixo apoio ou estrutura destinada a inovação, seja pelas poucas universidades e programas de pós-graduação presentes, pela ineficácia das políticas públicas relacionadas ao tema, ou pela baixa proatividade das empresas ou do setor privado. Por outro lado, a riqueza ambiental, associada às características culturais intrínsecas do Litoral do Paraná podem gerar uma oportunidade única de desenvolvimento tecnológico e inovação utilizando novos princípios para isso, como por exemplo, a Solução baseada na Natureza. Desta forma, apesar dos desafios identificados, acredita-se que o Litoral do Paraná, desde que se

adapte a outros modelos de negócios, tem condições de abrigar um Centro Tecnológico.

Referências

- AVILA, L. V.; LEAL, W.; BRANDLI, L.; MACGREGOR, C. J.; MOLTHAN-HILL, P.; OZUYAR, P. G.; MOREIRA, R. M. Barriers to innovation and sustainability at universities around the world. **Journal of Cleaner Production**, v. 164, p. 1268-1278, oct. 2017.
- BALDASSARRE, B.; CALABRETTA, G.; BOCKEN, N. M. P.; JASKIEWICZ, T. Bridging sustainable business model innovation and user-driven innovation: A process for sustainable value proposition design. **Journal of cleaner production**, v. 147, p. 175-186, 2017.
- BAZZO, W. A.; PALACIOS, E. M.; GALBARTE, J. C.; LUJÁN, L. J.; VALDÉS, C. **Introdução aos estudos CTS** (Ciência, Tecnologia e Sociedade). Cadernos de Ibero-América, ed. OEI, n. 1, 2003.
- BERNI, J. C. A.; GOMES, C. M.; PERLIN, A. P.; KNEIPP, J. M.; FRIZZO, K. Interação universidade-empresa para a inovação e a transferência de tecnologia. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 258-277, maio 2015.
- BEATTIE, V.; SMITH, S. **Value creation and business models**: Refocusing the intellectual capital debate. *The British Accounting Review*, 2013.
- BEVIR, M. **Democratic governance**. New Jersey: Princeton, 2010.
- BOCKEN, N.; SHORT, S.; RANA, P.; EVANS, S. A value mapping tool for sustainable business modelling. **Corporate Governance**, v. 13, n. 5, p. 482-497, 2013.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. 5.ed. revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- BORGHESI, S.; COSTANTINI, V.; CRESPI, F.; MAZZANTI, M. Environmental innovation and socioeconomic dynamics in institutional and policy contexts. **J. Evol. Econ.**, v. 23, p. 241-245, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CHEN, J.; CHENG, J. H.; DAI, S. Regional eco-innovation in China: An analysis of eco-innovation levels and influencing factors. **Journal of Cleaner Production**, v. 153, n. 1, p. 1-14, 2017.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. A centralidade do conceito de inovação tecnológica no processo de mudança estrutural. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 21 n.2, p.58-76. 2000.
- ETZKOWITZ, H. From knowledge flows to the triple helix. **Industry & Higher Education**, v. 10, n. 6, p. 337-338, 1996.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The endless transition: a "triple helix" of university - industry - government relations. **Minerva**, v. 36, n. 3, p. 203-208, 1998.

- FREEMAN, C. **La teoría económica de la innovación industrial**. Madrid: Alianza, 1975.
- HANELT, A.; BUSSE, S.; KOLBE, L. M. Driving business transformation toward sustainability: exploring the impact of supporting IS on the performance contribution of eco-innovations. **Information Systems Journal**, v. 27, n. 4, p. 463-502, 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **MEC e Inep divulgam dados do Censo da Educação Superior 2016**. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206>
- KOOIMAN, J. Social-political governance: overview, reflexions, design. **Public Management**, v. 1, n. 1, p. 67-92, mar. 1999.
- KOOIMAN, J. **Governing as governance**. London: SAGE, 2003.
- LABIAK JÚNIOR, S.; MACEDO, M.; TRINDADE, E. P. Habitats de Empreendedorismo Inovador. In: **Transferência de Conhecimento entre Incubadoras, Universidade e Sociedade**. 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/59533124-Habitats-de-empreendedorismo-inovador-in-transferencia-de-conhecimento-entre-incubadoras-universidade-e-sociedade-isbn.html>>
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos, ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LATOUR, B. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor Network Theory**. New York: Oxford University Press, 2005.
- LATOUR, B. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**, Salvador: Edufba, 2012; São Paulo, Edusc, 2012.
- LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LEIBNIZ, C. A.; SPANGENBERG, J. H.; SCHRÖTER, B. Nature-based solutions: criteria. **Nature**, v. 543, n. 7645, p. 315, 16 mar. 2017.
- NASCIMENTO, D. E.; LABIAK JÚNIOR, S. **Ambientes e dinâmicas de cooperação para Inovação**. Curitiba: Aymar. p. 122. 2011.
- NIOSI, J. SAVIOTTI, P.; BELLON, B.; CROW, M. National systems of innovation: in search of a workable concept. **Technology in Society**, v. 15, n. 2, p. 207-227, 1993.
- OLIVEIRA, P. **Solução baseada na Natureza no contexto da Ciência, Tecnologia e Sociedade**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Instituto Federal do Paraná, Paranaguá, 2019.
- OSTERWALDER, A. **An e-business model ontology for the creation of new management software tools and IS requirement engineering**. FIP DsiAge' 2002 doctoral consortium, Cork, Ireland, 2002.
- OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. **Value proposition design**. United States of America: Wiley Library, 2014.
- PALACIOS, E. M. G.; GALBARTE, J. C. G.; BAZZO, W. **Introdução aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Organización de Estados Iberoamericanos (OEI), 2005.

PARANAGUÁ. **Lei ordinária nº 3468, de 23 de junho de 2015.** Dispões sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação de Paranaguá e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2015/346/3468/lei-ordinaria-n-3468-2015>>

RAQUEL, I.; BELLEN, H. M. **Contribuição à Concepção da Governança Pública: Uma Análise a partir da Visão de Especialistas.** 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB1003.pdf>

RAUEN, C. V. O novo marco legal da Inovação no Brasil: O que muda na relação ICT-Empresa? **Revista Radar**, n. 43, p. fev. 2016.

RICHARDSON, J. The business model: an integrative framework for strategy execution. **Strategic change**, v. 17, n. 5-6, p. 133-144, 2008.

SILVA, J. P. N.; OLIVEIRA, C. C.; TONELLI, D. F.; SUGANO, J. Y. Modelos de negócios para o mercado deecoinovação: um estudo bibliométrico evolutivo de 1995 a 2016. **Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior**, v. 1, n. 1, 2019.

SILVA, M. D. **Framework analítico de governanças em áreas marinhas protegidas: abordagens teórica e empírica.** 218 f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba. 2019.

STAL, E.; FUJINO, A. As relações Universidade-Empresa no Brasil sob a ótica da Lei da Inovação. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, v. 2, n. 1, p. 5-19, 2005.

SOMMER, A. **Managing green business model transformations.** Springer Verlag, Berlin Heidelberg, 2012.

TEECE, D. Business models, business strategy and innovation. **Long range planning**, v. 43, n. 2-3, p. 172-194, 2010.

ZEN, A.; GAZARO, D.; FACCIN, K.; FRANKE, L. **Mapeamento do Ecossistema de Inovação: percepções e desafios.** 2019.

ZOTT, C.; AMIT, R.; MASSA, L. The Business Model: Recent Developments and Future Research. **Journal of Management**, v. 37, n. 4, p. 1019-1042, 2011.





Foto: Na chapa, Diomar Augusto de Quadros (2015).

PARTE III

TERRITÓRIO E SAÚDE

TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO: RELAÇÕES COM A SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA 325

Silvana Márcia P. S. Coelho; Fernanda Reis; Ronaldo Ribeiro Jacobina

QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS ATIVOS NO LITORAL DO PARANÁ . . . 347

Marisete T. Hoffmann-Horochovski; Luciana Vieira Castilho-Weinert; Eliane Siqueira Oliveira; Erick Renan Xavier de Oliveira

RETRATO DAS VIOLÊNCIAS NO LITORAL DO PARANÁ: ESTUDO RETROSPECTIVO (2014 A 2017) BASEADO EM INDICADORES 367

Viviani Aparecida Cruz; Clóvis Wanzinack; Mauricio Polidoro; Marcos Claudio Signorelli

ANÁLISE TEMPORAL DA CORRELAÇÃO ENTRE POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM PARANAGUÁ - PR 391

Anielly Dalla Vecchia; Emerson Joucoski; Roberto Eduardo Bueno; Rodrigo Arantes Reis



TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO: RELAÇÕES COM A SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA

Silvana Márcia P. S. Coelho

Fernanda Reis

Ronaldo Ribeiro Jacobina

Introdução

Os conceitos de território e territorialização são centrais para a Geografia e têm certa tradição também em outras áreas. Na Ciência Política são enfatizadas as relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção. Já a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (SANTOS, 2006; SANTOS, 2010; SANTOS, 2012; SANTOS e RIGOTTO, 2011). Na área de Saúde, estes conceitos estão implícitos na definição de saúde pela Organização Mundial de Saúde- OMS, que a define como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Embora o conceito de bem-estar seja muito amplo, mas também por causa disto, o território onde os sujeitos moram deve ser provido dos bens públicos, como segurança, saúde, mobilidade, acessibilidade, espaços de lazer e educação para que se alcance bem-estar.

No Brasil, a saúde pública é organizada em um Sistema, o Sistema Único de Saúde - SUS, criado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e guarda expressiva relação com a concepção de território, tanto no que se refere à estrutura

organizacional, através da descentralização e participação da comunidade, descritos no Art. 198, das atribuições de vigilância sanitária e epidemiológicas, descritas no Art. 200, e de diretrizes, como a regionalização e a hierarquização, definidas a partir de uma base territorial formada por agregações progressivas, que se inicia com a estratégia de saúde da família, através da atuação dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família que atuam em determinadas áreas de abrangência relacionadas às unidades de saúde (MENDES et al.,1999).

Salienta-se que, de acordo com a lei nº 8080, de 1990, as ações e serviços de saúde têm como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990). É de se esperar, portanto, que a formação dos profissionais de saúde enfatize a compreensão de conceitos relacionados aos princípios, diretrizes e políticas do Sistema de saúde do país, assim como o conceito de território e territorialização e sua relação com estas políticas. Este texto tem como objetivo apresentar subsídios para a compreensão da relação do território com a saúde das pessoas e com a organização dos sistemas de saúde.

No campo da saúde pública no Brasil, as práticas de saúde mais próximas do cotidiano da vida das comunidades são aquelas vinculadas às atividades da Atenção Primária à Saúde, através da Estratégia de Saúde da Família- ESF. Neste contexto é fundamental refletir sobre o significado da expressão "atenção primária à saúde" que, apesar de ser largamente utilizada, ainda apresenta diferentes interpretações, desde uma concepção abrangente, que envolve a participação das famílias e da comunidade no cuidado da saúde; até um foco seletivo de intervenções de baixo custo, voltada a combater doenças em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Inicialmente faremos uma reflexão sobre as diferentes interpretações da expressão “atenção primária” a fim de entender a concepção utilizada pela organização do sistema de saúde público brasileiro. A seguir será feita uma breve abordagem sobre os conceitos de território e territorialização e suas relações com saúde e apresentaremos as estratégias da atenção primária em saúde no SUS que utilizam o conceito de território. Como considerações finais, discutiremos os desafios e avanços da incorporação do conceito de território e territorialização na implantação do sistema público de saúde brasileiro.

Atenção primária à saúde (APS): diferentes interpretações

De acordo com Giovanella e Mendonça (2009), identificam-se três linhas principais de interpretação para a expressão “atenção primária”: 1) programa focalizado e seletivo, com cesta restrita de serviços; 2) um dos níveis de atenção, que corresponde aos serviços ambulatoriais médicos não especializados de primeiro contato, incluindo ou não amplo espectro de ações de saúde pública e de serviços clínicos direcionados a toda a população; 3) de forma abrangente, uma concepção de modelo assistencial e de organização do sistema de saúde.

O marco histórico para a discussão da atenção primária foi a Conferência Internacional sobre Atenção Primária em Saúde, organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), realizada em 1978 em Alma Ata, na época uma das repúblicas da União Soviética. Nesta Conferência a atenção primária foi entendida como atenção à saúde essencial, fundada em tecnologias apropriadas e custo-efetivas, primeiro componente de um processo permanente de assistência sanitária, cujo acesso deveria ser ga-

rantido a todas as pessoas e famílias da comunidade mediante sua plena participação (STARFIELD, 2004).

Tal concepção de atenção primária expressada na Declaração de Alma Ata é, portanto uma concepção abrangente, que considera a APS como função central do sistema nacional de saúde e como parte do processo mais geral de desenvolvimento social e econômico das comunidades, o que envolve a cooperação com outros setores de modo a promover o desenvolvimento social e enfrentar os determinantes de saúde mais amplos de caráter socioeconômico (BUSS; PELLEGRINI-FILHO, 2007).

Ressalta-se que a abordagem mais abrangente das intervenções em saúde reflete o contexto mundial favorável, no qual predominavam os governos socialdemocratas em países europeus, e a renovação da OMS, destacando-se a atuação de Halfdan Mahler, um médico com senso de justiça social e experiência em saúde pública em países em desenvolvimento. Nesse contexto favorável, foi proposta a meta de "Saúde para Todos no Ano 2000" (GIOVANELLA; MENDONÇA, 2009).

Um ano após a conferência de Alma Ata outra interpretação para atenção primária foi discutida na reunião promovida pela Fundação Rockefeller na Itália, com a colaboração de diversas agências internacionais, entre elas o Banco Mundial, a Fundação Ford, a agência canadense Centro Internacional para a Pesquisa e o Desenvolvimento e a estadunidense Agência Internacional para o Desenvolvimento. Nesta reunião a nova perspectiva para a interpretação da expressão atenção primária à saúde, tem um foco seletivo, como estratégia para o controle de doenças em países em desenvolvimento. Nesta concepção, a atenção primária designa um pacote de intervenções de baixo custo para combater as principais doenças em países pobres.

No Brasil, a criação do Sistema Único de Saúde pela Constituição Federal de 1988, com cunho social e universal, teve forte influência das forças propugnadoras da Reforma Sanitária, que estavam de acordo com a interpretação mais abrangente da aten-

ção primária. Segundo Giovanella e Mendonça (2009), talvez isto justifique o uso do termo “atenção básica” para designar a atenção primária no SUS buscando diferenciar as políticas propostas pelo movimento sanitário, distanciando-as dos programas de APS seletivos e focalizados, difundidos pelas agências internacionais.

A lei orgânica da Saúde nº 8080, que dispõe sobre a organização e funcionamento dos serviços do SUS, já apresenta a integração de territórios, assim como a referência e contra referência e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre as diretrizes do SUS, o que coloca em relevância a discussão sobre território e sua relação com a saúde.

Território e territorialização relacionados à saúde

Para o geógrafo baiano Milton Santos (2006), o conceito de território vem se modificando com o tempo. No começo da história do homem, a configuração territorial se relacionava simplesmente ao conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens, a exemplo de estradas, plantações, casas, fábricas, criando uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica, que tende a uma negação da natureza apenas natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada, de forma que cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.

Território e população, portanto, estão relacionados à dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas em seu local de moradia ou de trabalho. Para muitas pessoas, em especial nos bairros onde estão localizadas as Unidades de Saúde da Família, morar e trabalhar acontece no mesmo território. Milton Santos, com sua geografia humana, relaciona o cotidiano das pessoas com o local, com o espaço vivido: “Na vida de todos os dias, a sociedade global

vive apenas por intermédio das sociedades localmente enraizadas, interagindo com o seu próprio entorno, refazendo todos os dias essa relação e, também, sua dinâmica interna, na qual, de um modo ou de outro, todos agem sobre todos” (SANTOS, 2000). Assim, para este autor é importante compreender a diferença entre os conceitos de paisagem e espaço. A paisagem seria tudo que vemos, ou aquilo que a visão alcança a partir da seleção do olhar de cada um. Na paisagem podem ser percebidas as obras dos homens, a exemplo de estradas, plantações, fábricas, casas, praças, jardins etc., criando uma configuração que é o resultado de uma produção histórica, como já foi referido, substituindo a natureza apenas natural por uma humanizada. A paisagem, portanto, é uma “escrita sobre a outra”, já que acumula a herança de muitos momentos históricos na materialidade de um instante da sociedade. Pode ser comparada a uma fotografia. Já o espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso paisagem e espaço são um par dialético. O espaço seria o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (contexto social). É formado de fixos e fluxos. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo (SANTOS, 2012).

Nesta mesma direção, Monken e colaboradores (2008) consideram que a diferença mais marcante entre espaço e território talvez seja a ideia de que o espaço não faz referência a limites e ao acesso, enquanto território imediatamente nos recorda os limites e as restrições ao acesso dos que a ele não “pertencem”. Daí sua importância estratégica para as políticas sociais públicas na consolidação de ações para o enfrentamento de problemas e necessidades da população que o habita e o produz socialmente. Como exemplo, podemos refletir sobre os territórios indígenas, que tem uma demarcação constitucional, mas possuem sua própria expressão de territorialidade.

A fim de compreender melhor esses conceitos, tomaremos como exemplo a Praça Marquês de Olinda, situada no território onde existe uma Unidade de Saúde, que é campo de práticas do módulo Medicina Social e Clínica da Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia, apresentada na Figura 1.

Se considerarmos o conceito de paisagem, vamos descrever uma praça arborizada, que conta com parque infantil, coreto, quadra, dentre outros. Já se formos nos referir à ocupação do espaço da praça, vamos observar que esta ocupação depende de vários fatores, desde fatores objetivos, como o horário ou dia da semana até outros, subjetivos, como as relações de poder. Pela manhã a praça é pouco habitada, é possível ver homens aposentados jogando dominó. A tarde é comum ver crianças brincando e jovens e adultos conversando. À noite, em alguns dias da semana, ocorre o “baba” na quadra. Já nos finais de semana, à noite, a praça é tomada por carros de som, ambulantes com isopor, cadeiras e mesas dos bares, tomando outra configuração de ocupação.

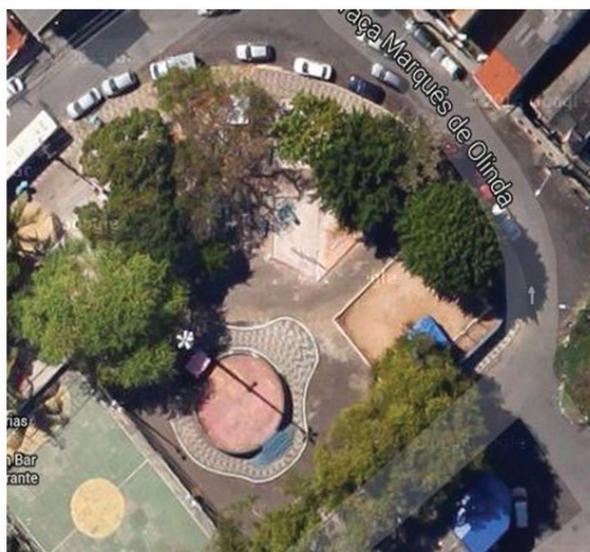


FIGURA 1 - FOTO DA PRAÇA MARQUÊS DE OLINDA, GARCIA, SALVADOR, BAHIA
FONTE: *Jornal A Tarde*, 05 de abril de 2016.

Esta ocupação da praça nos finais de semana para consumo de álcool e outras drogas reflete uma relação de poder, que delimita até o acesso ao espaço e o define como um “pequeno território”, para uso e ocupação de um grupo específico, que fecha ruas e dificulta até a mobilidade do transporte público, que não consegue chegar até o final de linha.

Pode-se concluir, então, que para a definição das políticas públicas é fundamental considerar aspectos objetivos e subjetivos relacionados ao território. O conceito de espaço/território relacionado à saúde apresenta uma dimensão administrativa, que se volta para a organização dos serviços de saúde e das questões de saúde e correspondentes iniciativas de intervenção concreta na realidade cotidiana das coletividades humanas. E também uma dimensão descritiva e analítica das populações humanas e de seus problemas de saúde, uma vez que se caracteriza por uma população específica, vivendo em tempo e espaço determinados, com problemas de saúde definidos, quase sempre relacionados aos condicionantes e determinantes próprios, mas que emergem de um plano mais geral. Assim, a análise do território permite a avaliação dos reais impactos dos serviços sobre os níveis de saúde dessa população, possibilitando, ou efetivamente abrindo espaços para o desenvolvimento de práticas de saúde voltadas para o chão concreto, para o lugar da vida cotidiana das pessoas (SANTOS; RIGOTTO, 2011).

Aqui nós percebemos que é difícil os homens virem ao posto de saúde, por isto nós desenvolvemos uma atividade de ir ao bar conversar sobre saúde. Eles escolhem até o tema da conversa e já teve homem que parou de beber na véspera do jogo de futebol, porque entendeu que a bebida prejudicava seu rendimento no jogo. (transcrição livre da fala de uma agente comunitária de Saúde de Unidade de Saúde da Família de Salvador).

A estratégia de organização dos processos de trabalho e das práticas de saúde implementadas sobre uma base territorial definida a partir de uma delimitação espacial prévia, já vem sendo utilizada na Saúde pública em algumas situações, como a organização da Estratégia Saúde da Família e da Vigilância em Saúde Ambiental; a proposta dos municípios/cidades saudáveis e a própria descentralização prevista na Constituição Federal. Entretanto este conceito de espaço consagrado a fins administrativos que se volta para a dimensão gerencial dos serviços de saúde, nem sempre é aproveitado em toda sua potencialidade, para a operacionalização das atividades de saúde utilizando a possibilidade de identificação de questões de saúde e das correspondentes iniciativas de intervenção concreta na realidade cotidiana das coletividades humanas (SANTOS; RIGOTTO, 2011).

Embora a concepção de território permita delinear a saúde de uma determinada população facilitando a organização de estratégias de intervenção é fundamental compreender que esta realidade está em permanente movimento, determinado pelas relações sociais, econômicas e políticas. Neste sentido, a médica sanitária Rosana Aquino (2001) alerta que é equivocado considerar o território como um espaço homogêneo e simétrico, que tenha uma distribuição homogênea dos problemas de saúde. A fim de aproveitar a potencialidade do território para o planejamento das atividades de saúde é fundamental esquadrihar o território para revelar as assimetrias espaciais, a forma como se distribuem nos espaços os distintos grupos sociais que ali vivem e que possuem demandas distintas.

Salienta-se que o conceito de território é fundamental na Estratégia de Saúde da Família (ESF) e sua importância pode ser constatada através de uma das diretrizes da Atenção Primária de Saúde: a vinculação ou adscrição de uma população a uma unidade de saúde da família (USF), como alerta Aquino (2001). Esclarece-se que ao se referir à noção de adscrição da população,

alguns autores cometem o equívoco de usar a denominação “adstrição de clientela”, usando uma linguagem de consumerização na saúde pública (clientela = conjunto de clientes, freguesia), inadequada para um serviço público, que se propõe a ser universal, de qualidade e gratuito (COELHO; REIS; JACOBINA, 2016).

O território pode ser conceituado de diferentes maneiras. Registrem-se aqui duas maneiras bem distintas de compreendê-lo: território-solo e território-processo. Território-solo é descrito como um espaço físico, naturalizado e acabado, definido exclusivamente por critérios geopolíticos. Território-processo é definido como um espaço em permanente construção, pois, além do significado físico, de “solo”, é também e sobretudo produto de uma dinâmica social, econômica, política e cultural (MENDES e cols., 1999).

Por uma necessidade instrumental, relacionada ao seu uso na Saúde, cabe aqui também definir o “território-área”, que corresponde ao espaço de abrangência de uma Unidade de Saúde da Família (USF). No interior dele existem mais de um e podendo ser vários “territórios-micro áreas”, que são delimitados a partir de análises das condições de vida e saúde dos distintos grupos populacionais (MENDES e cols., 1999).

O uso do conceito de território, com áreas e microáreas, permite pôr em prática o conceito de equidade, um dos princípios do SUS. Equidade tem uma definição célebre e histórica de Rui Barbosa na sua “Oração aos Moços” que se dedicam a carreira jurídica: “Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real” (BARBOSA, 1999). Ao lidar com a configuração território humanizada, como nos ensina Milton Santos (2006), a adoção desse princípio possibilita o enfrentamento das desigualdades existentes nas sociedades, que autores como Margaret Whitehead (1992) denominaram de “iniquidades”, definida como desigualdades sociais desnecessárias, indesejáveis e **injustas**, tendo assim, além da dimensão social, uma dimensão ética (JACOBINA, 2015). Uma

demonstração visual dessa iniquidade pode ser observada na foto premiada do fotógrafo Tuca Vieira no bairro de Paraisópolis, São Paulo, apresentada na Figura 2.



FIGURA 2 - FOTO DO BAIRRO DE PARAISÓPOLIS

FONTE: Foto Tuca Vieira.

Em ambos os lados há necessidade de políticas públicas como, por exemplo, segurança, mas, dentro do princípio da equidade, qual microárea necessita mais de políticas públicas de educação, saúde, lazer etc.?

Ainda sobre desigualdade e iniquidade, veja o testemunho:

A distribuição dos agentes comunitários nas microáreas não é uma tarefa fácil, porque tem áreas de fácil acesso e outras onde o acesso é muito ruim, tem muitas escadas e ladeiras e ainda tem a questão do tráfego e de muitas pessoas acamadas devido a sequelas da guerra do tráfico, que nem conseguem chegar à Unidade de Saúde. (Informação prestada por uma coordenadora de USF de Salvador).

Essas iniquidades podem determinar dificuldades no acesso às unidades de Saúde da Família e outros serviços públicos. A acessibilidade, fundamental na garantia do princípio de universalidade, previsto na CF de 1988 para o sistema público de saúde, pode ser abordada em pelo menos quatro aspectos: geográfico, funcional, econômico e cultural: 1 - **Geográfico** - distância a ser percorrida até a Unidade (USF) e existência de barreiras geográficas (naturais ou resultantes da ação do homem que impede ou dificulta o fluxo da população) que precisarão ser ultrapassadas ou vencidas. 2 - **Funcional** - os tipos de serviços oferecidos pela USF, com seus horários de funcionamento e sua qualidade; 3 - **Econômico** - disponibilidade do serviço a todos os cidadãos; 4 - *Cultural* - inserção do serviço nos hábitos e costume da população (UNGLERT, 1995).

De fato, a organização territorial da população é influenciada pelas complexas transformações nos mais diversos ambientes da vida das pessoas, advindos de questões relacionadas com diversos processos, como a segregação socioespacial, sobretudo nas complexas regiões metropolitanas brasileiras, decorrentes da exclusão social ou inclusão precária. Também na zona rural, através de aspectos como a expansão do agronegócio em monocultivos e pecuária, que desterritorializam e insistem em reterritorializar comunidades tradicionais (SANTOS; RIGOTTO, 2011).

Assim, é fundamental que a organização das práticas de saúde considere a dinâmica do território para uma maior eficiência no uso dos recursos. Veja abaixo um testemunho de um ACS que constatou mudanças em sua microárea:

Você me perguntou se tem criança na minha microárea. Olha se fosse há um tempo, eu diria que não, que esta região tinha mais idoso. Mas agora tem chegado muito filho para morar com os pais e traz a família junto. Então aumentou muito a quantidade de criança. (transcrição livre da resposta de uma agente comunitária de Unidade de Saúde da Família)

de Salvador a uma estudante de Medicina da UFBA em atividade de integração ensino-serviço).

A discussão da relação entre território e saúde envolve também a identificação dos processos produtivos instalados no território, bem como dos que se situam em seu entorno. Requer também identificar as relações dos processos produtivos com o ambiente e com a saúde dos trabalhadores e dos moradores.

A gente não vê muita criança brincando na rua, mas não é tanto pela violência não. É mais por causa da quantidade de oficinas de carro que tem aqui. Vocês viram? É muito carro passando, a gente não pode deixar criança solta na rua. (Resposta de uma moradora a uma entrevista dos estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia - Universidade Federal da Bahia, como parte de uma atividade de integração ensino- serviço, do módulo Medicina Social).

Como Santos e Rigotto (2011) chamam a atenção, os processos produtivos demandam *inputs* que podem envolver a ocupação de um espaço já ocupado por comunidades humanas ou por outras comunidades de vida (fauna, flora), o que pode envolver conflitos no território. Alguns processos produtivos envolvem um grande consumo de água, que pode até comprometer o abastecimento no território, se as fontes forem as mesmas. A atividade produtiva pode ainda gerar resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas que, se não forem tratados e destinados adequadamente, podem vir a contaminar águas superficiais e subterrâneas, o solo, o ar e os alimentos no território da comunidade, causando impactos na saúde. É importante ressaltar que os processos produtivos trazem também benefícios para a população do território onde está instalado, como a disponibilização de novos empregos diretos e indiretos, o aumento da circulação de dinheiro, a possibilidade de desacomodação cultural através da chegada de elementos de outros estados ou até países, entre outros (PENA,

BORGES DOS REIS e BARBOSA, 2010). O aspecto cultural, entretanto, nem sempre se revela benéfico.

Território e atenção primária à saúde no SUS

No campo da saúde pública no Brasil, as práticas de saúde mais próximas do cotidiano da vida das comunidades são aquelas vinculadas às atividades da Atenção Primária à Saúde, através da Estratégia de Saúde da Família- ESF. Essa estratégia representa uma reorientação do modelo assistencial de saúde e aponta para uma vigilância em saúde baseada no estabelecimento de vínculos e de corresponsabilização entre a equipe de saúde e a comunidade; e a família, compreendida em seu contexto relacional, com o ambiente onde vive, como objeto de atuação e intervenção (SANTOS; RIGOTTO, 2011).

Tanto com relação à organização, quanto com relação à orientação das atividades, o modelo de atenção primária do SUS, a partir da ESF, tem como base o conceito de território. As equipes de saúde serão responsáveis pelo acompanhamento de uma população adscrita, localizada em uma área delimitada, priorizando as ações na coletividade, sem deixar de lado o indivíduo. O planejamento e programação devem ser pautados em dados epidemiológicos e priorizados por famílias ou grupos com maior risco de adoecer e de morrer; estimulando a participação comunitária. Deve também considerar os sistemas de objetos naturais e construídos e identificar como são percebidos pelas populações, identificando as singularidades e os problemas (de saúde e ambientais) do território (SANTOS; RIGOTTO, 2011).

Dentro do contexto da ESF, a territorialização, ou organização através do conceito de território adquire, segundo Santos e Rigotto (2011) pelo menos, três sentidos diferentes e complementares: demarcação de limites das áreas de atuação dos serviços; reconhecimento do "ambiente", da população e da

dinâmica social existentes nessas áreas; e estabelecimento de relações horizontais com outros serviços adjacentes e verticais, como centros de referência.

Desde a demarcação de limites das áreas de atuação, a operacionalização deste modelo encontra desafios, considerando, como já comentado anteriormente, que é equivocado considerar os territórios homogêneos. Em um mesmo território, encontramos áreas de maior ou menor facilidade de acesso, por exemplo, por questões que podem ir de aspectos físicos, como escadarias e ladeiras, a aspectos sociais como guerra de tráfico.

Além destes desafios, a organização das políticas de saúde levando em conta o conceito de território e territorialização requer dos profissionais de saúde o reconhecimento e respeito das competências culturais de cada território, o que necessita uma compreensão das diversidades. Neste sentido é fundamental considerar o subjetivismo que envolve a reflexão de qualidade de vida, como apontam Segre e Ferraz (1997), quando chamam a atenção sobre os padrões diferentes de alimentação ou lazer, que podem ser observados entre os profissionais de saúde e a população, e que nem sempre significa que os da população são piores. Podem apenas ser diferentes. O mesmo ocorre com as crenças e religiosidades (Figura 3), que devem ser respeitadas, principalmente quando se pensa na importância do fortalecimento de vínculos para a boa relação entre profissionais de saúde e pacientes. As singularidades devem ser consideradas e valorizadas na comunicação entre os profissionais e a comunidade do território, com objetivo de fortalecer a formação dos vínculos.

Além do que já foi dito, outro desafio se refere à dificuldade de se estabelecer um verdadeiro trabalho em equipe, deixando de lado a onipotência de cada categoria profissional; e até a real incapacidade dos profissionais das equipes de saúde da família de conhecerem a potencialidade de operacionalizar o ambiente-território, o que compromete a expectativa de capacidade transformadora da ESF.

Neste sentido, para que os profissionais de saúde tenham competências e habilidades que possibilitem levar em conta a concepção ampla de saúde e a importância da compreensão do território na saúde das pessoas, requer um alinhamento entre as e as políticas de educação, no campo da saúde e as políticas de saúde, de forma que sejam formados profissionais aptos atender as necessidades de saúde requeridas pela saúde e explicitadas na Política de Saúde.



FIGURA 3 - QUINTAL DE UMA MÃE DE SANTO DE UM BAIRRO DE SALVADOR, COM PLANTAS UTILIZADAS PELA COMUNIDADE DO TERRITÓRIO PARA CURA DE VÁRIAS DOENÇAS, COMO OTITES E CÁLCULOS RENAIIS.

FONTE: Foto Silvana M. Coelho.

Por fim, para que o trabalho em saúde possa aproveitar a potencialidade do território é preciso conhecer o território e suas singularidades, a partir de informações pré-existentes e de outras que podem ser obtidas através de observações *in loco* e/ou investigadas com base em diferentes instrumentos: dados secundários e de literatura, aplicação de questionários, realização de grupos focais ou de rodas de conversa, entrevistas com

informantes-chaves, elaboração de mapas pelos moradores etc. Desta forma, o conhecimento do território pode contribuir para a prática médica na Gestão do Plano Terapêutico, ou seja, na prescrição singular ou orientação particularizada, respeitando a realidade dos pacientes. Além disto, como chamam a atenção Santos e Rigotto (2011) este conhecimento deve orientar o planejamento das ações de promoção e atenção integral à saúde, que deve nascer das necessidades de saúde das comunidades em vez de se aplicar através de programas verticais que vêm do “nível central” para a “ponta”.

Ressalta-se a importância da integração ensino-serviço, nos cursos formadores de profissionais de saúde, mediante visitas dos estudantes aos serviços públicos de saúde, bem como aos territórios onde estes se localizam, acompanhados pelos docentes, que estimularão discussões entre a teoria e a prática. Desta forma, as atividades realizadas nos territórios funcionam como o laboratório de práticas.

Considerações Finais

O modelo de atenção à saúde utilizando a estratégia da saúde da família representa um avanço ao mudar o modelo hospitalocêntrico hegemônico e apresentar uma atuação diante de uma população adscrita, que reconhece a influência do ambiente e da dinâmica social no processo de saúde e estabelece relações horizontais e verticais da atenção primária ou básica com outras áreas além de estabelecer vínculos e corresponsabilização dos indivíduos e da comunidade.

Salienta-se que a questão ambiental também se impõe como uma tarefa a ser agregada pelos profissionais de saúde, considerando a indiscutível relação entre a degradação ambiental e a saúde humana e a importância da integridade dos ecossistemas e da preservação da biodiversidade para a manutenção

dos serviços ambientais e para o suporte ao modo de vida de comunidades tradicionais.

Um importante avanço, no Brasil, foi a atualização das diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Medicina, estabelecidas pelo MEC (BRASIL, 2014), que apresenta a necessidade do graduando ter uma formação generalista, humanística, reflexiva e ética, com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo tendo transversalidade em sua prática. Considerando o que aponta a pesquisa do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, realizada em 2002, apenas 8,7% da população não havia utilizado algum serviço do SUS nos anos de 2006 à 2008 (FORMIGLI et al., 2008), o que possibilita supor que um grande contingente de profissionais da área de saúde atuará, de alguma forma, no SUS, onde a apreensão destes conteúdos e reflexões se faz ainda mais importante, considerando seus princípios e diretrizes.

Entre os desafios destaca-se a importância de um trabalho efetivamente de equipe e o envolvimento ativo e dialógico de todos os seus profissionais, o que demanda conteúdos, habilidades e atitudes nem sempre privilegiados nos tradicionais processos de formação na área da saúde. A apreensão de tais requisitos requer uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, da complexidade dos socioespaços contemporâneos, e do papel do Estado na garantia do direito à saúde e do impacto dos processos de produção na saúde dos trabalhadores e moradores.

Por fim, ressalta-se que para que o trabalho em saúde possa aproveitar a potencialidade do território é preciso conhecer o território e suas singularidades, a partir de informações pré-existentes e de outras que podem ser obtidas através de observações *in loco* e/ou investigadas com base em diferentes instrumentos: dados secundários e de literatura, aplicação de questionários,

realização de grupos focais ou de rodas de conversa, entrevistas com informantes-chaves, elaboração de mapas pelos moradores etc. Desta forma, o conhecimento do território pode contribuir para a prática médica na Gestão do Plano Terapêutico, ou seja, na prescrição singular ou orientação particularizada, respeitando a realidade dos pacientes.

Neste sentido ressalta-se mais uma vez, a importância da integração ensino-serviço, nos cursos formadores de profissionais de saúde, mediante visitas dos estudantes aos serviços públicos de saúde, bem como aos territórios onde estes se localizam, acompanhados pelos docentes, que estimularão discussões entre a teoria e a prática. A integração ensino-serviço, além da possibilitar contribuição para a formação dos graduandos em Medicina, pode produzir uma desacomodação na cultura estabelecida nos serviços de Saúde, como alertam Pizzinatto e colaboradores (2012), através de uma provocação positiva no ânimo e no comportamento dos trabalhadores, que repercute nas suas relações com os usuários. Desta forma, a integração ensino-serviço configura-se como um trabalho pactuado e integrado de estudantes e professores dos cursos de formação, com trabalhadores, visando benefícios para as duas partes envolvidas: o aprimoramento da formação dos futuros profissionais e o desenvolvimento das atividades desenvolvidas nos serviços (ALBUQUERQUE et al., 2008). Assim, as atividades realizadas nos territórios funcionando como laboratório de práticas, os futuros profissionais podem ser sensibilizados a apreenderem os conceitos necessários a uma prática profissional que priorize a saúde e não a doença.

Referências

ALBUQUERQUE, V. S.; GOMES, A. P.; REZENDE, C. H. A.; SAMPAIO, M. X.; DIAS, O. V.; LUGARINHO, R. M. A integração ensino-serviço no contexto dos processos de mudança na formação superior dos profissionais da saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 32, n. 3, p. 356-362, 2008.

- AQUINO, R. Conhecendo o território. In: AQUINO, Rosana et al. **Manual para Treinamento Introdutório das Equipes de Saúde da Família**. Salvador, 2001. p. 42-51.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 de outubro, 1988.
- BRASIL. **Lei 8080 (1990) 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- BRASIL. **Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Brasília, 2014.
- BUSS, P.; PELLEGRINI-FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis, Revista de Saúde Coletiva**, v.17, n.1, p. 77-93, 2007.
- COELHO, S. M. P.; REIS, F.; JACOBINA, R. Atenção Primária em Saúde: Relações com a Política de Saúde Brasileira. **Texto didático do Módulo de Medicina Social e Clínica** Salvador: DMPS-FAMEB-UFBA, 2016.
- FORMIGLI, V. L. et al. **Texto didático do Módulo de Medicina Social e Clínica**. Salvador: DMPS-FAMEB-UFBA, 2008.
- GIOVANELLA, L.; MENDONÇA, M. H. M. Atenção Primária à Saúde. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C.; CARVALHO, A. I. **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. , p. 493-506; 518 a 525.
- JACOBINA, R. R. O ensino da medicina social em faculdades de medicina de países europeus e norte-americanos. **Texto didático do Módulo de Medicina Social e Clínica I (MED BIO)**. Salvador: DMPS-FAMEB-UFBA, 2015.
- MENDES, E. V.; TEIXEIRA, C. F.; ARAUJO, E. C.; CARDOSO, M. R. L. Distrito sanitário: conceitos-chaves. In: MENDES, E. **Distrito sanitário: o processo social de mudança das práticas do Sistema Único de Saúde**. 3. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1999.
- MONKEN, M.; PEITER, P.; BARCELLOS, C.; ROJAS, L. I.; NAVARRO, M.; GONDIM, G.; GRACIE, R. O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: MIRANDA, Ary Carvalho de; BARCELLOS, Christovam; MOREIRA, Josino Costa; MONKEN, Mauricio. **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 23-41.
- PENA, P.; BORGES DOS REIS, E.; BARBOSA, A. **Relação Saúde e Trabalho: Tópicos Iniciais**. Salvador: DMPS-FAMEB-UFBA, 2010. Texto didático do Módulo de Medicina Social e Clínica.
- PIZZINATTO, A. A integração ensino-serviço como estratégia na formação profissional para o SUS. **Rev. bras. educ. med.**, v. 36, n.1, suppl.2, p.170-177, 2012.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da USP, 2012.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. v1. Coleção Milton Santos.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, A. L.; RIGOTTO, R. M. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. **Trab. educ. saúde**, v. 8, n.3, p.387-40, 2010.

STARFIELD, B. **Atenção Primária** - Equilíbrio entre Necessidades de Saúde, Serviços e Tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2004.

SEGRE, M.; FERRAZ, C. O Conceito de Saúde. **Rev. de Saúde Pública**, v. 31, n. 5, p. 538-42, 1997.

TRINDADE, A. A.; SOUZA, A. C. G. **Repensando a relação entre saúde e cultura**: antropologia e medicina em cena. Salvador, DMPS/FAMEB/UFBA, 2010. Texto Didático.

UNGLERT, C. V. S. Territorialização em Sistemas de Saúde. In: MENDES, E. **Distrito sanitário**: o processo social de mudança das práticas do Sistema Único de Saúde. 3. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1999.

WHITEHEAD, M. The concepts and principles of equity in health. **International Journal of Health Services**, v. 22, n.3, p. 429-445, 1992.



QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS ATIVOS NO LITORAL DO PARANÁ

*Marisete T. Hoffmann-Horochovski
Luciana Vieira Castilho-Weinert
Eliane Siqueira Oliveira
Erick Renan Xavier de Oliveira*

Introdução

O envelhecimento populacional é uma realidade do século XXI. No ano de 2012 o número de pessoas com sessenta anos ou mais estava próximo de 810 milhões, de acordo com dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Em 2050, esse número poderá atingir o patamar de dois bilhões. Em que pese diferenças entre regiões - o percentual de idosos na Europa (22%) contrasta com o da África (6%) - e gênero - as mulheres vivem mais do que os homens (UNFPA, 2012) -, o envelhecimento se inscreve nas agendas governamental, acadêmica e mercadológica, promovendo diversas políticas e ações que procuram contemplar demandas desse grupo etário, notadamente heterogêneo.

No Brasil, dados das últimas três décadas demonstram um crescimento significativo no número de pessoas com sessenta anos ou mais: em 1981, o percentual de idosos era de 6,4% da população e em 2014 alcançou 13,75% (IBGE, 2015), contabilizando aproximadamente 28 milhões de pessoas. Em 2017 esse número ultrapassou a marca dos 30 milhões. A expectativa de vida também apresentou um aumento considerável: em 2016, a média era de 75,8 anos, contabilizando um crescimento de 8,9 anos se considerado os últimos 25 anos (IBGE, 2017). A projeção para o ano de 2050, de acordo com a Organização Mundial

da Saúde (OMS), é que o percentual de idosos seja de 30% da população brasileira.

No século XXI vive-se cada vez mais e busca-se viver cada vez melhor. A atuação de organizações internacionais, em especial Organização das Nações Unidas (ONU) e OMS, dos governos centrais e locais e da própria sociedade caminham neste sentido: políticas públicas, programas e legislações procuram garantir o direito de envelhecer com dignidade, autonomia e qualidade. Muito embora esse processo seja extremamente complexo e envolva questões das mais diferentes ordens - demográficas, biológicas, socioeconômico-cultural, entre outras -, interessa averiguar justamente a qualidade de vida na velhice, por meio da aplicação do questionário *World Health Organization Quality of Life - WHOQOL*, versão abreviada, organizado pela OMS (FLECK et al., 2000). Ou seja, diante da constatação do aumento da longevidade, busca-se refletir sobre a qualidade de vida na velhice, partindo-se do pressuposto que ela é também resultado da organização e do desenvolvimento territorial.

Considera-se aqui o caráter multidimensional do conceito de qualidade de vida, que envolve aspectos relativos a capacidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, e a satisfação com as atividades diárias e o ambiente em que se está inserido (VECCHIA et al., 2005). No caso específico da qualidade de vida dos idosos é necessário considerar, de acordo com Neri (1993, p.10), além da longevidade e da saúde física e mental, elementos como: "satisfação; controle cognitivo; competência social; produtividade; atividade; eficácia cognitiva; status social; renda; continuidade de papéis familiares e ocupacionais, e continuidade de relações informais em grupos primários (principalmente rede de amigos)".

Dada a amplitude da conceituação da qualidade de vida e as especificidades do segmento etário idoso em cada território, torna-se importante investigar o que está relacionado ao seu bem-estar, felicidade, realização pessoal, capacidade de interação, dentre outros aspectos de sua qualidade de vida, com o propósito de orientar as políticas públicas nesta área. Afinal, cabe ao Poder Público, em conjunto com a família e a sociedade, assegurar aos idosos o direito à velhice ativa, digna e com qualidade de vida (BRASIL, 2003). O que vai ao encontro do terceiro objetivo do desenvolvimento sustentável, qual seja: “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades” (ONU, 2015).

A pesquisa foi realizada por uma equipe interdisciplinar no litoral do estado do Paraná, precisamente nas cidades praianas de Matinhos e Pontal do Paraná, com idosos que praticam atividade de lazer ou física em programas coordenados pela gestão pública municipal. Ressalta-se que Matinhos possui uma população estimada de 33.024 habitantes (IBGE, 2016), com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,743 (IPARDES, 2017). Pontal do Paraná, por sua vez, apresenta população estimada de 24.878 habitantes (IBGE, 2016), e IDH de 0,738 (IPARDES, 2017). São cidades de pequeno porte populacional II, com população entre 20 a 50 mil habitantes (PARANÁ, 2012), que costumam receber muitos turistas durante o período de veraneio, o que aquece a economia local, apresentando no restante do ano, a princípio, um cenário tranquilo e com qualidade de vida.

Avaliação da qualidade de vida dos idosos

Embora a velhice seja considerada um processo complexo e heterogêneo, veremos, ao longo deste capítulo, que é praticamente consensual que a prática de atividades contribui para a qualidade de vida dos idosos, na medida que propicia exercícios

e formas de sociabilidade que promovem bem-estar e interação. Nesse sentido, este trabalho compreendeu um estudo analítico observacional transversal (ASLAM et al., 2012), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (CAAE: 33701514.7.0000.0102), realizado em espaços de convivência e sociabilidade de idosos nos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná. Os participantes da pesquisa foram 66 (sessenta e seis) idosos, de ambos os sexos, com idade superior a 60 anos, praticantes de Atividades de Lazer (AL) e Atividades Físicas (AF), que concordaram em responder aos questionários, e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa foi desenvolvida em dois locais, denominados espaços de convivência e sociabilidade I e II. No Espaço I, Casa da Cultura da cidade de Matinhos, o estudo ocorreu no período de março a junho de 2015 com praticantes de AL. A Casa, subordinada à Secretaria de Educação e Cultura, se localiza na região central do município e possui diferentes programas de incentivo à cultura para a população local. Entre eles o programa Ativa Idade, que organiza reuniões semanais com pessoas idosas e promove atividades de lazer variadas, tais como: cantos, danças, histórias, troca de experiências, entre outros. Ressalta-se que este grupo de idosos, Grupo Matinhos (GM), é formado por aproximadamente 30 (trinta) pessoas, mas muitos não participam das atividades com frequência, portanto incluiu-se como participantes deste estudo os 14 (quatorze) idosos que frequentaram o programa com regularidade no período supracitado, sendo 12 (doze) mulheres e 2 (dois) homens.

A segunda etapa da pesquisa foi desenvolvida no Espaço II, Centro de Convivência do Idoso (CCI) do município de Pontal do Paraná, localizado no balneário Shangri-lá, no período de março a junho de 2016 com praticantes de AF. O CCI, subordinado à Secretaria Municipal de Ação Social e Relações de

Trabalho, promove atividades variadas para os que vivenciam o envelhecimento: ginástica, massoterapia, música, informática, entre outros. Para efeitos desta pesquisa, num universo de 60 (sessenta) pessoas que frequentam as atividades de ginástica realizadas duas vezes por semana, no Grupo Pontal (GP), foram pesquisadas 52 (cinquenta e dois), sendo 40 (quarenta) do sexo feminino e 12 (doze) do sexo masculino. Em cada um destes dois espaços, o estudo foi realizado em três etapas, conforme se apresenta no fluxograma do estudo (Figura 1).

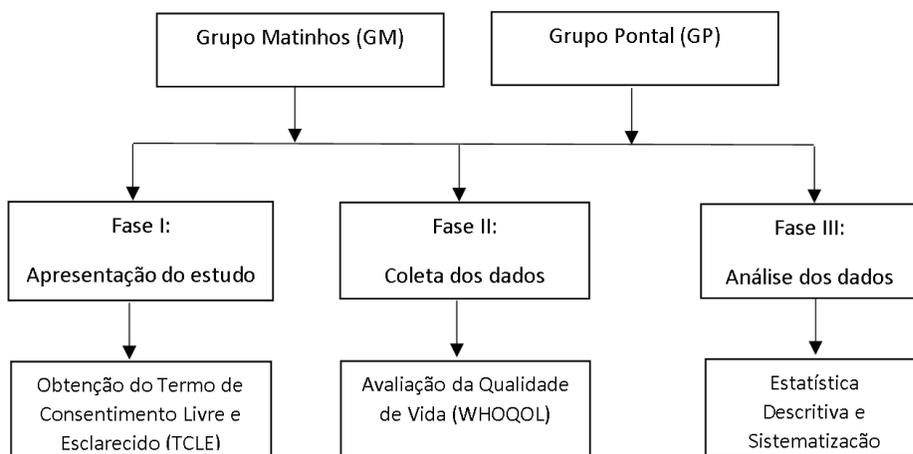


FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DE FASES DA PESQUISA

FONTE: Elaborada pelos autores.

Inicialmente, na fase I, houve a apresentação da pesquisa e recrutamento dos participantes, o contato com o gestor responsável pelo espaço e a posterior explicação da pesquisa aos idosos, bem como a oportunidade para dirimir dúvidas sobre a participação individual no estudo. Na sequência iniciou-se a fase II com a aplicação do instrumento WHOQOL-bref, versão abreviada do WHOQOL-100, para mensuração da qualidade de vida (FLECK et al., 2000). Este instrumento é composto por 26 (vinte e seis) questões, sendo duas gerais sobre qualidade de vida e saúde, e as outras divididas em quatro domínios, a saber:

físico, psicológico, social e meio ambiente. A pontuação deste questionário segue a escala de Likert: quando o resultado for de 1 até 2,9 é necessário melhorar a qualidade de vida; de 3 até 3,9 significa qualidade de vida regular; de 4 até 4,9 é porque ela está boa e, por fim, 5 significa muito boa. Além deste instrumento, a observação possibilitou conhecer melhor os pesquisados, as atividades realizadas e os espaços em apreço.

Finalmente, na fase III, de sistematização e análise de dados, utilizou-se o teste Shapiro-Wilk para verificar se os dados numéricos apresentaram distribuição normal. Para a análise comparativa foram utilizados o teste T de Student para dados com distribuição normal e o teste U de Mann-Whitney para dados sem distribuição normal. O nível de significância adotado foi de $p < 0,05$.

Qualidade de vida do idoso e a prática de atividades

Do universo dos 66 pesquisados, 52 pertencem ao GP e 14 pertencem ao GM. A maioria é composta por mulheres (52), sendo que 12 pertencem ao GM e 40 ao GP, que de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) possuem uma expectativa de vida maior. Com relação à educação, a maioria possui ensino fundamental incompleto, embora alguns sejam graduados e outros analfabetos. A maioria é aposentada e recebe entre um a três salários mínimos. Todos os pesquisados participam das atividades regularmente e consideram o espaço de convivência importante para a promoção do bem-estar.

Com relação aos resultados do WHOQOL-bref, as tabelas 1 e 2 apresentam as médias e desvio-padrão (DP) nos escores dos domínios, bem como nas facetas de cada domínio, segundo o local da pesquisa.

TABELA 1 - ESCORES MÉDIOS DOS IDOSOS NOS DOMÍNIOS DO WHOQOL-BREF

Variáveis	GM Média±DP	GP Média±DP	Valor de p
Domínio Físico	63,47% ± 8,32%	79,01% ± 12,76%	0,00001*
Domínio Psicológico	77,38% ± 8,59%	85,13% ± 10,43%	0,00758*
Domínio Relações Sociais	75,71% ± 10,66%	82,69% ± 13,35%	0,05614*
Domínio Meio Ambiente	69,46% ± 11,57%	67,45% ± 10,32%	0,47152*

FONTE: Hoffmann-Horochovski; Castilho-Weinert (2018).

* Teste T de Student

† Teste U de Mann-Whitney

Na comparação entre os grupos, nos domínios Relações Sociais e Meio Ambiente não foram verificadas diferenças significativas nos escores do WHOQOL-bref ($p \geq 0,05$). Porém nos domínios Físico e Psicológico, observa-se que os idosos do município de Pontal do Paraná (GP), que realizam AF, possuem em média uma qualidade de vida superior, pois houve diferenças significativas ($p < 0,05$).

TABELA 2 - ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS POR FACETA

Variáveis		GM		GP	
Domínio	Faceta	Média	DP	Média	DP
Geral	1. Qualidade de Vida	4,07	0,83	4,19	0,69
	2. Saúde	3,14	1,17	3,88	0,81
Físico	3. Dor física	4,29	0,99	3,88	1,10
	4. Tratamento	3,50	1,45	3,60	0,96
	10. Energia	3,50	1,02	3,98	1,02
	15. Mobilidade	4,07	0,92	4,48	0,75
	16. Sono	2,93	1,07	3,81	1,19
	17. Atividades diárias	3,93	0,27	4,04	0,79
Psicológico	18. Capacidade de trabalho	3,79	0,43	3,87	0,84
	5. Aproveita a vida	3,64	0,63	4,06	0,78
	6. Sentido da vida	3,93	0,27	4,44	0,64
	7. Concentração	3,64	0,74	4,31	0,83
	11. Aparência física	3,79	0,89	4,10	1,01
	19. Autossatisfação	4,14	0,53	4,54	0,67
Relações Sociais	26. Sentimentos negativos	4,07	1,00	4,10	0,95
	20. Relações pessoais	4,29	0,61	4,42	0,80
	21. Vida sexual	3,29	0,99	3,52	1,02
Meio Ambiente	22. Apoio dos amigos	3,79	1,12	4,46	0,70
	8. Segurança na vida diária	3,57	1,02	4,40	0,63
	9. Ambiente saudável	4,00	0,96	3,08	1,52
	12. Recursos financeiros	3,07	0,92	3,15	1,07
	13. Informações disponíveis	3,43	1,16	3,27	1,05
	14. Atividade de lazer	3,57	1,02	4,06	0,87
	23. Moradia	3,71	0,83	3,75	0,93
24. Acesso a serviços de saúde	3,07	1,33	2,87	1,22	
	25. Meios de transporte	3,36	1,28	2,40	1,12

FONTE: Hoffmann-Horochovski; Castilho-Weinert (2018).

As duas primeiras questões se referem à qualidade de vida geral. Na primeira delas, qualidade de vida, a média apresentada por GM de $4,07 \pm 0,83$, indica que os respondentes possuem uma boa qualidade de vida e se percebem em uma escala que varia de "nem ruim/nem boa" a "muito boa", entre 3,24 e 4,9 respectivamente. Os pesquisados de GP, por sua vez, apresentaram média de $4,19 \pm 0,69$, registrando alteração entre 3,5 e 4,88, na avaliação sobre qualidade de vida.

Na questão saúde, os idosos do GM apresentaram média de $3,14 \pm 1,17$ indicando condições de saúde regular e os idosos do

GP apresentaram média de $3,88 \pm 0,81$, igualmente regular ainda que mais próximo do bom. Todavia, o DP em GM aponta que a amostra oscila quanto a média das respostas dos entrevistados nesse quesito, podendo, nesse sentido, a condição do estado de saúde estar representada entre os limites de 1,98 e 4,3, que indicam necessidade de melhoria e boa saúde, respectivamente. Já o DP em GP mostra uma variação entre 3,07 a 4,69, apontando para uma saúde regular e boa.

Observa-se que as respostas sobre a saúde são as que possuem maior oscilação em relação à média, demonstrando, em alguma medida, que os idosos possuem condições de saúde muito diferenciadas. Diferentemente, a questão sobre qualidade de vida apresenta menor nível de variação entre as respostas, indicando condições regulares de qualidade de vida.

O domínio físico, composto por sete questões (dor física, tratamento, energia, mobilidade, sono, atividades diárias e capacidade de trabalho), apresentou resultados regulares entre os idosos em GM e GP. De forma geral, os pesquisados demonstraram regularidade na qualidade de vida quanto a sua capacidade de trabalho (média 3,79 e 3,87 respectivamente), no desempenho de suas atividades diárias (média 3,93 e 4,04), na mobilidade (média 4,07 e 4,48) e na energia (média 3,50 e 3,98). Quanto a necessidade de tratamentos médicos para desempenho da vida diária (média 3,50 e 3,60), verifica-se um DP de 1,45 em GM, indicando um alto grau de heterogeneidade nas respostas, oscilando para ambos os lados na Escala de Likert. As questões que apresentaram mais diferença entre as cidades no domínio físico são as relativas ao sono - GM=2,93 e GP=3,81 - e a dor física - GM=4,29 e GP=3,88. Não obstante, o DP de ambas é alto, indicando oscilações nas respostas. Por fim, é importante registrar que a pontuação total do domínio físico em GM foi de $63,47\% \pm 8,32$ e em GP $79,01\% \pm 12,76$, indicando que neste domínio específico, os idosos pesquisados em Matinhos apresentam qua-

lidade de vida significativamente menor ($p=0,00001$) do que os de Pontal do Paraná.

O domínio psicológico é formado por seis questões sistematizadas como: aproveita a vida, sentido da vida, concentração, aparência física, autossatisfação e sentimentos negativos. Com relação à frequência com que vivenciam sentimentos negativos, a média das duas cidades entre os pesquisados é muito semelhante, posto que GM apresenta 4,07 e GP 4,10. No quesito satisfação consigo mesmo, as médias foram de 4,14 e 4,54 e na aparência física atingiram 3,79 e 4,10 respectivamente, indicando de maneira geral bons resultados, assim como a média do sentido da vida (média 3,93 e 4,44). Um pouco mais baixa a média da capacidade de se concentrar (3,64 e 4,31), considerando o DP 0,74 e 0,83, e de aproveitar a vida (3,64 e 4,06), embora consideradas regulares e boas. A pontuação total do domínio psicológico é de $77,38\% \pm 8,59$ em GM e $85,13\% \pm 10,43$ em GP, demonstrando que neste domínio, a exemplo do que ocorreu no domínio físico, a qualidade de vida dos idosos de Pontal do Paraná é significativamente maior ($p=0,00758$).

O domínio das relações sociais comporta três questões sobre relações pessoais, vida sexual e apoio que recebe dos amigos. As relações pessoais obtiveram uma média de 4,29 em GM e 4,42 em GP, indicando que há satisfação com este quesito. A vida sexual, por sua vez, apresentou uma média mais baixa, 3,29 e 3,52 respectivamente, e DP em torno de 1,0 o que demonstra oscilação razoável entre as respostas. Por fim, o quesito apoio dos amigos obteve média de 3,79 e 4,46 nesta ordem. Considerando a pontuação total $75,71\% \pm 10,66$ (GM) e $82,69\% \pm 13,35$ (GP), pode-se dizer que a qualidade de vida neste domínio é muito semelhante nas duas cidades, uma vez que não houve diferença significativa entre suas médias ($p=0,05614$).

O domínio meio ambiente agrega oito aspectos, a saber: segurança na vida diária, ambiente saudável, recursos financeiri-

ros, informações disponíveis, atividade de lazer, moradia, acesso a serviços de saúde e meios de transporte. No que diz respeito ao primeiro quesito, segurança na vida diária, a média de GM é 3,57 e a de GP de 4,40. O ambiente saudável, por seu turno, apresenta média de 4,00 e 3,08, mas com DP alto em GP (1,52), o que demonstra bastante heterogeneidade nas respostas. Recursos financeiros possui média de 3,07 e 3,15 e as informações disponíveis 3,43 e 3,27, nesta ordem. A média da atividade de lazer é de 3,57 e 4,06 e a das condições do local onde mora (moradia) é de 3,71 e 3,75, com DP próximo a 1,0 nas duas cidades. As médias mais baixas estão nos dois últimos quesitos, acesso a serviços de saúde e meios de transporte, principalmente em GP: 3,07 e 2,87; 3,36 e 2,40. A pontuação total do domínio meio ambiente, $69,46\% \pm 11,57$ em GM e $67,45\% \pm 10,32$ em GP, aponta para situação semelhante em ambos os grupos, pois não houve diferenças significativas ($p=0,47152$).

Reflexões acerca da importância da atividade física e de lazer para o idoso

A partir dos resultados pode-se considerar, de forma geral, que a prática de atividades física e de lazer atua na qualidade de vida dos idosos, na medida em que propicia bem-estar e formas de sociabilidade. As atividades e as interações promovidas nos espaços de convivência oportunizam exercitar corpo, mente e relacionamentos sociais, fundamentais para a qualidade nesta etapa da vida. No entanto, os participantes de GP, onde se realizam as AF, possuem qualidade de vida significativamente superior nos domínios físico e psicológico, fato que sugere que suas práticas (AF) tem influência superior àquelas realizadas por GM (AL) em domínios específicos da qualidade de vida de idosos.

Muitos estudos, a exemplo do realizado por Carneiro *et al* (2007), apontam para a importância da interação, do convívio

social para garantir melhor qualidade de vida na velhice. Em estudo comparativo de três grupos de idosos, os autores demonstram como condições mais alta de habilidades sociais, de apoio social operam positivamente na qualidade de vida. O grupo do asilo, o único grupo dos pesquisados com menos apoio social, apresenta níveis mais elevados de depressão: "as deficiências em habilidades sociais parecem constituir um fator de vulnerabilidade para a baixa qualidade de vida e para a depressão em indivíduos da terceira idade" (CARNEIRO et al., 2007, p. 236).

Nesta investigação, os idosos dos grupos Matinhos e Pontal do Paraná apresentam capacidade de interação social, tanto que o domínio das relações sociais é muito semelhante entre os que praticam AL e AF. Residem em cidades relativamente pequenas, com características similares na população (entre 20 mil a 50 mil habitantes), no Índice de Desenvolvimento Humano (acima de 0,7) e na localização geográfica (litoral), de acordo com dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2017), e praticam atividades que promovem sociabilidade e interação social. Nos resultados referentes ao domínio, a vida sexual é a faceta que exibiu dados mais baixos e que precisa melhorar. Ressalta-se que este tema, embora seja uma dimensão importante para refletir sobre envelhecimento ativo com qualidade de vida, é ainda pouco estudado no Brasil (DEBERT e BRIGEIRO, 2012). De forma geral, contudo, este estudo corrobora com Carneiro et al (2007), na medida em que considera que a capacidade de interagir socialmente, de conquistar e manter relações sociais, é fundamental ao idoso na melhoria da qualidade de vida.

A importância da atividade física na qualidade de vida dos idosos já foi sublinhada em diversos trabalhos, sendo que a maioria deles foi publicado no Brasil a partir de 2003 (PUCCI et al., 2012), demonstrando um interesse recente na área, mas que é perfeitamente compreensível no contexto crescente do envelhecimento populacional. No caso do litoral paranaense, região que abriga esta pesquisa, destaca-se o estudo de Casti-

Iho-Weinert et al. (2014), com um grupo de idosos residentes num asilo localizado no município de Paranaguá. Em que pese baixa qualidade de vida nos domínios psicológico e meio ambiente, devido à falta de estímulos ambientais, ao isolamento social e à própria institucionalização, os resultados apontam para a importância da AF na promoção da mobilidade e da interação dos idosos, promovendo maior qualidade de vida nos domínios físico e relações sociais. O estudo conclui que a maioria dos idosos do asilo apresenta quadro depressivo o que interfere na qualidade de vida (CASTILHO-WEINERT et al., 2014).

Esse quadro depressivo está comumente associado à solidão dos moribundos, no dizer de Elias (2001), a um período de perdas, inatividade e isolamento social que muitas vezes acomete o idoso. A perda da autonomia que remete à dependência do outro, é um grande medo e pode levar à depressão. Além disso, a falta de apoio social mediante a presença constante da morte também pode ser prejudicial. Afinal, e é importante destacar, ele não só vivenciou muitas perdas (de amigos, familiares, entes queridos), como sabe que ela é uma realidade iminente (BEAUVOIR, 1990; HOFFMANN-HOROCHOVSKI, 2013; GAWANDE, 2015).

Na velhice ativa é mais difícil encontrar quadro depressivo. As atividades realizadas nesta etapa da vida propiciam novos projetos e novas possibilidades de sociabilidade em atividades físicas, lúdicas, intelectuais, entre outras. Aqui predomina a concepção de envelhecimento saudável, associada aos cuidados, hábitos e escolhas feitas no decorrer da vida. A vida ativa como uma compensação por condutas apropriadas, contudo, pode culpabilizar o indivíduo não ativo, promovendo solidão e depressão (CERQUEIRA, 2012).

É inegável, porém, que a atividade na velhice promove bem-estar e qualidade de vida, como pode ser averiguado nesta pesquisa. A comparação entre os idosos praticantes de AL e de AF no domínio físico, demonstra que GP apresenta uma situação melhor que GM. Se, por um lado, esse resultado surpreendeu ao não

apresentar uma diferença maior nos escores referindo maior qualidade de vida aos idosos da atividade física, por outro, comprovou a hipótese da pesquisa de que a prática de atividades, independentemente de sua natureza, promove bem-estar e interação social na velhice. É o apoio social agindo assertivamente na qualidade de vida dos idosos (CARNEIRO et al., 2007). Vale destacar que na comparação entre as facetas, a energia, a mobilidade e principalmente o sono, apresentaram diferenças maiores, com escores significativamente menores em Matinhos. É provável que a prática regular de AF seja um dos fatores que atue favoravelmente nesses quesitos entre os idosos de Pontal do Paraná. Diferentes estudos têm apontado a importância da atividade física no envelhecimento ativo, com qualidade de vida e independência funcional (MACIEL, 2010; CASTILHO-WEINERT et al., 2014; PUCCI et al., 2012). Sobre isso, Matsudo (2009, p. 78) afirma que: "A atividade física regular tem um papel fundamental na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, melhor mobilidade, capacidade funcional e qualidade de vida durante o envelhecimento".

O domínio psicológico apresentou diferenças entre os grupos, com melhor qualidade para idosos da AF. Em todas as facetas GP apresentou escores maiores do que GM, sendo que a autossatisfação e o sentido da vida dos praticantes de atividade física estão entre os melhores resultados de todo o questionário WHOQOL-bref. Pode-se dizer que existe uma satisfação com a própria aparência nos dois grupos, mas nos idosos do GP essa satisfação é mais evidenciada do que no GM. Esse resultado condiz com o estudo de Sonati et al. (2014, p. 737) que, comparando idosos e adultos praticantes de atividades físicas, mostra que os idosos apresentaram maior "desempenho das atividades da vida diária, aceitação da aparência física, satisfação financeira e disponibilidade de tempo para atividades de lazer mostrando que, para esse grupo, o processo de envelhecimento não afetou de maneira negativa a percepção da qualidade de vida".

O domínio meio ambiente não apresentou diferença significativa entre os grupos Matinhos e Pontal do Paraná. Chama atenção nos dois grupos, no entanto, as médias mais baixas nos quesitos recursos financeiros (GM: 3,07; GP: 3,15), acesso a serviços de saúde (GM: 3,07; GP: 2,87) e meios de transporte (GM:3,36; GP:2,40). Com relação ao primeiro, é compreensível os escores baixos, pois a maioria dos pesquisados recebe entre um a três salários mínimos. Qualidade de vida implica em garantir a aquisição do necessário, poder realizar o que gosta e, fundamentalmente, “não depender dos outros”, ter independência, autonomia financeira (PASKULIN et al., 2010), o que nem sempre é possível com essa renda. AL e AF são atividades gratuitas, caso contrário excluiriam a maioria.

O acesso a serviços de saúde também apontou médias baixas. Estes municípios de pequeno porte populacional II, entre 20 mil a 50 mil habitantes (PARANÁ, 2012), são providos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) principalmente no que se refere à Atenção Básica. Procedimentos de média e alta complexidade são comumente encaminhados ao Hospital Regional de Paranaguá e a hospitais localizados na capital paranaense, há aproximadamente 100 km de distância. Apesar dos princípios do SUS destacarem a universalidade, a equidade e a integralidade (BRASIL, 1990; RASIA; LAZZARETI, 2014), os deslocamentos para garantir o acesso à saúde podem causar cansaço físico e outros transtornos, como, por exemplo, o tempo de espera pelo transporte viabilizado pelas prefeituras que possui horário fixo de saída e de retorno para as cidades. Todavia, esse quesito merece investigações específicas que podem ser objeto de futuras reflexões.

Meios de transporte é a faceta com o pior resultado do WHOQOL-bref, especificamente no grupo Pontal do Paraná. Destaca-se que o município possui uma área territorial de 202,159 Km² (IPARDES, 2017) com 48 balneários e diferentes serviços distribuídos em 23 km de orla marítima, de acordo com a Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2017). O acesso aos serviços,

inclusive ao espaço de AF, exige usualmente a utilização de transporte particular ou público, sendo que este é alvo de críticas por GP e também por GM. A diferença é que o espaço de AL é no centro da cidade de Matinhos, o que facilita o acesso e favorece um pouco o resultado na comparação entre os dois grupos.

Por fim, é possível dizer que os idosos participantes desta pesquisa possuem uma qualidade de vida geral que oscila de regular a boa. O fato de serem ativos, de se encontrarem regularmente num espaço de convivência que oportuniza sociabilidade, troca de experiências, apoio social, além de exercícios que potencializam a mente (AL) e especialmente o corpo (AF), contribui para a qualidade de vida na velhice. Não obstante, sublinha-se que um limite deste estudo diz respeito a não ter havido comparação entre idosos ativos e não ativos, o que poderia demonstrar se a prática de atividades regulares atua positivamente na qualidade de vida com mais de sessenta anos.

Considerações Finais

Este capítulo procurou analisar a qualidade de vida de idosos que praticam atividades de lazer (AL) ou atividades físicas (AF) nas cidades de Matinhos e Pontal do Paraná, no litoral do estado do Paraná, Brasil, partindo do pressuposto que ela também é resultado do desenvolvimento territorial. Foram pesquisados 66 idosos, com 60 anos ou mais, que participam de programas coordenados pelas prefeituras municipais, por meio da aplicação do instrumento *World Health Organization Quality of Life* (WHOQOL) na versão abreviada, WHOQOL-bref, elaborado pela Organização Mundial da Saúde.

De forma geral, concluiu-se que a prática de atividades, independentemente de sua natureza, contribui para a qualidade de vida na velhice, promovendo formas de sociabilidade, interação social e bem-estar. No presente estudo, nos domínios rela-

ções sociais e meio ambiente não foram verificadas diferenças significativas entre os idosos dos grupos Matinhos e Pontal do Paraná. Já nos domínios físico e psicológico, os idosos praticantes de atividade física apresentaram maior qualidade de vida, corroborando estudos que destacam a importância de atividades físicas para um envelhecimento saudável.

Com o crescente envelhecimento populacional no Brasil e no mundo é fundamental que o tema se inscreva definitivamente nas agendas acadêmica e governamental de diferentes cidades e países. Por meio de estudos aprofundados sobre o processo de envelhecimento e da elaboração e implementação de políticas públicas sociais que contemplem esse grupo etário, marcado pela heterogeneidade, pode-se construir um cenário favorável aos idosos e contribuir para o envelhecimento saudável, ativo e com qualidade de vida.

Referências

- ASLAM, S.; GEORGIEV, H.; MEHTA, K.; KUMAR, A. Matching research design to clinical research questions. **Indian Journal of Sexually Transmitted Diseases and AIDS**, Mumbai, v. 33, n. 1, p. 49-53, 2012.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1. p. 18055.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 out. 2003. Seção 1.
- CARNEIRO, R. S.; FALCONE, E.; CLARK, C.; DEL PRETTE, Z.; DEL PRETTE, A. Qualidade de vida, apoio social e depressão em idosos: relação com habilidades sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 229-237, 2007.
- CASTILHO WEINERT, L. V.; TAKEDA, S. Y. M.; GUIMARÃES, A. T. B.; GONÇALVES, A. M.; ZANINI, L. M.; CAVALCANTI, A. I.; GRIGORIO, J. M.; SILVA CUNHA, J. B.; BONFIM, A. F.; XIMENDES, G. S. Functional Performance and Quality of Life in Institutionalized Elderly individuals. **Topics in Geriatric Rehabilitation**, Philadelphia, v. 30, n. 4, p. 270-275, 2014.

CERQUEIRA, M. B. Digressões sobre saúde, envelhecimento e vida saudável na contemporaneidade. **Mediações**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 26-40, 2012.

DEBERT, G.; BRIGEIRO, M. Fronteiras de gênero e a sexualidade na velhice. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 37-54, 2012.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FLECK, M. P. A.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 178-183, 2000.

GAWANDE, A. **Mortais: nós, a medicina e o que realmente importa no final**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI, M. T. **Memórias de morte e outras memórias - lembranças de velhos**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI, M. T.; CASTILHO-WEINERT, L. O WHOQOL-Bref como instrumento de apoio a gestão pública. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 9, n. 16, p. 59-68, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. 2016. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**. 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tábua completa de mortalidade para o Brasil - 2016**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2016/tabua_de_mortalidade_2016_analise.pdf>

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Perfil avançando dos municípios**. Curitiba: IPARDES, 2017.

MACIEL, M. G. Atividade física e funcionalidade do idoso. **Motriz Revista de Educação Física**, Rio Claro, v. 16, n. 4, p. 1024-1032, 2010.

MATSUDO, S. M. M. Envelhecimento, atividade física e saúde. **BIS Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 47, p. 76-79, 2009.

NERI, A. L. **Qualidade de vida e idade madura**. Campinas: Papyrus, 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>

PASKULIN, L. M. G.; PASKULIN, L. M. G.; CORDOVA, F. P.; COSTA, F. M.; VIANNA, L. A. C.. Percepção de pessoas idosas sobre qualidade de vida. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 101-107, 2010.

PARANÁ. Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS). **Deliberação n. 055**. 2012. Disponível em: <http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/2012/deliberacao/Deliberacao_055.pdf>

PONTAL DO PARANÁ. **Portal**. 2017. Disponível em: <<http://www.pontaldoparana.pr.gov.br/portalnovo/>>

PUCCI, G. C. M. F.; RECH, C. R.; FERMINO, R. C.; REIS, R. S. Associação entre atividade física e qualidade de vida em adultos. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 166-179, 2012.

RASIA, J. M.; LAZZARETTI, C. T. **Saúde e Sistema Único de Saúde: Estudos socio analíticos**. Curitiba: Editora UFPR, 2014.

SONATI, J. G. VILARTA, R.; MACIEL, É. S.; MODENEZE, D. M.; VILELA JÚNIOR, G. B.; LAZARI, V. O.; MUCIACITO, B. Análise comparativa da qualidade de vida de adultos e idosos envolvidos com a prática regular de atividade física. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 731-739, 2014.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. **Relatório Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafios**. Nova York: UNFPA e HelpAge International, 2012.

VECCHIA, R. D.; RUIZ, T.; BOCCHI, S. C. M.; CORRENTE, J. E. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 246-252, 2005.



RETRATO DAS VIOLÊNCIAS NO LITORAL DO PARANÁ: ESTUDO RETROSPECTIVO (2014 A 2017) BASEADO EM INDICADORES

*Viviani Aparecida Cruz
Clovis Wanzinack
Mauricio Polidoro
Marcos Claudio Signorelli*

Introdução

A violência é um fenômeno complexo e multicausal cuja definição percorre diferentes perspectivas teóricas. Não existem consensos quanto ao conceito de violência, portanto, discorreremos sobre algumas das principais abordagens do tema no decorrer desta introdução. Na Filosofia, Platão (2002) compreende a violência a partir de dois aspectos, o primeiro, o da violência ativa, que é uma força de sedução que os tiranos exercem e, em segundo, a violência reativa, que surge na forma de revolta causada pelo desespero. Para Kant (2003), a violência é causada pela falta de consciência e moral, enquanto Marx (1872) à luz da luta de classes menciona uma violência social conflituosa, que se estabelece com mais vigor após a ascensão da burguesia ao poder, de onde deriva a teoria do conflito de Marx (1872).

Para Zizek (2010), é possível analisar a violência objetiva como resultado do sistema capitalista em vigor, porém também há uma economia simbólica, como defende Bourdieu (1987), que gera uma violência subjetiva e simbólica. Tendo assim uma relação subjetiva e objetiva em um mesmo conceito, pois a violência não é apenas o ato de agressão física, material e objetiva.

Ao longo da história da Humanidade foram diversas as formas de explicar o fenômeno da violência. A filosofia aristotélica utilizou a ideia de prudência como solução para os conflitos. Outras correntes de pensamento se utilizaram das teorias biológicas, hoje amplamente refutadas, pois partem de uma perspectiva racista e reducionista. O médico e antropólogo italiano Cesare Lombroso (1835-1909), um dos precursores da frenologia¹, afirmava que a herança biológica poderia explicar as ações e certos comportamentos agressivos, utilizando-se de termos científicos e biológicos para sustentar sua tese. Para Lombroso e os seus discípulos, incluindo o médico brasileiro Nina Rodrigues e o médico endocrinologista Leonídio Ribeiro, um acurado mapeamento do fenótipo poderia prever determinados comportamentos violentos. No contexto do Brasil colonial tal ideia se assimilava de maneira quase que perfeita para o momento histórico do fim da escravidão e o necessário reenquadramento social posto pelas novas relações sociais. O racismo científico, no final do século XIX, traz uma nova roupagem ao conceito do Outro, o selvagem e sem espírito, que vigorou por séculos no processo de colonização das Américas e da África.

Na psicanálise, Freud (1974) coloca a violência como inerente ao ser humano. Para o autor, o instinto da agressividade humana, da morte, está em equilíbrio com o instinto de vida, pois se busca a preservação do indivíduo e da espécie. Por outro lado, autores da teoria racial crítica (BONDS, 2015; BONDS, 2018; CLARNO, 2017; DELANEY, 2002) E DA DECOLONIALIDADE (FANON, 2002; FANON, 2008; CESÁIRE, 2010; MEMMI, 2007;

1 A frenologia, em resumo, foi uma pseudociência desenvolvida pelo alemão Franz Joseph Gall (1758 - 1828) que encarava o cérebro como um órgão da mente que possuía funções específicas que implicava os comportamentos humanos. A Sociedade Frenológica de Edimburgo (1820) foi uma das instituições mais importantes que propagava a ideia de que, com a supremacia da técnica na análise e descrição da caixa craniana, era possível prever comportamentos e impedi-los que ocorressem. A frenologia auxiliou na propagação global do racismo, com impacto relevante em sociedades colonizadas e que utilizaram do tráfico transatlântico como forma de desenvolvimento econômico.

MBEMBE, 2018; DUSSEL, 2000; DUSSEL, 2016; CRUZ, 2017; QUIJANO, 2002; QUIJANO 2005) associam a violência ao processo colonial que, amparado num regime dicotômico sobre o gênero e a raça utiliza-se, historicamente, do estupro, da violação, da pobreza e tantas outras manifestações da violência como estratégias de manutenção da supremacia branca. Tal regime, para estes autores, opera em múltiplas escalas, organizando nações, comunidades e as subjetividades individuais e coletivas.

Uma das manifestações mais visíveis da violência é a física, que se materializa em agressões, homicídios e guerras, considerada apenas a ponta do *iceberg*, pois é apenas onde transparece uma cadeia muito mais profunda que abrange vários tipos de violência. A violência de classe e social pode gerar violência simbólica ou psicológica, que por fim culmina em agressão física, homicídio ou até mesmo em conflitos armados entre países.

Mais recentemente, organismos internacionais tentam sintetizar um conceito de violência de maneira abrangente. Delimitamos para uso no presente artigo, o conceito trazido no *Relatório mundial sobre violência e saúde* da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015), no qual define o problema como:

Uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

No presente texto compreendemos a tipologia de violência a partir de OMS (2015), que a caracteriza em três grupos: 1) violência contra si mesmo (autoprovocada ou auto infligida); 2) violência interpessoal (doméstica e comunitária); e 3) violência coletiva (grupos políticos, organizações terroristas, milícias, guerras, entre outros).

Neste capítulo abordaremos apenas as violências interpessoais e autoprovocadas. A violência autoprovocada ou autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. A violência interpessoal se desdobra em dois subgrupos, sendo o primeiro a violência doméstica/intrafamiliar, considerada a que ocorre entre os parceiros íntimos ou entre os membros da família, principalmente no ambiente da casa, mas não unicamente. Engloba toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou liberdade e direito ao pleno desenvolvimento de outra pessoa da família. O segundo subgrupo de violência interpessoal compreende a violência extrafamiliar/comunitária. É definida como aquela que ocorre no ambiente social em geral, entre conhecidos ou desconhecidos, porém sem vínculos familiares. É praticada por meio de agressão às pessoas, por atentado à sua integridade e vida e/ou a seus bens e constitui objeto de prevenção e repressão por parte das forças de segurança pública e sistema de justiça (OMS, 2015).

Desse modo, feitas as delimitações conceituais, passaremos ao recorte espacial e temporal do capítulo. Nossa análise sobre o fenômeno da violência terá como recorte territorial o litoral do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil. O recorte temporal será o período entre os anos de 2014 e 2017, onde a taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) do Estado ficou abaixo da média nacional (21,09 estadual e 24,23 nacional). Os dados serão analisados a partir de fontes oficiais de registro e, embora a produção cartográfica demonstre informações de todo o estado, nosso esforço de análise será apenas na região do litoral do Paraná, para que assim possamos traçar um panorama sobre a violência nesta região.

Identificando lacunas sobre análises regionais, destacamos a necessidade de relatar as violências cometidas no litoral do Paraná. Para isso, traçamos um panorama das violências com base nos registros oficiais de duas bases de dados: o SINAN (Sistema

de Informação de Agravos de Notificação) e o SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade), a fim de apontar a gravidade do problema no litoral paranaense, assim como para a necessidade de medidas amplas e integradas para se enfrentar o problema, tendo como alvo a população mais vulnerável.

Almejamos com este capítulo, evidenciar um retrato da violência no âmbito regional, como uma das produções de nosso Grupo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Território, Diversidade e Saúde (TeDiS/CNPq), que se debruça sobre diferentes análises territoriais de problemas como a violência e sua relação com os determinantes socioambientais da saúde. Desse modo, cientes dos desafios de conceituar e quantificar a violência, passaremos a análise e apresentação dos dados. O capítulo é dividido em seções, de acordo com a tipologia da violência e com as bases de dados consultadas. Primeiramente são abordados os dados de violência do SIM, organizados em violência autoprovocada (suicídios) e interpessoal (homicídios). A seguir serão apresentados e discutidos os dados do SINAN, que compreende as violências não-letais. Buscaremos debater um pouco sobre os achados, problematizando questões no intuito de traçar um panorama dessa problemática no cenário regional.

Análise dos dados: os suicídios no litoral do Paraná

Nesta seção apresentamos uma análise dos dados obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do SIM e do SINAN, sistemas que compõem o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). A partir desses dados iremos traçar o retrato da violência no litoral do Paraná entre os anos de 2014 e 2017.

O suicídio é uma das violências auto infligidas que consta nas tipologias de violência propostas pela OMS. O SIM contém o registro de número de suicídios por município, ano de ocorrência,

além do perfil das vítimas e meios de agressão. Com base nos registros do SIM e nos dados populacionais por município do censo do IBGE (2010), compilamos as taxas de suicídios por 100 mil habitantes, para assim poder comparar a quantidade proporcional em municípios que possuem quantitativos populacionais distintos. A tabulação dos dados de suicídio nos ajuda a fornecer um retrato mais completo dos diferentes tipos de violência, mas também para perceber situações de distúrbio social do território, como dito por Émile Durkheim (1986), em sua obra "O suicídio", em que o suicídio é um sintoma de problemas sociais, não sendo algo apenas individual, mas uma consequência de anomalias sociais.

No quadro 1 apresentamos os dados de suicídios por municípios do litoral paranaense entre 2014 a 2017, em números absolutos, por 100 mil habitantes, segundo gênero e raça/cor. O período delimitado é com base na disponibilidade de dados consolidados, sendo que 2018 ainda não está disponível, e para efeitos comparativos, os dados de notificação de violência não-letal (SINAN) só estão consolidados nacionalmente a partir de 2014.

QUADRO 1 - MORTALIDADE POR SUICÍDIO NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ (2014 A 2017): NÚMEROS ABSOLUTOS, TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, SEGUNDO RAÇA/COR E GÊNERO

Municípios/ Estado/ País	Número total de suicídio (2014 a 2017)	Taxa por 100 mil	Raça/Cor						Gênero		
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Ignorado	M	F	Ignorado
Antonina	3	3,86	3	0	0	0	0	0	3	0	0
Guaraqueçaba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guaratuba	18	12,79	17	0	1	0	0	0	11	7	0
Matinhos	12	9,20	11	0	1	0	0	0	8	4	0
Morretes	7	10,65	6	0	1	0	0	0	7	0	0
Paranaguá	19	3,15	18	0	1	0	0	0	11	8	0
Pontal do Paraná	4	4,11	3	0	1	0	0	0	2	2	0
Paraná	2891	6,47	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brasil	45759	5,60	0	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

O que podemos perceber é que Guaratuba apresentou uma taxa muito acima da média comparada aos outros municípios do litoral do Paraná. Também é bem acima da média nacional e estadual, aproximadamente o dobro das taxas de suicídio do Paraná e do Brasil no período 2014 a 2017. Taxas bastante altas de suicídio também foram observadas em Morretes e Matinhos. Por outro lado, Guaraqueçaba não apresentou suicídios no período. A Figura 1 representa o mapa dos suicídios do Estado do Paraná, permitindo uma comparação dos municípios do litoral com o restante do estado.

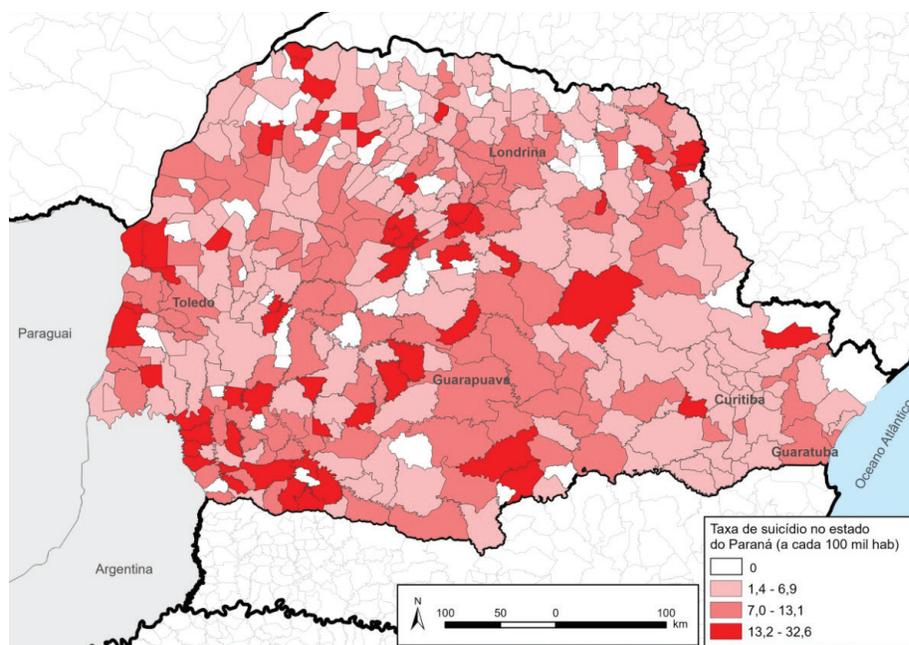


FIGURA 1 - MAPA DAS TAXAS POR 100 MIL HABITANTES POR SUICÍDIO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ (2014 A 2017)

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

Embora as mulheres estejam mais propensas a tentar suicídio como cita Lovisi et al. (2009) e Bernardes, Turini e Matsuo (2010), os homens estatisticamente possuem maior êxito no acontecimento, sugerindo que os homens têm uma intenção

de morte mais forte e assim utilizando de métodos mais letais. (WANZINACK; TEMOTEO; OLIVEIRA, 2018).

Outro ponto revelador das informações disponíveis é a inexistência dos registros de suicídios de pessoas pretas, amarelas e indígenas, indicando a demanda de estudos sobre o processo de autodeclaração em vida da população junto aos serviços de saúde e de segurança pública, bem como da demanda de realização de autopsias psicológicas para a identificação da raça/cor dos suicidas. No quadro 2 se detalha a causa da violência autoprovocada.

QUADRO 2 - MÉTODO ADOTADO NOS SUICÍDIOS PRATICADOS NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE NO PERÍODO DE 2014 A 2017

CAUSA DA VIOLÊNCIA	Nº ÓBTOS POR OCORRÊNCIA	%
Auto-intoxicação intencional a narcóticos e psicodislépticos [alucinógenos] – Não Classificados em Outras Partes	1	1,6%
Auto-intoxicação por e exposição, intencional, a outras substâncias farmacológicas de ação sobre o sistema nervoso autônomo	1	1,6%
Auto-intoxicação por e exposição, intencional, a outras drogas, medicamentos e substâncias biológicas e as não especificadas	5	8,1%
Lesão autoprovocada intencional enforcamento, estrangulamento e sufocação	44	72,1%
Lesão autoprovocada intencional por afogamento submersão	2	3,2%
Lesão autoprovocada intencional disparo por arma de fogo de mão	2	3,2%
Lesão autoprovocada intencional por disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada	1	1,6%
Lesão autoprovocada intencionalmente pela fumaça, pelo fogo e por chamas	1	1,6%
Lesão autoprovocada intencionalmente por objeto cortante penetrante	1	1,6%
Lesão autoprovocada intencionalmente, precipitação de um lugar elevado	1	1,6%
Lesão autoprovocada intencionalmente por outros meios específicos	1	1,6%
Lesão autoprovocada intencionalmente por meios não específicos	1	1,6%

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

No quadro 2, sobre os métodos adotados que resultaram em suicídio, é evidente que a maior causa é o enforcamento, com quase dois terços do total, seguidos de intoxicação por substâncias medicamentosas, drogas ou outras substâncias biológicas. Os dados relativos ao método empregado para o suicídio con-

trastam com os casos de mortes causadas por homicídios, que serão abordados na próxima seção e os quais as armas de fogo têm maior relevância. Nos suicídios no litoral paranaense, pelo contrário, temos poucos casos registrados com armas de fogo, correspondentes a menos de 5% dos casos.

Os homicídios no litoral do Paraná

Dentre os diferentes tipos de violência que se manifestam na sociedade, o homicídio é o resultado mais visível de comportamentos violentos registrados em estatísticas oficiais. Em 2017, as taxas de homicídios no Brasil, segundo dados do SIM do Ministério da Saúde: foram 34 homicídios a cada 100 mil habitantes. Ao todo, ocorreram 65.602 homicídios em 2017 no Brasil, um aumento de 4,94% em relação a 2016.

Tanto as diferentes modalidades de violência, num espectro mais amplo, quanto a violência homicida num espectro mais específico, causam diversas consequências para as pessoas e espaços onde se manifestam. Os impactos incluem desde o trauma individual sofrido pelas vítimas e familiares, até impactos na economia, uma vez que grande quantidade de recursos são deslocados para ações de combate à violência. Estima-se que no Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017) o custo da violência atinge 5,9% do PIB o que corresponde a R\$ 372 bilhões a cada ano (WANZINACK, 2018).

Homicídios existem nas mais diversas macros e microrregiões brasileiras, porém sua distribuição geográfica não se dá de forma homogênea. Os homicídios vêm aumentando nos últimos anos tanto nas capitais e regiões metropolitanas, como no interior, inclusive em municípios de menor porte (WANZINACK; SIGNORELLI; REIS, 2018).

O quadro 3 representa indicadores de homicídio do litoral paranaense no período (2014-2017), considerando números abso-

lutos por município, a taxa anual por 100 mil habitantes, e ainda segundo sexo raça/cor.

QUADRO 3 - MORTALIDADE POR HOMICÍDIO NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ (2014 A 2017): NÚMEROS ABSOLUTOS, TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, SEGUNDO RAÇA/COR E GÊNERO

Municípios/ Estado/ País	Número total de homicídio (2014 a 2017)	Taxa por 100 mil	Raça/Cor						Gênero		
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Ignorado	M	F	Ignorado
Antonina	9	11,59	8	0	0	0	0	1	8	1	0
Guaraqueçaba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guaratuba	83	58,98	55	0	23	0	1	4	78	4	1
Matinhos	74	56,76	50	3	19	0	0	2	68	6	0
Morretes	15	22,82	12	0	3	0	0	0	14	1	0
Paranaguá	216	35,84	146	6	59	0	0	5	203	12	1
Pontal do Paraná	39	40,04	27	2	9	0	0	1	39	0	0
Paraná	11774	26,37	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brasil	247673	30,29	0	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

O quadro 3 nos traz um retrato sobre quais cidades tem as maiores taxas de homicídios (proporcionais a 100 mil habitantes) e conseqüentemente, podemos dizer quais são mais violentas dentro da nossa área de estudo, no período 2014 a 2017. Assim, se percebe que Matinhos e Guaratuba figuram bem acima da média das demais cidades da região, e também bem acima da média estadual e nacional. Outro dado relevante é que das sete cidades constantes no quadro, quatro estão acima das médias estadual e nacional. Outro ponto que chama atenção é que a maioria das vítimas de homicídios são homens, assim estando a população masculina mais vulnerável a ser vítima de homicídio no litoral do Paraná. Esse resultado regional corrobora outras pesquisas que investigaram a relação entre o sexo das vítimas de homicídio na conjuntura brasileira, evidenciando que no país os homens são disparadamente mais assassinados que mulheres (WANZINACK, SIGNORELLI; REIS, 2018). Outra constatação é que o município de Guaraqueçaba, que compõem nossa área de análise, não registrou casos de homicídios nos últimos dez anos.

A Figura 2 representa as taxas médias anuais de homicídios no período 2014 a 2017 no Estado do Paraná, permitindo a comparação da situação regional com o restante do Estado.

Outra informação importante analisada é como as pessoas são assassinadas, ou seja, qual é o tipo de agressão sofrido pela vítima que a levou a óbito. No quadro 4, esses dados foram detalhados para assim fazermos a nossa análise.

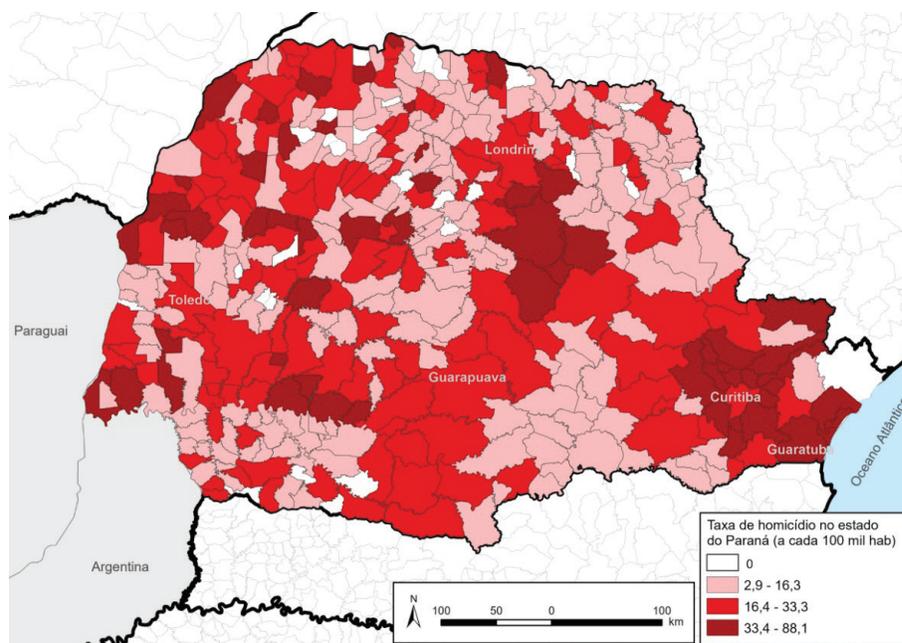


FIGURA 2 - MAPA DAS TAXAS POR 100 MIL HABITANTES POR HOMICÍDIO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ (2014 A 2017)

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

QUADRO 4 - HOMICÍDIOS PRATICADOS NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE NO PERÍODO DE 2014 A 2017, SEGUNDO OS TIPOS DE AGRESSÃO

TIPOS DE AGRESSÃO	Nº ÓBTOS POR OCORRÊNCIA	%
Agressão por enforcamento, estrangulamento, sufocação	11	2,52%
Agressão por disparo de arma de fogo de mão	31	7,11%
Agressão por disparo de outra arma de fogo ou não especificados	249	57,11%
Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas	4	0,92%
Agressão por objeto cortante ou penetrante	88	20,18%
Agressão por meio de um objeto contundente	22	5,05%
Agressão por meio de impacto de veículo a motor	3	0,69%
Agressão por meio de força corporal	24	5,50%
Agressão por outros meios específicos	1	0,23%
Agressão por meios não específicos	2	0,46%
Intervenção legal	1	0,23%

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

Podemos observar que as maiores causas dos homicídios registrados no litoral paranaense entre 2014 a 2017 são por armas de fogo, representando a maioria das ocorrências. Em números absolutos contabilizam o total de 280 casos (somados os tipos “agressão por disparo de arma de fogo de mão” juntamente com “agressão por disparo de arma de fogo ou arma não especificados”) de um total de 436 casos. Sendo, desse modo, correspondentes a 64,2% dos tipos de homicídios praticados na região. Esse dado sinaliza uma bandeira amarela para questões relacionadas à flexibilização do porte de armas, em discussão no cenário político brasileiro atualmente. Questiona-se se esses dados não seriam maiores ainda com a população com maior acesso a armas de fogo?

As notificações de violências não-letais

Os dados que utilizaremos a seguir foram tabulados com base no banco de dados do SINAN, referente ao período entre 2014 e 2017. O SINAN tem como objetivo coletar, transmitir e dis-

seminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das três esferas de governo, por intermédio de uma rede informatizada para apoiar o processo de investigação e dar subsídios à análise. Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica.

Da perspectiva epidemiológica, é importante ressaltar que a atual composição da ficha de notificação individual da violência interpessoal e autoprovocada teve sua última alteração em 2014, onde passou a incluir, de maneira inédita no Brasil, questões relacionadas à identidade de gênero e a orientação sexual. A Portaria 204 de 17 de fevereiro de 2016 tornou compulsória a notificação das violências, fato este que explica a irregularidade temporal nos dados disponíveis de violência, já que os serviços de saúde ainda estão em processo de implantação e aderência na rotina do trabalho das notificações de violência interpessoal e autoprovocada.

O quadro 5 se refere ao número total de notificações de violência, segundo gênero e raça/cor, com base no registro do SINAN entre 2014 e 2017 para o litoral paranaense.

QUADRO 5 - TOTAL DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA NÃO-LETAL, SEGUNDO RAÇA/COR E GÊNERO, DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE ENTRE 2014 E 2017

Municípios/ Estado/ País	Número total de notificações (2014 a 2017)	Raça/Cor						Gênero		
		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Ignorado	M	F	Ignorado
Antonina	149	82	0	16	0	0	51	81	68	0
Guaraqueçaba	3	1	0	2	0	0	0	0	3	0
Guaratuba	303	227	6	43	0	0	27	52	251	0
Matinhos	868	449	0	388	0	2	6	507	361	0
Morretes	132	99	4	29	0	0	0	18	114	0
Paranaguá	567	332	22	161	4	2	45	211	356	0
Pontal do Paraná	250	188	23	35	3	0	0	116	134	0
Paraná	92.096	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brasil	976.640	0	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SINAN (2019).

Os dados do quadro 5, posicionam Matinhos como uma das melhores notificadoras de violência interpessoal e autoprovocada junto ao SINAN, seguido por Paranaguá e Guaratuba. Também são as três cidades com maior taxa de homicídios no litoral paranaense, como demonstra o quadro 3. Uma relação que põe em destaque essas cidades para a análise da violência, pois tais dados indicam uma violência acima da média e dá subsídios para o aprofundamento das causas em futuros estudos. Todavia, os dados de violência não-letal devem ser analisados com cautela, pois é possível que o município de Matinhos esteja notificando mais casos de violência que os demais municípios, pois investe mais no treinamento de suas equipes para a identificação e notificação de violências, o que não significa necessariamente que Matinhos seja mais violento que os demais. Outro aspecto interessante de se notar é como esses dados, no que se refere ao gênero, contrastam com os de homicídios, os quais a maioria absoluta são de homens. No caso das violências não-letais há uma distribuição mais equilibrada de registros entre homens e mulheres. Mas isso iremos aprofundar na nossa conclusão mais adiante.

As notificações do SINAN e a motivação da violência

Os campos de motivação da violência interpessoal existentes na ficha são: Sexismo, LGTBTfobia, Racismo, Intolerância religiosa, Xenofobia, Conflito Geracional, Situação de Rua e Deficiência. Para melhor compreender os dados, antes apresentaremos os conceitos mais importantes das motivações citadas.

O sexismo, inicialmente, pode ser baseado na ideia central de que os homens estão em condições superiores das mulheres, gerando situações de desigualdade, em um conceito que se aproxima muito do machismo, mas vai além. O sexismo trata de atitudes discriminatórias que definem quais usos e costumes devem ser respeitados por cada sexo, desde o modo de vestir até o comportamento social adequado, tema que pode ser relacionado de modo correlato com o racismo (Gonzales, 1980). Um exemplo nítido e usado de modo provocativo para se pensar, é que meninas devem vestir rosa e brincar de boneca, enquanto meninos devem vestir azul e brincar de carrinho. Assim, o sexismo se manifesta desde a primeira infância e percorre toda a vida das mulheres, até na escolha de profissões, desigualdade de renda, e produção de violência pelos homens contra as mulheres. Sexismo age com objetivo de se estipular um comportamento padrão esperado para homens e mulheres, legitimando a violência contra as mulheres, principalmente quando elas fogem à norma esperada. O termo foi usado pela primeira vez, segundo Mary Kosut (2012), em 1965 por Pauline M. Leet durante um "Student-Faculty Forum" no Franklin and Marshall College (Pensilvânia, EUA).

A LGTBTfobia (lesbo-, gay-, bi-, trans-fobia) comumente chamada apenas de homofobia, é definida pela Comissão da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB (2017), como "ato ou manifestação de ódio ou rejeição a homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais". O Racismo pode ser conceituado, grosso modo, como o preconceito e a discriminação

com base em percepções baseadas em diferenças biológicas entre as pessoas e os povos, porém esse conceito não é suficiente para explicar o racismo institucional em um país como o Brasil. A construção identitária nacional sofreu uma grande influência das obras Freyre (1933) que exalta a miscigenação e cria o discurso da democracia racial. Tal discurso esconde o racismo e impossibilita o reconhecimento da negritude e do racismo. Talvez por isso no quadro 6 não conste nenhuma notificação de violência racial na região, pois essas relações são invisibilizadas por esse processo iniciado pós anos 1930.

A intolerância religiosa é toda e qualquer forma de discriminação e violência sofrida por razão de escolha religiosa (SILVA, 2007; 2012), sofrendo uma maior violência as religiões de matrizes africanas, como candomblé e umbanda, o que reflete um certo preconceito religioso interconectado com o racismo (Almeida, 2009).

A xenofobia é a violência causada ao estrangeiro ou ao brasileiro de outras regiões, principalmente das regiões Norte e Nordeste, em se tratando de dados referentes à região Sul. As pessoas em situação de rua, segundo definição da Secretaria Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2009), são aquelas que estão vivendo na rua, não tendo um domicílio fixo, estando em um estado de grande vulnerabilidade, portanto é comum manifestações de violência contra esse grupo.

A pessoa com deficiência, segundo o Artigo 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Portanto, toda violência contra pessoas com deficiência entra nesse grupo. Agora que definimos os conceitos contidos no quadro 6, podemos observar o quantitativo relacionado às motivações que causaram os atos de violências notificados no litoral paranaense, no período 2014 a 2017.

QUADRO 6 - TOTAL DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA NÃO-LETAL, SEGUNDO A MOTIVAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE ENTRE 2014 E 2017

Municípios	Sexismo	LGBTfobia	Racismo	Intolerância Religiosa	Xenofobia	Conflito Geracional	Situação de Rua	Deficiência	Outros	Não Se Aplica	Ignorado
Antonina	2	0	0	0	0	0	3	1	17	8	95
Guaraqueçaba	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1
Guaratuba	3	2	0	0	0	5	13	0	44	41	174
Matinhos	67	3	0	0	2	92	426	10	22	83	78
Morretes	0	0	0	0	0	0	0	0	10	14	96
Paranaguá	79	3	0	0	0	21	12	7	112	96	80
Pontal do Paraná	2	1	0	0	0	23	7	2	42	61	6

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

Os dados em destaque no quadro 6 apontam, primeiro, que as violências com a motivação relacionadas contra a população de rua obtiveram 426 notificações no município de Matinhos, seguido por conflito geracional (92), e o terceiro sendo sexismo com 79 notificações registradas em Paranaguá. Outros dados alarmantes são referentes ao número de notificações ignoradas em Guaratuba com 174 notificações registradas, e outros tipos de violência, obtendo 112 registros em Paranaguá. Mais um ponto que merece atenção é não ter nenhuma notificação sobre racismo, o que já foi inicialmente analisado acima, e que talvez tenha relação com a invisibilidade da questão racial através do discurso da democracia racial de Freyre (1933), que traz a problemática do racismo institucional.

Para melhor entender as motivações da violência sofrida, é interessante também, observar quais foram os tipos (tipologia) de violência sofridas na região, com base no registro do SINAN.

Para isso observamos os dados do quadro 7, a respeito da tipologia das violências.

QUADRO 7 - TOTAL DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA NÃO-LETAL, SEGUNDO A TIPOLOGIA, NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE ENTRE 2014 E 2017

Municípios	Física	Psicológica/Moral	Tortura	Sexual	Tráfico de Seres Humanos	Financeiro/Econômico	Trabalho Infantil	Intervenção Legal	Autoprovocada	Não Se Aplica	Ignorado
Antonina	132	16	5	5	0	1	0	0	25	0	0
Guaraqueçaba	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guaratuba	263	122	15	38	1	3	1	4	36	0	0
Matinhos	752	6	2	18	1	1	0	0	127	0	0
Morretes	122	27	4	1	0	0	1	1	3	0	0
Paranaguá	490	159	86	87	0	6	0	0	74	0	0
Pontal do Paraná	205	87	3	10	0	1	2	0	29	0	0

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SINAN (2019).

Os principais tipos de violências notificadas foram a física em primeiro lugar em todas as cidades do litoral paranaense, em segundo a psicológica/moral (exceto Antonina e Matinhos), revelando maior quantidade no município de Paranaguá, e não apresentando nenhuma notificação em Guaraqueçaba. Em terceiro, a violência autoprovocada (que é segunda em Antonina e Matinhos), que inclui as tentativas de suicídio e automutilação, sem resultar em suicídio (não-letal). Esse dado reforça a necessidade de intensificação de campanhas e estratégias de prevenção ao suicídio, como por exemplo, o mês setembro-amarelo de prevenção ao suicídio, já que o tema ainda é considerado um tabu. Guaraqueçaba mais uma vez não aponta registros dessas notificações (tentativas de suicídio ou automutilação). A relação entre violência física e psicológica pode ser explorada como duas faces da mesma moeda, que a violência psicológica antecede e/ou complementa a violência física, sendo esta última o último “estágio” de um longo caminho de violência sofridas. Isso fica evidente no artigo “Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica”, onde Silva,

Coelho e Caponi (2007), afirmam que “pela sua característica, a violência psicológica no interior da família, geralmente, evolui e eclode na forma da violência física”. A violência sexual sendo um crime socialmente punitivo, apresenta maior número de casos notificados no município de Paranaguá, que é também o mais populoso da região.

Considerações Finais

A análise das informações existentes sobre violência interpessoal, autoprovocada e homicídios possibilitou a construção de um retrato sobre a violência no litoral do Paraná entre os anos de 2014 e 2017. No tocante ao suicídio, chama atenção a taxa registrada no município de Guaratuba, muito acima das médias regionais, estadual e nacional. Também ficou evidenciado que homens registram maior número de suicídio que mulheres, algo que vai de encontro ao padrão observado no restante do Brasil, sendo necessária ampliação de estratégias com foco nesse grupo populacional, visando sua prevenção. Nítido também é o posicionamento dos homens como os mais vulneráveis em relação aos homicídios (quadro 3), sendo ampla maioria das vítimas. Já com relação ao método, são as armas de fogo as responsáveis pela grande maioria dos homicídios (quadro 4). Assim, quando nos referimos às violências com base em homicídios e suicídios, os homens estão em situação de maior vulnerabilidade.

O panorama se modifica quando as informações exploradas são aquelas da violência interpessoal e autoprovocada, onde podemos perceber o sexismo com relevância mister. Nesse caso, diferencia-se a situação de vulnerabilidade do homem para mulher. Se o homem é vulnerável na rua, a mulher tem sua maior vulnerabilidade dentro de casa. A sensibilização de profissionais de saúde e o amplo debate midiático sobre o feminicídio reflete

positivamente nos dados da violência contra mulher, que ainda assola um país estruturado no sexismo branco e heteropatriarcal.

Em relação a violência física e a violência psicológica sinalizamos para um escalonamento da violência que pode ir da violência psicológica para física (SILVA, COELHO; CAPONI, 2007), inclusive culminando em outras formas de violência letal. Assim a violência psicológica e moral muitas vezes pode anteceder a violência física, sendo, portanto, um alvo necessário na implementação de políticas de prevenção.

Desse modo, estabelecemos um retrato da violência no litoral do Estado do Paraná que pode ser percebido nas diferenças das violências sofridas de acordo com gênero, onde o homem é mais vulnerável à suicídios e homicídios no ambiente da rua, enquanto a mulher tem uma maior vulnerabilidade no âmbito doméstico, sofrendo vários tipos de violências, dentre elas a psicológica e a física. As notificações de violência não-letal geralmente ocorrem nos estabelecimentos de saúde, constituindo-se em um local de apoio imediato após agressão. Assim, abre-se a chave para pensar violência e saúde pública como relevante para o estudo e a investigação regional, principalmente com recortes específicos de gênero.

Outro ponto importante é a subnotificação (muitos casos registrados como ignorados) e falta de notificações de casos de violência racial. Os dados (ou a ausência deles, sobretudo do racismo) reiteram a tese da naturalização do racismo, baseado principalmente no discurso da democracia racial fruto do que foi denominado miscigenação (FREYRE, 1933) e a carência dos profissionais de saúde em encarar o marcador de raça/cor como um determinante social da saúde. Esta é uma problemática que implica em outros debates que, neste escopo e diante das restrições que um capítulo de livro possui, possibilita indicar para essa potente agenda de pesquisa e intervenção.

Por fim, reconhecemos as limitações de nosso estudo, que se propõe a ser um ponto de partida, um retrato do panorama regional, para que possa subsidiar *a posteriori* reflexões sobre as relações de violência e como gênero e raça (mesmo a partir da sua invisibilidade) estão presentes e são de grande importância para se pensar essa problemática. O trabalho também almeja provocar novos estudos, mais aprofundados sobre cada um dos tipos de violência abordados, além de tensionar a implementação de estratégias e políticas públicas para lidar com a problemática na região.

Agradecimentos

Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica da 1ª autora; à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA) pelo apoio na obtenção dos dados e ao Ministério da Saúde pelo apoio financeiro do estudo.

Referências

- ALMEIDA, R. **A Igreja Universal e seus demônios**: um estudo etnográfico. Terceiro Nome, 2009.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.
- ARTICULAÇÃO PARA O COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL (CRI). **Identificação e abordagem do racismo institucional**. Brasília: CRI, 2006.
- AZEVEDO, N. T. A vulnerabilidade social dos municípios do litoral do Paraná: construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) com base nos dados dos setores censitários IBGE 2010. **Guaju**, v. 2, n. 2, p. 89-124, 2016.
- BONDS, A. Beyond white privilege: geographies of white supremacy and settler colonialism. **Progress in Human Geography**, v. 40, n. 6, p. 715-733, 2015.
- BONDS, A. Race and ethnicity I: property, race, and the carceral state. **Progress in Human Geography**, v. 43, n. 3, p. 574-583, 2018.

- BOURDIEU, P. A excelência e os valores do sistema de ensino francês. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Rua: aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Saúde da população negra no Brasil**: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.
- CLARNO, A. **Neoliberal Apartheid: Palestine/Israel and South Africa after 1994**. University of Chicago Press, 2017.
- CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. **Geografia e Giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017. p. 15-36.
- DELANEY, D. The space that race makes. **The Professional Geographer**, v. 54, n. 1, p. 6-14. 2002.
- DURKHEIM, E. **O suicídio**. Paris: PUF, 1986.
- DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo, In: Lander, E. (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso. 2000.
- DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n.1, p. 51-73, 2016.
- FANON, F. **Les damnés de la terre**. Paris: La Découverte. 2002.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA. 2008.
- FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- FREUD, S. **Os instintos e suas vicissitudes**. Rio de Janeiro: Imago. 1974.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>
- KANT, I. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KRUG, E. G. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.

- LOMBROSO, C. **O Homem Delinquente**. São Paulo: Ícone, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do Partido comunista**. Moscou: Progresso, 1972.
- MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido do Retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. UFRJ: n-1 edições, 2018.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). Comissão da Diversidade Sexual. Nota de apoio da Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível: < <https://www.oab-bnu.org.br/noticias-e-artigos/noticias/17231-10-10-comissao-da-diversidade-sexual-do-conselho-federal-da-oab-divulga-nota-de-apoio.html>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre a prevenção da Violência 2014**. São Paulo: 2015.
- PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.
- PERES, M. F. T. **Violência por armas de fogo no Brasil** - Relatório Nacional. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, 2004.
- PELLEGRIN, P. De Aristóteles a Tomás de Aquino. **Scientific American Brasil**, n. 10, p. 16-19, 2006.
- QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**. ano 17, n. 37, 2002.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.
- SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE MORTALIDADE. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SIM). TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO SUS. (DATASUS). **SIM-Sistema de Informações de Mortalidade**. 2019. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060701>>
- SCHNEIDER, D. **Violência(s), gênero e território: mulheres trabalhadoras da Segurança Pública no Litoral Paranaense**. 143f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2015.
- SIGNORELLI, M. C.; AUAD, D.; PEREIRA, P. P. G. Violência doméstica contra mulheres e a atuação profissional na atenção primária à saúde: um estudo etnográfico em Matinhos, Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 6, p. 1230-1240, 2013.
- SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 21, p. 93-103, 2007.
- SILVA, V. G. Intolerância religiosa - Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SILVA, V. G. Exu do Brasil: tropos de uma identidade afro-brasileira nos trópicos. **Revista de Antropologia**, v. 55, n. 2, p. 1085-1114, 2012.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO (SINAN). TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO SUS (DATASUS). **Sinan**. 2019. Disponível em: <<http://portalsinan.saude.gov.br/>>

WANZINACK, C.; SIGNORELLI, M. C.; REIS, C. Homicides and socio-environmental determinants of health in Brazil: a systematic literature review. **Cadernos de saúde pública**, v. 34, p. e00012818, 2018.

WANZINACK, C. **Violência, território e desenvolvimento**: uma proposta de análise dos Homicídios do Brasil baseada nos determinantes socioambientais da saúde. 118 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018.

ZINGANO, M. A. A. **Platão e Aristóteles**: os caminhos do conhecimento. São Paulo: Odysseus, 2002.

ZIZEK, S. **A violência**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANÁLISE TEMPORAL DA CORRELAÇÃO ENTRE POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM PARANAGUÁ - PR

*Anielly Dalla Vecchia
Emerson Joucoski
Roberto Eduardo Bueno
Rodrigo Arantes Reis*

Introdução

A concepção de saúde baseada no modelo hegemônico médico-assistencial e curativista, fez com que a saúde e os condicionantes do adoecimento populacional ficassem excluídos, por muito tempo, dos problemas sanitários relacionados às questões socioeconômicas e ambientais.

Vários estudos vêm utilizando o número de internações hospitalares como um indicador dos efeitos da poluição na saúde da população, a exemplo de uma visão ampliada de saúde que entende que o ambiente influencia no processo saúde/doença (GOUVEIRA et al., 2006).

Com base nos estudos sobre poluição atmosférica e efeitos na saúde, a OMS desenvolve e produz diretrizes de qualidade do ar, recomendando limites de exposição aos principais poluentes atmosféricos (internos e externos), além de criar avaliações detalhadas de diferentes tipos de poluentes do ar relacionadas à saúde, incluindo Material particulado ($PM_{10-2,5}$), partículas de *Black Carbon* (BC) e Ozônio (WHO, 2018b).

Algumas pesquisas revelaram que a exposição a poluentes atmosféricos, principalmente os de origem veicular, durante a fase embrionária e pós-natal precoce causam alterações no

hipotálamo, região do cérebro que controla os processos de fome e sede, atua na regulação de diversas glândulas que produzem hormônios, atua no controle das emoções e comportamentos, regula os estados de consciência e horários de vigília e sono, dentre outros (SALDIVA, 2018; MORAES, 2009).

As crianças são mais vulneráveis aos efeitos da poluição atmosférica, pois os seus pulmões ainda, em desenvolvimento, inalam mais ar em relação à massa corporal adulta. Os efeitos de curto prazo da exposição à poluição do ar sobre o sistema respiratório vão desde desconforto geral (ardor nos olhos, narinas, garganta e etc.) e exacerbação dos sintomas em indivíduos com asma e doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), até aumento das consultas médicas, internações hospitalares e da mortalidade (ARBEX et al., 2012).

A OMS afirma que a poluição do ar é um fator de risco crítico para as chamadas DPOC causando cerca de 43% de mortes, 24% por doenças cardiovasculares, 25% por acidente vascular cerebral e 29% associadas ao câncer de pulmão (WHO, 2018a).

Cenário da pesquisa

Paranaguá possui um importante patrimônio histórico baseado nos encontros das comunidades tradicionais caiçara que coexistem junto as demandas do fluxo global econômico que utilizam as instalações do Porto Dom Pedro II (ABRAHÃO; BAHL, 2011; APPA, 2019).

A área portuária de Paranaguá conta com um complexo industrial composto por fábricas, silos de armazenagem, pátios de carga e descarga de produtos, além dos terminais de escoamento. A BR-277 é o acesso principal do município, que se liga às principais vias, tanto ao porto quanto à região central. Parte das cargas também transitam por meio de uma malha ferroviária mínima (TIEPOLO, 2016).

A falta de grandes polos industriais em cidades vizinhas faz de Paranaguá um território ideal para estudos de impactos de poluição do ar, atividade portuária, e injustiça social (REIS et al., 2015). Diante disto, o município de Paranaguá tem sido cenário de estudo sobre qualidade do ar, atividade portuária e impactos na saúde respiratória de crianças e adolescentes há alguns anos (REIS et al., 2015; ANTONIACONI, et al. 2016; GURGARTZ et. al., 2016; TAGLIATELLA, 2017; VECCHIA et. al., 2017; GURGARTZ, 2018).

Este trabalho trata-se do recorte temporal de uma dissertação de mestrado intitulada “Estudo da correlação entre poluição atmosférica e doenças respiratórias em Paranaguá - PR” (VECCHIA, 2019). Caracteriza-se como um estudo epidemiológico observacional analítico do tipo transversal com tendência temporal. Analisa-se o eixo exposição/efeito, assim como os fatores que influenciam no processo de adoecimento, abordando também a prevalência das doenças respiratórias em crianças e adolescentes residentes no Município de Paranaguá - PR. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa e analítica.

A presente pesquisa teve como amostra dados de doenças do aparelho respiratório conforme capítulo X do CID-10 (BRASIL, 2008), de crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos, com informações relacionadas aos atendimentos realizados de 2012 a 2017 no Município de Paranaguá.

Após a obtenção de dados concluída, obteve-se o resultado total bruto de N= 1.260 prontuários de crianças com histórico de doenças respiratórias, que foram devidamente tabulados e analisados. O recorte temporal dos dados analisados vai de 01/01/2012 a 30/09/2017, totalizando o número de prontuários incluídos e considerados neste estudo pós decupagem de N= 975 em relação ao número de pessoas distintas amostradas, e o total de N= 5.434 por análise de data da queixa/atendimento médico, considerando o número de atendimentos realizados por doenças respiratórias.

Foram incluídas na pesquisa oito Unidades de Saúde (U.S) e um Centro de Referência do município de Paranaguá, o Centro Municipal de Diagnóstico - João Paulo II, que presta atendimento a pessoas com doenças respiratórias. Estas unidades de saúde são todas vinculadas ao sistema público de saúde e foram selecionadas de acordo com aceite de participação na pesquisa de seus respectivos gestores e conforme disponibilidade dos dados no início da coleta em 2015, conforme ilustrado na Figura 1.

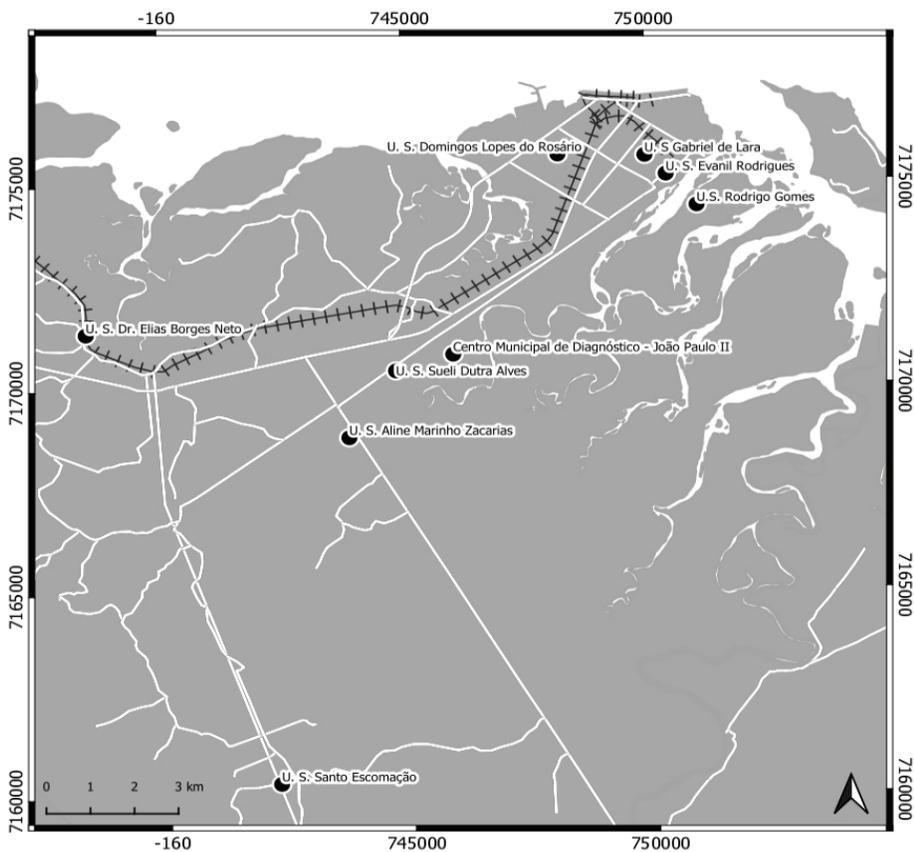


FIGURA 1 - MAPA DAS UNIDADES DE SAÚDE INCLUÍDAS NESTE ESTUDO
 FONTE: Vecchia (2019).

Por fim, realizou-se a correlação das prevalências com as variáveis da pesquisa nos âmbitos saúde, meio ambiente e perfil

socioeconômico. Para a tabulação dos dados foram utilizadas planilhas e ferramentas do programa Excel 2010 (Microsoft®). No processo de decupagem utilizou-se o Open Refine para limpeza, classificação, agrupamentos e extensão dos dados.

Utilizou-se o *DataTables* para busca, filtragem, ordenação e estilização da tabela HTML, que consiste em uma ferramenta flexível para adicionar recursos avançados as tabelas. Para os outros processos matemáticos e *Boxplot*, utilizou-se o Programa R (R PROJECT FOR STATISTICAL COMPUTING).

Optou-se em utilizar Spearman ou o coeficiente de correlação (tau) de Kendall, como método para o cálculo das correlações quando as distribuições não são normalmente distribuídas (testado através do teste *Shapiro-Wilk*). Se $p < 0,05$ do teste Shapiro-Wilk para pelo menos uma das variáveis em estudo então usa-se Spearman ou Kendall. Para o processamento geográfico dos dados utilizou-se o software QGIS (QGIS DEVELOPMENT TEAM), usando como base as informações disponíveis no plano diretor municipal de Paranaguá.

A presente pesquisa foi registrada e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE: 51617815.4.0000.0102. Todas as informações obtidas nesta pesquisa serão armazenadas e utilizadas para fins exclusivamente acadêmicos, conforme os preceitos éticos que regem a Resolução CNS 466/12, preservando o sigilo das informações e da identificação dos sujeitos.

Desenvolvimento

Os resultados temporais são classificados e amostrados por mês e ano segundo data do episódio e/ou atendimento médico por doença respiratória (CID-10), conforme tabela 1. Faz-se importante frisar que todos os dados apresentados nesta pesquisa são baseados nas datas das queixas de doenças respiratórias, salvo seja descrito o contrário.

Estudos ecológicos com características longitudinais costumam utilizar um período maior de cinco anos na amostragem, porém diante das características deste estudo houve a necessidade de testar as hipóteses de correlação num espaço de tempo menor.

TABELA 1 - ANÁLISE TEMPORAL COM BASE NA DATA DA QUEIXA RESPIRATÓRIA, POR TOTAL DE AMOSTRAS EM MESES E ANOS

Amostras por Mês		Amostras por Ano	
Mês	Contagem*	Ano	Contagem*
1	413	2012	1.015
2	416	2013	1.018
3	618	2014	1.276
4	496	2015	1.297
5	433	2016	781
6	480	2017	47
7	332	Total	5.434
8	531		
9	499		
10	502		
11	496		
12	218		
Total	5.434		

FONTE: Vecchia (2019).

* com base no número das datas de queixas distintas.

Diante do perfil de resultados encontrados que podem refletir uma sub amostragem para o período de 2016 e 2017, conforme é possível observar na Figura 2, foram realizados testes matemáticos de porcentagem, prevalência e de estatística com a amostragem total 2012-2017 e do período de 2012-2015, e decidiu-se pela não utilização os dados referentes aos anos 2016 e 2017 na amostragem e discussão dos resultados.

Nota-se um aumento no número de ocorrências que se mantém ano a ano no período entre 2012 e 2015, com a média do número de queixas que iniciaram em 2012, >80 e em 2015, >120. Para Paranaguá, entre 2012 e 2015, observa-se que os meses que apresentam os maiores valores são abril, março, setembro, outubro e novembro.

Na tabela 2 é possível contemplar todos os testes estatísticos da amostragem, segundo data de nascimento, idade, data da queixa (data do atendimento hospitalar e/ou data da crise) e número de visitas às unidades de saúde.

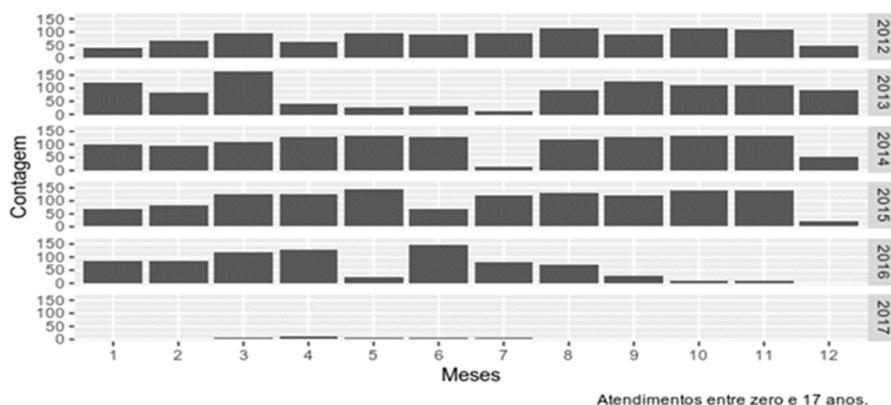


FIGURA 2 - TOTAL DE ATENDIMENTOS POR MÊS E ANO, NO PERÍODO DE 2012 A 2017

FONTE: Vecchia (2019).

Na figura 3, apresenta-se os resultados referentes ao número de atendimentos por doenças respiratórias no período entre 2012 e 2015 em forma de *boxplot*.

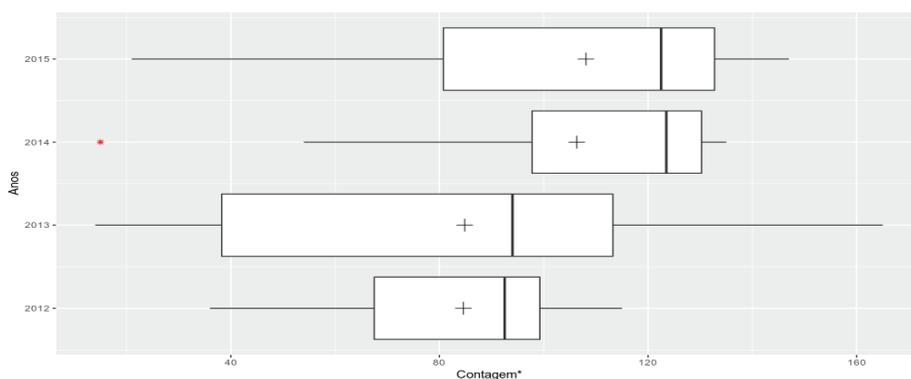


FIGURA 3 - BOXPLOT DE ATENDIMENTOS POR OCORRÊNCIAS DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS, NO PERÍODO DE 2012-2015

FONTE: Vecchia (2019).

Idade entre zero e 17 anos calculado até 31/12/2015. *Com base no número de atendimentos por data das queixas. * *outlier* - em estatística significa um valor atípico, é uma observação que apresenta um grande afastamento das demais da série ou que é inconsistente. + é a média.

TABELA 2 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS DA AMOSTRAGEM

	Datas de nascimento (ano-mês-dia)	Idades calculadas até 30/09/2017	Datas das queixas (ano-mês-dia)	Número de visitas a ubs
Mínima	1999-10-06	0 (< 1 ano)	2012-01-01	1
1º Quartil	2004-12-06	7,0	2013-03-25	2
Mediana	2007-09-09	10,0	2014-06-26	5
Média	2007-08-21	9,6	2014-06-22	6,0
3º Quartil	2010-06-04	12,0	2015-08-06	9
Máxima	2017-09-15	17,0	2017-09-17	35
Não Consta*	-	-	-	204
Desvio padrão	-	3,7	-	4,9**

* Informações que foram excluídas na decupagem por falta de informações ou prontuário ilegível. ** Desvio padrão sem as que 'não consta'.

FONTE: Vecchia (2019).

É possível identificar, a partir da tabela 2, a definição dos quartis segundo idade no momento do atendimento por doença respiratória e o número diferente de visitas. O valor mínimo é de crianças com idade inferior a 1 ano ($0 < 1$ ano) com uma média de 1 visita à UBS.

O 1º quartil se baseia em crianças com idade até 7 anos e média de duas (02) visitas na UBS, já para a mediana encontram-se crianças até 10 anos, e média de nove e meio aproximadamente (9,6), está próxima a mediana que significa a passagem para o segundo quartil com o número de visitas à UBS entre 5 e 6 vezes no período estudado. No 3º quartil encontram-se crianças com a idade entre 10 e 12 anos que frequentaram a UBS até 9 vezes. Acima do 3º quartil (máxima) encontram-se crianças/adolescentes >12 anos e <17 anos, e o número maior de visita/atendimento a UBS pode chegar até 32 vezes.

Diante destes resultados estatísticos é possível constatar que, a partir do nascimento, as crianças menores de 1 ano residen-

tes em Paranaguá já apresentam uma média de 1 atendimento médico por doenças respiratórias, e que se tornam crônicas na maioria das vezes, necessitando acompanhamento médico durante a infância e adolescência, podendo chegar a 35 consultas médicas até os 17 anos. Como os resultados descrevem números de visitas às unidades de saúde, isto sugere que a mesma criança retorne várias vezes durante todos os anos para manutenção do tratamento das doenças respiratórias, que podem se relacionar, ou não, com fatores externos.

Pesquisadores afirmam que crianças menores de 5 anos residentes na área urbana têm em média 6 internações/ano devido a infecção respiratória aguda (IRA). Já as que residem na área rural apresentam entre 2 e 4 internações/ano. Nos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento, as internações por doenças respiratórias em crianças até 5 anos são mais acentuadas, aproximadamente 0,28 episódios por ano (ROSA et. al., 2008).

A taxa de mortalidade infantil (TMI) com causas relacionadas a doenças respiratórias, representa 5,2% em crianças menores de 5 anos no Rio Grande do Sul (RS). As hospitalizações de crianças, com faixa etária entre 1 a 4 anos chegam a 51%. A TMI tem reduzido de forma significativa nos últimos anos, porém, nas crianças menores de 1 ano, a maioria dos óbitos tem relação direta com doenças do sistema respiratório (PRATO et. al., 2014).

Segundo a literatura existente, os meses com maiores casos e acometimentos por doenças respiratórias são os meses mais frios do ano (HASSAN; EL-ABSSAWY; KHODER, 2013; AGUDELO-CASTANEDA; CALESSO TEIXEIRA; NORTE PEREIRA, 2014; CANÇADO, 2017). Entretanto para Paranaguá, os resultados encontrados estão diferentes da literatura. Isto pode ser atribuído a dois fatores, sendo o primeiro deles os externos, como por exemplo, os períodos de safra com maior atividade no complexo portuário e circulação de veículos.

Gurgatz (2018), evidenciou que as fontes primárias para emissão de dióxido de nitrogênio (NO_2) são provenientes da atividade portuária no município, ou seja, do transporte terrestre de mercadorias por veículos à diesel (caminhões em sua grande maioria).

O autor afirma ainda que as áreas consideradas críticas, maior concentração do poluente NO_2 , se localizam entre rodovias e a região portuária, e as maiores médias deste poluente foram nos meses de Julho e Agosto, com tendência de crescimento a partir de Abril, corroborando com os dados encontrados neste estudo (GURGATZ, 2018).

É possível observar que os ventos provenientes dos terminais portuários indicam que a principal fonte de emissão responsável por altos índices de $\text{PM}_{2,5}$ está relacionada à movimentação de fertilizantes pelo porto de Paranaguá. Indicam ainda que a contribuição da movimentação de carga no complexo portuário apresenta maior contribuição para o aumento das concentrações deste poluente que a da queima de combustível fóssil (GURGATZ, 2018).

Outro fator relacionado aos resultados encontrados nesta pesquisa, pode ser atribuído aos níveis de atendimento em saúde, que no Brasil é fragmentada e organizada em quatro principais níveis de atenção, sendo respectivamente: primário, secundário, terciário e quaternário. O modelo foi adotado para dividir os serviços ofertados pelo SUS por categorias determinadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (SOUZA, 2020; VEC-TRA, 2017).

A Política Nacional de Atenção Básica, estabelecida pela Portaria N° 2.436, de 21 de setembro de 2017, considera os termos Atenção Básica - AB e Atenção Primária à Saúde - APS como termos equivalentes. No seu Art. 2° a Atenção Básica é definida como "o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico,

tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde [...]”. Sendo a principal porta de entrada do atendimento de saúde (BRASIL, 2017).

Como Nível Secundário, classificam-se as Clínicas de especialidades e Unidades de Pronto Atendimento. O nível secundário ou de média complexidade, é formado pelos hospitais e ambulatorios responsáveis por oferecer tratamento especializado à população, garantindo o acesso às clínicas de pediatria, cardiologia, ginecologia e demais especialidades médicas, como o centro de especialidades elencado neste estudo (VECTRA, 2017).

No nível terciário, como os hospitais de grande porte, sejam eles públicos ou privados, são realizadas manobras mais invasivas, também chamados de atendimento de alta complexidade, bem como condutas de manutenção e suporte básico à vida. Tratando-se de cirurgias e de exames mais invasivos, que exigem a mais avançada tecnologia em saúde garantindo o suporte necessário para preservar a vida dos pacientes nos casos em que a atenção no nível secundário não foi suficiente (SOUZA, 2020; VECTRA, 2017). Alguns hospitais já se enquadram como de nível quaternário, são os que realizam procedimentos de alta complexidade e tecnologia de ponta como transplante de órgãos e tecidos (SOUZA, 2020).

No caso de Paranaguá o Hospital Regional do Litoral (HRL) encontra-se na classificação de nível terciário, sendo o hospital referência para atendimento de média e alta complexidade no litoral paranaense. Porém, a coleta de dados neste nível de atendimento não foi realizada nesta fase da pesquisa, e seria importante para a complementação da análise em estudos futuros.

Neste estudo foram utilizados os dados coletados em unidades de saúde e centro de referência, que compõem níveis de atenção básica/primária e secundário. Estes resultados já obtidos, em conjunto com dados hospitalares futuros, poderão complementar a pesquisa, tendo em vista que no inverno as

crises por doenças respiratórias podem ser mais fortes e graves gerando a necessidade de internamentos e atendimentos que não podem ser supridos apenas nas UBS.

Em pesquisa realizada por Passos, et. al. (2018), sobre doenças respiratórias agudas em crianças brasileiras, os sintomas considerados mais preocupantes pelos cuidadores e que os levam a buscar assistência hospitalar de emergência, foram a dispneia (n=147, 29,5%), taquipneia (n=119, 23,8%) e febre (n=107, 21,4%). Fato este que corrobora com a necessidade da investigação dos dados hospitalares em Paranaguá.

O Fórum das Sociedades Respiratórias Internacionais afirma que um sistema de saúde pobre, empobrece também as nações, e a pobreza causa saúde precária para toda ou a maioria de sua população (Fórum das Sociedades Respiratórias Internacionais, 2017).

Bush (2016), afirma que prevenir e combater as doenças respiratórias é a melhor estratégia de custo-benefício e que o custo da prevenção é apenas uma fração do custo do tratamento.

A prevenção das doenças respiratórias deve se iniciar antes do nascimento, pois a exposição intrauterina e infantil são os principais determinantes e condicionantes do desenvolvimento destas patologias no adulto. Por exemplo, os fatores associados à DPOC em adultos incluem o histórico de asma e outras doenças respiratórias dos pais, tabagismo materno, asma e outras infecções respiratórias graves na infância (SALDIVA, 2018).

Segundo o Fórum das Sociedades Respiratórias Internacionais (2017), a prevenção, o controle, a cura e a promoção da saúde respiratória devem ser consideradas prioridade absoluta na tomada de decisões globais e políticas públicas do setor saúde. Estas metas estão entre as mais importantes intervenções de saúde e custo-benefício disponíveis, para além de que melhorar a qualidade do ar e diminuir os altos índices das doenças respiratórias, deve ser uma das principais estratégias dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

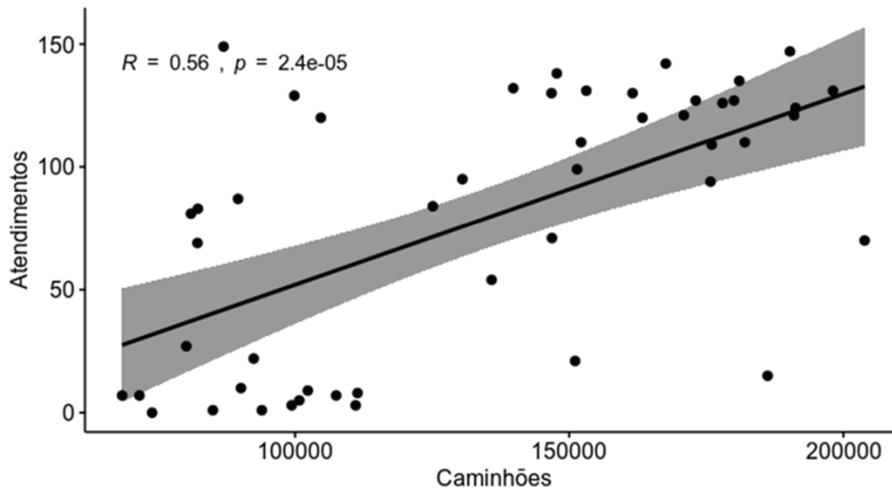
O aumento dos custos com cuidados de saúde ameaça o sistema financeiro de muitas nações, acredita-se que a economia dos países está diretamente ligada às condições de saúde de sua sociedade (FÓRUM DAS SOCIEDADES RESPIRATÓRIAS INTERNACIONAIS, 2017).

Especificamente para Paranaguá, é indiscutível o papel do porto como principal gerador de empregos dentre os municípios da região, entretanto, muitas vezes não são avaliados os possíveis impactos de uma atividade econômica deste porte e como pode ser onerosa aos municípios que as comportam, como no caso da sobrecarga de atendimentos no setor saúde.

Isto posto, fez-se necessária a análise do número de atendimentos de agravos à saúde respiratórias das crianças e adolescentes de Paranaguá, em correlação com a movimentação portuária (caminhões, navios, importação de fertilizantes e exportação graneleira) e gastos com saúde pública (hospitalar) advindos dos atendimentos ocasionados por ocorrências de agravos respiratórios.

Foram avaliadas as possíveis correlações de número de consultas nas UBS com fluxo de caminhões e navios, gastos com doenças respiratórias (Datusus), movimentação portuária (exportação grãos e importação fertilizantes) e Sazonalidade (Simepar - umidade relativa do ar e temperatura). Para $p < 0,05$ a correlação é significativa a 5%.

O cálculo de correlação estatística segundo metodologia Spearman, no período entre 2013 e 2017 relacionado ao fluxo de caminhões e número de atendimentos por doenças respiratórias, resultou em correlação significativa ($r=0,56$) (Figura 4).



Relação positiva grande ($r = 0,50$ à 1). Os pontos perto da linha indicam que há uma forte relação linear entre as variáveis.

FIGURA 4- CORRELAÇÃO CAMINHÕES X NÚMERO DE ATENDIMENTOS SEGUNDO MÉTODO SPEARMAN, PERÍODO DE 2013 A 2017

FONTE: Vecchia (2019).

Os resultados positivos das análises estatísticas de correlação realizadas neste estudo utilizaram o N total de atendimentos por doenças respiratórias com os dados das variáveis (meio ambiente, saúde, atividade portuária e sazonalidade). Dentre os dados com correlação positivas encontram-se fluxo de navios e caminhões, e gastos de saúde pública com doenças do aparelho respiratório (capítulo X do CID 10) no município de Paranaguá, conforme Tabela 3.

TABELA 3 - RESULTADOS COM CORRELAÇÃO POSITIVA

Correlação	Período	Resultado
Número de Atendimentos x Número (fluxo) de Caminhões	2013 a 2017	$\rho = 0,564$ ($p = 2,45 \times 10^{-5}$)
	2014 a 2016	$\rho = 0,448$ ($p = 0,006$)
	2012 a 2017	
	navios atracados	$p = 0,023$
	Soma navios	$p = 0,040$
	espera+atracado	
Número de atendimentos x Número de Navios	2012 a 2015	
	Navios em Espera	$p = 0,003$
	Navios atracados	$p = 0,031$
	Soma navios	$p = 0,002$
	espera+atracado	
Números de atendimentos x Datusus (gastos capítulo X do CID 10)	2012 a 2015	$p = 0,008$

Os dados dos Navios classificados em atracados e em espera, acrescentou-se ainda a Soma atracados+espera, segundo dados de APPA (2017).

FONTE: Vecchia (2019).

Para os testes de correlação relacionando aos dados SIMEPAR (Umidade relativa e temperatura), e Movimentação portuária (importação de fertilizantes e exportação graneleira) os resultados deram negativo, não se obteve correlação.

Diante destes resultados é possível observar que, temporalmente, existe correlação positiva para navios, caminhões e gastos do SUS com os atendimentos por doenças respiratórias em Paranaguá.

Segundo Gurgatz (2018), o poluente atmosférico NO_2 para Paranaguá apresenta uma tendência de aumento a partir do mês de abril, sendo os meses de julho e agosto os que apresentaram as maiores médias. Já em relação aos níveis de material particulado fino ($\text{PM}_{2,5}$), foram encontrados os maiores escores no mês de fevereiro, seguido pelos meses de julho a agosto. O Autor sugere, a partir dos resultados encontrados, que as dinâmicas de trajetórias de vento e movimentação no porto de Paranaguá sejam as principais causas.

Nicolussi et al. (2014), realizaram uma pesquisa sobre a prevalência de doenças respiratórias alérgicas em crianças e adolescentes em idade escolar, considerando regiões urbanas e fluxo de veículos distintos. Os resultados deste estudo indicaram que prevalência de asma, rinite e outros sintomas associados estão diretamente relacionados ao intenso tráfego veicular.

Puklová et al. (2019) investigaram as associações entre a prevalência das doenças respiratórias em crianças e adolescentes de 5, 9, 13 e 17 anos de idade e a exposição a longo prazo à poluição atmosférica na Morávia-Silésia, República Checa. Os dados de saúde foram coletados no ano de 2014 e a exposição aos poluentes do ar (PM_{10} e NO_2) baseou-se em indicadores relacionados ao tráfego. As crianças com exposição de longo prazo a poluição atmosférica apresentaram uma chance maior de ter doenças respiratórias mais frequentes e graves, como nasofaringite aguda ou brônquica com presença de sibilos e respiração difícil, tosse seca e irritação da mucosa nasal ou ocular. Contribuindo para a evidência de que a exposição prolongada à poluição do ar está significativamente relacionada à piora da saúde respiratória em crianças (PUKLOVÁ et al., 2019).

Antoniaconi, et al. (2016), em estudo sobre prevalência de asma e rinite realizado com estudantes de 13 e 14 anos no município de Paranaguá-PR, apresentaram em seus resultados que 11,4% dos estudantes tiveram asma e 41,7% tiveram rinite, o método utilizado foi o ISAAC (Fase III - *International Study of Asthma and Allergies in Childhood*). Os pesquisadores sugerem ainda que fatores como o fluxo intenso de veículos e presença de complexos industriais, que são potenciais fontes de emissão de poluentes, podem estar relacionados com a prevalência de doenças respiratórias, principalmente de asma, no município.

Os resultados de correlações positivas encontrados neste estudo, vão em consonância com os apresentados na literatura. A correlação positiva dos números de atendimentos em relação a

fluxo de caminhões e navios, corroboram e reforçam os resultados apresentados por Gurgatz (2018) para Paranaguá, relacionando os períodos com maiores médias de poluentes atmosféricos com os períodos de crescimento no número de atendimento por doenças respiratórias em UBS e centros de referências do Município. Parte-se do pressuposto que o trânsito intenso de veículos e a atividade portuária podem interferir na saúde humana (MARTINS, et al. 2002; ROBERTS, 2013).

A correlação positiva em relação ao número de atendimento por doenças respiratórias e gastos do SUS com o capítulo X do CID 10, sugere que a partir do aumento na procura de atendimento e necessidade do uso de medicamentos para tratamento destas patologias, sobrecarregam o Estado e aumentam os gastos com saúde pública.

Os dados utilizados para os cálculos de correlação foram os disponibilizados na plataforma do Ministério da Saúde (Data-sus tabnet), sendo aplicados os filtros: valor total (consultas, internações e medicamentos) por mês/ano, município de residência (Paranaguá), doenças do aparelho respiratório (CID-10, capítulo X) e faixa etária de 0 a 19 anos para a pesquisa relacionada aos custos com doenças respiratórias.

Para os dados relacionados aos custos totais com saúde no município foram aplicados os filtros: valor total (consultas, internações e medicamentos) por mês/ano, município de residência (Paranaguá) e faixa etária de 0 a 19 anos, conforme ilustrado na Figura 5.

A média de gastos com doenças respiratórias em Paranaguá é de 20,5% por ano em comparação com o valor total gasto com saúde no município, sendo a maior porcentagem referente a 2013 (22,67%) e chegando a custar aos cofres públicos no ano de 2016 somente com insumos e atendimentos hospitalares relacionados ao Capítulo X do CID 10 (das doenças do aparelho respiratório) R\$ 266.368,79. Segue na Tabela 4 resultado dos

gastos com doenças respiratórias em Paranaguá no período de 2012 a 2017.

Não há literatura que conste a média do gasto com doenças respiratórias no Brasil. Em estudo realizado em Cubatão-SP, pesquisadores quantificaram os gastos no período entre 2000 e 2009 com as doenças do aparelho respiratório para o referido município, e que corresponderam em média 11,6% dos gastos com saúde pública, e teve o seu pico em 2001, quando atingiram 13,9% (TAYRA, RIBEIRO E NARDOCCI, 2012).



Gastos do sistema público de saúde com atendimentos do Cid 10 capítulo X para Paranaguá (2012 a 2017) (BRASIL, 2019).

FIGURA 5 - TESTE ESTATÍSTICO DO VALOR TOTAL GASTO COM SAÚDE POR MÊS E ANO E O VALOR TOTAL GASTO COM DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO SEGUNDO CAPÍTULO X DO CID-10, DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ NO PERÍODO DE 2012-2017

FONTE: Vecchia (2019).

Tayra, Ribeiro e Nardocci (2012), constataram ainda que, as doenças do aparelho respiratório se constituem na segunda principal causa de internação e a terceira em termos de valores monetários pagos, e custaram ao SUS R\$ 6,9 milhões de 2000 a 2009, em média R\$690 mil por ano. O valor gasto em Cubatão está bem acima do encontrado para Paranaguá.

TABELA 4 - RESULTADO DOS GASTOS COM DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO POR MÊS E ANO EM PARANAGUÁ ENTRE 2012 E 2017

Mês	2012	2013	2014	2015	2016	2017
JAN	11.120,94	16.491,10	15.227,25	25.218,54	7.009,76	11.079,32
FEV	12.245,03	12.998,85	6.096,35	7.540,81	6.914,00	9.604,00
MAR	18.589,15	27.126,27	9.919,46	17.848,43	18.205,44	28.224,01
ABR	25.995,09	31.220,19	10.646,86	13.102,73	31.098,55	31.797,38
MAI	49.240,99	21.057,05	25.887,71	15.795,69	28.546,23	29.835,77
JUN	33.919,65	40.640,72	27.956,70	26.742,81	31.504,78	27.181,25
JUL	26.969,98	22.909,01	20.607,08	22.510,88	30.589,97	34.174,16
AGO	13.956,42	20.966,86	23.236,08	15.189,91	23.576,42	20.532,91
SET	25.286,11	17.185,56	18.168,58	29.368,19	27.062,26	11.294,32
OUT	18.558,83	15.410,65	18.870,13	22.013,23	26.416,34	17.522,75
NOV	13.747,53	12.522,40	18.532,00	23.964,42	16.646,32	10.994,27
DEZ	0	7.446,58	19.149,31	21.546,61	18.798,72	0
TOTAL	249.629,72	245.975,24	195.765,51	240.842,25	266.368,79	232.240,14

FONTE: Vecchia (2019).

Valor (R\$) gasto com doenças do aparelho respiratório, capítulo X do CID 10. Dados secundários, disponíveis em plataforma oficial do Ministério da Saúde (BRASIL, 2019), por mês, ano e Município de notificação, idade de 0 a 19 anos.

A poluição atmosférica custou ao SUS mais de R\$ 2 milhões, no período de 1993 a 1995, somente na cidade de São Paulo, em média R\$660 mil por ano. O dinheiro foi gasto para tratar pacientes que desenvolveram doenças relacionadas diretamente ao excesso de poluentes. Com esse valor, seria possível realizar, em hospitais conveniados ao SUS, 784 mil consultas médicas ou 10.100 partos normais, na época. Segundo o estudo, 7.646 pessoas

foram internadas com problemas de saúde causadas pelo aumento dos níveis de poluentes em São Paulo. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados dados do Datasus, considerando o número e o custo de internações por doenças do aparelho respiratório registradas entre 1993 e 1995 na rede hospitalar vinculada ao SUS e correlacionados com dados de poluição atmosférica (LAMBERT, 1999).

Segundo a Organização Pan-americana de Saúde, o Brasil ocupava a 8ª posição mundial em prevalência de asma no ano de 2008, variando de 10 a 20%, dependendo da região estudada e da faixa etária considerada. Em 2007, cerca de 273 mil internações e 2.500 óbitos foram atribuídos a esta doença respiratória, dos quais aproximadamente 1/3 ocorreu em Unidades Básicas de Saúde, domicílios ou vias públicas, gerando um custo aproximado R\$ 98,6 milhões para o SUS, e em termos mundiais, os custos com a asma superam os com a tuberculose e HIV/AIDS somados.

O custo da doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) devido a sua elevada prevalência e gravidade, se tornam elevados, cerca de 6% da despesa total com a saúde (38,6 bilhões de euros/ano) e 56% do custo total para o tratamento das doenças respiratórias na Europa (EISNER et. al. 2010).

Os resultados obtidos neste estudo são baseados nos dados disponíveis pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2019) relacionados a atendimentos hospitalares (terciários = alta complexidade). E mostram que, para Paranaguá no que tange os gastos com doenças respiratórias quando em comparação aos outros estudos publicados, a média (20%) está acima do referenciado em Cubatão - SP (13,9%). Porém nota-se um aumento nos meses com temperaturas mais baixas, junho e julho principalmente, diferente do encontrado nos resultados do número de atendimentos em Unidades Básicas de Saúde, fato este que, pode afirmar que o atendimento terciário - consequentemente os gastos - são maiores neste período.

Segundo o Datasus Tabnet (BRASIL, 2019), no ano de 2015 os atendimentos hospitalares em crianças e adolescentes de 0 a 19 anos, segundo capítulo X do CID-10 (das doenças do aparelho respiratório) no Município de Paranaguá atingiu um total de 397 internações.

Os meses com maiores taxas de internações foram os meses de junho e setembro de 2015, que apresentaram também os maiores gastos com doenças respiratórias R\$26.742,81 em junho e R\$29.368,19 em setembro.

Os meses com as temperaturas mais baixas (maio, junho e julho) apresentaram um resultado menor em relação aos atendimentos em UBS, em contrapartida neste mesmo período há um aumento no número de atendimentos de média e alta complexidade - hospitalares - (BRASIL, 2019), e por sua vez um aumento no gasto com estas patologias, o que sugere que neste período as crises ocasionadas por doenças respiratórias sejam mais graves e frequentes, necessitando de atendimentos hospitalares mais complexos e períodos maiores de internação, que acabam por gerar maiores gastos hospitalares e com medicamentos. Gastos estes que podem sobrecarregar o Estado e o sistema público de saúde.

Considerações Finais

Os dados apresentados aqui são conclusivos, principalmente no que tange à correlação dos períodos com maiores atendimentos por doenças respiratórias com fluxo de caminhões, navios e gastos com saúde pública.

Em determinados períodos do ano nota-se um aumento nos gastos com saúde respiratória. Paranaguá gastou R\$ 1.430.821,65 no período de 2012 a 2017, somente com doenças do aparelho respiratório. Estes custos significam em média cerca de 20% do gasto total com saúde pública no município, podendo chegar até 23% dependendo da época do ano e se relacionados a fatores externos.

Diante destes resultados é possível observar que, temporalmente existe uma correlação positiva para navios (2012 a 2017, Atracados ($p = 0,023$); e Soma espera+atracado ($p = 0,040$); 2012 a 2015, Navios em Espera ($p = 0,003$), navios atracados ($p = 0,031$); e Soma espera+atracado ($p = 0,002$)), caminhões (2013 a 2017 ($p = 0,564$) e anos 2014 a 2016 ($p = 0,448$)) e gastos do SUS (2012 a 2015 ($p = 0,008$)) com os atendimentos por doenças respiratórias em Unidades Básicas de saúde e centros de especialidades do Município.

É possível verificar ainda, a importância e o impacto da atividade do complexo portuário de Paranaguá, sua influência temporal nos gastos de saúde pública, de maior risco, injustiça e vulnerabilidade ambiental, e no processo de adoecimento de sua população.

Referências

- ABRAHÃO, C. S.; BAHL, M. Turismo cultural e desenvolvimento incluyente: o caso de Paranaguá, Paraná, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 1, p. 96-118, 2011.
- AGUDELO-CASTANEDA, D. M.; CALESSO TEIXEIRA, E.; NORTE PEREIRA, F. Time-series analysis of surface ozone and nitrogen oxides concentrations in an urban area at Brazil. **Atmospheric Pollution Research**, v. 5, n. 3, p. 411-420, jul. 2014.
- ANTONIACONI, G.; VECCHIA, A. D.; SOGABE, P. S.; GURGATZ, B. M.; OLIVEIRA, D. C.; REIS, R. A. Prevalência de asma e rinite em estudantes de 13 e 14 anos no município de Paranaguá, Paraná. In: ABRAHÃO, C. M. S.; REIS, R. A.; CHEMIN, M.; TIEPOLO, L. M. **Litoral do Paraná: território e perspectivas**. Curitiba: Brazil Publishing, 2016. v. 2: Cultura, saúde e educação.
- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). **Exportação recorde**. 2015 Disponível em: <<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/>>
- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). **Administração dos portos de Paranaguá e Antonina**. 2010. Disponível em: <<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/>>
- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). **História do Porto de Paranaguá**. 2019. Disponível em: <<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26>>
- ARBEX, M. A.; SANTOS, U. P.; MARTINS, L. C.; SALDIVA, P. H. N.; PEREIRA, L. A. A.; BRAGA, A. L. F. A poluição do ar e o sistema respiratório. **J. Bras. Pneumol.**, v. 38, n. 5, p. 643-655, 2012.

BRASIL. CADASTRO INTERNACIONAL DAS DOENÇAS (CID) 10ª REVISÃO. **CAPÍTULO X - das Doenças do Aparelho Respiratório (J00-J99)**. 2008. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/j00_j99.htm>

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Tabnet informações em saúde. 2019. Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>>

BRASIL. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>

BUSH A. Lung development and aging. **Ann Am Thorac Soc**, v. 13, suppl. 5, p. S438-S446, 2016.

CANÇADO, J. E. D. **Entrevista: Doenças respiratórias no inverno**. 2017. Associação Paulista de Medicina - PIRACICABA. Disponível em: <http://www.apmpiracicaba.com.br/dblimage/ArquivoJornal_55.pdf>

EISNER, M. D.; ANTHONISEN, N.; COULTAS, D.; KUENZLI, N.; Perez-Padilla, R.; POSTMA, D.; ROMIEU, I.; SILVERMAN, E. K.; Balmes, J. R. An official American Thoracic Society public policy statement: novel risk factors and the global burden of chronic obstructive pulmonary disease. **Am J Respir Crit Care Med**, v. 182, n. 5, p. 693-718, 2010.

FORO DE LAS SOCIEDADES RESPIRATORIAS INTERNACIONALES. **El impacto global de la Enfermedad Respiratoria**. 2. ed. México: Asociación Latinoamericana de Tórax, 2017. Disponível em: <https://www.who.int/gard/publications/The_Global_Impact_of_Respiratory_Disease_POR.pdf>

GOUBEIRA, N.; FREITAS, C. U.; MARTINS, L. C.; MARCÍLIO, I. O. Hospitalizações por causas respiratórias e cardiovasculares associadas à contaminação atmosférica no Município de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p. 2669-2677, dez. 2006.

GURGATZ, B. M.; CARVALHO-OLIVEIRA, R.; OLIVEIRA, D. C.; JOUCOSKI, E.; ANTONIACONI, G.; SALDIVA, P. H. N.; REIS, R. A. Atmospheric metal pollutants and environmental injustice: A methodological approach to environmental risk analysis using fuzzy logic and tree bark. **Ecological Indicators**, v. 71, p. 428-437, 2016.

GURGATZ, B. M. Avaliação de material particulado fino, fuligem e poluentes gasosos na região portuária de Paranaguá. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2018.

HASSAN, S. K.; EL-ABSSAWY, A. A.; KHODER, M. I. Characteristics of gas-phase nitric acid and ammonium-nitrate-sulfate aerosol, and their gas-phase precursors in a suburban area in Cairo, Egypt. **Atmospheric Pollution Research**, v. 4, n. 1, p. 117-129, jan. 2013.

LAMBERT, P. Estudo levanta as despesas hospitalares provocadas pelo excesso de poluição na cidade de São Paulo. **Jornal Folha de São Paulo**, Quinta-feira, 19 de agosto de 1999.

MARTINS, L. C.; LATORRE, M. R. D. O.; CARDOSO, M. R. A.; GONÇALVES, F. L. T.; SALDIVA, P. H. N.; BRAGA, A. L. F. Poluição atmosférica e atendimentos por pneumonia e gripe em São Paulo, Brasil. **Rev Saúde Pública**, v. 36, n. 1, p. 88-94, 2002.

- MORAES, A. P. Q. **O Livro do cérebro**. São Paulo: Editora Duetto, 2009.
- NICOLUSSI, F. H.; SANTOS, A. P. M.; ANDRÉ, S. C. S.; VEIGA, T. B.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Poluição do ar e doenças respiratórias alérgicas em escolares. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 2, p. 326-30, 2014.
- PASSOS, S. D.; MAZIERO, F. F.; ANTONIASSI, D. Q.; SOUZA, L. T.; FELIX, A. F.; DOTTA, E.; ORENSZTEJN, M. E.; MARCHI, E.; GAZETA, R. E. Doenças respiratórias agudas em crianças brasileiras: os cuidadores são capazes de detectar os primeiros sinais de alerta? **Rev Paul Pediatr**, v. 36, n. 1, p. 3-9, 2018.
- PRATO, M. I. C.; SILVEIRA, A.; NEVES, E. T.; BUBOLTZ, F. L. Doenças respiratórias na infância: uma revisão integrativa. **Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped.**, v. 14, n. 1, p. 33-39, jul. 2014.
- PUKLOVÁ, V.; ŽEJGLICOVÁ, K.; KRATĚNOVÁ, J.; BRABEC, M.; MALÝ, M. Childhood respiratory allergies and symptoms in highly polluted area of Central Europe. **International Journal of Environmental Health Research**, v. 29, n. 1, p. 82-93, 2019.
- REIS, R. A.; GURGATZ, B. M.; SOUZA, F. F. C.; LAUTERT, L. F. C.; SILVA, L. E. Poluição Atmosférica, Saúde E Cidades Portuárias - Perspectivas Para Paranaguá. In: Simpósio Brasileiro De Desenvolvimento Territorial Sustentável, 2015, Matinhos - PR. **Anais... Matinhos - PR: [s.n.]**, 2015.
- ROBERTS, S. Have the short-term mortality effects of particulate matter air pollution changed in Australia over the period 1993-2007? **Environ Pollut**, v. 182, p. 9-14, nov. 2013.
- ROSA, A. M.; IGNOTTI, E.; HACON, S. S.; CASTRO, H. Análise das interações por doenças respiratórias em Tangará da Serra - Amazônia Brasileira. **J BrasPneumol.**, v.34, n. 8, p.575-582, 2008.
- SALDIVA, P. Vida urbana e saúde. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- SOUZA, P. H. C. **Níveis de Atenção à Saúde no Brasil**. Portal Educação, 2020. Disponível em: <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/fisioterapia/niveis-de-atencao-a-saude-no-brasil/33011>>
- TAGLIATELLA, E. V. S. Distribuição temporal de NO₂ e NH₃ no aerossol atmosférico em Paranaguá - PR. 143 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.
- TAYRA, F.; RIBEIRO, H.; NARDOCCI, A. C. Avaliação econômica dos custos da poluição em Cubatão - SP com base nos gastos com saúde relacionados às doenças dos aparelhos respiratório e circulatório. **Saude soc.**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 760-775, set. 2012.
- TIEPOLO, L. M. A inquietude da mata atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobijada. **Guaju**, v. 1, n. 2, p. 96-109, fev. 2016.
- VECCHIA, A. D. Estudo da correlação entre poluição atmosférica e doenças respiratórias em Paranaguá - PR. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2019.
- VECCHIA, A. D.; PONTES, R. S.; LELL, J. M.; GURGATZ, B. M.; REIS, R. A. Prevalência de doenças respiratórias em centro de especialidades no Município de Paranaguá - PR e sua possível correlação com a poluição atmosférica. **Anais... II Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Matinhos, 2017.

VECTRA Consultoria e Serviços. **Entenda quais são os níveis de atenção à saúde.** 2017. Disponível em: <<https://blog.vectracs.com.br/entenda-quais-sao-os-niveis-de-atencao-a-saude/>>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **9 out of 10 people worldwide breathe polluted air, but more countries are taking action.** 2018a. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/detail/02-05-2018-9-out-of-10-people-worldwide-breathe-polluted-air-but-more-countries-are-taking-action>>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Ambient (outdoor) air quality and health.** 2018b. Disponível em: <[https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ambient-\(outdoor\)-air-quality-and-health](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ambient-(outdoor)-air-quality-and-health)>



ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações afirmativas 9, 19, 213, 227, 239, 251

C

Ciências ambientais 10, 282, 286, 288, 289, 293, 296, 303, 423, 424

Complexo portuário 19, 29

Conselho da comunidade 19, 181, 200, 201

D

Desenvolvimento regional 20, 155, 255

Desenvolvimento territorial sustentável 7, 40, 53, 77, 105, 182, 184, 185, 192, 201,
235, 252, 261, 277, 303, 389, 413, 414, 421, 422, 424, 425, 426

Doenças respiratórias 20, 391, 397

E

Educação superior 9, 20, 160, 171, 172, 175, 178, 203, 204, 205, 208, 209, 210,
213, 218, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 232, 237, 240, 241, 242, 244, 251,
253, 255

Extensão 8, 13, 82, 148, 157, 158, 160, 162, 165, 166, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178,
179, 181, 183, 184, 185, 186, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205,
235, 241, 395, 423

F

Formalização 19, 125

G

Gestão 20, 255, 258, 290, 297

Governança territorial 19, 57

I

Idosos 11, 92, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 362,
363, 365

Inclusão 7, 8, 14, 51, 129, 131, 148, 150, 175, 196, 205, 208, 214, 215, 217, 221, 224,
225, 227, 252, 307, 336

Indígena 9, 109, 232, 234, 236, 240, 244, 245, 246, 247, 251, 252, 253
Inovação 10, 132, 149, 227, 265, 271, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308,
311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318

L

Litoral do paraná 1, 5, 19, 20, 27, 43, 66, 125, 227, 231, 279, 289, 290, 291, 292,
297, 347, 372, 376

M

Macrozoneamento 7, 27, 28, 30, 34, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 48, 49
Microempreendedor 8, 111, 113, 126, 129, 135, 136, 143, 152, 426
Morretes 42, 64, 65, 126, 134, 146, 147, 218, 222, 281, 282, 283, 284, 302, 303, 373

O

Ocupaes irregulares 19, 79

P

Políticas públicas 9, 51, 62, 76, 90, 91, 128, 131, 138, 141, 148, 157, 175, 176, 194, 204,
205, 206, 207, 225, 231, 232, 237, 238, 239, 243, 244, 251, 252, 304, 317,
332, 335, 348, 349, 363, 387, 402
Poluio atmosférica 11, 47, 50, 295, 391, 392, 393, 406, 409, 410, 414

Q

Qualidade de vida 11, 62, 67, 204, 223, 241, 271, 272, 301, 339, 348, 349, 351, 352,
353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 362, 363, 364, 365

R

Reordenamento territorial 7, 19, 36

T

Terrtorio 7, 8, 9, 10, 13, 14, 19, 20, 28, 36, 44, 50, 53, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 68, 70,
71, 72, 73, 74, 76, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99,
100, 101, 104, 105, 107, 108, 121, 184, 185, 193, 194, 232, 233, 235, 236, 237,
241, 252, 257, 259, 272, 273, 276, 281, 283, 306, 307, 309, 325, 326, 327,
329, 330, 331, 332, 333, 334, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 349,
372, 389, 390, 393, 412
Trabalho informal 19, 103

U

Universidade 19, 20, 54, 155, 157, 201, 228, 229, 231, 241, 242, 252, 253, 255, 277,
278, 295, 296, 302

V

Violência 20, 380, 383, 384



SOBRE OS AUTORES

Adriana Lucinda de Oliveira

Assistente Social. Mestre em Desenvolvimento Regional e Mestre em Serviço Social. Doutora em Políticas Públicas. Desenvolve pesquisa no campo das políticas sociais públicas, com ênfase nas temáticas do trabalho, educação, execução penal e conselhos da comunidade. E-mail: adrilucinda@gmail.com

Alan Ripoll Alves

Biólogo. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Professor Adjunto da UFPR. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR. Desenvolve pesquisa nas áreas de Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental; Planejamento Urbano e Regional; e Biologia da Educação. E-mail: alanripoll@ufpr.br

Allan Paul Krelling

Oceanógrafo. Mestre em Gestão Costeira e de Águas. Doutor em Sistemas Costeiros e Oceânicos. Professor do Instituto Federal do Paraná e coordenador do Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente. Desenvolve pesquisa em Oceanografia, com ênfase em gestão costeira, atuando principalmente nos seguintes temas: lixo marinho, gestão costeira integrada, desenvolvimento sustentável e impactos ambientais sobre ambientes costeiros. E-mail: allan.krelling@ifpr.edu.br

Ana Clara Gomes Picolli

Graduada em Serviço Social pela UFPR. É residente no Programa de Residência Multiprofissional em Rede de Atenção Psicossocial da Unifesp. Desenvolve pesquisa na área do encarceramento feminino e lesbofeminismo. E-mail: anaclaraggpicolli@gmail.com

Anielly Dalla Vecchia

Bacharel em Saúde Coletiva e Licenciada em Ciências Biológicas. Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável/UFPR. Doutoranda em Políticas Públicas/UFPR. Possui experiência nos temas: Saúde Coletiva e Ambiental, Epidemiologia e Políticas Públicas de Saúde. E-mail: annysc2012@gmail.com

Clóvis Wanzinack

Doutor e mestre em Desenvolvimento Regional (Fundação Universidade Regional de Blumenau). Membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Território, Diversidade e Saúde (TeDiS/CNPq) e docente no curso de Graduação de Administração Pública da UFPR, atuando no Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS - Linha Redes Sociais e Políticas Públicas). E-mail: cloviswa@gmail.com

Cristina Teixeira

Socióloga. Mestre em Sociologia e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Professora Associada da Universidade Federal do Paraná. Docente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia e meio ambiente e atuando principalmente nos seguintes desenvolvimentos e meio ambiente; e educação e meio ambiente. E-mail: cristinatufpr@gmail.com

Daniela Bianchini

Assistente Social. Especialista em Serviço Social: A Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar. Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável. É Assistente Social da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social da Educação. E-mail: danielabianchini25@gmail.com

Diomar Augusto de Quadros

Nutricionista. Mestre em Tecnologia de Alimento. Doutor em Alimentos e Nutrição. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPR. Professor do curso de Tecnologia em Agroecologia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Alimentação e Nutrição, atuando principalmente nos seguintes temas: soberania e segurança alimentar e nutricional, agroecologia, desenvolvimento territorial sustentável, análise sensorial, controle de qualidade de alimentos, desenvolvimento de produtos e tecnologia de alimentos. E-mail: diomar@ufpr.br

Eliane Siqueira Oliveira

Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrou o Programa de Educação Tutorial (PET) Comunidades do Campo entre 2013 a 2015 e foi bolsista de Iniciação Científica (CNPQ) no período de 2016 a 2017. E-mail: eliane.lilik2010@gmail.com

Elvis Canteri de Andrade

Mestre em Computação Aplicada. Professor do IFPR. Tem experiência na área de Ciência da Computação e Engenharia de Software, atuando principalmente nos seguintes temas: Programação Orientada a Objetos, Dispositivos Móveis, Arquitetura de Computadores e Hardware, Redes de Computadores e Novas Tecnologias de Comunicação. E-mail: elvis.andrade@ifpr.edu.br

Emerson Joucoski

Físico. Doutor em Ensino de Ciências. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPR. Docente do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Ambientais. Atua principalmente nos seguintes temas: pesquisas qualitativas nas áreas de formação e desenvolvimento profissional de professores, nas atividades de extensão que desenvolve no LabMóvel e apoio às estatísticas de vários grupos de pesquisa da UFPR - Setor Litoral. E-mail: joucoski@gmail.com

Emerson Luis Pawoski da Silva

Biólogo. Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Mestrando em Ciência, Tecnologia e Sociedade (IFPR- Paranaguá). E-mail: improvoski@gmail.com

Emerson Luís Tonetti

Biólogo. Doutor em Geografia. Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR), no campus Paranaguá, nos cursos de Técnico em Meio Ambiente, Tecnólogo em Gestão Ambiental, Especialização em Gestão Ambiental e no curso de mestrado em Ciência Tecnologia e Sociedade. Realiza pesquisas relacionadas com o Planejamento da Paisagem Urbana e interage com grupos de pesquisa relacionados com a gestão da região costeira do Estado do Paraná. E-mail: emersontonetti@gmail.com

Erick Renan Xavier de Oliveira

Contador. Especialista em Administração de Empresas e Sustentabilidade. Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela UFPR. É docente do IFPR - Campus Curitiba, com atuação em temáticas ligadas à contabilidade, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. E-mail: erick.xavier@ifpr.edu.br

Everaldo dos Santos

Biólogo. Mestre em Ciências do Solo. Doutor em Engenharia Florestal. Docente do Mestrado Acadêmico em CTS (Ciência Tecnologia e Sociedade) do IFPR. Desenvolve pesquisas em ecologia de ecossistemas terrestres com ênfase em biologia do solo, ciclagem biogeoquímica e gases de efeito estufa. Atua em projetos de Ciências Ambientais com foco em Tecnologia Ambiental, Biorremediação e Gestão Ambiental. E-mail: everaldo.santos@ifpr.edu.br

Fernanda Francis Alvares

Assistente Social da Prefeitura Municipal de Guaratuba. Especialista em Planejamento e Gestão de Programas e Projetos Sociais. Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável. E-mail: fernandalvares@yahoo.com.br

Fernanda Reis

Professora do Departamento de Medicina Preventiva e Social (DMPS) da Faculdade de Medicina da Bahia-UFBA por dois anos, técnica em Saúde na Secretaria de Saúde do Estado da Bahia UFBA, doutoranda em Saúde Coletiva no ISC- Instituto de Saúde Coletiva.

Hugo Alberto Perlin

Bacharel em Informática. Doutor em Engenharia Elétrica e Informática Industrial. Atua desde 2008 como professor do Instituto Federal do Paraná/ Campus Paranaguá. Possui experiência em processamento de alto desempenho, processamento digital de imagens, visão computacional e inteligência artificial. E-mail: hugo.perlin@ifpr.edu.br

Ivan Jairo Junckes

Psicólogo. Doutor em Sociologia Política. Professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Setor Litoral, no Curso de Administração Pública e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável - PPGDTS. Coordenador líder do grupo de pesquisas Laboratório de Análise de Redes (LAR) onde desenvolve pesquisas em análise de redes sociais (ARS) e financiamento eleitoral e tem interesse também nas temáticas de planejamento estratégico, gestão pública e questões de gênero e análise semântica. E-mail: ivanjairojunckes@gmail.com

João Rafael Deron

Secretário Executivo, servidor da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela UFPR. Tem experiência na área de Educação em Educação Profissional, Administração Escolar, Sistemas de Registro Escolar, Censo Escola e Gestão Acadêmica. E-mail: jrfael@ufpr.br

José Lannes de Melo

Economista. Doutor em Economia Aplicada. Pós-doutor em História Econômica/História de Empresa. Professor da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: agroindústria, economia industrial e história de empresas. E-mail: zelannes@gmail.com

Lázara Luana Otto de Oliveira

Pedagoga e Assistente Social. Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar. Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Tem experiência na área de Educação e no Serviço Social Sociojurídico. E-mail: lazaraluana@gmail.com

Leandro Angelo Pereira

Biólogo. Doutor em Ecologia e Conservação Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Paranaguá. Atua na área de Gestão de Projetos, com o foco interdisciplinar, associando Conservação da Natureza e Desenvolvimento Tecnológico, envolvendo principalmente os seguintes temas: gestão ambiental, aquicultura, desenvolvimento de estratégias econômicas e sociais para comunidades locais, manejo e gestão de áreas protegidas, monitoramento remoto, soluções baseadas na natureza, mitigação de impactos e educação. E-mail: leandro.pereira@ifpr.edu.br

Loide Sulamita Mendes do Nascimento

Socióloga em formação. Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Licenciada e Especialista em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas. Bacharel em Gestão e Empreendedorismo. Professora do Estado do Paraná. Desenvolve pesquisas nas áreas de Educação e Trabalho. E-mail: loide.sulamita@gmail.com

Luciana Vieira Castilho Weinert

Fisioterapeuta e Especialista em Fisiologia Humana e da Nutrição (PUC/PR). Mestre e Doutora em Ciências - Engenharia Biomédica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). É professora do curso de Licenciatura em Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. E-mail: lucianaweinert@gmail.com

Marcos Claudio Signorelli

Pós-doutor em Saúde Pública (La Trobe University, Australia), Doutor em Saúde Coletiva (UNIFESP), Mestre em Fisiologia (UFPR) e Bacharel em Fisioterapia (FURB). Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Território, Diversidade e Saúde (TeDiS/CNPq) e docente de Saúde Coletiva da UFPR, atuando nos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC - Linha Políticas e Serviços de Saúde) e Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS - Linha Redes Sociais e Políticas Públicas). E-mail: signorelli.marcos@gmail.com

Marcus Aurélio Soares da Silva

Licenciado em História e Pedagogia. Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Atua na área de trabalhadores, mercado, organizações públicas e sociais além de pesquisa relacionadas à formalização do microempreendedor individual. E-mail: marcusaurelio11@yahoo.com.br

Marisete T. Hoffmann-Horochovski

Cientista Social. Doutora em Sociologia. É professora do Departamento de Sociologia, do Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail:marisetehh@gmail.com

Maurício Polidoro

Pós-doutor em Saúde Coletiva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), doutor em Geografia Humana e geógrafo. É líder do grupo de pesquisa SAD - Saúde, Ambiente e Desenvolvimento e professor associado do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). E-mail: mauricio.polidoro@restinga.ifrs.edu.br

Mayra Taiza Sulzbach

Economista. Mestre e Doutora em Desenvolvimento Econômico. Pós-doutora em Sociologia Econômica. Docente do Setor Litoral da UFPR e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) e em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em organizações sociais e produtivas, atuando principalmente no desenvolvimento territorial sustentável. E-mail: mayrasulzbach@yahoo.com.br

Michael Cordeiro

Assistente Social da Prefeitura Municipal de Matinhos - PR. Discente do Programa de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar da UFPR. Pesquisa na área da judicialização das políticas públicas, sistema prisional, método marxista e produção de conhecimento no Serviço Social. E-mail: michaelcordeiro016@gmail.com

Paulo Roberto Homem de Góes

Etnólogo americanista com experiência na Amazônia ocidental (Katukina/Pano) e região Sul do Brasil (Kaingang e Guarani). Bacharel em Ciências Sociais. Mestre e Doutor em Antropologia (UFPR). Atua na elaboração de relatórios relativos à demarcação fundiária, consulta e participação, estudos de impacto ambiental e projetos de mitigação de impactos em comunidades quilombolas e indígenas. E-mail: prhgoes@gmail.com

Rafael Lopes Ferreira

Tecnólogo em Gestão Ambiental. Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental Professor do Centro Universitário Internacional (Uninter). Tem experiência na área de Controle de Vetores e Roedores; apicultura e meliponicultura. E-mail: raffa.llops@gmail.com

Rangel Angelotti

Oceanógrafo. Mestre em Sistemas Costeiros. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. Atua nas pesquisas em análises ambientais, desenvolvimento sustentável, GIS. E-mail: rangelpontal@gmail.com

Roberto Eduardo Bueno

Pós-Doutorado, Doutor, Mestre e Especialista em Saúde Coletiva pela PUCPR. Especialista em Gestão de Políticas de Saúde Informadas por Evidências pelo Instituto Sírio-Libanês. Especialista em Educação Ambiental pelo IBPEX. Bacha-

rel em Odontologia pela UFPR. Licenciado em Biologia pela UNERJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR. Professor do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais - Associada UFPR. Professor do Bacharelado em Saúde Coletiva do Setor Litoral da UFPR. E-mail: roberto.bueno@ufpr.br

Rodrigo Arantes Reis

Biólogo. Mestre e Doutor em Ciências (Bioquímica). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR. Atualmente atua como Coordenador de Cultura da UFPR e como Vice-Presidente da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências (ABCMC) Gestão 2019-2021. Desenvolve pesquisas e trabalhos nas áreas de Divulgação Científica e Poluição do Ar e Saúde. E-mail: reisra@gmail.com

Rodrigo Rossi Horochovski

Formado em Ciências Sociais e mestre em sociologia pela UFPR. Doutor em Sociologia Política pela UFSC e pós-doutorando em Ciência Política pela USP. Professor associado da UFPR, no curso de graduação em Administração Pública e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS). Atua principalmente nas áreas de análise de redes sociais e financiamento político. E-mail: rodrigo33@gmail.com

Ronaldo Ribeiro Jacobina

Professor Titular do Departamento de Medicina Preventiva e Social (DMPS) da Faculdade de Medicina da Bahia-UFBA. E-mail: rrjacobina@gmail.com

Silvana Márcia P. S. Coelho

Professora do Departamento de Medicina Preventiva e Social (DMPS) da Faculdade de Medicina da Bahia-UFBA por dois anos, técnica em Saúde Bucal da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia-SESAB por 10 anos, assessora da Coordenação de Regulação e Assistência à Saúde da SESAB por 5 anos; mestre em Administração pela Escola de Administração da UFBA, doutoranda em Administração pela Escola de Administração da UFBA. E-mail: silvanampscoelho@gmail.com

Silvana Marta Tumelero

Assistente Social. Mestre em Ciências Sociais. Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Desenvolve pesquisa no

campo das políticas sociais públicas, com ênfase para temas relacionados ao Direito à Cidade e à Política Urbana (Produção social do espaço; segregação socioespacial; ocupações irregulares; Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária). E-mail: siltumelero.ufpr@gmail.com

Tamara Van Kaick

Bacharel em Biologia. Mestre em Inovação Tecnológica. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Tem experiência na área de Engenharia Sanitária, com ênfase em Ecologia Aplicada a Engenharia Sanitária, atuando principalmente nos seguintes temas: saneamento ambiental, tecnologia apropriada, wetlands construídos/ zona de raízes, vermicompostagem, Educação Ambiental, gestão ambiental, desenvolvimento sustentável; e no Ensino de Ciências atuando com alfabetização científica, formação de professores na área de Ciência e Biologia. E-mail: tamara@utfpr.edu

Thais Caroline Rodrigues Penas

Graduada em Serviço Social pela UFPR. Residente no Programa de Atenção Hospitalar com ênfase em Saúde da Mulher do Complexo Hospital de Clínicas da UFPR. Desenvolve pesquisa sobre questões étnico-raciais e serviço social. E-mail: thaiscaroline.rodriguesrd@gmail.com

Tieme Carvalho Nishiyama

Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Graduada em Gestão Pública. Integrante dos grupos de pesquisa: Desenvolvimento Territorial Sustentável - GPDTs e Grupo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Território, Diversidade & Saúde (TeDiS). Atuando nas linhas de pesquisa de: Socioeconomia e Saberes Locais; Saúde Coletiva; Gênero, Diversidade e Desenvolvimento; Violência e território e Políticas e serviços de saúde. E-mail: tiemenishiyama@gmail.com

Valdir Frigo Dearnadin

Economista. Mestre em Economia Rural. Doutor Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Professor da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral. Docente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - PPGMADE/UFPR e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável - PPGDTS/UFPR. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Ecológica, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, desenvolvimento territorial, ecodesenvolvimento e litoral do Paraná. E-mail: valdirfd@yahoo.com.br

Valéria dos Santos de Oliveira

Secretária Executiva, servidora da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela UFPR. Tem experiência na área Educação Indígena. E-mail: valeriaso238@gmail.com

Viviani Aparecida Cruz

Técnica em Nutrição e Dietética (ETEC). Discente do curso de Saúde Coletiva na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Território, Diversidade e Saúde (TeDiS). Integrante do Projeto de Iniciação Científica PIBIC-CNPq/UFPR "Pesquisa quali e quantitativa sobre violência e saúde da população LGBT no Estado do Paraná". Intercambista do Programa Mobilidade Internacional UFPR. E-mail: viviani.2407@gmail.com



Formato: 16x23
Tipologia: Josefin Sans
Papel: Pólen 80g /m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g / m2

2020
Curitiba/Paraná

Não encontrando nossos títulos na rede
De livrarias conveniadas e informadas em nosso site
Contactar a Editora Brazil Publishing:
Tel: (41) 3022-6005
www.aeditora.com.br
aeditora@aeditora.com.br